

# CSR | CIÊNCIAS SOCIAIS EM REVISTA

ISSN: 2966-2893

**03.**

**2024**

# CIÊNCIAS SOCIAIS EM REVISTA

## CIÊNCIAS SOCIAIS EM REVISTA FICHA TÉCNICA

### Editores

Júlio Barroso, UNIFESP  
Liana de Paula, UNIFESP  
Lilian Maria Pinto Sales, UNIFESP  
Maurício Ferreira Silva, UFRB

### Conselho Editorial

Marília Veríssimo Veronese, UNISINOS  
Melvina Araújo, UNIFESP  
Gabriela Nunes Ferreira, UNIFESP  
Maria Fernanda Lombardi, UNIFESP  
Carolina Pulici, UNIFESP  
Maria Inês Caetano Ferreira, UFRB  
Cláudio André de Souza, UFRB  
Mariella Pitombo Vieira, UFRB

### Comitê Científico

1. Adriano Codato (Universidade Federal do Paraná - UFPR)
2. Ângela Figueiredo (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB)
3. Breno Souto-Maior Fontes (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE)
4. Bruno Wanderley Reis (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG)
5. Carlos Benedito Martins (Universidade de Brasília – Unb)
6. Carlos Roberto Sanchez Milani (Universidade Estadual do Rio de Janeiro – IESP/UERJ)
7. Cynthia Sarti (Universidade Federal de São Paulo – Unifesp)
8. Edison Gastaldo (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ)
9. Fabiano Engelmann (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS)
10. Gustavo Sorá (Conicet/Universidad de Córdoba)
11. Irllys Barreira (Universidade Federal do Ceará - UFCE)
12. Luís Felipe Miguel (Universidade de Brasília – Unb)
13. Marie-Aude Fouéré (École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS)
14. Miriam Rabelo (Universidade Federal da Bahia - UFBA)
15. Patricia Hill Collins (University of Maryland, College Park)
16. Paula Montero (Universidade de São Paulo – Usp)
17. Pedro Meira Monteiro (Princeton University)
18. Rachel Meneguello (Universidade Estadual de Campinas – Unicamp)
19. Rafael Bayce (Universidad de la República – Uruguai)
20. Sérgio Costa (Lateinamerika-Institut, Freie Universität Berlin)
21. Véronique Boyer (École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS)

**Projeto gráfico, diagramação e capa:** Duo Criativo Comunicação

[duo.criativocc@gmail.com](mailto:duo.criativocc@gmail.com)

---

**PARTICIPE DA CSR**

Envie seu texto, sugestões, críticas ou qualquer outra informação que julgue importante para o fortalecimento da CSR para o e-mail:

[csr@unifesp.br](mailto:csr@unifesp.br)

---



# *sumário*

## **DOSSIÊ: MEMÓRIA, CONFLITOS E RELAÇÕES**

- Apresentação: Dossiê Memória, conflitos e relações** 06  
Melvina Afra Mendes de Araújo; Clayton Guerreiro;  
Zacarias Milisse Chambe
- Cotidiano e memória da independência moçambicana: reflexões da machamba** 18  
Rodrigo Domenech
- Historical memories on slavery in southern Somalia and Cabo Delgado, Mozambique: slavery versus forced labor** 33  
Francesca Declich
- “Será que eu serei o dono dessa festa?” Memória, carnavais e as expectativas constituintes** 50  
Bruna da Penha de Mendonça Coelho
- Novos e velhos ferramiu: o Balôn como mercado em transformação** 74  
Vanessa Durando

## **ARTIGOS**

- A pesca artesanal e a invisibilidade social: uma análise a partir do emblemático caso das mulheres pescadoras do Farol de São Thomé na Bacia de Campos dos Goyatacazes** 98  
Milton Junior Barros Araujo; Leandro Garcia Pinho

**Macroeconomia e epidemiologia: uma aplicação do modelo SIR-Macro para o estado de Roraima** **111**

Luiz Eduardo de Oliveira Costa; Yuri Cesar de Lima e Silva

**O medo do crime: um conto de duas cidades** **131**

Marcos Rolim; Daiana Hermann; Alberto L.W. Koppitke

**Da escola para a universidade: experiências e desafios metodológicos do trabalho de pesquisa e extensão com jovens** **152**

Cristiane Gonçalves da Silva; Bruna Silva dos Reis; Patrícia Leme de Oliveira Borba

**RESENHAS**

**Desindustrialização e realinhamento político nos Estados Unidos: por que os trabalhadores viraram à direita?** **175**

Tarik Dias Hamdan

# Apresentação: Dossiê Memória, conflitos e relações

**Presentation:** Dossier Memory, conflict and relations

**Presentación:** Dossier Memoria, conflictos y relaciones

**Melvina  
ARAÚJO**

[melvina.araujo@unifesp.br](mailto:melvina.araujo@unifesp.br)

Universidade Federal de São  
Paulo.

**Clayton  
GUERREIRO**

[clayton.guerreiro@yahoo.com.br](mailto:clayton.guerreiro@yahoo.com.br)

Universidade Federal de São  
Paulo.

**Zacarias  
CHAMBE**

[zacariastsambe@gmail.com](mailto:zacariastsambe@gmail.com)

Universidade Federal de São  
Paulo e Universidade Rovuma,  
Cabo Delgado, Moçambique.

6

*Na introdução deste dossiê fazemos por uma discussão sobre a temática da memória, passando por referências do novo romance africano, autobiografias ou livros-reportagem sobre o período colonial africano e sobre eventos que sucederam as independências nos anos 60 e 70 do século passado, assim como por discussões teóricas ligadas à questão da experiência. Inserimos no bojo dessas discussões algumas pontes entre as temáticas tratadas pelos artigos que compõem este dossiê que, embora realizados em espaços e contextos heterogêneos, nos lembram a importância e atualidade de investigação dos “fantasmas de memória” nos termos referidos por Carsten (2007).*

**Palavras-Chave:** memória; conflitos; relações.

*In the introduction to this dossier, we discuss the theme of memory, including references to the new African novel, autobiographies and reportage books on the African colonial period and the events that followed independence in the 1960s and 1970s, as well as theoretical discussions linked to the question of experience. During these discussions, we have inserted some bridges between the themes dealt with by the articles that make up this dossier which, although carried out in heterogeneous spaces and contexts, remind us of the importance and topicality of investigating the “ghosts of memory” in the terms referred to by Carsten (2007).*

**Keywords:** Memory; Conflict; Relations.

*En la introducción de este dossier, abordamos el tema de la memoria, incluyendo referencias a la nueva novela africana, autobiografías y libros de reportajes sobre el período colonial africano y los acontecimientos que siguieron a la independencia en las décadas de 1960 y 1970, así como discusiones teóricas vinculadas a la cuestión de la experiencia. En medio de estas discusiones, hemos insertado algunos puentes entre los temas abordados por los artículos que componen este dossier que, aunque producidos en espacios y contextos heterogéneos, nos recuerdan la importancia y la actualidad de investigar los «fantasmas de la memoria» en los términos referidos por Carsten (2007).*

**Palabras clave:** *Memoria; conflictos; relaciones*

*“Depois, nunca mais se falou no assunto, como uma esponja que tirou isso da memória. [...] As pessoas decidiram colocar a tampa, para os demônios não regressarem. Isso é um desejo maior, que era o desejo da paz”.*  
(Mia Couto)

**A** epígrafe que abre esse artigo foi retirada de uma matéria publicada no blog Boitempo, assinado pelo jornalista e escritor brasileiro Urariano Mota. O texto baseia-se em duas palestras de Mia Couto em 2012, em Pernambuco (Brasil), ocasião em que o escritor moçambicano fora convidado a falar sobre memórias, esquecimentos e identidades e concedeu uma entrevista ao referido jornalista. O

“assunto” de que trata o excerto é a Guerra dos 16 anos<sup>1</sup>, um violento conflito entre 1977 e 1992, protagonizado pelo então recém-formado governo da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e pela Resistência Nacional Moçambicana (Renamo)<sup>2</sup>. O episódio deixou um triste saldo de cerca de 1 milhão de mortos, além de milhões de pessoas afetadas pela guerra de diferentes maneiras, como ferimentos graves, traumas, deslocamentos e fome,

---

<sup>1</sup> Há vários anos existe um debate sobre a denominação deste conflito, também chamado de Guerra Civil ou Guerra de desestabilização (ver Geffray, 1990). Uma corrente defende que esta guerra deve ser chamada de “desestabilização”, porque o seu único objetivo era mesmo a desestabilização do governo da Frelimo, devido à sua orientação marxista leninista e pelo apoio que prestava para o ANC da África do Sul na luta antiapartheid. Em oposição, outra corrente defende que o governo da Frelimo, após a independência, adotou um modelo de governação que facilitava o nepotismo, clientelismo, elitismo e era antidemocrático. Sendo assim, a guerra foi iniciada para instaurar a democracia multipartidária, tendo sido chamada “guerra pela democracia” (ver: Cahen, 2004 e Geffray, 1990).

<sup>2</sup> A Renamo foi um movimento de guerrilha inicialmente designado MNR (Movimento de Resistência Nacional). Inicialmente liderada por André Matsangaíça (1950-1979), seus membros passaram a ser conhecidos como ‘matsangas’ ou ‘matsangaíças’. Posteriormente, foi liderada por Afonso Dhlakama (1953-2018).

resultando numa desorganização quase total da sociedade, incapaz, a partir de então, de resistir às secas e inundações que se seguiram (Cahen, 2004).

O foco da matéria aludida não é a guerra em si, mas os embates que Urariano Mota teria travado com Mia Couto a respeito de memórias e esquecimentos. Depois de relatar o ambiente festivo do evento na Universidade Federal de Pernambuco, quando a frase da epígrafe teria sido dita, o jornalista brasileiro não se furtou a enfatizar que ele mesmo teria sido o responsável por romper com o “clima de confraternização” daquela palestra, ao rechaçar as afirmações de Mia Couto sobre o tema.

*Mia, você afirmou que no processo de reconstrução de Moçambique se adotou o esquecimento como estratégia para a paz. Você, como escritor, deve escrever melhor do que fala. A sua frase, de esquecer para a paz, é muito perigosa neste momento do Brasil. Aqui estamos em pleno instante da Comissão da Memória e da Verdade. Nós não podemos esquecer, Mia. [...] (Mota, 2012).*

Não é difícil acreditar nas palavras do articulista sobre o constrangimento generalizado do público diante de sua fala, que confrontava um celebrado escritor da lusofonia. Mais do que isso, o jornalista nos conta que a relação embaraçosa se estendeu para além do evento, quando ele entrevistou Mia Couto. Para Urariano Mota, o problema se agravou porque o escritor moçambicano teria admitido, na entrevista, ter sido “infeliz” em sua fala sobre esquecimento, mas repetiria a tese do apagamento na palestra seguinte, ainda em Pernambuco. Nas duas ocasiões, avalia o jornalista, Mia Couto teria assumido

a “deslembração de Moçambique” e falado como “se fosse um português envergonhado do passado colonial”.

Nos deparamos, então, com um moçambicano que presenciou uma violenta guerra no país e que, frustrando a expectativa do referido jornalista, avaliou que o suposto esquecimento da guerra pelos moçambicanos teria sido uma estratégia de construção da paz. Cerca de dez anos depois do episódio, aliás, Mia Couto insistiria na tese do silêncio em outra entrevista. Baseando-se em episódios vividos em sua infância na cidade de Beira, zona central de Moçambique, o autor defenderia que “a memória é feita de ficção, não é uma conquista dos factos”, uma vez que “o passado não vem ali revelar-se inteiramente”. Em sua apologia da deslembração, ele ainda afirmaria, em um tom quase bergsoniano, que “o esquecimento não é uma falha, é uma substituição de narrativas. Abandonamos uma narrativa porque há outra que se sobrepôs”.

À época do episódio citado nas primeiras linhas desse artigo, em 2012, do lado oposto de Mia Couto, estava um jornalista que viveu os horrores da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) e ressaltava a importância dos trabalhos de investigação da então recém-instalada Comissão da Memória e da Verdade. O objetivo da comissão, não nos esqueçamos, era investigar os crimes de violação de direitos humanos (como sequestros, torturas e assassinatos) durante os sombrios 21 anos de ditadura<sup>3</sup>, os quais ainda permanecem na cena pública brasileira como “fantasmas de memória” (Carsten, 2007).

\*\*\*

<sup>3</sup> As falas de Mia Couto nos referidos eventos reverberaram em Moçambique, onde se instalou um debate a respeito das questões levantadas pelo escritor, quais sejam, memória, esquecimento e silenciamento.



Ao trazer os episódios acima à baila, nosso objetivo não é participar do debate entre os dois literatos, mas, ao iniciarmos o texto com essa vinheta, buscamos oferecer ao leitor um notório exemplo do quanto o tema da memória é tanto contemporâneo como capaz de suscitar sensibilidades e relações conflituosas. A situação coaduna, de certa forma, com a afirmação de Michael Pollak (1989, p. 4) de que há uma contemporânea predileção dos pesquisadores “pelos conflitos e disputas em detrimento dos fatores de continuidade e de estabilidade”. Essa ênfase, avança o autor, está ligada às hodiernas “batalhas” que, em muitos momentos, envolvem conflitos entre a “memória coletiva nacional”, seletiva, organizada e resultante de um “enquadramento de memória” (Halbwachs, 1968), e o que ele chama de “memórias subterrâneas” (Pollak, 1989, p. 4). Contudo, diferentemente de Pollak e outros tantos especialistas no tema, cujos trabalhos voltaram-se quase que exclusivamente aos acontecimentos históricos do século XX no continente europeu<sup>4</sup> e se servem principalmente do método da história oral, esse dossiê prioriza trabalhos, sobretudo de cunho antropológico, que versam sobre contextos africanos e afrodiaspóricos contemporâneos.

Sakiru Adebayo é um dos autores pioneiros na proposição de um diálogo profícuo entre os estudos africanos e os estudos sobre memória. O autor parte de um diálogo com Richard Werbner (1998), para quem os países africanos no período pós-independência (Adebayo usa o termo

pós-colonial)<sup>5</sup> estariam vivenciando uma “crise de memória” expressa em situações como “amnésia institucionalizada, mnemocídio, repressão estatal e elusividade arquivística” (Adebayo, 2024, p. 1-2). Os dois parecem concordar quanto ao diagnóstico do problema, mas Adebayo (2023, 2024) sugere substituir a palavra “crise” por “fricção”, apostando, assim, na categoria “fricção de memória”.

Em boa parte de sua tese, posteriormente transformada em livro, Adebayo analisa romances - como *Half of a Yellow Sun*<sup>6</sup>, de Chimamanda Adichie (2006), e *The memory of love*, de Aminatta Forna (2010) – que versam, respectivamente, sobre os contextos pós-conflitos na Nigéria (Guerra de Biafra) e em Serra Leoa<sup>7</sup>. Para o autor, obras como as de Adichie e Forna seriam “ficções africanas pós-coloniais” que lidam não apenas com fricções de memória, mas também podem se tornar fontes dessas fricções. Ou seja, são ficções que descrevem ou podem produzir atritos. Um bom exemplo disso, lembra Adebayo, foi o banimento, por parte do governo nigeriano, da adaptação do romance de Adichie para o cinema, em 2013, alegando-se que a película poderia incitar violência étnica. Em frontal discordância com o governo nigeriano, a autora publicou um artigo na revista *The New Yorker*, em que argumentou que a supressão da memória resultaria tanto “de um passado não examinado” da Nigéria quanto “do trauma de anos de ditadura militar” que o país vivenciou, os quais teriam produzido um sentimento de segredo na vida pública nigeriana (Adichie, 2014).

<sup>4</sup> Boa parte dos trabalhos publicados na área dos memories studies emprega categorias analíticas e exemplos práticos sobre a Europa. Adebayo (2023, 2024) é um dos primeiros a tentar conectar os estudos sobre memória e os estudos africanos.

<sup>5</sup> Ver Cahen e Braga (2018).

<sup>6</sup> Publicado no Brasil pela editora Companhia das Letras sob o título *Meio sol amarelo*.

<sup>7</sup> Adebayo propõe um debate com a noção de “pós-memória”, cunhado por Marianne Hirsch (2012), com o intuito de compreender a transmissão transgeracional do trauma. Para um debate crítico sobre as contingências do conceito, ver Sarlo (2007) e Vecchi (2021).

Na proposta de Adebayo, “fricção” busca “descrever as várias memórias de conflitos e conflitos de memória” que aparecem nos textos literários sobre conflitos em contextos pós-independência em África. Com base nessa discussão, acreditamos que a noção de “fricção” tem um potencial analítico interessante, mas pode ser ampliada. Primeiro, como procuramos ilustrar com a vinheta que abre esse texto, ao invés de focar somente em contextos pós-independência em África, pode-se partir desses contextos para pensar em conflitos sobre memória que envolvam múltiplas temporalidades e espacialidades. As “fricções de memória” contemporâneas, portanto, se espalham pelos continentes europeu, americano e africano e são particularmente urgentes em contextos contemporâneos que vivenciaram experiências coloniais e processos violentos recentes, como as ditaduras pós-independência em países africanos e a ditadura cívico-militar no Brasil.

Em segundo lugar, a categoria “fricção de memória” poderia transbordar dos estudos de teoria literária e dos trabalhos ficcionais para a Antropologia, constituindo-se em uma ferramenta analítica útil para compreender tanto as “memórias de conflitos” quanto os “conflitos de memória” que caracterizam os contextos africanos e afrodiaspóricos contemporâneos que os trabalhos etnográficos desse dossiê abordam. Nesse caso, pode-se tanto prestar atenção aos conflitos *per se* quanto às experiências por meio dos quais memórias, esquecimentos, silenciamentos e traumas a respeito desses conflitos foram (ou são) produzidos<sup>8</sup>.

## 1. Desmembramentos e rearticulações

Tão equivocado quanto reduzir a história da África ao colonialismo (Mudimbe, 1988) é negar que os contextos africanos e afrodiaspóricos contemporâneos ainda sofrem com os efeitos dos diferentes regimes coloniais. Alguns acadêmicos e literatos africanos têm insistido que, apesar das diferentes nuances do colonialismo, mais ou menos poderosos ou capazes de impor seus desejos violentos em múltiplos contextos, os regimes coloniais se caracterizam por ações violentas (físicas ou simbólicas) de desarticulação. Diversos trabalhos acadêmicos e obras de literatura (romances, autobiografias ou livros-reportagem) que abordam conflitos no continente africano – tanto os do período colonial quanto os que sucederam as independências dos países africanos após as décadas de 1950-1970 – demonstram episódios de violência extrema e desmembramento de corpos e desarticulações políticas, linguísticas e culturais. Para ficar somente em alguns deles, citamos: *La cause des armes au Mozambique*, de Christian Geffray (1990); *Gostaríamos de informá-los que amanhã seremos mortos com nossas famílias*, de Phillip Gourevitch (2006); *Véu de morte numa noite de luar*, de Diamantino Guapo Antunes (2013); *Muito longe de casa: memórias de um menino-soldado*, de Ismael Beah (2015); *Um grão de trigo*, de Ngugi wa Thiong’o (2015); *Baratas*, de Scholastique Mukasonga (2018); e *Tempos de fúria: Memórias do massacre de Homoïne*, de Hassane Armando (2018).

<sup>8</sup> Vale ressaltar que a noção de “fricção de memória” proposta por Adebayo se distingue da noção de “fricção interétnica”, de Roberto Cardoso Oliveira (1963), apesar de terem como ponto comum o enfoque na existência de conflitos.

Um dos intelectuais africanos pioneiros nesse tema é Chinua Achebe, autor de “*O mundo se despedaça*”. Usando uma metáfora poderosa para destacar a desarticulação produzida pelo colonialismo, ele coloca em diálogo dois de seus personagens para explicar as causas e efeitos desse processo de desfiguração. Obierika, o líder da aldeia Umuofia, explica ao guerreiro Okonkwo como se deu a desintegração em sua aldeia, atribuindo esse processo ao papel de um missionário cristão:

*O homem branco é muito esperto. Chegou calma e pacificamente com sua religião. Nós achamos graça nas bobagens deles e permitimos que ficasse em nossa terra. Agora, ele conquistou até nossos irmãos, e o nosso clã já não pode atuar como tal. **Ele cortou com uma faca o que nos mantinha unidos, e nós nos despedaçamos** (Achebe, 1958 [2009], p. 198, grifo nosso).*

Enquanto Chinua Achebe ressalta o papel da religião no processo de desarticulação, Achile Mbembe destaca outros aspectos, como a violência política e os desusos da memória. Em “*Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada*”, Mbembe compara a supremacia colonial a um estado permanente de guerra que não se configurou plenamente como tal porque um dos lados não dispunha de armas. Os processos conflitivos, classificados ou não como guerras, teriam resultado em “nativos [que] saíram desse confronto “dilacerados,

desintegrados e desfigurados” (Mbembe, 2014, p. 76). Mbembe (2014) argumenta que determinadas potências coloniais são afetadas por “doenças pós-tumais da memória”, esquecendo-se de seus papéis ativos na violência contra os povos africanos. Para ilustrar seu argumento, ele toma o exemplo da Argélia, onde os franceses estiveram por quase 150 anos e deixaram um rastro de tortura e morte. Atualmente, lembra o autor, decorre um “processo de ocultação e de esquecimento arquitetado” que consiste, entre outros aspectos, em usar o eufemismo “acontecimentos de Argélia” para designar a guerra, escamotear os episódios de tortura cometidos pelo exército francês e tratar os “colonos”, não os “nativos”, como vítimas da colonização.

O “mundo despedaçado” e os nativos “dilacerados” apontados por Achebe (1958 [2009]) e Mbembe (2014), respectivamente, se assemelham ao processo de “desmembramento” descrito pelo intelectual queniano Ngũgĩ wa Thiong’o. Em um trabalho que aborda colonialismo, literatura africana e memória, Thiong’o recorre ao seu talento literário para ilustrar o papel desarticulador do colonialismo no continente africano, separando a memória do sujeito colonial de sua comunidade, por meio de elementos como língua, política, violência e religião.

Thiong’o evoca duas figuras históricas do continente africano para ilustrar seu argumento sobre os desmembramentos coloniais. Waiyaki wa Hinga foi um líder kikuyu<sup>9</sup> que viveu até o fim do século XIX

<sup>9</sup> Conhecido líder kikuyu, de origem maasai (Otieno, 1998), ele inicialmente colaborou com os britânicos, mas opôs-se a eles quando deixaram de cumprir os acordos feitos no início da ocupação britânica. Dado seu papel de liderança de um movimento contra agentes coloniais britânicos, foi aprisionado e morto. Entretanto, durante o período colonial, Waiyaki era citado como um líder kikuyu amigo dos britânicos, que teria tido um importante papel em seu estabelecimento no Quênia. Sua bisneta, Wambui Waiyaki Otieno, antiga guerrilheira Mau Mau, após a independência do Quênia, se empenhou na reescrita de sua história, incluindo nela a organização de uma luta contra os colonizadores.

e, já no século XX, em meio à luta contra a dominação colonial britânica, passou a ser lembrado como um símbolo de resistência pelo movimento Mau Mau<sup>10</sup>, que buscava a retomada das terras retiradas dos kikuyus e a liberdade para que pudessem voltar a gerir suas próprias vidas. Já Hintsa kaKhawuta é considerado o mais renomado rei do povo xhosa (África do Sul) e é tido atualmente como um herói, sobretudo devido ao seu papel de resistência ao colonialismo britânico, até ser assassinado pelos agentes coloniais em 1835.

Em que pese a distância temporal e espacial entre os dois casos, Thiong'o enxerga alguns pontos comuns entre essas histórias e usa os dois personagens como exemplos importantes para a discussão sobre memória. Waiyaki teria sido enterrado vivo (de cabeça para baixo) pelos agentes coloniais britânicos. Hintsa, por sua vez, teria tido o corpo desmembrado e a cabeça cortada e exibida como um troféu da vitória britânica na guerra contra o povo xhosa. Apesar de tomar os dois casos como exemplos da violência colonial, Thiong'o não está preocupado com episódios literais de desmembramentos, tanto é que, propositalmente ou não, dispensa o trabalho de crítica das fontes e ignora os detalhes não confirmados e controversos<sup>11</sup> em torno das mortes de Hintsa e Waiyaki. Mais preocupado com o simbolismo das histórias, Thiong'o considera que a decapitação de Hintsa e o enterro de Waiyaki representam o desmembramento produzido pelo colonialismo europeu no continente

africano e na diáspora, evidenciado, entre outros fatores, por imposições linguísticas europeias e apagamentos de topônimos em África. Conforme o argumento de Thiong'o, isso ocorreu em dois estágios. O primeiro tem como pontos centrais o comércio de pessoas escravizadas, a colonização da América e do Caribe e o estabelecimento do sistema de plantation na região, em um processo por meio do qual a "personalidade africana" teria se dividido em duas: "o continente e sua diáspora" (Thiong'o, 2009, p. 5). O segundo estágio de desmembramento da África teria sido a Conferência de Berlim, evento geralmente apontado como um marco fundamental do processo de fragmentação daquele continente. Com isso, ele se refere às reuniões entre países europeus, o Império Turco-Otomano e os Estados Unidos, nos anos de 1884 e 1885, as quais buscavam estabelecer acordos relativos à liberdade de comércio e navegação nos rios Congo e Niger e regulamentar as possíveis anexações de territórios no continente africano com o intuito de colonização e exploração.

Se o processo de fragmentação da África e dos contextos afrodiaspóricos teve na memória um ponto fulcral, seu oposto também é verdadeiro. Movimentos como o etiopismo, o garveísmo e o panafricanismo, para ficar apenas nos exemplos dados por Thiong'o, são evidências de recurso às lembranças do continente e da diáspora e tentativas de conectar elementos outrora fragmentados pelos poderes coloniais. Em direção semelhante, Adebayo chega a

<sup>10</sup> Movimento, revolta, guerrilha Mau Mau ou Land and Freedom Army constitui-se a partir de um longo processo de destituição de terras dos habitantes da região central do Quênia – que abriga populações fortemente ligadas à agricultura, cujas noções de constituição de si passam pela posse fundiária – por colonos europeus, assim como da liberdade auto-organização da vida (Araújo, 2021, 2023).

<sup>11</sup> Para um debate sobre os fatos envolvendo a morte de Hintsa, ver Lalu (2009). Sobre a história de Waiyaki, ver Otieno (1998).



propor a noção de “memória transnacional africana” como uma ferramenta que, segundo ele, permitiria que diferentes povos africanos, em oposição aos projetos coloniais de eliminação da memória, possam “imaginar e teorizar uma memória coletiva africana” (2024, p. 220 - 221).

Projetos políticos e teóricos, como os supracitados, integram um mesmo desejo: o de rearticular, com recurso à memória, aquilo que fora desintegrado. Ora, se desmembrar implica em fazer apagar, esquecer ou substituir memórias, o trabalho de memória é, sobretudo, uma operação de articulação, ao reunir e organizar elementos outrora fragmentados (culturais, políticos, artísticos, religiosos, linguísticos etc.). Com um olhar voltado especialmente para a diáspora, portanto fora do continente africano, Stuart Hall serviu-se sobretudo da noção de “articulação” para pensar em processos de formação de conexões ou vínculos que, segundo ele, necessitam de “condições particulares para sua emergência”, ao mesmo tempo que possibilitam a dissolução de antigos “vínculos” e a elaboração de “novas conexões”, às quais ele nomeia como “rearticulações” (Hall, 2003, p. 196). Podemos dizer, portanto, que “fricções de memória” são também o resultado de fricções entre “desmembramentos” e “rearticulações”, feitas, desfeitas e/ou refeitas a partir de processos (conflituosos ou não) de lembranças, esquecimentos e silenciamentos.

## ***2. Experiências: práticas de lembrar e esquecer***

Desde Maurice Halbwachs, pelo menos, os cientistas sociais passaram a abordar a memória como uma questão menos individual e subjetiva e mais coletiva. A influência durkheimiana no trabalho de Halbwachs faz com que sua análise enfatize o caráter coercitivo das relações sociais

e o papel da memória nessas relações, deixando pouco espaço para os conflitos em torno do tema. A noção de memória cunhada por Halbwachs tem também sido criticada por essencializar características individuais como reflexos do coletivo e por ter dado lugar à sua apropriação pelo senso comum, que a utiliza, por vezes, a partir de uma perspectiva normativa carregada de afetos, tal como a ideia de “dever de memória”, segundo a qual é preciso se lembrar para honrar aqueles que vivenciaram um determinado evento ou processo. Para evitar esses riscos, Benoît de L’Estoile (2023) sugere o abandono da noção de memória em favor de noções tais como “comemoração” ou “práticas de lembrar”. Ao fazer isso, o autor sublinha aspectos que escapam à noção de memória coletiva tal qual formulada por Halbwachs, como os processos vinculados ao ato de lembrar e à agência dos atores neles inseridos.

Ao propor o abandono da noção de memória, L’Estoile assinala outrossim que, ao ser relacionada a processos de esquecimento ou negação, por exemplo, acaba-se resvalando para o campo semântico da psicologia ou da psicanálise. Ao contrário do que faz este autor, outras autoras, apesar de concordarem com a necessidade de se retirar da noção de memória componentes advindos de uma abordagem estritamente durkheimiana<sup>12</sup> e com a perspectiva de que aquilo que é rememorado hoje o é a partir de um contexto envolvendo atores e acontecimentos atuais, têm justamente chamado a atenção para contribuições que disciplinas como a psicanálise e a psicologia podem dar para a compreensão de processos de produção de memória.

Grace Cho (2008), por exemplo, parte de uma noção bastante enraizada no campo da psicanálise e da psicologia, a de trauma (ela afirma ter escrito um texto traumatizado), para discutir formas de reconstrução do passado num contexto

no qual não há lugar para rememoração por parte daquelas que passaram pela experiência da guerra na Coreia e viveram o trauma de terem sido trabalhadoras do sexo – prostitutas ou esposas de soldados americanos – como forma de salvar suas próprias sobrevivências, bem como a de seus familiares. A memória desse tempo só pode tornar-se perceptível, contínua, a partir de assombrações tais como a teoria sociológica, traumas transmitidos entre gerações (a autora é filha de uma dessas mulheres e se inclui entre as “assombradas” pela memória da guerra), corpos, relações afetivas etc.

A questão da percepção de traumas e uso do corpo e das capacidades sensoriais como instrumentos de produção de conhecimento, assim como a relativa à realização de pesquisa num contexto familiar, é também trabalhada por Veena Das (2020). Partindo da noção de “evento crítico” – um constructo histórico que constitui uma ruptura, mas que mantém uma relação intrínseca com o cotidiano –, a autora discorre sobre traumas de mulheres que passaram pela experiência de rapto, estupro e morte social no processo de partição da Índia, salientando a interdição – moral e política – de se falar sobre o tema. Embora silenciada, a memória desses eventos se mantém nos relacionamentos existentes “como o padrão de fundo em uma trama, sempre presente e ainda não totalmente visível” (p. 35), criando um “conhecimento venenoso”, que, se explicitado, pode colocar em risco o frágil equilíbrio das relações de parentesco, vizinhança etc.

As reflexões de Das instigaram Rodrigo Domenech no artigo que compõe este dossiê, Cotidiano e memória da

independência moçambicana: reflexões da machamba, a pensar acerca do entranhamento de experiências vividas no decorrer da independência moçambicana, tomada como “evento crítico”, na vida concreta e cotidiana das pessoas das machambas (terrenos agrícolas) em áreas rurais do Sul Moçambique. Assim como Rodrigo Domenech, Francesca Declich, no artigo *Historical memories on slavery in southern Somalia and Cabo Delgado, Mozambique: slavery versus forced labour*, analisa como a memória compartilhada da escravidão aparece como uma trama que parece balizar a maneira como anciãos da Ilha do Ibo, litoral norte de Moçambique, interpretam as experiências de trabalho forçado e trabalho “livre”, o que, por vezes, resulta até mesmo na elaboração de narrativas que parecem justificar aspectos e relações do tempo da escravidão.

Os artigos escritos por Bruna da Penha de Mendonça Coelho e Vanessa Durando também acentuam as experiências e tensões em torno dos processos de lembrança, esquecimento e apagamento, malgrado seus trabalhos estejam localizados em contextos empíricos fora do continente africano. Em “Será que eu serei o dono dessa festa?": Memória, carnavais e as expectativas constituintes, Bruna Coelho se debruça sobre os sambas-enredo e desfiles do carnaval nas décadas de 1980 e 1990 e tenta compreender as expectativas, contradições e complexidades envolvidas no processo de passagem da ditadura civil-militar para o regime democrático no Brasil. Ao fazê-lo, a autora destaca que tanto a elaboração da Constituição de

---

<sup>12</sup> Marilyn Strathern (2020), no bojo da crítica que faz sobre a perspectiva durkheimiana – segundo a qual os indivíduos são formados pela sociedade – propõe um enfoque calcado no potencial crítico existente na explicitação das relações, que possibilitam a geração de formas e capacidades inesperadas a partir de novas relações.

1988 quanto as promessas e expectativas em torno desse dispositivo normativo não estavam calcadas em abstrações, mas em uma materialidade social, complexa e contraditória que, de certa maneira, dependia das narrativas e memórias acionadas nos debates da constituinte, como foi o caso do histórico discurso do líder e ativista indígena Ailton Krenak no Congresso Nacional, reivindicando os direitos dos povos indígenas.

De forma ainda mais direta, o artigo Novos e velhos ferramiu: o Balôn como mercado em transformação, escrito por Vanessa Durando, refere-se à “memória e seus processos de apagamento e rearticulação” como um elemento que opera na organização da vida social. A autora parte da discussão de fragmentos etnográficos coletados durante trabalho de campo no mercado Balôn, em Turim (Itália), onde prevalecem as memórias a respeito do ferramiu, um antigo coletor e vendedor de ferros e materiais usados, tido como uma figura “tradicional” em torno do qual surgiu a referida feira. Como nos mostra a autora, há uma tensão contemporânea, relativa à disputa do espaço, que envolve não somente a modulação de memórias, mas também as disputas em torno da presença de migrantes, sobretudo africanos, em um espaço considerado “tradicional”.

O que se acentua, nesses quatro artigos, são conflitos entre, por um lado, versões (oficiais, não oficiais, produzidas em diferentes momentos históricos) sobre os eventos narrados e, por outro, a importância do contexto experiencial atual dessas pessoas na seleção de aspectos dos eventos narrados e na forma como são valorados.

Os conflitos, mesmo quando se parte de perspectivas que poderiam ser remetidas ao campo da psicologia ou da psicanálise, tal como argumenta L’Estoile (2023), são inerentes não apenas aos dados analisados, mas, sobretudo, ao instrumental analítico. Disputas e conflitos em torno da memória – ou de versões da memória – podem ser interpretados como recursos de posicionamentos no presente a partir de reflexões sobre o passado (Fouéré, 2010). Esquecimento, silenciamento, rememoração são termos imbuídos de carga política, que implicam ações concretas por parte dos atores que as performam. A seleção dos eventos ou de aspectos de acontecimentos históricos a serem documentados, como bem afirma Trouillot (2016), é feita a partir de decisões sobre o que deve ser considerado digno de ser registrado. Ou seja, o esquecimento ou apagamento de versões conflitantes sobre o desenrolar de determinados conflitos é uma decisão política que tem impacto sobre as formas de interpretação de determinados acontecimentos no presente e no futuro.

Em suma, esperamos ter deixado claro em nosso argumento que conflitos são elementos fundamentais em processos relacionais que envolvem memórias, lembranças, desmemórias, esquecimentos, silenciamentos e apagamentos. Os artigos que seguem certamente ajudarão a dar um pouco mais de concretude aos argumentos aqui desenvolvidos. Boa leitura!



## Referências Bibliográficas

ACHEBE, C. (1958 [2009]). *O mundo se despedaça*. São Paulo: Companhia das Letras.

ADEBAYO, S. (2023). *Continuous Pasts: Frictions of Memory in Postcolonial Africa*. Ann Arbor: University of Michigan Press.

ADEBAYO, S. (2024). Continuous Pasts, Arrested Futures: Memory, Fiction, and the Postcolonial Condition in Africa. *The Cambridge Journal of Postcolonial Literary Inquiry*, v. 11(2), p. 1-8. <https://doi.org/10.1017/pli.2024.7>

ADICHIE, C. (2006). *Half of a Yellow Sun*. London: Harper Perennial.

ADICHIE, C. (2014). Hiding from our past. *The New Yorker*, Nova York. Disponível em: <https://www.newyorker.com/culture/culture-desk/hiding-from-our-past>. Acesso em: 16 out. 2014.

ANTUNES, D. G. (2013). *Véu de morte numa noite de luar história dos 24 catequistas do Guiúá, mártires de Moçambique*. Fátima: Consolata, D.L.

ARAÚJO, M. (2021). Missionaries and Guerrillas. *Novos Estudos - Cebrap*, v. 40(3), p. 481-495. <https://doi.org/10.25091/S01013300202100030008>

ARAÚJO, M. (2023). Escrevendo a diferença. *Afroasia*, n. 67, p. 247-275. <https://doi.org/10.9771/aa.v0i67.53163>

ARMANDO, H. (2018). *Tempos de fúria: Memórias do massacre de Homóine, 18 de julho de 1987*. 1. ed. Lisboa: Colibri.

BEAH, I. (2015). *Muito Longe de Casa - Memórias de um Menino-soldado*. São Paulo: Companhia do Bolso.

CAHEN, M. (2004). *Os Outros: Um historiador em Moçambique, 1994*. Tradução: Fátima Mendonça. Klosterberg: PSP.

CAHEN, M.; BRAGA, R. (org.). (2018). *Para além do pós (-) colonial*. 1. ed. São Paulo: Alameda.

CARSTEN, J. (org.). (2007). *Ghosts of memory: essays on remembrance and relatedness*. Malden: Blackwell.

CHO, G. (2008). *Haunting the Korean Diaspora. Shame, Secrecy, and the Forgotten War*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

DAS, V. (2020). *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. São Paulo: Editora Unifesp.

FORNA, A. (2010). *The Memory of Love*. London: Bloomsbury Publishing.

FOUÉRE, M. A. (2010). La mémoire au prisme du politique. *Cahiers d'études africaines*, n. 197, p. 5-24. <https://doi.org/10.4000/etudesaficaines.15768>

GEFFRAY, C. (1990). *La cause des armes au Mozambique: Anthropologie d'une guerre civile*. Paris: Karthala/Nairobi: Credu.

GOUREVITCH, P. (2006). *Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias*. São Paulo: Companhia das Letras.

HALBWACHS, M. (1968). *La mémoire collective*. Paris: PUF.

HALL, S. (2003). *Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil.

HIRSCH, M. (2012). *The generation of postmemory: writing and visual culture after the Holocaust*. New York: Columbia University Press.



LALU, P. (2009). *The deaths of Hints: postapartheid South Africa and the shape of recurring pasts*. Cape Town: HSRC Press.

L'ESTOILE, B. (2023). Colonial Legacies in Comparative Perspective: A View from Portugal. In: E. PERALTA; N. RODRIGUES (ed.). *Legacies of the Portuguese Colonial Empire. Nationalism, Popular Culture and Citizenship*. London: Bloomsbury Publishing Plc, p. vii-xvi.

MBEMBE, A. (2014). *Sair da grande noite: Ensaio sobre a África descolonizada*. Petrópolis: Vozes.

MOTA, U. (2012). Mia Couto e a memória. *Blog Boitempo*, 27 nov. 2012. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2012/11/27/mia-couto-e-a-memoria/>. Acesso em: 18 ago. 2024.

MUDIMBE, V. Y. (1988). *The invention of Africa*. Bloomington e Indianapolis: Indiana University Press; Londres: James Currey.

MUKASONGA, S. (2018). *Baratas*. São Paulo: Editora Noz.

OLIVEIRA, R. C. (1963). Aculturação e “fricção interétnica”. *América Latina*, v. 6, n. 3, p. 33-46.

OTIENO, W. W. (1998). *Mau Mau's Daughter: a life history*. Boulder and London: Lynne Rienner Publishers.

POLLAK, M. (1989). Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15.

SARLO, B. (2007). *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Companhia das Letras.

STRATHERN, M. (2020). *Relations: an anthropological account*. Durham: Duke University Press.

THIONG'O, N. (2009). *Something torn and new: an African Renaissance*. New York: Basic Civitas Books.

THIONG'O, N. (2015). *Um grão de trigo*. São Paulo: Companhia das Letras.

TROUILLOT, M-R. (2016). *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Tradução: Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya.

VECCHI, R. (2021). A crise da pós-memória e o horizonte das sobrevivências: campos de batalha da memória no Brasil contemporâneo. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 64, p. 1-11. <https://doi.org/10.1590/2316-4018645>

WERBNER, R. (1998). *Memory and the Postcolony*. New York: Bloomsbury Publishing.

# Cotidiano e memória da independência moçambicana: reflexões da machamba

**Everyday life and memory of Mozambican independence: reflections from the machamba**

**Vida cotidiana y memoria de la independencia de Mozambique: reflexiones de la machamba**

**Rodrigo  
DOMENECH**

[rodrigo.domenech@unifesp.br](mailto:rodrigo.domenech@unifesp.br)

Doutorando em Antropologia do ICS-  
ULISBOA e Doutorando em Ciências  
Sociais do PPGCS-UNIFESP.  
Pesquisador do GEMA (Unifesp/Cebrap).

*Este artigo mobiliza uma experiência etnográfica para pensar relações entre a independência moçambicana e o cotidiano vivenciado em machambas do sul de Moçambique. O objetivo é refletir como a experiência das transformações espoletadas pelo fim da época colonial inscreve-se em afetos, recordações, subjetividades, eventos, relações. Nesse sentido, a etnografia perpassa deslocamentos pelos terrenos agrícolas, pelas memórias sobre a libertação das terras férteis, pelas relações com as árvores frutíferas e pelos afetos entre as ruínas de antigos projetos de desenvolvimento rural.*

**Palavras-Chave: Machamba; Experiência; Independência moçambicana; Memória; Cotidiano.**

*This article draws on an ethnographic experience to think about the relationships between Mozambican independence and the daily lives on the “machambas” [farms] in southern Mozambique. The objective is to reflect on how the experience of transformations triggered by the end of the colonial era is inscribed in affections, memories, subjectivities, events, relationships. In this sense, ethnography in this article touches upon agricultural land, memories about the liberation of fertile lands, relationships with fruit trees and affections among the ruins of old rural development projects.*

**Keywords: Machamba; Experience; Mozambican independence; Memory; Everyday.**

*Este artículo utiliza una experiencia etnográfica para reflexionar sobre las relaciones entre la independencia de Mozambique y la vida cotidiana en las “machambas” del sur del país. El objetivo es analizar cómo las transformaciones desencadenadas por el fin de la era colonial se inscriben en afectos, recuerdos, subjetividades, eventos y relaciones. En este sentido, la etnografía atraviesa desplazamientos por los terrenos agrícolas, las memorias de la liberación de tierras fértiles, las relaciones con los árboles frutales y los afectos en medio de las ruinas de antiguos proyectos de desarrollo rural.*

**Palabras clave:** “Machamba”; Experiencia; Independencia mozambiqueña; Memoria; Vida cotidiana.

## Introdução

No início de uma calma manhã de fevereiro de 2019, rodava na garupa de uma motocicleta a zona rural repleta de machambas [terrenos agrícolas] do interior do distrito de Homoine, província de Inhambane, sul de Moçambique. Conduzia-me um dos técnicos agrícolas atuantes na região do vale do rio Nhanombe, onde eu fazia pesquisa sobre experiências de produção agrícola do pós-independência moçambicano (1975-1992). Naquelas machambas foram gestadas muitas das tentativas de transformação rural do período, que incluíram, entre outros, a formação e o fomento de cooperativas de produção, a criação de aldeias comunais e o trabalho coletivo em terras coletivizadas<sup>1</sup>.

Nosso destino seria uma das associações agrícolas “herdeiras” da principal cooperativa de produção dos tempos de “socialização rural” na região. A um dado momento, o senhor que me

conduzia apontou para uma extensa área: “tudo isso era milho, principalmente. Produção da FAI. Nunca vi nada parecido”. Ele se estabelecera em Homoine no final da década de 1980 e, ao contrário dos seus colegas mais jovens, ainda chegou a ver as últimas safras do projeto do FAI, ainda que na altura não trabalhasse naquelas terras<sup>2</sup>. Naquela volta pela área, ele diria continuamente frases parecidas, que indicavam que aqueles terrenos agrícolas continham várias “temporalidades”, diversas experiências.

Se, como lembra Das (2020, p. 28), “as palavras, quando conduzem nossas vidas para fora do ordinário, tornam-se esvaziadas de experiência, perdem o contato com a vida”, as palavras daquele senhor assim como de muitos outros interlocutores estavam cheias de vivências incorporadas. Naquele caminho passamos por diversas machambas, alguns galpões e outros

<sup>1</sup> Esse conjunto de transformações no meio rural foi referido pelo governo, na altura, como um projeto de “socialização rural”, nome também indicado por parte da literatura sobre o tema, como, por exemplo, Casal (1991).

<sup>2</sup> Um dos muitos projetos de “desenvolvimento rural” que passaram por aquelas terras no pós-independência, o projeto FAI – acrônimo de Fondo aiuti italiani (Fundo de Ajuda Italiana) – foi um projeto de cooperação internacional (1985-1991) que contou com considerável suporte material: técnicos, mecanização, irrigação, sementes, medicamentos etc. e teria sido determinante para a produtividade das machambas locais no auge da guerra civil na província de Inhambane. Deixou, assim, marcas profundas das iniciativas daquele período.

antigos equipamentos e objetos de apoio às cooperativas de produção que ali existiram. Porém, naquele momento, não se via quase nada: as machambas abundavam, mas havia pouco plantado nelas. Esse senhor se referia a uma outra época, já passada, mas que continuava ali. Seus sentimentos remetiam a experiências localizadas em outros “tempos”, mas que ainda pareciam vivenciadas cotidianamente. Aquelas machambas exalavam em afetos além do que víamos e falávamos. Em certa medida, apesar da baixa produtividade agrícola contemporânea, parecia-nos que, em algum momento – quem sabe na próxima safra? –, aquelas terras estariam novamente cheias de alimentos. O ambiente, repleto de experiências, parecia suscitar também possibilidades de futuro. Ao nível intersubjetivo, das relações de mutualidade da prática etnográfica (Pina-Cabral, 2010; Viegas; Mapril, 2012), acionava não somente lembranças do que havia ocorrido naquele lugar, mas também de como poderia ser a vida naquelas machambas, mobilizando todo um mundo da imaginação ou um “imaginário memorial”, como define Ntahomvukiye (2020).

A “machamba”, nessa reflexão, abrange o conjunto de dispositivos produtivos ambientais em relação com a população local, o que engloba tanto os terrenos propriamente agrícolas como as demais áreas de produção de alimentos (onde estão as árvores frutíferas, por exemplo), numa percepção estendida da “casa” (Rosales,

2015) como pertencente ao domínio familiar. Durante todo o meu trabalho de campo<sup>3</sup>, a “machamba” parecia carregar um conjunto ilimitado e indecifrável de experiências: sentimentos, emoções, histórias, eventos. Neste artigo, entretanto, proponho focarmos em um evento crítico (Das, 1995), a independência moçambicana, para refletir como as experiências por ela espoletadas entranhavam-se naquele cotidiano, em processos de rememoração<sup>4</sup> e para além deles.

Como salienta Peralta (2007)<sup>5</sup>, ao se pensar as formas pelas quais as pessoas olham para o seu passado, alguns autores sugeriram nos direcionarmos para a experiência no intuito de captar um conjunto de historicidades ou “memórias”, seus sentidos, usos e práticas. Irwin-Zarecka (1994), por exemplo, argumentou que o entendimento da “experiência social” é dimensão importante do estudo da memória, assim como Ntahomvukiye (2020), que sugeriu a preservação de determinadas canções como “suportes de memória”, já que suas relações com a memória seriam limitadas pela experiência daqueles que vivenciaram determinado evento histórico.

Não obstante, procuro sinalizar como, por outro lado, a análise dos meandros das elaborações narrativas dos processos de rememoração pode ser um dos modos de se captar a experiência, embora não seja o único. Interessa-me refletir sobre como podemos apreender a experiência e não

<sup>3</sup> Realizado na zona rural do distrito de Homoíne, Inhambane, em 2018 e 2019. Contou com conversas informais, entrevistas, reuniões coletivas e deslocamento pela região, nomeadamente pelas machambas do vale do Nhanombe.

<sup>4</sup> A “memória” é aqui entendida como inscrita nos processos ou momentos de “rememoração” ou recordação, isto é, momentos ou processos públicos de enunciação de certo passado – ou “preteridade” – pelas pessoas que o teriam vivenciado.

<sup>5</sup> Para o leitor interessado na temática da memória, sugiro a leitura do artigo de Peralta (2007), no qual a autora procurou sistematizar o debate sobre os estudos “no campo na memória social”, isto é, “as várias formas pelas quais fomos moldados pelo passado, consciente ou inconscientemente” (idem, p. 4).



tanto os meandros da “memória” e de seus suportes. Aliás, tomando por base as reflexões de Benjamin (1994) a respeito da memória, emaranhada na constante dialética entre o passado, o presente e o futuro, podemos também sugerir que as pessoas vivenciam e elaboram um vasto conjunto de experiências, que também englobam, por exemplo, uma série de disposições incorporadas, formadoras dos sujeitos e de suas práticas, no sentido bourdieusiano (Bourdieu, 1989, 2002), e uma variedade de sentimentos, afetos e relações (Navaro-Yashin, 2009; Strathern, 2020).

É nesse sentido que as “memórias” sobre a independência moçambicana constituem apenas uma parte do sem-número de modos de se vivenciar, incorporar e elaborar essas experiências, que, ademais, perpassam relações entre agentes humanos e não humanos, como as árvores frutíferas, e são vivenciadas a partir da contínua ruptura dada pela libertação de terras férteis na região ou por meio do ambiente afetivo repleto de “ruínas” dos projetos de desenvolvimento rural ali postos em prática. Não descarto a memória, proponho apenas olharmos para a machamba no intuito de perceber o entranhamento dessas experiências na vida cotidiana das pessoas que as vivenciaram e vivenciam, como aquelas relacionadas com a independência de Moçambique.

Nessa perspectiva, a relação experiência-memória também possibilita um lugar de análise, onde as linguagens e os saberes acadêmicos eêmicos se encontram (Chambe, 2021). Olhamos então para a excepcionalidade da independência moçambicana como um processo histórico ou evento paradigmático – momento-chave, “crítico”, da história pessoal e coletiva, como sugere Das (1995) –, abordado a partir do tamanho do mundo que transforma e de sua capacidade de balançar a vida concreta e cotidiana das pessoas.

Das (2020, p. 29) salienta que esses eventos estão articulados e inscritos no ordinário, “como se houvesse tentáculos que se deslocam do cotidiano e prendem em si o evento de alguns modos específicos”. Nesse sentido, a independência moçambicana não foi necessariamente enunciada pelas pessoas com as quais interagi, tampouco era diretamente lembrada durante as práticas do dia a dia; estava, porém, cotidianamente ali e, por vezes, foi aludida sem que se falasse sobre ela. Embora também reconheça que a “história das vidas emaranhadas” pela independência moçambicana faça “parte da história da nação” (Das, 2020, p. 22), proponho refletir como o evento se entranha na vida de pessoas que por ele foram afetadas, penetrando os “recessos do ordinário”. Moçambique tornou-se um país independente em 25 de junho de 1975, após negociações e quase dez anos de guerra (setembro de 1964 - julho de 1974) entre o governo colonial português e o principal movimento independentista moçambicano, a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique), que tomou o poder e governava o país até a redação deste artigo.

### *Caminhos da independência*

Um dos principais marcos da passagem do período colonial para o país independente talvez tenha sido a chegada de antigos combatentes da Frelimo em Maputo, entre 1974 e 1975, após participarem dos embates contra as forças coloniais portuguesas na região norte de Moçambique. A ocupação da capital, localizada no extremo sul do país, marcava então uma ruptura, um momento “originário” (Das, 1995), como venho sugerindo: ainda que repleta de incertezas, a independência abria as portas para transformações nos modos de vida e nas relações ali constituídas e para ideias e proposições de construção de um país independente. À formação do



novo país seguiu-se uma série de medidas que tinham como objetivo estruturar o estado moçambicano e produzir a nação. Do ponto de vista político-ideológico, o moçambicano, enquanto nova categoria de unidade nacional, estruturar-se-ia a partir da ideia de homem novo (Cahen, 2004; Coelho, 1993) e, vinculados à certa perspectiva do que seria um país “moderno” (Cooper, 2016; Isaacman; Isaacman, 2019; Sumich, 2008), novos paradigmas de produção também entraram em cena.

Ao mesmo tempo em que boa parte dos colonos portugueses deixava o país, o estado independente iniciava uma política de fomento à produção agrícola, a partir da criação de grandes empresas agrícolas estatais, que receberam a quase totalidade dos recursos disponíveis (West; Myers, 1996), e, ao nível mais geral da população, de cooperativas de produção nas aldeias, que dependeram, em grande medida, de ajuda exterior e de projetos de cooperação com outros países. Nesse contexto, as pessoas da zona rural onde trabalhei procuraram viver as transformações em suas vidas, entre o progressivo fim do “tempo do colono” e um novo país do qual deviam ser cidadãos e agricultores produtivos.

Nesse sentido, em relação à independência, um caminho analítico hegemônico tem se centrado, entre outros pontos, na formação do novo cidadão moçambicano e nas tentativas várias de se perceber ou mesmo produzir uma moçambicanidade (Serra, 1998); numa visão crítica dos diversos projetos e iniciativas colocados em prática pelo governo do país (Hall; Young, 1997), a partir de 1975; e na construção do estado-nação moçambicano (Magode, 1996). Nessa linha, uma leitura comum, por exemplo, tem como foco o estado independente, em suas comparações, homologias e continuidades com o estado colonial português.

A esse respeito, Peter Fry (2003, p. 293) enxergou uma semelhança “estrutural” entre o projeto do colonialismo português, autoritário e baseado em uma divisão social elitista, e a nova ordem revolucionária, também autoritária, comandada por uma vanguarda “iluminada”. Omar Thomaz (2006), por sua vez, assinalou a continuidade da categoria de assimilado no período pós-colonial. Para ele, “uma minoria desde o período colonial podia se enquadrar na categoria de assimilado, a qual não foi efetivamente superada no período pós-independência” (p. 257). Esse pequeno grupo de “assimilados”, teria, assim, ocupado “um lugar decisivo no funcionamento do aparelho de um Estado”, adotando a língua portuguesa como oficial e apropriando-se “com um propósito revolucionário de um conjunto de atributos anteriormente associados à civilização” (Thomaz, 2006, p. 257). Nessa mesma lógica, Michel Cahen (2007) sustentou que a “homogeneidade obrigatória” proclamada pelo partido no poder não provinha da independência, em 1975, mas, sim, das próprias estruturas coloniais. Para o autor, sua origem estaria na formação da elite dirigente que ascendeu ao poder, com Samora Machel. Esse pequeno grupo teria formado uma elite “sulista” que, forjada em relações de inferioridade com a administração colonial, que, ao mesmo tempo que buscava negar o colonialismo, possuía como modelo o estado português.

Desse modo, se a literatura acadêmica tem se preocupado mais com os meandros do “estado-nação” e com os grupos de poder que o dirigem, o próprio estado moçambicano engendra certa história oficial, vinculante da fundação de Moçambique enquanto país independente. Essa narrativa hegemônica pode ser considerada como constituinte de uma determinada história “oficial” do país e, além de direcionar a visão ideológica nacional por meio das instituições de Estado (escola,

meios de comunicação etc.), geralmente é narrada, entre outras, por personagens como os antigos combatentes envolvidos com a política nacional; membros ou pessoas ligadas historicamente ao partido Frelimo; figuras dos meios culturais e econômicos – o que J. P. Borges Coelho (2015) denominou de “vozes testemunho”.

A história “oficial” ou versões dela também me foram narradas por “estruturas” da Frelimo durante o trabalho de campo. Quando, por exemplo, dirigi-me à sede do partido no distrito de Homoine com o intuito de conversar com o seu secretário-geral, liderança máxima do partido para a região, e solicitar-lhe informações sobre os antigos combatentes da luta de libertação colonial residentes no distrito. Após conversarmos sobre o bom andamento dos trabalhos na área, perguntou-me sobre como estaria eu sendo tratado enquanto “brasileiro”, o que provavelmente seria mais tranquilo do que se fosse “português”, como observou. Respondi-lhe que me tratavam melhor do que eu merecia e ingenuamente observei que os meus interlocutores falavam sobre o “tempo do colono”, mas que não havia ouvido nada mau a respeito de “portugueses”. Nesse momento, impaciente, ele passou a me contar a história daquele país, conforme lesse uma cartilha escolar, em resumo: a luta contra o colonialismo, a guerra de libertação e a expulsão dos portugueses pelos heróis da Frelimo, o combate à pobreza e o desenvolvimento do país.

Entrementes, durante minha estada na região, a questão da independência enquanto “evento” parecia se espalhar por vários lugares, assinalando de forma vívida o cotidiano das pessoas. A escola seria um desses lugares: as transformações radicais provocadas pela difusão do ensino público nas últimas décadas estavam impressas no dia a dia em falas, narrativas, relações, objetos, ambientes, paisagens, em contraposição à quase completa

exclusão das possibilidades educacionais oferecidas às famílias locais no “tempo do colono”. É assim que, inspirado nas proposições de Das (2020, p. 28), a partir da machamba, sugiro “descermos ao ordinário”, já que os “relacionamentos requerem uma repetida atenção ao mais ordinário dos objetos e eventos”.

Essa perspectiva pode nos oferecer não somente um conjunto mais matizado e robusto da produção histórica, como, principalmente, das experiências vivenciadas e daqueles que as vivenciaram. A machamba é um lugar central para percebermos como a experiência da independência é cotidianamente incorporada, sentida, por muitas pessoas com as quais conversei: ela está na terra, na paisagem, “afeta” (Navaro-Yashin, 2009) ordinariamente as suas vidas e, em certa medida, contribui para suas autorrepresentações como produtores rurais ou “agricultores”. Se, como Das (2020, p. 30) sublinha, precisamos “descrever o que acontece ao sujeito e ao mundo quando a memória de tais eventos está guardada nos relacionamentos existentes”, o evento da independência moçambicana está inserido em um cotidiano também repleto de eventos diários que transportam essa experiência, como a lide diária na machamba, as reuniões debaixo das árvores frutíferas e o cuidado delas, o ambiente repleto de afetos e reflexões sobre a produção agrícola, entre outros que aponto neste artigo.

### ***A independência na machamba***

Um dos principais desafios no início do trabalho de campo foi perceber as várias formas de distribuição do solo e de trabalho agrícola. Quando caminhava pela região, os agricultores falavam-me de um mosaico de machambas, mais de 2 mil só em torno da povoação central. As áreas mais produtivas, próximas dos

fluxos de água, como o rio Nhanombe ou os outros machongos<sup>6</sup>, eram de posse de antigas famílias locais ou de famílias de antigos combatentes da luta de libertação colonial, chegados no início da década de 1980, no bojo dos conflitos armados que se iniciavam no sul do país<sup>7</sup>.

A tentativa de entender os meandros da prática e da estrutura agrícola local durante a interação com os agricultores levava-nos a outros tempos, não necessariamente cronológicos, porém paradigmáticos para se explicar o que ocorria naquelas machambas. O fato de estarmos nas plantações também colaborava para suscitar recordações, tanto de práticas e cultivos agrícolas como de histórias e relações vividas naquelas terras, o que parecia indicar o “poder do lugar” nos processos de rememoração, referido por Freire (2012) e Zelizer (1995). Deste modo, a machamba como “lugar” suscitava articulações com outras temporalidades êmicas, como o “tempo do colono” e “quando a Frelimo chegou”.

A independência moçambicana não me foi referida direta e intencionalmente em nenhuma ocasião pelas agricultoras, que logo no início de nossas conversas mobilizaram outras formas de denominar um conjunto de experiências daquela altura, vivenciadas cotidianamente no tempo “contemporâneo”.

Assim também, se o fim do “tempo do colono” não representava diretamente a independência, a época “quando a Frelimo chegou” não era exatamente o seu início.

O poder das narrativas sobre o passado parecia mais poroso e dinâmico do que as classificações históricas oficiais e meus interlocutores estavam mais preocupados em refletir sobre as experiências das transformações políticas e agrícolas em suas vidas. Durante o “tempo do colono”, as melhores e maiores terras de plantio pertenciam aos colonos, onde cultivavam produtos diversificados, como algodão, cana-de-açúcar, milho, em uma dinâmica de posse e ocupação do solo comum em Homóine e na região sul de Moçambique na altura, conforme sugere Manghezi (1983), ao salientar a política do governo colonial de expropriação de terras dos agricultores africanos, o que também aponta Direito (2013).

O vale do Nhanombe faria parte de uma das poucas bolsas de produção alimentar do sul moçambicano, e em especial da província de Inhambane, região de clima variável, pobre em água e historicamente atingida por secas que, conjugadas com dificuldades na produção agrícola e a política de culturas obrigatórias de arroz e algodão do tempo colonial (entre 1930 e 1960), frequentemente foram acompanhadas de vagas de fome (Manghezi, 1983; Direito, 2013). Aos camponeses mais pobres, maioria da população, restava-lhes as terras mais arenosas e dependentes das chuvas, mais afastadas do vale do rio Nhanombe, ficando mais vulneráveis, já que a ocupação dos colonos nas margens dos fluxos de água, nomeadamente nos férteis machongos,

<sup>6</sup> Terras férteis e úmidas, próximas a cursos d'água, mais “baixas”. As terras altas e mais secas são denominadas de “sequeiro”. Ambas fazem parte do conjunto de “machambas”.<sup>6</sup> Por exemplo, em 2017, a Argentina era considerada High Income (ou Alta Renda) na classificação do Banco Mundial. Entretanto, como os dados de informalidade e empreendedorismo na Argentina são relativos ao ano de 2018, usa-se a classificação para o ano de 2018, no caso, Upper-middle Income, ou Renda Média Alta.

<sup>7</sup> Esses antigos combatentes tinham diversas origens etnolinguísticas – Macua, Yao, Maconde etc. – e tomaram parte das terras de machongo da região, a partir de 1982, antes de posse de famílias locais.

engendrou um efeito perverso: diminuiu a segurança alimentar da população, que até hoje conta com essas terras para garantir sua sobrevivência nos tempos difíceis.

Assim, uma parte das famílias residentes na região desde o “tempo do colono” foi beneficiada com a “chegada da Frelimo” e a partida dos colonos do país, pois aqueles férteis machongos foram libertados, de fato. Interessante observar que a ocupação dos machongos da região pelos colonos era também uma preocupação de agentes do governo colonial. A. Rita-Ferreira (1957, p. 172), administrador de Homoine entre 1954 e 1956, terminou o seu “estudo sociológico” de uma das povoações da região com a seguinte afirmação: “parece conveniente que se estude a expropriação dos machongos a favor das reservas indígenas [isto é, da população local], eliminando-se desse modo motivos de ressentimento [...]”. Tal sugestão sinaliza o tamanho que aquelas terras férteis tinham para as famílias locais e sua importância para as relações no vale do Nhanombe.

Nos primeiros anos após a independência, algumas famílias mais numerosas e com maior capacidade produtiva apropriaram-se deles e chegaram a explorar grandes terrenos, nomeadamente em virtude da baixa demografia daquela área e do entorno – consequência tanto da ocupação dispersa do território como da própria exploração colonial. E continuavam a ocupá-los até a época contemporânea. A “independência”, embora não fosse citada enquanto “memória”, configurou-se com uma constante experiência de abertura para ação, tanto no nível pessoal, intersubjetivo, quanto para o estabelecimento de novas relações.

A libertação das terras férteis pelo progressivo fim do “tempo do colono” e a “chegada da Frelimo” conformou-se como profundo fator de transformação nas oportunidades de vida de muitas famílias e nos seus sentimentos. Como também sugere Roesch (1986) com base em seu trabalho de campo na província de Gaza, contribuiu sobremaneira para o estabelecimento do governo da Frelimo na região, como também para o engajamento de parte da população nas iniciativas agrícolas subsequentes.

De modo geral, a percepção dos meus interlocutores sinalizou que as parcelas individuais das famílias que conseguiram terras férteis antes pertencentes aos colonos foram respeitadas, principalmente aquelas nos machongos, mesmo com a subversão das relações de poder e da organização local após a “chegada da Frelimo” e os seus inúmeros projetos produtivos. Isso não significa dizer que algumas famílias não tenham perdido parte da área sob sua posse, o que aconteceu, segundo algumas críticas colocadas por antigos moradores durante a interlocução no terreno. Entretanto, isso teria acontecido a partir de 1982, com a chegada dos antigos combatentes à região e o desenrolar da guerra civil. Do mesmo modo, durante a pesquisa, o acesso aos parques recursos disponíveis na região – meios de produção, como terra, insumos e instrumentos de trabalho – era interdito a boa parte da população.

A Sra. Margarida me contou a história de sua família e o chibalo<sup>8</sup> de sua mãe em “terras de colono”, em produtivas terras de uma das associações agrícolas locais. Ainda que fosse parte de uma antiga família local e uma liderança de um dos bairros

---

<sup>8</sup> Nesse contexto, sinônimo de trabalho forçado.



da povoação central, nunca teve acesso a grandes porções de terras, tampouco recursos, e sua família sempre esteve no limite das condições de sobrevivência. A anciã relatou alegria com o fim do “tempo do colono”, que tinha sido particularmente difícil para a sua família. Com o novo país tudo havia mudado.

Nessa mesma direção, foi comum ouvir de anciãos histórias sobre as proibições do plantio e da manutenção dos coqueiros por parte de colonos, que procuravam garantir o monopólio sobre a propriedade da árvore, que, assim como os cajueiros, garantia-lhes vantagens econômicas a longo prazo, como assinala Manghezi (1983). O controle exclusivo dos recursos da terra e das plantações mais rentáveis por parte dos extratos mais privilegiados provocava conflitos entre estes e agricultores africanos – vários acabaram expulsos de seus terrenos de trabalho e os conflitos não raro terminavam com a derrubada dos coqueiros por parte do colono. De fato, a posse legal, de “jure”, do território onde estavam as árvores frutíferas era dos colonos.

A entranhada relação da população local com as árvores frutíferas fluía daquele ambiente desde o dia em que cheguei à região. Esse foi o caso do Sr. Itamar, por exemplo, então liderança de uma das povoações do vale do Nhanombe. Quando no início da nossa conversa<sup>9</sup> lhe perguntei sobre os tempos da “socialização rural” ocorridos “quando a Frelimo chegou”, ele contou-me dos diversos cargos que tinha ocupado na povoação. Já ancião, atribuiu o seu engajamento nas “estruturas” da Frelimo às mudanças ocorridas desde então, ao contar a experiência de sua família no “tempo do colono”, quando

viviam em uma pequena parcela de terra de “nhaca”<sup>10</sup> e não podiam plantar árvores frutíferas, como o cajueiro e o coqueiro, pois monopólio dos colonos.

As questões sobre a plantação dos coqueiros provenientes do “tempo do colono” pareciam ainda vívidas naquela região, embora tivessem acabado com a partida dos colonos e com a autorização dada pelo governo para a plantação generalizada pela população nos tempos de “socialização rural”. Naqueles novos tempos, algumas famílias haviam conseguido terras mais férteis, com algum acesso à água ou outro beneficiamento, como árvores frutíferas, nomeadamente coqueiros. Diferentemente do tempo anterior, no qual, para além das humilhações sofridas pelos moradores, a privação de árvores frutíferas era sinônimo tanto da impossibilidade de ganhos monetários como de ausência de todos os recursos que uma árvore como o coqueiro pode fornecer, desde o óleo e o leite até as bebidas e os alimentos.

Nesse sentido, foi interessante observar a íntima relação de muitos dos meus interlocutores com o coqueiro e seus frutos, que marcavam sobremaneira o convívio cotidiano e as relações familiares, vicinais e de amizade. Uma das atividades mais comuns em nossas caminhadas pelos terrenos era pararmos em algum para comer frutos por eles ofertados e, principalmente, lanho: a parte branca e succulenta interna ao coco. A refeição partilhada sinalizava o amigável clima de socialização. Do mesmo modo, fui assim recebido em muitas casas: com uma oferta de coco fresco, para levar para casa ou para compartilharmos todos juntos.

<sup>9</sup> Conversa realizada em fevereiro de 2019, predominantemente em xitswa, na sombra das árvores frutíferas da residência do Sr. Itamar, com tradução xitswa-português.

<sup>10</sup> Terras em declive, próximas ao rio, mas com pouca capacidade produtiva, segundo explicou o Sr. Itamar.



As árvores frutíferas eram também pontos de encontro entre as pessoas e marcadores espaciais: as mangueiras, as mafurreiras, os coqueiros, entre outros, operavam como referenciais territoriais que sinalizavam os limites e as divisões das machambas e dos talhões residenciais. Do mesmo modo, grande parte das conversas individuais e das reuniões coletivas no vale do Nhanombe aconteceram à sombra de grandes árvores de frutos – como, aliás, é comum em outras paragens moçambicanas, como sublinharam Isaacman e Isaacman (2019) e Thomaz (2008). Os produtos das árvores e das machambas – a “comida” – foram presença constante nas relações com meus interlocutores, nomeadamente quando estávamos à sombra dessas grandes árvores ou então nos terrenos agrícolas, que exalavam diversas experiências, nas quais agentes humanos e não humanos se relacionavam.

Por exemplo, minha conversa com o Sr. Manoel<sup>11</sup>, liderança tradicional de uma das povoações da região, foi pautada por um amistoso diálogo sobre as “comidas” das machambas do Brasil. Ele já sabia das minhas andanças pelas machambas da área e teceu considerações sobre a importância das chuvas para a produção agrícola. Estávamos à sombra da grande mafurreira da sua residência e ele indagou-me se no Brasil havia mafura. Mostrando-se espantado e curioso com a minha negativa, desencadeamos uma boa conversa sobre as árvores frutíferas dos dois países, o que também colaborou para nossa interação naquele dia. Não me deixou sair de lá, aliás, sem uma sacola repleta de limões do seu quintal.

Esses ambientes afetivos também remetiam a outras temporalidades, assinaladas por diversos investimentos desde o pós-independência e novos projetos produtivos. A formação de uma das “aldeias” locais, segundo vários interlocutores, tinha trazido uma série de infraestruturas, que povoavam aquela paisagem da vida cotidiana. As pessoas apontavam e citavam a escola, o posto de saúde, a rede de energia elétrica, os poços e cisternas de água, a organização dos arruamentos, entre muitos outros bens familiares e coletivos. Para além daquelas infraestruturas, criadas a partir da década de 1980, localizadas na “aldeia”, um conjunto de equipamentos era-me assinalado diariamente, relacionado aos diversos projetos de desenvolvimento rural levados a cabo naquela região, desde os primeiros projetos cooperativos no âmbito do que o governo propunha como “socialização rural” até como iniciativas com apoio internacional, como o projeto FAI.

Não só envolviam ruínas existentes dentro da aldeia, como silos de grãos, armazéns, caixas d’água, como também bombas d’água e galpões velhos ou avariados, localizados nas machambas. Estas, aliás, constituíam-se com um ambiente repleto de experiências que exalavam afetos. daquelas terras de produção agrícola também emergiam lógicas ou linguagens da machamba, informando cotidianamente as práticas de boa parte da população rural, formatando suas categorias de pensamento e modelando suas subjetividades.

Articulada a diversas temporalidades e experiências, essa linguagem dinâmica parecia produto do processo relacional inscrito na prática contextual (Bourdieu,

<sup>11</sup> Conversa realizada em fevereiro de 2019, predominantemente em xitswa, com tradução xitswa-português.

1989, 2002; Spies, 2019; Strathern, 2020) e possuía também uma gramática própria, repleta de humanos e não humanos (Tsing, 2015, 2019): bichinhos, remédios, venenos, sementes, ramas, comida, machongos.

Esse mosaico formado por relações entre objetos, equipamentos, seres e ambientes descarregava emoções, que articulavam todos esses “tempos” e suas experiências operavam como elementos vívidos para muitas pessoas. As ruínas físicas dos projetos de desenvolvimento rural, nessa perspectiva, não eram somente “restos materiais ou artefatos de destruição e de violação, mas também subjetividades e afetos residuais que permanecem (como uma ressaca), após uma guerra ou uma violência”, como define Navaro-Yashin (2009, p. 14) em sua metáfora do arruinamento. Segundo a autora, a ruína, se abandonada, continua a se desgastar com o tempo e ao mesmo tempo é um “evento histórico, é lembrada, estimada, mantida, lamentada na memória daqueles que a deixaram, estranhamente notada e localizada por aqueles que vivem nela ou em sua vizinhança, deixa marcas no inconsciente”.

A convivência dos moradores com essas ruínas gerava sentimentos e emoções naqueles que viveram aquelas produtivas fases da machamba e continuavam a ali viver. Assim, poder-se-ia dizer que certa nostalgia constantemente mobilizada pelos meus interlocutores sobre tempos de fartura alimentar do “celeiro da província” daquela região do vale do Nhanombe, com as cooperativas de produção do pós-independência, apesar de todos os seus problemas e todas as suas limitações, era pouco ou nada “romântica” ou idealizada. Pelo contrário, apontava para as baixas condições de produção agrícola historicamente sedimentadas no sul moçambicano, caracterizado por secas e períodos de fome, como salientado por Manghezi (1983) e First (1998[1977]), e

que, localizadas principalmente no “tempo do colono”, informavam as percepções e os sentimentos daquela população rural a respeito de sua estabilidade familiar e de sua segurança alimentar. Os próprios objetos e equipamentos, assim como o ambiente das machambas forjado naqueles tempos, podem exalar o seu próprio afeto, como indica Navaro-Yashin (2009), e a ruína passa a fazer parte do discurso das pessoas, que a “simbolizam, interpretam, politizam, relembram, tentam esquecer, historicizam etc.”: pessoas e ruínas “produzem e transmitem efeitos de forma relacional”.

Durante todo o meu trabalho de campo, essas relações configuravam um enunciado sentimento de abandono, quase um discurso moral e um estado de ser e de sentir a respeito de conviver naquele ambiente afetivo e ao mesmo tempo não se conseguir acessar um conjunto de recursos. De certa forma, aquela também era uma incorporada experiência de perda. Aquelas machambas haviam experienciado alguns tempos de fartura, quando havia apoios para a produção agrícola, as cooperativas estavam a todo o vapor e, afinal, havia alimento para as famílias.

O contínuo aporte de recursos para a produção agrícola, desde as primeiras iniciativas do pós-independência, ainda no “tempo de Samora”, até os projetos internacionais posteriores, com sementes, insumos, maquinarias, apoio especializado e garantia de água para as machambas, ia de encontro aos relatos de seca, fome e destruição historicamente vinculados na província e que lhes chegavam de outras regiões durante a guerra civil. Contrastava também com a época contemporânea desta pesquisa, na qual a falta de apoio à produção agrícola e o fomento da iniciativa individual traziam o sentimento de abandono, principalmente pelo Estado neoliberal contemporâneo, que era cobrado pela maioria das

peças por deixar aquela população rural à própria sorte, no que se refere às machambas. Aquelas experiências e relações fomentavam expectativas e projeções de um outro futuro.

### **Considerações finais**

*“O tédio é o pássaro de sonho  
que choca os ovos da experiência”.*

W. Benjamin, 1994 [1936]

Ao propôr-se debruçar sobre experiências concretas relativas à independência moçambicana inscritas na machamba e no seu universo, este artigo buscou seguir as reflexões de Navaro-Yashin (2009, p. 7) a respeito de uma etnografia “transparadigmática”, uma mescla que pode envolver, por exemplo, “teorias do afeto e da subjetividade, da linguagem e da materialidade”. A autora sugere refletirmos sobre a formulação e o esquecimento de paradigmas nas ciências sociais, processo que envolve sempre violência, “condição subjacente para a produção de formas emergentes de vida política e social”. Para Navaro-Yashin (2009, p. 7), a própria produção do conhecimento é imersa em ruína, no “empilhamento de detritos atrás de nós”, sendo assim “fragmentária”, construída por “cacos, detritos, escombros deixados para trás após uma catástrofe” – a etnografia, assim, pode ser um vetor “contra o grão da arruinação”.

Como argumentei, longe de descartá-lo, cabe englobar nessa análise o debate sobre a memória enquanto linguagem, como salienta Benjamin (1989[1939]) ao nos lembrar que os processos de recordação do passado são repletos de conhecimento e são primordiais para a constituição da “estrutura filosófica da experiência”, tornando-a discursivamente inteligível. Essas experiências são por vezes elaboradas, enunciadas e até cristalizadas em termos de um “passado” enunciado (isto é, de “memórias”), mas não necessária e nem obrigatoriamente de modo intencional como memórias específicas de um evento, como vimos a respeito da independência moçambicana.

Durante minha estada na região do vale do Nhanombe, o “tempo do colono” havia dado lugar ao surgimento de novas relações e as transformações provocadas pela independência marcavam o dia a dia local. Essa passagem não excluía continuidades, como sugere Pina-Cabral (2022), em sua abordagem analítica “anticesurista”, entretanto sinalizava principalmente vívidas rupturas com relações de subordinação e exploração estabelecidas no período colonial, nomeadamente na machamba, como vimos. Se o “tempo do colono” caracterizou-se pelas brutais assimetrias no acesso e distribuição de recursos, o pós-independência contará também com diferentes “regimes de desigualdade” (Costa, 2019; Brubaker, 2015).



## Referências Bibliográficas

BENJAMIN, W. (1989). Sobre alguns temas em Baudelaire [1939]. In: W. BENJAMIN, *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. Tradução: José Martins Barbosa, Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense.

BENJAMIN, W. (1994). Experiência e pobreza [1933]. In: W. BENJAMIN, *Magia e Técnica, Arte e Política* - ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, v. I, 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense.

BOURDIEU, P. (1989). Le mort saisi le vif. As relações entre a história reificada e a história incorporada. In: P. BOURDIEU, *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, p. 75-106.

BOURDIEU, P. (2002). *Esboço de uma teoria da prática*: precedido de três estudos de etnologia cabila. 1. ed. Tradução: Miguel Serras Pereira. Oeiras: Celta.

BRUBAKER, R. (2015). *Grounds for Difference*. Cambridge: Harvard University Press.

CAHEN, M. (2004). *Os outros*: um historiador em Moçambique. Basel: P. Schlettwein Publishing.

CAHEN, M. (2007). Moçambique: o marxismo, a nação e o Estado. Entrevista. *Crítica Marxista*, v. 1(25), p. 118-130.

CASAL, A. Y. (1991). Discurso Socialista e camponeses africanos: Legitimação político-ideológico da socialização rural em Moçambique (Frelimo, 1965-1984). *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n. 14-15, p. 35-76.

CHAMBE, Z. M. (2021). *Entre "vientes" e nativos*: mineração, mobilidade, violências e (re) existências em Montepuez, Moçambique. Campinas, SP. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, 321 f.

COELHO, J. P. B. (1993). *Protected villages and communal villages in the Mozambican province of Tete* (1968-1982): a history of State resettlement policies. Bradford, UK. Tese (Doutorado em História). University of Bradford, 460 f.

COELHO, J. P. B. (2015). "Abrir a fábula: Questões da política do passado em Moçambique". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 106, p. 153-166. <https://doi.org/10.4000/rccs.5926>

COOPER, F. (2016). *Histórias de África: Capitalismo, Modernidade e Globalização*. Lisboa: Edições 70.

COSTA, S. (2019). The neglected nexus between conviviality and inequality. *Novos Estudos*, Cebrap, v. 38(1), p. 15-32. <https://doi.org/10.25091/S01013300201900010003>

DAS, V. (1995). *Critical events: an anthropological perspective on contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press.

DAS, V. (2020). *Vida e palavras*: violência e sua descida ao ordinário. São Paulo: Editora Unifesp.

DIREITO, B. (2013). Land and colonialism in Mozambique policies and practice in Inhambane, c.1900–c.1940. *Journal of Southern African Studies*, v. 39(2), p. 353-369.

FIRST, R. (coord.). (1998[1977]). *O mineiro moçambicano*: um estudo sobre a exportação de mão de obra em Inhambane. Maputo: Imprensa Universitária.

FREIRE, D. (2012). Fotografias como "lugares de memória" portáteis: identidades, discursos e significados da agricultura em Portugal". *Ler História*, v. 63, p. 163-177. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.408>



FRY, P. (2003). Culturas da diferença: sequelas das políticas coloniais portuguesa e britânica na África Austral. In: P. FRY. *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

HALL, M.; YOUNG, T. (1997). *Confronting Leviathan; Mozambique since independence*. London: Hurst & Company.

IRWIN-ZARECKA, I. (1994). *Frames of Remembering: The Dynamics of Collective Memory*. New Brunswick, Transaction Books.

ISAACMAN, A.; ISAACMAN, B. (2019). *A ilusão do desenvolvimento*. Cahora Bassa e a história de Moçambique. Lisboa: Outro Modo.

MAGODE, J. (ed.). (1996). *Moçambique: etnicidades, nacionalismo e o estado*. Transição inacabada. Maputo: CEEI.

MANGHEZI, A. (1983). Kuthekela: estratégia de sobrevivência contra a fome no Sul de Moçambique. *Estudos Moçambicanos*, n. 4, p. 19-39.

NAVARO-YASHIN, Y. (2009). Affective spaces, melancholic objects: ruination and the production of anthropological knowledge. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 15, p. 1-18.

NTAHOMVUKIYE, A. F. (2020). Burundi, des gospels dans la guerre: lieu de mémoire invisible ou signe de mauvais augure? *Sources: Materials & Fieldwork in African Studies*, n. 1, p. 121-140. <https://doi.org/10.4000/11ta5>

PERALTA, E. (2007). Abordagens Teóricas ao Estudo da Memória Social: Uma Resenha Crítica. *Arquivos da Memória: Antropologia, Escala e Memória*, n. 2, p. 4-23.

PINA-CABRAL, J. de. (2010). The door in the middle: six conditions for anthropology. In: D. JAMES; E. PLAICE; C. TOREN (ed.).

*Culture Wars: Context, Models and Anthropologists Accounts*. Nova Iorque e Oxford: Berghahn Books, p. 152-169.

PINA-CABRAL, J. (2022). *Transcolonial*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

RITA-FERREIRA, A. (1957). *Esboço sociológico do grupo de povoações Meu: Homóine*. Lourenço Marques (Moçambique): Sociedade de Estudos da Província. 1 mapa desdobr. p. 78-180.

ROESCH, O. (1986). *Socialism and Rural Development in Mozambique*. The Case of Aldeia Comunal 24 de Julho. Toronto, CA. Tese (Ph.D. em Antropologia). University of Toronto.

ROSALLES, M. V. (2015). *As coisas da casa: cultura material, migrações e memórias familiares*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

SERRA, C. (dir.). (1998). *Identidade, moçambicanidade, moçambicanização*. Maputo: Livraria Universitária.

SPIES, E. (2019). Being in Relation: A Critical appraisal of Religious Diversity and Mission Encounter in Madagascar. *Journal of African Religions*, v. 7(1), p. 62-83. <https://doi.org/10.5325/jafireli.7.1.0062>

STRATHERN, M. (2020). *Relations: an anthropological account*. Durham: Duke University Press.

SUMICH, J. (2008). Construir uma nação: Ideologias de modernidade da elite moçambicana. *Revista Análise Social*, v. XLIII, n. 2, p. 319-345.

THOMAZ, O. R. (2006). "Raça", nação e status: histórias de guerra e "relações raciais" em Moçambique. São Paulo: *Revista USP*, v. 68, p. 252-268. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i68p252-268>

THOMAZ, O. R. (2008). "Escravos sem dono": a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período social-



ista. *Revista de Antropologia*, USP, v. 51(1), p. 177-214. <https://doi.org/10.1590/S0034-77012008000100007>

TSING, A. L. (2015). *The Mushroom at the End of the World: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins*. Nova Jersey, Princeton University Press.

TSING, A. L. (2019). *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas.

VIEGAS, S.; MAPRIL, J. (2012). Mutualidade e conhecimento etnográfico. *Etnográfica*, v. 16(3), p. 515-524. <https://doi.org/10.4000/etnografica.2104>

WEST, H.; MYERS, G. W. (1996). A Piece of Land in a Land of Peace? State Farm Diver-  
siture in Mozambique. *The Journal of Modern African Studies*, v. 34(1), p. 27-51.

ZELIZER, B. (1995). Reading the Past against the Grain. *Critical Studies in Mass Communication*, v. 12, p. 214-39. <https://doi.org/10.1080/15295039509366932>

# Historical memories on slavery in southern Somalia and Cabo Delgado, Mozambique: slavery versus forced labor

**Memórias históricas sobre a escravidão no sul da Somália e em Cabo Delgado, Moçambique: escravidão versus trabalho forçado**

**Memorias históricas sobre la esclavitud en el sur de Somalia y Cabo Delgado, Mozambique: la esclavitud frente al trabajo forzado**

**Francesca  
DECLICH**

[francesca.declich@uniurb.it](mailto:francesca.declich@uniurb.it)

Università di Urbino Carlo Bo.

33

*Living memories of past movements and migrations in and out of the Querimbas Islands, especially Ibo Island, are apt to present some surprises. When talking about slavery, some elders' shared memories sometimes seem to be defensive, serving to justify the practice of slavery rather than decrying it. This may be ascribed to several factors. External observers often look at dependency interrelations in poor areas in ways that do not coincide with the views held by local people and there may be relevant historical reasons to account for the different perceptions. The reasons which lie behind the viewpoint held by some Ibo islanders would seem to be related to past events and conflicts that occurred many decades after slavery was abolished. This paper will explore some such reasons by inquiring into the ways people were recruited as forced laborers and looking into the policies that facilitated the lives of servants as opposed to people with autonomous occupations who could be coerced into forced laborer.*

**Keywords: domestic slavery, forced labor, memories, migration, domestic servant, labor stratification**

*Alguns conteúdos de memórias vivas de mobilidade e migrações passadas dentro e fora da Ilha Querimbas, especialmente da Ilha Ibo, são algo inesperados. Quando se fala de escravidão, as memórias partilhadas de alguns anciãos parecem por vezes ser defensivas e justificar a prática da escravidão em vez de a descartar. Isto pode ser atribuído a vários fatores. Os observadores externos olham frequentemente para as inter-relações de dependência existentes nas zonas pobres de formas que não coincidem com as opiniões da população local e podem existir razões históricas relevantes para que isto aconteça. As motivações subjacentes a este ponto de vista parecem também estar relacionadas com acontecimentos do passado ocorridos muitas décadas depois da abolição da escravidão. Este artigo irá explorar algumas dessas razões inquirindo sobre a forma como as pessoas eram recrutadas como trabalhadores forçados e sobre as políticas que facilitavam a vida aos servos, em oposição aos trabalhadores forçados.*

**Palavras-chave:** *escravidão doméstica, trabalho forçado, memórias, migração, trabalhadores domésticos, estratificação do trabalho*

*Algunos de los contenidos de los recuerdos vivos de la movilidad y las migraciones pasadas dentro y fuera de la isla de Querimbas, especialmente de la isla de Ibo, son un tanto inesperados. Al hablar de la esclavitud, los recuerdos compartidos por algunos ancianos a veces parecen estar a la defensiva y justifican la práctica de la esclavitud en lugar de descartarla. Esto puede atribuirse a varios factores. Los observadores externos suelen ver las interrelaciones de dependencia que existen en las zonas pobres de formas que no coinciden con los puntos de vista de la población local, y puede haber razones históricas relevantes para ello. Las motivaciones que subyacen a esta visión también parecen estar relacionadas con acontecimientos pasados que ocurrieron muchas décadas después de la abolición de la esclavitud. Este artículo explorará algunas de estas razones analizando cómo se reclutaba a la gente como trabajadores forzados y las políticas que facilitaban la vida de los siervos, en contraposición a los trabajadores forzados.*

**Palavras chave:** *esclavitud domestica, trabajo forzado, memorias, migraciones, trabajadores domesticos/as, estratificación laboral*

## **Introduction**

**M**emories of past events can be telescoped through more recent events, distorting oral reports of the past. Indeed, this is a process through which memories of past events, sharing similar connotations but occurring at very different times, tend to become conflated and epitomized in the collective memory in one event (Miller, 1980, p. 17; Spear, 1981, p. 166, 172). This mechanism of memorizing may conflate memories of events long gone with more recent ones; thus, the details of

more recent events overlap and mingle with those of earlier events; the remaining narrative details are a mixture of the two different past occurrences. Descriptions of events which have either left the strongest impression or been recounted, for whatever reason, more frequently than others, serve as a catalyst, fusing the earlier and later events into a single stereotyped narrative. This narrative serves as the lens through which all other similar looking events are observed. In other words, the narrative of

a later event is also used to describe events which occurred much earlier in which some details of the recent events may be grafted (Declich, 2018, 549).

This paper arises from reflections stemming from two field projects - in Ibo Island (Mozambique) and in Gosha along the Juba River (southern Somalia) - collecting living memories concerning slavery. Data from the two research projects obviously prompted a comparison and are seminal considerations on the topic.

While gathering memories of domestic slavery in Ibo Island, the thing that first impressed me, when I came to compare the two countries, was that, contrary to my expectations, a number of those I interviewed did not deprecate slavery, even though some of their forefathers, and indeed fathers, had been comprados, in other words, bought. Comprado was one of the words used to point out slaves. Yet, and especially in the Island of Ibo, some people claimed that every white family had some black family members. Some of such families are now in Portugal while others are still in Ibo.

My preconceived idea, and, indeed, also the ones embedded within the Mozambiquan independence narratives against colonialism<sup>1</sup> was that slavery, or being enslaved, in all cases, would have been a harsh experience and not a desirable condition. But this assumption was challenged on the account that sometimes people preferred to be the dependents of those who were strong and wealthy enough to protect them, especially from the raids of warrior groups like the Ngoni, rather than finding themselves elsewhere, free but defenseless. Thus, some people preferred to actually offer themselves as slaves to families of wealthy compounds rather

than remain on their own but unprotected. The walls of the compound of a wealthy master seemed to be a desirable fence separating an internal safe area from an external environment fraught with dangers. In addition, an elderly woman revealed that a slave would always have some flour for his or her meals, which was not always the case in times of famine, for people living outside the compound, albeit non enslaved (Declich, 2017, p. 190). In other words, being enslaved in Ibo was depicted as a condition in which people could be sheltered from uncertainties and insecurity.

### *Slavery and dependent labor*

Several classic authors have clarified that the concept of a slave and slavery is not univocal, and, in many ways, it is a historical product of specific socio-economic contexts. As Davis (1989, 1984) highlighted, the conception of slave developed in the Western countries was deeply based in the specific notion of freedom and equality, stemmed from the illuminist trends in which social forces were looking for opposing and overcoming the feudal regimes. Discussions on how and why to overcome the dichotomy slavery/freedom in the intellectual discourse (Wimmler and Wiegink 2024) were also preceded by studies on the “linkages between enslavement, the legacies of slavery and changing ideas of liberty” in specific historical periods (Bellagamba 2017). Thus, emic concepts of dependency go along with emic concepts of freedom.

The idea of freed and unfree stemmed from the experience of the “plantation slavery” model developed in the Americas, the West Indies and French colonies may

---

<sup>1</sup> Fontes: Some of such narratives can be epitomized by the exhibition of the Maputo Museu da Revolução which is now closed.

then not apply to societies where slavery developed differently, as the experience of maroon societies in several areas of the Western Indian Ocean shows (Abungu 2024; Coret 2021; Declich 2020). More recently historian of Africa, Joseph Miller (2012:2) invites us to reconsider “not only what we think about slavery but also the deep-seated assumptions that underlie how we can think most comprehendingly, and hence most productively, beyond existing understandings of slaving” and also that slavery in the historical past “might have differed from the way in which we have come to think about it now” (Miller, 2012:11).

In Ibo, the way local language addressed different kinds of slaves has an embedded hierarchy. The name for male slave was *ntwana*, while *ncakazi*, indicated the female slave with the special task of being a personal slave of the mistress of the house. The child of a female domestic slave was called *wana wa nsano*, in the Mwani language, as *nsano* indicate ‘a domestic female slave who had privileged relations with a master. Their children were not always recognized as legitimate children of the master<sup>2</sup> and sometimes they were ascribed an official African father.<sup>3</sup> As these children were also *wana wa nlungwana* (children of a free man) they had an ambiguous status. Instead, children born from domestic servants/slaves living in the courtyard (quintal) of a household of free people, were referred to as *wana wa nluwani* (children of the quintal).<sup>4</sup> Those children, born from a relative of the master’s family and a slave woman were pointed out as *wana wa mwenye* (children of the master). The way to nominate the

slaves shows a hierarchy among the people depending on whether they were directly related to the owner.

It is clear that the characteristics of the regimes of dependent labor are not the same everywhere and that the ways different societies manage structural conditions in specific socio-economic and ecological environments may not overlap. Nor it is possible to simply imagine an emancipation from certain forms of dependency as developing all the same way.

Notwithstanding, I was obviously spurred to compare these points of view with memories of the experiences of forced laborers in Cabo Delgado (Mozambique) which are generally recollected as extremely harsh and unpleasant. Narratives of forced laborers’ experiences describe young and older men being wrenched from their homes, obliged to work for six months in sisal plantations under extremely difficult conditions and subject to cruel punishments if they failed to finish the work they were assigned. The most common punishment was the *palmatoria*, that meant being beaten repeatedly on the palms of the hands with a wooden tool, a sort of a spade with rounded wooden spikes. A laborer could be beaten 20 times on each hand. People who underwent *palmatoria* still had to finish their work with aching hands. When the forced laborers were discharged after the conscription period their salary was reduced by the amount needed for tax payments.<sup>5</sup> Some young people were successful in fleeing their homes before the press-ganging was enforced, thereby managing to evade conscription. Memories

<sup>2</sup> In Da Conceição, *Entre o mar e a terra*, p. 207.

<sup>3</sup> Da Conceição, *Entre o mar e a terra*, p. 208.

<sup>4</sup> *Eluwani* is the Emakhuwa word for compound, quintal, and *nluwani* means “in the quintal”. The same word root is used in Kimwani.

<sup>5</sup> Interviews groups of elders in Metuge, 9 September 2013, interview with Ajimo Niparacusa, 9 Sept 2013.



offforced labor - some of them from locations along the coast opposite the Querimbas Islands - were much more scathing than those of slavery, but were not conflated with slavery narratives, as happened in Somalia.

### ***Memories of forced labor versus slavery in Somalia***

Typically, when talking about slavery in the Somali Lower and Middle Juba, interviewees<sup>6</sup> mentioned events which clearly occurred during the Italian colonization along the Shebeli as if they were referring to earlier slavery events preceding the Italian colonization (Declich, 2002, pp.127-128, 236-237), thus making the two phenomena indistinguishable for the listener.

The Lower Juba was home to the main farms that employed forced agricultural labor on that river. There were about 25 concessions, scattered between five and forty miles from the river estuary with a total cultivated area of around 2,500 hectares<sup>7</sup>. For the most part, the farms were located in the area between Yontey and Jamaame of present-day Lower Juba. Although in Italy, the press sometimes denied the existence of forced labor (Salvadei, 1934), this type of work was widely practiced and by certainly unorthodox means (Del Boca, 1986: 203-205; Dower, 1944: 60). In Gosha along the Juba River such experiences for the Zigula began after the end of the war in Abyssinia<sup>8</sup>

and lasted for approximately four years<sup>9</sup>. They therefore began much later than on the Scebeli, where they were already underway a decade earlier. In Gosha, local chiefs were used to provide lists of personnel to be recruited for companies. Those chosen had to go for the entire week to live and work at the defined company.

Each individual was assigned a piece of land that had to be worked on within the week. Those who did not finish the contracted work within the allotted time were subject to the whip (Dower, 1944: 60). The Italian resident of Jamaame township would make a round of inspection every weekend and whip those who had not finished the scheduled work<sup>10</sup>.

Those who had not been able to complete it or who showed renege were transferred to the town of Jamaame, where they were hung on a pole in the sun for a duration ranging from half an hour to two hours<sup>11</sup>. The resident to whom this role was entrusted for a long time, Mr. Costa<sup>12</sup>, was later interned by the British in a Kenyan prison camp (Pini, 1967). One of the farmers on Juba who particularly harassed the locals was Mr. Shafi, who had a farm in the Wirkoy locality. The same was later removed as a result of the too-repeated abuses<sup>13</sup>.

Then, the role of local chiefs was to provide lists of people and in return, benefit from a certain immunity for themselves and their relatives. Certainly, the chiefs

<sup>6</sup> Interviews were carried out in 1988 the framework of a fieldwork dedicated to collect oral sources on the history of the area.

<sup>7</sup> Spencer, O.A. "A survey of agriculture in Somalia with special reference to the irrigated schemes of the Juba & Uebi Scebeli valleys," May 28, 1943.

<sup>8</sup> The Italo-Ethiopic war was in between 1935 and 1936.

<sup>9</sup> Field notes, o/sto: 23.

<sup>10</sup> Field notes, o/sto: 64

<sup>11</sup> Fieldnotes, o/sto:61; o/sto:63.

<sup>12</sup> Field notes, o/sto: 25.

<sup>13</sup> One does not find it hard to believe in the existence of such abuses, since it is known that among the Italians residing in Somalia there were violent and corrupt individuals, some of them with criminal records (Dower, 1944: 49).

did not always provide complete lists. The Italians therefore paid local spies to search for little-known people who slipped through the cracks and send them to forced labor. The spies would prepare lists and would be forced to report with the threat that their elders, who were normally exempt, would be brought to work instead. This tactic gave rise to many disagreements between families, as members of different family groups denounced each other as revenge against the spies. The whole process led to a generalized mutual distrust of each other, a suspicion that everyone was open to denunciation, and widespread individualism, as no one could trust each other anymore as was the case before the colony<sup>14</sup>.

In some women's oral memoirs, great difficulty in having children is associated with the period of forced labor. These were either born dead or died within a short time.<sup>15</sup> Remarkably, a very low birth rate among workers and a very high infant mortality rate were also observed in reports of colonial agricultural activities during the fascist period<sup>16</sup>. The cruel treatment of mothers with children born during the colony is also recounted in other forms. Sometimes five children were entrusted to one woman while the others were at work. Mothers were forced not to breastfeed for a long time (four to six hours) and to hear their children crying from afar while they worked. This fact is considered even more burdensome because the traditional method of infant nourishing is demand feeding: mothers, while working,

carry their babies on their backs and nurse them on demand, that is, whenever they cry. Immediately after giving birth, women were called back to work and the traditional forty-day postpartum rest period was not always observed<sup>17</sup>. Finally, one incident is recounted, "While the parents were at work, a python approached the area where the child was sleeping. The parents rushed over hearing the child's screams, but the owner did not let them approach because he wanted to see how the python ate the child and take pictures of it"<sup>18</sup>. We do not know whether this actually occurred, but the mere fact that it is persistently recalled testifies to the feelings of the group, with respect to that period, catalyzed around the episode.

During interviews about slavery with two men in Ibo,<sup>19</sup> both switched narratives and talked about the Ibo fortress which was used by the Portuguese to seclude and even finally kill many presumed or real political dissidents, especially in the period before the Independence of Mozambique. In this case, they preferred to talk about those as bad experiences of abuse rather than about slavery.

During colonial times (until just before 1974), one of the Ibo fortresses, the São João Baptista fortress, was used by the PIDE (Policia Internacional da Defesa do Estado) as a prison. Especially in the final years previous to the independence, people were often imprisoned before their offences could be proved, and even just sympathizing with the FRELIMO (Frente de Libertação de

<sup>14</sup> Fieldnotes, o/sto: 56

<sup>15</sup> Field notes, tr1.

<sup>16</sup> Serrazzanetti

<sup>17</sup> Field notes, tr.

<sup>18</sup> Field notes, q/sto: 44

<sup>19</sup> Interview with Ruben Osman, Ibo 11 sep 2008, pg. 12 and Interview with Athumani Taiari, Ibo 11 sep 2008. They were born in Ibo and have worked in the fortress during colonial times. We shall call them Ruben Osman and Athumani Taiari, invented names to protect their privacy.

Moçambique) movement was considered a crime so that people were tortured or killed on the mere suspicion of such political affiliation. This repressive activity was intensified in the lead up to independence.

One of the men interviewed, Ruben, the offspring of a relationship between a Banyan man and a woman of slave origin, successfully introduced into the business affairs of his father as a specialized artisan, had this to say about the period: "Some people continued slavery... but those were times in which nobody dared to open their mouths because the PIDE tortured people. You only had to make comments to be seized among those cocoa trees ... among those cocoa trees [behind the Ibo fortress] there were mass graves containing 10, 20 or even 30 people. Some [prisoners] were thrown alive after being cruelly beaten up. Some of those people asked us to leave them hidden in the bush so that, should they recover, they could escape. But for us this was very dangerous because if we had been discovered, the PIDE would have shot us."<sup>20</sup>

The experience of slavery, at least in the collective memory of Ibo, is sometimes revisited in comparison with the present condition of poverty. In the following statement there is a sort of nostalgia for the forms of protection and abundance of facilities which were available to slaves/servants, unlike the time that was to come.

Paulinha, an Ibo woman in her sixties, daughter of a European man and a servant of his house, described how women servants of slave descent who became pregnant by any of the males belonging to the quintal's patron faced two options: either they would

be sent away, or they could be accepted into the household along with their offspring. Yet, she said: "Slaves could not go anywhere else [than here] as they did not know the land they came from. However, in those days one could find everything ..., it is now that things are difficult to find. There was everything, clothes and cloth and food because it was the masters themselves who saw to it."<sup>21</sup>

## Questioning memories

A question naturally arises: why do living collective memories evolve in one way in certain contexts and differently in others? Specifically, to what extent the perception of enslavement is driven by the social stratification common in a certain context. Why is the perception of enslavement on islands like Ibo not recalled as negatively as it is elsewhere? This may be partly because, on that island, memories often refer to slaves who were part of a quintal, a compound-like domestic unit that included extended families of servants and slaves, all belonging to the master's household and raised accordingly.<sup>22</sup>

Memories of past slavery on the Ibo Island do not entail descriptions of hardship and punishment but, rather, feature a plethora of examples in which slaves/servants were occupied in different activities and errands, serving the masters' household: the personal slaves who devoted their daytime hours to serving and attending the master; the personal slaves, who made visits and performed errands for their master; the slaves of the veranda who only admitted visitors who would be welcomed by the master; the

<sup>20</sup> Interview with Ruben Osman, Ibo 11 sett September 2008, pg. 12. Interview with Athumani Taiari, Ibo 11 September 2008.

<sup>21</sup> Interview with Paulinha Peres, in her sixties, Ibo 12 sett 2013, pg. 4 and 5. We shall call her Paulinha to protect her per privacy.

<sup>22</sup> Declich's fieldnotes.

slaves who were leaders of the quintal and directed all the others, those who worked in the kitchen, those who were messengers of the owner, those who performed menial tasks, sometimes of the most unpleasant kind. Membership of a certain quintal did not exempt slaves from behaving with due deference to their owners. This would entail removing their shoes before entering the house, abstaining from communication with the master unless specifically requested, and personal slaves could only eat after the master's meal.<sup>23</sup> In most memories that I was able to collect, slavery was not considered as leading to hardship nearly as much as forced labor was.

If telescoping means looking at the most recent experiences through the lens of the earliest and viceversa, similar experiences and using the most recent narrative to refer to both the earlier and the later event, the case in Ibo Island seems to be different. Why? Was it that domestic slaves on the island enjoyed a different kind of treatment than elsewhere? Were the slaves residing on the island, and whose memories were still alive, mostly second-generation slaves who, while attached to specific wealthy families, could expect some form of social mobility as they were not liable to be sold outside? Or were there some comparative advantages in being domestic slaves in the Querimbas islands as opposed to somewhere else?

Slave status is described as a fact that could not be avoided and, sometimes, depended on the condition of poverty. Lady Hawa Athumani, one organizer of the female initiation rituals (riga) in the island, who was thirteen years old when the

Companhia do Niassa left the area (1929), describes the process through which a child could become a personal slave in Ibo and, possibly, elsewhere. Often in Ibo, poor people could request shelter from a wealthy family. She said: "If a woman had been servant in a home and died in pregnancy, the child could thus be brought up as a personal slave by the family for whom the servant had been working..." Or... if a woman in extreme poverty had requested to be fed by a wealthy family in times of famine when she could not support herself, she might leave her child to that family as compensation".<sup>24</sup> In other words, leaving behind a child in compensation for having been supported was considered a matter of fact that could not possibly be avoided due to famine or extreme hardship. In such poor conditions, people sometimes discovered advantages in having to work as slaves for the wealthy, even though it meant assuming the status of slaves. Memories of this make the point that slaves in a home were protected (albeit they risked abuse) but they could certainly survive in contexts of hardship by finding food, work and shelter. This kind of dependency status was very different from that one would encounter in the event of being raided, brought by a caravan from the interior and, thereafter, in all likelihood, sold.

Protection against raids and famine seemed to be a priority at the turn of the Twentieth century. Ali Omari, born in 1933 and considered among the elders of the island, says: "In those days people lived in fear and were taken advantage of, but when they took refuge in the compounds (quintais) they felt at ease; they did not care about the

<sup>23</sup> Interviews with: Rubio Osman, Ibo 11 sett 2008, rub 1b pg 11; Antonio Baptista, Ibo, 5 September 2009; Hawa Athumani, Ibo 11 September 2008.

<sup>24</sup> Interview with Hawa Athumani, Ibo 2008. All the names of the people interviewed are fictitious to respect their privacy.



money, but cared about security”.<sup>25</sup> Being the nephew of an African grandmother who had a child of a wealthy man of Ibo, his knowledge comes from stories passed down within his extended family.

Some other memories follow the same line. For instance, a seventy-year-old man, child of a slave woman, who was a servant in a very wealthy family was not particularly concerned about his “poor destiny”; rather, he was proud of having enjoyed a high quality of life (in that context) in an affluent home (Declich, 2015). Mother and child had stayed on as servants in the home and were considered “people of that quintal”. This testimony questions the usual assumptions about the undesirable status of those slaves who, after abolition, continued working as servants in the same home in which they - or their relatives - had been slaves. Apparently, there were some advantages in being part of the people of the quintal, when they were employed in one way or another by the family of the former masters of their ancestors.

The production of this kind of memories and the perception of slavery which lies behind them must be related to at least two factors: first, there were many cases of children born by women of the quintal and fathered by males of the master’s family<sup>26</sup> or even by the acquaintances of the family.<sup>27</sup> Should a girl of a quintal become pregnant by a man from

another quintal, she might be transferred to that man’s quintal and, later, some of her children sent back to work in the quintal she had left in order to replace her labor.<sup>28</sup>

Considering that Muslim people, based part of the control of the trading area on serial marriages<sup>29</sup> also certain Christians, notwithstanding their spiritual leaders’ teachings were unwilling to pass up this opportunity. Mixed children were often included in the household, albeit not all with the same rank as the offspring of the actual wife, but sometimes at the level of very trustworthy servants, servants of a special kind. In this way, the island of Ibo and some of the surrounding areas - where in the nineteenth century the Christian aristocrats of the northern areas of Cabo Delgado concentrated - developed a peculiar social texture. The social group of the house, in a sort of very extended family stratified by rank, also included people born within the quintal. Some of those individuals were, in fact, slaves, but some of those slaves, being also children of one man of the family, might become part of a group with somewhat higher status than their fellows (within the social stratification than otherwise slaves). Were the pregnancy result from the husband of a family, the chance that a child might be included depended also on the tolerance of the wife who could insist that both the woman and child to be sent away.<sup>30</sup>

---

<sup>25</sup> Interview Ali Omari, Ibo sett 2008, pg. 5-6.

<sup>26</sup> In the Ibo Island, and in some of the surrounding villages, European people were Christian. Christian men could not marry more than one woman, nor should, according to their Christian ethics, have lovers. Yet, priests of the parishes of the area at the end of the nineteenth century complained all the time that Christian people did not marry but lived with concubines.

<sup>27</sup> Ali Omari, Ibo 15 November 2014 and other sources.

<sup>28</sup> Ruben Osman, 11 September 2008.

<sup>29</sup> See for instance, the shariif all over the coast of the Indian Ocean or the Muslim traders as described by. The assertion is also based on an Interview with Mohamed, Ibo 13 September 2013.

<sup>30</sup> Paulinha Peres, Ibo 12 September 2013.



In addition, the children born in the quintal from slaves of the quintal were considered more educated, which, in this case, meant being better able to live in an urbanized context, more suitable for employment in the family business, unlike slaves recently acquired through trade with the hinterland. Those coming from the hinterland were the slaves to be sold; yet the youngest of these could be more attractive for local use as they could be brought up from childhood to acquire an urban mindset and to behave in the “educated” way expected by their masters.

### ***Children of Ibo and miscegenation***

The social stratification in Ibo was therefore far more complicated than a simple division between rich owners and the others. As a result of their commitment to sea trading, for centuries the Island of Ibo in particular, but also some of the other Querimbas islands, have hosted inhabitants of widely diverse origin – Asian, African, European.

Since the end of the nineteenth century, it has been clear that in the Island of Ibo a social stratum had developed based on individuals who had a dark skin and were more educated than the general, black-skinned population of those days, possibly literate, but whose origins were among African people. This is the social stratum which in other Portuguese colonies is called the *filhos da terra* (Candido, 2012, pp. 65–84). This social layer was also pointed out by governors such as De Vilhena who mentioned them as *filhos de Ibo*; they were considered trustworthy and were regarded as better educated and adjusted to the European lifestyle than other African people of the island. Not all of them were, in fact, educated but certainly they had the chance

to be initiated from childhood into the higher echelons of the urban social life of the island. They were considered to enjoy a social status superior to that of other Africans and servants.

As Ali Omari reported, “All the white people who lived here in Ibo had black families, I have a white family which is in Portugal, too”.<sup>31</sup> There was obviously a process of miscegenation that resulted in this stratum of people, a process which is also recognized by today’s inhabitants of Ibo.

What sort of interaction took place between the *filhos de Ibo* and the servants? According to Thomaz, at the turn of the twentieth century, natives of Ibo (*mwani* by language) living in the indigenous boroughs did not wish to work for the *filhos de Ibo* in a menial capacity and preferred to leave such work for servants migrating to Ibo from the continent. Maybe, those natives of Ibo feared harsh treatment which in the view of the *filhos de Ibo* befitted servants and in that of the *mwani* immigrants from the continent (Thomaz, 2012, p.187). There are also cases of people who escaped the position of servants without being able to quit their lowly status. This shows another level of social stratification which existed on the island whereby those who had been socialized to the island’s domestic work system preferred, if at all possible, to stay with the richer quintals of higher-class patrons.

If at the beginning of the Twentieth century, “the social position of all Africans who lived in the island was directly related to notions of proximity and distance from the condition of slave” (Thomaz, 2012, p. 189), nowadays, present memories reveal a different perception. The most recent events of forced labor, as well as the repression of political dissent by the pre-independence Portuguese

<sup>31</sup> Ali Omari, Ibo 11 September 2008, p.3.

government, come to the fore as crueler and less desirable than servitude ever was. The experience of being people of the quintal in wealthy quintals is, in a way, re-evaluated as compared to such later experiences of repression and conscription to labor.

The comparison between the abuses perpetrated through forcing people to work and those committed through slavery helps to highlight the extent to which the conceptualization of freedom is not separable from forms of dependence. On the contrary, when indiscriminate power to force people to work was granted and enforced by the Portuguese state, then entanglement with the right network of people on whom to be dependent could become an opportunity rather than a hindrance.

### *Slaves and servants*

In the living memories I collected in Mozambique between 2008 and 2016, there is no clear distinction between slaves and servants; people tend to conflate these two categories who both worked (i.e. slaves and servants) for affluent families and were considered “people of the quintal” (Declich, 2015, 631-633). An important issue in this regard is that, following the slavery abolition decrees for Mozambique (1875), domestic slaves had to work for their masters until 1878, but even later ended up becoming domestic servants (Rodrigues, 2008; Allina, 2012; Declich, 2015).

At the end of the nineteenth century, following an edict of March 28th 1894, some pieces of paper, hand-written and signed by owners or patrons, served as a sort of identity paper which the servants had to show if they were stopped for a check

on their status and some patrons solicited passports to avoid their servants from being disturbed by soldiers.<sup>32</sup>

As anybody who was a vagrant could be obliged to work by law, people with no specific occupation could be conscripted to forced labor of several kinds. People could be stopped on the streets and, if they were unemployed, or could not prove they had an occupation, could be detained.

In such a context, the fact of being employed as servants by the former master (now patron) even though possibly not receiving a salary, still shielded the servants from being conscripted to forced labor and, to a certain extent, from being abused as the patron was responsible for them. This protection was a deterrent against forced labor for men. For women servants the situation was different as their status as servants was not always strong enough to protect young female servants from abuse. This appears clear from a case which came before the court of Ibo concerning a twelve-year-old servant by the name of Muito Obrigada. Her name indicates that she was a former slave, or at least named as such, now a servant. Muito Obrigada was sent by her patron to fetch water from the well of a house and while doing so was raped by the house owner. The fact that her case came to court in 1920 suggests that her membership of a quintal granted her some sort of protection as her patron had decided to take legal action, although, apparently, cases concerning servants did not lead to real punishments for the abusers<sup>33</sup>.

Through the law on vagrant people, the state guaranteed the Portuguese and/or the moradores that they could keep using local manpower. If people were considered

<sup>32</sup> AHM - Cabo Delgado – Governo de Distrito – Cx. 11 – 1894.

<sup>34</sup> AHM Conselho de Cabo Delgado no Ibo, Juízo de Direito da Comarca, cx. 24, Ano: 1920, Autocrime, no. 462 (acusado: Ludovico dos Santo Carrilho) in (Thomaz, 2012, p. 193)

‘vagrant’, which sometimes coincided with not being related to a certain patron, they were redirected by the state as manpower for factories (like sisal production) or a work force to work for other purposes.

In theory, a servant should have been paid; yet there is not enough information to know to what extent this actually happened for most of the servants, but it is reported that many did not receive a salary.<sup>34</sup> A woman interviewed in Ibo remembered that some were not paid and lived in the household as “children of the house, family members”; this - she considered - eventually turned in their favor when the masters died or left for Portugal for they remained in their masters homes.<sup>35</sup> There is a court case from 1952 that indicates that even as late as in the mid-twentieth century it could happen that the servant himself did not expect any real payment. In 1952 Carlos, son of an old slave of a family, was still performing domestic service for the family in which he was born. During the court case for his divorce, the judges discovered that he had never been paid in cash, only in kind: he worked in exchange for food, clothes and shelter. The court sentenced the patron to pay all the arrears he was entitled to but, surprisingly, Carlos did not feel he had a right to receive the money and gave the amount back to his patron.<sup>36</sup> His decision to return the money may have been motivated by any number of considerations – perhaps he was in debt to his patron - but the fact remains that he had not claimed a salary before the case came to court. Either he considered he was not entitled to a salary, or he had been too afraid to ask for one.

If it is not clear whether those servants were, in fact, paid for their work, it is, however, certain that holding the status of servant, especially for males, entailed the important benefit of being shielded from recruitment as forced laborers. This point was made by a slave woman’s son who had worked and lived as a servant in a prosperous family in Arimba.<sup>37</sup> Those who were servants had a special pass that gave them immunity from being detained whenever they encountered police or other government officials along the road. In other words, the pass allowed them to travel from one village to another without being harassed. It reflected a paternalistic idea, implying that only the patron was to punish his/her servants. If the servant committed any crimes, even minimal, these were dealt with first by the patron (Thomaz 2012, p. 180).

It is not really known to what extent domestic slaves, and later servants, were badly treated in the homes, although there are some court cases, like the one mentioned above, which show that servants were sometimes abused. One oral testimony claims that offenders were punished with hot irons.<sup>38</sup> In 1907 eight-year-old António, who was mistreated by the father-in-law of his patron, Jorge de Souza, ran away. Once he was found and brought back, Jorge de Souza beat him, and he was found bleeding. His case was reported and ended up in court.<sup>39</sup>

Among the worst things recalled in collective memories about the slaves/servants are: first, the fact that they were

<sup>34</sup> De Vilhena, 1905, p. 224-228.

<sup>35</sup> Paulinha Peres, Ibo 14 September 2013.

<sup>36</sup> AHM – Concelho de Cabo Delgado no Ibo, Juízo de Direito da Comarca, cx. 86 e 89, Ano: 1924 e 1925, Auto-crime, n.º 513 e 573 (acusado: José Araújo da Cunha) in Thomaz, 2012, p. 188.

<sup>37</sup> Rubio Anli, Arimba, 7 August 2015. Names are fictitious/imaginary to protect the privacy of the interviewees.

<sup>38</sup> Ali Omari, Ibo 11 September 2008, p. 1.

<sup>39</sup> AHM – Concelho de Cabo Delgado no Ibo, Juízo de Direito da Comarca, cx. 78, Ano: 1897, Autocrime, n.º 283 (acusado: Antonio Paiva Soares) in Thomaz, 2012, pp. 185–86.

mandados, “ordered to do”, meaning that they did not decide themselves what to do and they had to follow orders; second, that they had to do menial work, even the most unpleasant (reference); third, that they had personal names, which were not real personal names but phrases that marked their status as slaves. Some had names like: Naona nani (Who do you see?), Jinalako (What is your name?), Awonanini (Who can see?), Avinammoja (Does not have one), Sina makosa (Without fault), Alcunha;<sup>40</sup> hence the name of Muito obrigada (I thank you very much), indicates a girl born of a slave or bought as a slave. The slaves were ordered to perform some errands at other wealthy people’s homes, but they could only speak to the slaves of that homeowner who would then relay the message to their master.

### *A Mix of Memories*

Memories of slavery gathered in the first decade of the twenty-first century tend to be imprecise regarding the legal status of slaves, servants, or forros (which means people who had been granted alforria)<sup>41</sup> as local witnesses do not refer to differences of status. All those in domestic service are usually remembered as slaves, in anyway, people belonging to the compound (quintal) of a richer person.<sup>42</sup> They were all part of the gente do quintal (people of the compound) who performed domestic duties for richer households and depended on them at major milestones in their lives. For instance, on the occasion of weddings and initiation rituals they informed their patron who

then financed part of the ceremonies. All in all, there seems to have been no strong differentiation in collective memories between the status of domestic slave, freed slave,<sup>43</sup> or servant. Consequently, it can be assumed that, despite the new opportunities people would have after abolition, such as, a recognized salary for their work, the chance of living in a different place from the one chosen by the owner, or the possibility of changing job, a social stratification in which the lower order was still regarded as designated for service persisted.

In Ibo at the end of the nineteenth and throughout the twentieth century social relations between slaves, servants and masters were of a particular kind. Servants developed special obligations and rights within the quintal of their original master. Even when a servant was no longer working for the original owner, they maintained a relationship with the people of their quintal (Declich, 2015; Thomaz, 2012, pp. 184-185). This made the quintal a specific social space, granting network of relationships, protection but also entailing duties and obligations, even after abolition. De Vilhena mentions the children of slaves who, though free at the time of his observations, would nonetheless continue to carry out the orders of their mothers’ former master (De Vilhena, 1905, pp. 228–31). In 1914 a judicial case heard in Ibo reports that Lady Tereza ordered her servant, Ametraque, to punish some boys who had disturbed her two female servants who were swimming in the sea.<sup>44</sup> Those servants were sometimes considered part of the family and sometimes the property of the master. In any case, even if

40 Ali Omari, interview Ibo 15 November 2014; Rubio Osman, 11 September 2008.

41 This means enfranchisement, granted according to regulations which changed over across the time.

42 For a more in-depth discussion of what “people of the quintal (i.e. compound)” meant, see (Declich, 2015, 631-633).

43 The legal status of freed slave has changed along the time but did not mean becoming free as any other person born free. See on this issue

44 AHM – Concelho de Cabo Delgado no Ibo, Juizo de Direito da Comarca, cx. 83, Ano: 1914, Auto- crime, n.º s/n (acusados: Thereza Portugal Carrilho e Souza, Benjamin Caetano de Souza e Ametraque), in Thomaz (2012), p. 183.



the servants were considered somehow part of the family, the patrons perpetuated their inferior, dependent status, as members of the people of the quintal. Indeed, in some cases, servants also became part of the family because, as mentioned earlier, masters had children by their female slaves and servants and the offspring of those relationships could be included in the master's family. The latter, even if on occasions they were not considered full family members, were assigned higher roles among the servants (Thomaz, 2012, p. 187; Declich, 2015). There are also cases of children who were treated as the main offspring because the woman of the household could not bear children.<sup>45</sup> Therefore, belonging to a certain quintal, though it identified one as belonging to a social stratum that was considered inferior, nevertheless ensured access to a network of contacts which brought one into relationship with the wealthier echelons of society – a relationship that could be very useful in later life, and therefore highly valued. Not all slaves could boast having and making use of such relationship; certainly, not the slaves who were brought from the hinterland for sale. This could explain why, even after the slavery abolition decrees, people of the quintal might prefer to follow the previous owner in certain activities, even if it meant foregoing a salary for a while, rather than accepting short-term salaried employment with Portuguese businessmen or officers. At the beginning of the twentieth century, De Vilhena reports the case – which he interprets as evidence of the persistence of slavery in the area – of a sailor who preferred to leave a paid job and commit himself to the unremunerated business of his mother's former owners (De Vilhena, 1905, pp. 228–31).

## Conclusions

The memories of slavery on Ibo Island and among the Zigula communities of the Juba River in Somalia are evidently the result of other forms of labor exploitation and oppression imposed after abolition which have been remembered and encoded in collective memory and compared with slavery. In Ibo, it appears as more brutal than slavery itself while among the southern Somali communities they have conflated as if they were all the same, they have been telescoped (Declich, 2002, 236-237, 242).

The collection of memories presented here for the Mozambican island concern the kind of slavery experienced in the domestic context of the quintal in Ibo thus, it regards the treatment reserved for people who worked for rich owners in their own home. Conditions and treatment of slaves could be very different depending in which context slaves lived and had to serve.

In this specific social context, the value people give to freedom is closely bound up with questions of poverty, wealth, opportunities and the social networks available. Freedom is always related to some form of dependence; it is not its opposite. Dependence and its different forms never occur in a vacuum and are relative to what can be done otherwise in isolation. In the context of Ibo, evidently, where some wealth passed through the richer households, ties with the wealthy people could lead to a higher standard of living than disentanglement from dependency ties and lack of personal kinship network.

Slavery along the Juba in southern Somalia was too distant from the people interviewed and thus memories worked

---

<sup>45</sup> A man described his experience in an interview. He was even sent to school which was uncommon for black children. João Antonio, Ibo, September 2011.



differently; firsthand testimonials could only recall experiences of forced labor. When talking about slavery, usually memories conflated with events occurred at the time when the farmers, descendants of free or freed (*liberti*) people, were conscripted to work in farms either for the Italian colonists (before 1941) or under the British Military Administration (from 1941 to 1960). The people interviewed lived in an area that had been inhabited by maroon people for more than a hundred years and thus the direct experience of slavery or servantry was a distant event. The farmers, on the other hand, still suffered the discrimination against descendants of slaves from the perspective of the stratification of the southern Somali society, but they had not specific memories of enslavement. The Somali society of the last decades of the twentieth century was marked by a division in *habash* and *bilis*, namely commoners and nobles (Helander 1988), in where commoners were usually more or less distant descendants from former slaves (Luling 1971) but thereafter mostly integrated in patron-clients relationships (Declich, 2020).

In the examined case of Ibo and the Querimbas, men who found themselves entirely free of ties to slave labor due to abolition regulations, if not otherwise employed, could be conscripted to forced labor. The possibility of working with previous masters was often seen as a safer option than being left completely independent and, as such, at the mercy of the Portuguese government (which

enforced recruitment of vagrants). Those who were treated badly by one patron tried to find another whom they judged to be better (Thomaz, 2012, p. 186).

When requested to describe slavery the interviewee would recall memories of the most recent repression operated by the Portuguese government in the 1970s as a really negative experience, yet not overlapping with that of the earlier period of slavery. The present reassessment of slavery in the collective memories may also be related to the fact that after independence, and following the 20/24 hours order,<sup>46</sup> most of the previous patrons had to leave Ibo in a hurry and the local inhabitants basically stayed with or occupied the property of the previous owner. Some of the dependents were entrusted with the care of their houses by the patrons. People can testify to the relevance of miscegenation and of the existence of families which included both black and white people, although those considered black members of the household and those deemed white did not enjoy the same status.<sup>47</sup> Thus, the present position of those Mozambican families who have “white” families in Portugal has come to be privileged, or at least holds some comparative advantages when set against African people who do not have “white” families in Europe. But again, having families in Europe denotes access to a larger network which is what is valued. We do not know if collective memories would have seen slavery retrospectively as a relatively positive status if the

---

<sup>46</sup>This was an operation enforced in post-Independence Mozambique which obliged the Portuguese to leave in twenty-four hours with a 20 kg baggage allowance (and carrying twenty kg of baggage) (Pitcher, M. Anne 2002, p. 47).

<sup>47</sup>The concept of whiteness is historically constructed. As discussed elsewhere, at the end of the eighteenth century the wealth of a lineage or family was more valued than the perceived color of the skin and the word *msungu*, nowadays used for “white”, indicated rather a style of dressing and a wealth status (reference).

previous patrons were still present on the island and if those considered vagrants had not been sent to forced labor during colonial times.

Nowadays one kind of relationship between members of families residing in Europe and those in Africa is maintained, for instance, through the exchange of food: distant relatives in Africa are paid to send specific local foods to Europe where they are not otherwise available. Although people have occupied the stone houses of the previous inhabitants, the general wealth in the island has not increased after the Portuguese left in the Seventies. On the contrary, the interviewees' perception is that the standard of living has decreased substantially since 1974.

In conclusion, collective memories (Halbwach, 1992) about slavery tend to fade away unless there are special reasons to keep them. In addition, different social groups within the brokers who construct the collective memories may have different vested interests in maintaining or forgiving certain events. Certainly, in both cases, in southern Somalia and northern Mozambique memories of abuses seem stronger if they are less distant in time and when those who underwent the experience are alive. In southern Somalia, notwithstanding the lack of firsthand oral

sources on the actual condition of the enslaved descendants, there are good reasons for the Zigula runaways to remark that slavery was as harsh as forced labor: this justifies the reasons why their ancestors decided to escape from slavery more than two hundred years ago and also clarifies that the group never entered in relationship with the former masters as clients. The descendants of slaves in the Ibo Islands found themselves in a very different condition. Had they been born in the quintal they did not really have affordable and safe places where to go other than the island; moreover, the life conditions in the quintal, as clarified by several witnesses, ensured a safer livelihood unlike the life in the terra firme facing the Querimbas (Declich 2015).

Finally, memories of slavery reflect the different facets that enslaved dependent labor took in different areas as well as the interests of the social groups who reproduce them and should prompt further revision of the Western ideals of freedom. Enslaved labor and the legacy of it in more recent dependent labor forms must be seen as intertwined with the socio-economic contexts in which they occurred and as pervaded by extreme poverty in which interdependence and network have always been crucial to protection, survival and to maintaining a good quality of life.



## References

ABUNGU, P. (2024). "Les esclaves fugitifs au Kenya: rebelles ou mercenaires?" In *Les Esclavages en Afrique : Passé(s), Présent(s) et Héritages* / Slavery in Africa: Past, Present and Legacies. Paris: Karthala.

ALLINA, E. (2012). *Slavery by Another Name. African Life under Company Rule in Colonial Mozambique*. Charlottesville and London: University of Virginia Press.

BELLAGAMBA, A. (2017). Legacies of Slavery and Popular Traditions of Freedom in Southern Senegal (1860–1960). *Journal of Global Slavery*, n. 2, p. 72–99. <https://dx.doi.org/10.1163/2405836X-00201011>.

BENTO, C. L. (1993). *As Ilhas Querimba ou de Cabo Delgado. Situação colonial, Resistência e Mudança (1742-1822)*. Lisboa, Portugal, Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade

Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

BENTO, C. L. (2010). *Os Sakalava de Madagascar em Moçambique. Ataques às Ilhas de Querimba e terras firmes adjacentes, entre 1800-1817 e suas implicações*, Comunicação apresentada na Academia de Marinha, Nov. 2010.

BOXER, C. R. (1963). The Querimbas Islands in 1744. *Studia: Revista Semestral*, n. 11, p.343–354.

CANDIDO, M. P. (2012). Concubinage and Slavery in Benguela, C. 1750-1850. In: O. OJO; N. HUNT (ed.), *Slavery in Africa and the Caribbean*. London: I. B. Tauris, p. 65–84.

CORET, C. (2021). Runaway Slaves and the Aftermath of Slavery on the Swahili Coast: New Perspectives from Witu in the 19th Century. *Journal of Global Slavery*, 6 (3), p. 275–313.

DAVIS, D. B. (1984). *Slavery and Human Progress*. Oxford: Oxford University Press.

DAVIS, D. B. (1989). *The Problem of Slavery in Western Culture*. Oxford: Oxford University Press.

DECLICH, F. (2015). Domesticity as Socio-Cultural Construction: Domestic Slavery, Home and the Quintal in Cabo Delgado (Mozambique), *Gender and History*, 27, p. 626-648. <https://doi.org/10.1111/1468-0424.12154>.

DECLICH, F. (2020). Nassib Bundo and Other Rebel Slaves and Liberti of Goshu. A Reassessment (1835-1906). *Africa. Rivista semestrale di studi e ricerche*, N.S. II (2), p. 101–126.

DEL BOCA, A. (1986). *Gli Italiani in Africa orientale*, vol 2. Bari: Laterza.

DE VILHENA, E. J. (1905). *Relatório e memorias sobre os territorios pelo governador Ernesto Jardim de Vilhena (Companhia do Niassa)*. Lisboa: Typographia da 'A Editora'.

DOWER, K. C. (1944). *The first to be freed. The Record of British Military Administration in Eritrea and Somalia, 1941-1943*. London:Ministry of Information.

HALBWACH, M. (1992). *On collective memory*. Chicago: Chicago University Press.

HELANDER, B. (1988). *The Slaughtered Camel: Coping with Fictitious Descent among the Hubeer of Southern Somalia*. Uppsala. PhD thesis. University of Uppsala.

LULING, V. (1971). *The Social Structure of Southern Somali Tribes*. London. PhD thesis. University of London.

MILLER, J. (1980). Introduction. Listening to the African Past. In: J. MILLER (ed.), *The African Past Speaks*. Essays on Oral Tradition and History. Folkestone: Dawson-Archon.

MILLER, J. (2012). *The Problem of Slavery as History: A Global Approach*. New Haven: Yale University Press.

PINI, U. (1967). *Sotto le ceneri dell'impero*. Roma: Mursia.

PITCHER, M. A. (2002). *Transforming Mozambique: The Politics of Privatization, 1975-2000*. Cambridge: Cambridge University Press.

RODRIGUES, E. (2008). Female Domestic Slavery, Domestic Economy and Social Status in the Zambezi Prazos during the 18th Century. In: C. SARMENTO (ed.), *Women in Portuguese Colonial Empire: the Theatre of Shadows*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing.

SALVADEI, G. (1934). Contro il lavoro coatto nelle colonie. *L'Oltremare*, 8 (5), p. 169-172.

SERRAZENETTI, M. (1933). *Considerazioni sulla nostre attività coloniale in Somali*. Firenze: Istituto Agronomico dell'Oltremare.

SPEAR, T. (1981). Oral Traditions: Whose History? *History in Africa. A Journal of Method, African Studies Association*, 8, p. 163-179. <https://doi.org/10.2307/3171514>

THOMAZ, F. N. (2012). *Casaco que se despe pelas costas: a formação da justiça colonial e a (re)ação dos africanos no Norte de Moçambique, 1894-c. 1940*. Niterói, RJ. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense.

WIMMLER, J.; WIEGMINK, P. (2024). Beyond Slavery and Freedom? An Introduction. *Journal of Global Slavery*, 9 (1–2), p. 1–10. <https://doi.org/10.1163/2405836x-00901006>

# “Será que eu serei o dono dessa festa?": memória, carnavais e as expectativas constituintes

“Will I be the owner of this party?": memory, carnivals and the expectations about the Constitution

“¿Seré yo el dueño de esta fiesta?": memoria, carnavales y las expectativas sobre la Constitución

**Bruna da Penha de  
Mendonça COELHO**

[brunapmcoelho@gmail.com](mailto:brunapmcoelho@gmail.com)

Professora adjunta da  
Universidade do Estado do Rio  
de Janeiro.

50

O objetivo do artigo é analisar a forma como as produções de sambas-enredo (cotejando-os com os desfiles) dos anos de 1980 e 1990 encararam, no âmbito do carnaval do Rio de Janeiro, as promessas sociais envolvidas na transição da ditadura militar para o regime democrático no país. Para tanto, examino a forma como as expectativas jurídico-políticas do projeto constituinte foram percebidas e narradas nos sambas e desfiles selecionados. Isso implica passar não só por sambas que trataram da temática de forma explícita, mas também por aqueles que abordaram o tema de forma indireta. No primeiro grupo, reúno sambas que dialogaram abertamente com termos inerentes ao discurso jurídico e aos debates da Assembleia Constituinte. No segundo grupo, parto de sambas que ora encarnaram perspectivas plurais para a própria ideia de constituição, ora se debruçaram sobre a problemática das desigualdades sociais, ora abordaram a questão da festa como elemento de projeção do real e dos desejos sociais. Para isso, proponho também uma contextualização sobre os debates envolvidos na redemocratização e nas promessas de cidadania que lhe eram subjacentes.

**Palavras-Chave:** Memória; Samba-enredo; Redemocratização; Constituição.

*The aim of this article is to analyze how the productions of sambas-enredo (comparing them with the parades) in the 1980s and 1990s, in the carnivals of Rio de Janeiro, understood the social promises involved in the transition from the military dictatorship to the democratic regime. To this end, I examine how the legal-political expectations of the constituent project were perceived*



*and narrated in the selected sambas and parades. This involves looking not only at sambas that dealt with the issue explicitly, but also those that dealt with it indirectly. In the first group, I bring together sambas that openly dialogued with terms inherent in the legal discourse and debates of the Constituent Assembly. In the second group, I start with sambas that sometimes embodied plural perspectives on the very idea of a constitution, sometimes focused on the problem of social inequalities, sometimes addressed the issue of partying as an element of projecting reality and social desires. To this end, I also propose a contextualization of the debates involved in redemocratization and the underlying promises of citizenship.*

**Keywords: Memory; Samba-enredo; Redemocratization; Constitution.**

*El objetivo del artículo es analizar cómo las producciones de sambas-enredo (comparándolas con los desfiles) de las décadas de 1980 y 1990, en los carnavales de Río de Janeiro, comprendieron las promesas sociales que implicaba la transición de la dictadura militar al régimen democrático en el país. Para ello, examino cómo las expectativas jurídico-políticas del proyecto constituyente fueron percibidas y narradas en los sambas y desfiles seleccionados. Esto implica examinar no sólo los sambas que trataron el tema de forma explícita, sino también los que lo hicieron de forma indirecta. En el primer grupo, reúno los sambas que dialogaron abiertamente con términos inherentes al discurso jurídico y a los debates de la Asamblea Constituyente. En el segundo grupo, parto de sambas que a veces encarnaron perspectivas plurales sobre la idea misma de constitución, a veces se centraron en el problema de las desigualdades sociales, a veces abordaron el tema de la fiesta como elemento de proyección de la realidad y de los deseos sociales. Para ello, propongo también una contextualización de los debates en torno a la redemocratización y las promesas de ciudadanía subyacentes.*

**Palabras clave: Memoria; Samba-enredo; Redemocratización; Constitución.**

## Introdução<sup>1</sup>

Com base em sambas-enredo selecionados dos anos de 1980 e 1990, apresentados no carnaval do Rio de Janeiro, o artigo pretende analisar a forma como a cultura popular apreendeu as promessas normativas e as expectativas sociais envolvidas no contexto da redemocratização no Brasil. Isso não significa pensar o samba-enredo como uma espécie de receptáculo do

chamado discurso jurídico-político, e que lidaria com ele, de forma externa, como um locus ora de afirmação de direitos, ora de mera denúncia de uma não efetividade desses direitos. Ao revés, o caminho metodológico é o de investigar em que medida esses discursos se entrelaçam (mais especificamente, de que forma o samba apreende as promessas normativo-jurídicas em sua dimensionalidade social).

<sup>1</sup> Este artigo se refere a parte da pesquisa de doutorado desenvolvida no PPGD/UERJ, entre 2020 e 2023, que resultou na tese intitulada “Samba-enredo carioca e outras ‘coisas nossas’: A percepção discursiva das contradições sociais pelo samba e pelo direito” (Coelho, 2023).

Justamente por ser um caminho que não parte de uma perspectiva dicotômica, essa forma de apreensão e de construção de narrativas não pode ser previamente catalogada. Isto é, é apenas a análise do material empírico (dos sambas e desfiles) que permite observar, caso a caso, a multiplicidade da criação artística.

Nessa linha, são analisados sambas-enredo que dialogam de forma direta ou indireta com a temática das promessas constituintes. O método de seleção dos sambas foi o de, inicialmente, reunir os sambas-enredo do grupo especial e do grupo de acesso do período mencionado. Depois dessa seleção, procedi a uma análise semântica que envolveu tanto a temática dos enredos de forma geral, quanto a presença de palavras-chave como “democracia”, “constituinte”, “cidadania”, “igualdade”, “constituição”, “direitos sociais” – e seus derivados. Dentre esses sambas, escolhi os que dialogavam de forma mais direta com a questão da promessa normativa e das suas relações com a materialidade social e suas contradições, tendo em vista a conexão central com o tema desta pesquisa (tendo sido referenciados, no artigo, quinze sambas de diferentes agremiações). O repositório utilizado para a referência dos sambas foi a base digital de dados do IMMUB, o Instituto Memória Musical Brasileira, que fornece acesso às gravações originais e aos dados fonográficos completos das obras.

Também é preciso ressaltar, quanto à forma de análise dos sambas e enredos, que não procedi a uma investigação baseada em métodos linguísticos próprios das matrizes da chamada análise do discurso (compreendendo-a como uma vertente teórica internamente

diversificada). Muito embora essas matrizes não sejam redutíveis a um estudo meramente objetivo das estruturas lógico-gramaticais, e abarquem também elementos como ideologia e sujeitos envolvidos na enunciação (cf., dentre outros, Silva e Araújo, 2017), há implicações específicas da linguística que atravessam os métodos da análise do discurso. Dentre essas implicações, por exemplo, está a precedência conferida ao elemento da língua. Isso não significa que o estudo que empreendo seja isento de algumas dessas implicações (como as noções de semântica, sentido e interpretação), por serem comuns às chamadas ciências humanas como um todo, mas, tão somente, que o viés linguístico não constitui o cerne da orientação metodológica. Parto, na realidade, de uma análise de orientação sociológica na interpretação dos sentidos extraídos dos sambas.

No primeiro item do desenvolvimento do artigo, reúno sambas que abordaram, de forma direta, termos e debates inerentes ao discurso jurídico e às discussões públicas da Assembleia Constituinte (com foco para a problemática do pleno acesso à cidadania). Para tanto, apresento e analiso também o contexto histórico-social envolvido nesses debates. Na sequência, nos subitens seguintes, lanço mão de sambas que ora narraram perspectivas plurais para a compreensão da própria ideia de constituição, ora tomaram como base uma reflexão crítica sobre as desigualdades sociais, ora abordaram a festa e a produção artística como potencialidades de projeção dos desejos sociais e de recriação da realidade. Como conclusão, foi

possível observar que, por partirem da complexidade da materialidade social, bem como da significação da memória coletiva, os sambas encarnam uma forma de compreender as promessas jurídico-políticas em suas contradições e em suas disputas de atribuição de sentidos aos fenômenos sociais (isto é, para além de uma perspectiva reducionista que as poderia reduzir a uma normatividade estanque ou abstraída da concretude das relações sociais).

## 2. Redemocratização e promessas de cidadania

A década de 1980 marcou a esperança pública em torno da redemocratização no país, materializada pela intensificação de lutas coletivas empreendidas por distintos atores e grupos sociais. Movimentos estudantis e comunitários, greves de trabalhadores, idade de milhões de pessoas às ruas em prol da demanda por eleições diretas, reivindicações em torno da memória e da reparação dos crimes cometidos durante a ditadura militar. Um dos marcos jurídicos mais significativos desse processo, que será adotado como recorte metodológico para essa primeira parte do artigo, consiste nas disputas em torno do conteúdo, da aprovação e da promulgação da Constituição Federal que instituiria, oficialmente, a volta do regime democrático.

O objetivo deste subtópico não é propor uma análise exaustiva, linear ou jurídica sobre os termos como se deu essa dinâmica, mas, ao revés, refletir sobre momentos-chave acerca da construção de narrativas e das contendas discursivas que os permearam. A partir desse material, pretendo, na sequência, cotejar

o tema com a percepção e a produção enunciativa de sambas-enredo dos anos seguintes sobre similar temática. Para selecionar esses momentos, parti de uma análise sobre o que considerei dimensões nevrálgicas nas disputas em torno das expectativas e promessas de efetivação plena da cidadania no país, já que esse recorte temático está no cerne dos sambas-enredo que abordam essa problemática.

A primeira dessas dimensões se refere à questão dos povos originários e das reivindicações, no bojo da Constituinte, para que suas pautas pudessem ser consideradas no projeto de sociedade que então se debatia e se convertia em um documento jurídico-político central na orientação organizativa da vida social. No Diário da Assembleia Nacional Constituinte, é possível encontrar trechos das potentes falas de Ailton Krenak, filósofo, escritor, ambientalista e então representante dos povos indígenas na Constituinte. Enquanto proferia seu discurso, em setembro de 1987, Krenak pintava seu rosto de graxa de jenipapo preta, que simbolizava o luto e a indignação em face do substitutivo ao anteprojeto da Constituição proposto pelo relator Bernardo Cabral.

*Sr. Presidente, Srs. Constituintes, eu, com a responsabilidade de, nesta ocasião, fazer a defesa de uma proposta das populações indígenas à Assembléia Nacional Constituinte, havia decidido, inicialmente, não fazer uso da palavra, mas de utilizar parte do tempo que me é garantido para defesa de nossa proposta numa manifestação de cultura com o significado de indignação - e que pode expressar também luto - pelas insistentes agressões que o povo indígena tem indiretamente*

*sofrido pela falsa polêmica que se estabeleceu em torno dos direitos fundamentais do povo indígena e que, embora não estejam sendo colocados diretamente contra o povo indígena, visam atingir gravemente os direitos fundamentais de nosso povo. [...] Assegurar para as populações indígenas o reconhecimento aos seus direitos originários às terras em que habitam - e atentem bem para o que digo: não estamos reivindicando nem reclamando qualquer parte de nada que não nos cabe legitimamente e de que não esteja sob os pés do povo indígena, sob o habitat, nas áreas de ocupação cultural, histórica e tradicional do povo indígena. Assegurar isto, reconhecer às populações indígenas as suas formas de manifestar a sua cultura, a sua tradição, se colocam como condições fundamentais para que o povo indígena estabeleça relações harmoniosas com a sociedade nacional, para que haja realmente uma perspectiva de futuro de vida para o povo indígena, e não de uma ameaça permanente e incessante (Krenak, 1987, p. 572).*

54

É possível afirmar, com segurança, que o capítulo oitavo da Constituição de 1988, que prevê o reconhecimento da organização social, da cultura, das tradições, línguas, crenças, direitos sobre a terra e a legitimidade para atuar em juízo dos povos indígenas, é fruto direto da atuação reivindicatória de Krenak e das populações por ele representadas no discurso perante a Constituinte. Embora essas disposições tenham sido mais tímidas do que as de outras Constituições latino-americanas, que reconhecem o próprio status de normatividade jurídica das práticas e do modo de viver dos povos originários (em deferência direta à noção de pluralismo jurídico), e embora a extensão desses direitos esteja sempre sob o jugo

da violência e da atuação das instituições capitalistas, não se deve desconhecer a importância delas.

Para fechar essa primeira dimensão, é válido traçar, ainda, algumas notas sobre a concepção filosófica de Krenak a respeito da construção de narrativas e da memória social. A questão da narrativa é abordada de forma central, na escrita de Krenak, como elemento-chave por meio do qual os povos originários – em sua heterogeneidade não redutível a uma cultura única – criam e compartilham seus horizontes de sociabilidade e suas relações próprias com a temporalidade, a memória, a história e as concepções de criação do próprio mundo. O sonho é compreendido, nessa construção filosófica (Krenak, 1992), como um plano a partir do qual é possível contatar os ancestrais (não no sentido mais individualista de família, mas também – e fundamentalmente – no sentido de entrar em contato com o que denomina como os próprios “fundadores do mundo”). Nessa troca de saberes e experiências, constitui-se o processo de construção de narrativas sobre os fenômenos sociais, que, segundo essa leitura, assume uma relação com a temporalidade que não é pautada em termos de data ou tempo linear. A narração e a criação (inclusive, a criação do próprio mundo) são processos perenes que, portanto, obedecem a outras lógicas que não são a da temporalidade normativa, assentada em uma divisão progressiva entre passado, presente e futuro.

Outra dimensão que considero nevrálgica nas disputas em torno do projeto constitucional e dos horizontes da cidadania e participação política no país – ou, mais especificamente, em torno das promessas da normatividade jurídica para esse projeto – diz respeito à garantia de condições



*Figura 1: Ailton Krenak, durante discurso na Assembleia Nacional Constituinte*

*Figure 1: Ailton Krenak, durante discurso na Assembleia Nacional Constituinte*



Ailton passa no rosto a graxa enquanto fala

Fonte: O Globo, 1987.

igualitárias de acesso a bens e serviços sociais. As contendas a respeito do caráter mais progressista ou mais conservador da Carta constitucional estavam no cerne dos embates tanto internos à Assembleia Constituinte (isto é, entre os partidos e seus parlamentares) quanto externos (envolvendo, portanto, a sociedade civil como um todo). Como observa Perlatto (2019), o paradoxo entre uma composição majoritariamente conservadora da Assembleia, de um lado, e o resultado em um texto majoritariamente progressista, de outro, se explica por estratégias de lideranças progressistas (por exemplo, na ocupação de relatorias e comissões significativas), pelo assessoramento jurídico aos parlamentares por parte

dos chamados constitucionalistas democráticos, bem como pela mobilização importante da sociedade civil (seja a partir de movimentos sociais organizados, seja de forma mais difusa com as chamadas emendas populares).

Isto é, outra questão inteiramente imbricada com a problemática da cidadania e da participação política, é a relativa aos assim chamados direitos sociais. Mais uma vez, ressalto que não pretendo levantar aspectos jurídico-formais sobre o tema, mas pensar sobre o contexto envolvido nas disputas sociais a respeito dele. A partir disso, proponho, mais à frente, cotejar a percepção discursiva dos sambas-enredo em torno das dinâmicas de desigualdades sociais e das contradições

do modo de produção capitalista, sem interpretá-la de forma estanque. Isto é, não é possível desconsiderar a complexidade dos recursos da enunciação discursiva, tampouco as pluralidades e paradoxos da trajetória de constituição e consolidação das escolas de samba. Ou seja, ao invés de buscar uma espécie de “pureza” enunciativa ou “autenticidade” ontológica na narrativa do samba-enredo, parece ser mais interessante compreender as frestas, ironias e contradições desse processo.

Esses elementos de contradição social e de complexidade, que subjazem de forma direta aos embates a respeito dos rumos dos trabalhos constituintes (e, conseqüentemente, de seus resultados), não aparecem senão de forma abstraída na enunciação do texto normativo em si. Isto é, a norma jurídica fruto do texto constitucional (e dos demais diplomas dele derivados), ao dispor sobre aspectos caros à organização da vida social, como o acesso a um sistema único e público de saúde, valorização do trabalho, ampliação da abrangência da educação pública de oferecimento obrigatório, salário-mínimo, dentre outras dimensões, esbarra, contudo, nos limites do plano prescritivo da linguagem. Em outras palavras, muito embora não se deva desconhecer a importância fundamental da inserção desses dispositivos (apesar de sua convivência com normativas conservadoras em outras partes da Carta constitucional), inclusive por impactarem a dinâmica material das próprias relações sociais, é preciso observar que a forma tradicional de enunciação das normas jurídicas parte de uma pretensão de objetividade, a-historicidade e univocidade.

No discurso de encerramento da sessão de promulgação da nova Constituição, proferido em 5 de outubro de 1988, o então

deputado Ulysses Guimarães afirmou que, dali em diante, a nação, junto com a Constituição, haviam mudado: “A Constituição mudou na sua elaboração, mudou na definição dos poderes, mudou restaurando a Federação, mudou quando quer mudar o homem em cidadão, e só é cidadão quem ganha justo e suficiente salário, lê e escreve, mora, tem hospital e remédio, lazer quando descansa” (Guimarães, 1988, informação verbal). A ideia de que o surgimento do novo marco constitucional teria mudado a própria nação, configura característica típica do discurso normativo: a de projetar a norma nas relações sociais. Por certo, o discurso jurídico-político possui atributos distintos com relação ao discurso artístico. Além disso, se considerados o contexto de promulgação da Constituição e a figura atuante de Guimarães, o tom discursivo de enaltecimento do novo marco constitucional tinha uma razão específica de ser: a de marcar e simbolizar a superação da ditadura militar, bem como a de traçar novos horizontes político-sociais para o projeto de sociedade que se visava construir. Daí o recurso narrativo de projeção direta da expectativa normativa para a própria realidade material em si.

E o elemento que traduz a ponte entre este subitem do artigo e o seguinte é o de que esse mesmo fenômeno social – isto é, o fenômeno da promessa constituinte – foi também a temática de sambas-enredo das agremiações do Rio de Janeiro a partir, sobretudo, de meados da década de 1980. Por meio da multiplicidade de estilos e de formas de enunciação narrativa, como será visto adiante, o discurso do samba-enredo tende a ser construído em cima das bordas limítrofes e fluidas que caracterizam o encontro da expectativa normativa e a materialidade das relações

sociais (e, sobretudo, a partir dos elementos de contradição que marcam essa dinâmica). Esse é o tema central do próximo subitem.

Por sua vez, os subitens que o seguem lidam também com a problemática da contradição social e com os seus pontos de contato com dimensões caras às expectativas constituintes, embora a referência à Constituição ou à normatividade jurídica seja mais indireta – ou até mesmo inexistente em termos literais. De toda forma, e como já explicitado na introdução, não busco a literalidade do fenômeno jurídico nas narrativas do samba-enredo (o que seria uma instrumentalização reducionista da arte), mas, sim, a apreensão discursiva e plural da enunciação carnavalesca sobre os elementos constitutivos desse compartilhamento de sentidos organizativos sobre as relações sociais.

### **3. “O povo na constituinte vai ter mesa farta, sorrir... [...] É primeiro de abril”**

Como já introduzido, o processo de transição da ditadura militar para a perspectiva de abertura democrática inspirou, naquele momento histórico, enredos e desfiles que tomavam por temática as promessas de cidadania e de participação política do povo nos destinos da nação. Esse processo não foi apreendido pelo samba de forma dicotômica ou estanque, tampouco por meio de um viés normativo, mas, sim, a partir das contradições que o permearam. Isto é, de um lado, a promessa jurídico-política de cidadania; de outro, a necessidade de dinâmicas reivindicatórias populares que pudessem assegurar, no plano dos fatos,

essa concretização. Mais do que isso, que pudessem dar conta dos paradoxos e da complexidade que marcam os limites entre a expectativa normativa e a desigualdade social subjacente. Em tema de cidadania e esperanças constituintes, a propósito, fica ainda mais evidente a completa imbricação entre direito e política – tanto na enunciação das promessas normativas, quanto na forma como essa narrativa é apreendida e ressignificada por parte da cultura popular.

Quanto ao conceito de cultura popular, vale notar que consiste em expressão polissêmica e disputada nas chamadas ciências humanas e sociais. Nelson da Nobrega Fernandes, ao alertar para as controvérsias em torno desse termo, aponta que, ao invés de simplesmente abrir mão dele, deveríamos apontar os múltiplos sentidos que comporta. Não se trata de buscar uma espécie de “outro externo” essencializado e alheio às disputas sociais, tampouco uma suposta “autenticidade” intrínseca. Nas palavras de Fernandes, “todo cientista social deveria ter em conta as afirmações de Martin-Barbero (op. cit.), segundo as quais a noção de alteridade no pensamento ocidental deve muito à percepção pelos românticos de que existia uma outra cultura” (Fernandes, 2001, p. 84). Em diálogo com Burke e Bakhtin, Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti afirma que:

*O carnaval ocupa lugar central nessas visões de cultura popular. No caso de Bakhtin, a festa carnavalesca concreta é, sobretudo, o lugar de abrigo do carnaval como princípio e visão de mundo – o realismo grotesco com seu universo de valores característico. Nisso reside a unidade filosófica e moral da noção bakhtiniana de cultura popular – cultura cômica, não oficial, pública e festiva. No caso de Burke, o agregado*

*festivo do carnaval é também lugar de abrigo de um espírito de mundo e das expressões da cultura popular tradicional, aquela configuração cultural que abriga a interação assimétrica e, entretanto, profunda entre duas correntes de tradição, a grande e a pequena (Cavalcanti, 2010, p. 23).*

Simas e Fabato observam que, na transição da ditadura militar para o regime democrático, o ano de 1985 simbolizou um “laboratório de alquimias carnavalescas” para os desfiles, em que “tudo podia virar enredo”: “a história oficial, as homenagens a personagens de todos os tipos, a riqueza dos mitos brasileiros, o delírio desvairado do artista, as mazelas sociais do país e o espaço sideral tropicalizado” (Simas; Fabato, 2015, p. 59). Comparam, assim, a democratização política no país a uma espécie de democratização nos enredos, mas que, paradoxalmente, funcionaria como uma espécie de semente do cenário futuro de hipervalorização de enredos patrocinados e do enriquecimento visual das escolas (Simas; Fabato, 2015, p. 59-60).

Nesse ano de 1985, a Unidos de Lucas desfilou o enredo *Essa gente brasileira*, um ano após a inauguração do sambódromo da Marquês de Sapucaí: “Quem sou eu / Quem vem lá / Brasileiros reclamando o seu direito de votar / [...] / E hoje só impera a burguesia / Esta tal democracia / Enche o pobre de ilusão / No cruzeiro vejo a grande constelação / E o dólar massacrando o progresso da nação” (Essa gente..., 1984). A democracia burguesa é apresentada como um elemento de sociabilidade que “enche o pobre de ilusão”, uma vez que, no plano normativo, opera sob a lógica das promessas e das expectativas de acesso

pleno à vida pública e à participação política. Um acesso que, na materialidade das relações sociais, é condicionado pelas possibilidades delineadas por um modo de produção que socializa riscos e concentra riquezas. Não à toa, o mesmo samba-enredo passa pela temática do trabalho, das desigualdades socioeconômicas e do acesso à terra, como elementos-chave a serem levados em conta em um projeto de cidadania.

*Precisamos lutar por um dia melhor  
(bem melhor)  
Deste povo sofrido devemos ter dó  
(ter dó)  
Crise do desemprego  
Em nosso dia a dia  
Já não como, não durmo, vivo na  
agonia  
Na esperança de ver um Brasil bem  
maior  
Sem a dívida externa pro povo pagar  
[...]  
Cantamos com o rosto banhado em  
pranto  
Por esta gente do campo  
Sem reforma pra plantar (Essa  
gente..., 1984).*

Vale lembrar que o contexto do desfile da Unidos de Lucas, embora marcado pelo processo político-social de abertura democrática, é posterior ao auge da campanha pelas Diretas Já (“brasileiros reclamando o seu direito de votar”) e anterior à instalação da Assembleia Nacional Constituinte. Está inserido, portanto, no âmago das contradições e complexidades que caracterizam o período de transição do regime militar para o democrático. A ironia e a descrença com que a democracia burguesa é apresentada no samba, cujo cerne enunciativo se traduz no uso da palavra “ilusão” para caracterizá-la na realidade social experienciada por quem é alheado da apropriação de riquezas sociais,



não devem, contudo, ser interpretadas de forma estanque. Isto é, não parece se tratar, meramente, de um processo de falseamento da realidade. Ilusão, aqui, pode ser interpretada em sentido similar à ideia de fantasia no imaginário cultural do carnaval: uma mediação entre expectativas sociais e suas possibilidades de concretização. Em outras palavras, não seria uma mera mentira ou ocultamento falseador de uma realidade, mas, sim, uma dinâmica que envolve as condições de construção de outras realidades possíveis.

Três anos depois, no carnaval de 1988, foi a vez de a Imperatriz Leopoldinense cantar o tema, com o enredo *Conta outra que essa foi boa*. A irreverência, a comicidade, a sátira e a ironia, recursos estilísticos que são tradicionalmente presentes na criação artística da cultura popular, dão o tom do samba. O carnaval de 1988 é especialmente simbólico, em virtude da promulgação, meses depois (em outubro daquele ano), da Constituição Federal que marcaria, de forma central e em termos oficiais, a transição para o regime democrático no país. A temática do voto, da Constituinte, bem como das promessas normativas de participação política e igualdade, aparece no cerne do samba: “Eu voto pra não esquecer / A vida tem que melhorar / O povo na constituinte / Vai ter mesa farta, sorrir / E até cantar / Quá, quá, quá / Você caiu, caiu / É brincadeira / É primeiro de abril” (Conta..., 1987). Em larga medida, o tema parece reverberar não só as contradições da composição da Assembleia Nacional Constituinte, mas também o deslocamento entre expectativas sociais pulsantes (como a de voto direto) e o deslinde dessas dinâmicas nos anos que marcaram a transição: rejeição da eleição direta para presidente e a aprovação da Lei de Anistia para os crimes cometidos na ditadura.

O enredo de Luiz Fernando Reis rendeu à escola apenas o 14º lugar na competição daquele ano – o que pode ser atribuído, em certa medida, à alta competitividade que marcou a disputa pelas primeiras colocações no ano do centenário da abolição formal da escravidão no país (referenciada no subitem seguinte deste artigo). A ironia não só com as promessas de plena cidadania do projeto constitucional, mas também com a própria forma como é narrada a história oficial do Brasil, reaparece nos versos seguintes: “Eu quero / É poder ser marajá / Gozar a vida / Pra vida não vir me gozar / Disse me disse / Na história do Brasil / Fui criança, fui palhaço / E ninguém me assumiu / Ô seu Cabral” (Conta..., 1988). Nessa mesma linha enunciativa, os cem anos da abolição são rememorados: “Ô Cabral / Me mandou uma princesa / Que fingiu me libertar (me libertar)” (Conta..., 1988).

A sinopse do enredo apresentava o mote da proposta do desfile da escola: “a história oficial é uma piada” (Reis, 1988). Em uma análise mais superficial, esse elemento da piada poderia ser entendido como simples descrédito ou negação vazia dessa história, como se ela não tivesse nada a dizer ou a simbolizar. No entanto, as dimensões da comicidade, do riso, da ironia (e até mesmo do grotesco) caracterizam o cerne da criação artística da enunciação da cultura popular carnavalesca. E não como uma simples negação do seu avesso, mas como forma de apreender suas contradições e, a partir disso, ressignificá-las e transformá-las em elemento-chave da festa.

Oito anos depois do desfile da Imperatriz mencionado acima, o Império Serrano levaria à avenida, no carnaval de 1996, o enredo (que se tornou clássico) *E verás que um filho teu não foge à luta*, em homenagem a Betinho. O desfile rendeu à escola o sexto

*Figura 2:* Foto da ala da população sem-terra no desfile de 1996 do Império Serrano (crédito: Júlio Cesar Guimarães)

*Figure 2:* Photo of representatives of the landless population at Império Serrano's 1996 parade (credit: Júlio Cesar Guimarães)



Fonte: O Globo, 1996.

lugar na competição daquele ano. Esse samba-enredo caracteriza, ainda hoje, um dos marcos mais lembrados dentre os enredos voltados para o tema da cidadania e das lutas em torno da concretização do ideário de plena participação política popular: “Um filho do verde esperança / Não foge à luta, vem lutar / Então verás um dia / O cidadão e a real cidadania / [...] / É preciso igualdade / O ser humano tem que ter dignidade / Morte em vida, triste sina / Pra gente chega de viver a Severina” (Verás..., 1995). E arremata: “Chegou a hora de mudar / O meu Império vem cobrar democracia” (Verás..., 1995).

Embora em tom enunciativo distinto do adotado nos enredos mencionados anteriormente, a proposta do Império também se inseria, de igual maneira, na temática das possibilidades de

concretização de cidadania e democracia no país. O encontro literal entre experiências sociais diversificadas se manifestou, de forma direta, ao longo de um desfile que reuniu artistas e militantes de movimentos sociais. Como descrito em reportagem de Aziz Filho pela Folha de São Paulo, datada de fevereiro de 1996, as complexidades desse encontro (que desembocou, em última análise, em uma folia-protesto) envolviam dilemas e disputas que reverberavam tanto entre os sambistas quanto entre os integrantes de partidos políticos.

Aziz Filho observou que o “desfile-passeata” não tinha “aceitação unânime entre os carnavalescos” (Aziz Filho, 1996). Ernesto Nascimento, então carnavalesco do Império, buscava diferenciar a proposta do desfile do que definiu como uma

“passeata comum”, uma vez que seria criativo e lúdico (Aziz Filho, 1996). Além disso, o samba-enredo era apresentado, na reportagem, como uma grande vantagem da escola, já que era um dos mais tocados na cidade e reverenciado por especialistas e artistas. Outras polêmicas político-partidárias ainda permearam o desfile, como as contendas entre Cyro Garcia do PSTU (que criticava o que considerava um caráter “assistencialista” do enredo) e Betinho (que rebateu as provocações afirmando que “nunca dissemos que dar comida resolve tudo”) (Aziz Filho, 1996).

De tudo isso, é possível observar que a construção dos enredos nas brechas e nas frestas das contradições (sejam elas epistemológicas, artísticas, econômico-políticas ou sociais em sentido amplo) envolve também disputas internas e externas às escolas de samba. Em outras palavras, a dimensão da contradição é não só a matéria-prima para a construção dos sambas e enredos (e para a forma como a dimensão normativo-jurídica é apreendida por eles), mas também um elemento que condiciona e atua nas possibilidades e trajetórias desses enredos e na forma como são apresentados. As expectativas políticas do momento da redemocratização são percebidas por parte do samba-enredo, portanto, de forma plural e alicerçada na construção de narrativas em torno das imbricações entre as promessas normativas e a materialidade da realidade social.

Se, nesses subitens anteriores, pretendi observar como a temática das expectativas constituintes de participação política e cidadania reverberaram em sambas-enredo selecionados, o próximo tópico, a seu turno, se destina a pensar essa problemática a partir de lógica um pouco diversa. Isto é,

a partir de uma lógica que, para além de compreender essas expectativas como o *tema* do discurso, busca refletir sobre as possibilidades de o próprio discurso ser também uma forma de pensar a festa enquanto uma dimensão integrante de novas viabilidades de *constituição* das relações sociais. Em outras palavras, a própria noção de constituição é colocada como elemento de reflexão aqui, e compreendida em um sentido ampliado que não se resume a um aspecto meramente formal.

#### 4. A Constituição Kizomba

O mesmo ano de 1988, ano de promulgação da Constituição cidadã, marcava também o centenário da abolição formal da escravidão no Brasil. “Esta Kizomba é nossa Constituição”, cantava a Vila Isabel em *Kizomba, festa da raça*, enredo que lhe rendeu a primeira colocação nos desfiles daquele ano: “Vem a Lua de Luanda / Para iluminar a rua / Nossa sede é nossa sede / De que o apartheid se destrua” (Kizomba..., 1987). O samba viria, ainda, a ser reeditado pela Vila no carnaval de 2013. O vice-campeonato de 1988 ficou para a Mangueira, que cantou o *100 anos de liberdade, realidade ou ilusão?*, samba-enredo que ganhou reconhecimento significativo: “Será / Que a Lei Áurea tão sonhada / Há tanto tempo assinada / Não foi o fim da escravidão / Hoje dentro da realidade / Onde está a liberdade / Onde está que ninguém viu / [...] / O negro samba / Negro joga capoeira / Ele é o rei na verde e rosa da Mangueira” (100 anos..., 1987).

A sinopse original do enredo *Kizomba, festa da raça* se inicia com a observação de que a palavra Kizomba provém do Kimbundo, que consiste em uma das



línguas faladas em Angola. Seu significado passa pela noção de “encontro de pessoas que se identificam numa festa de confraternização”, e o ritual da Kizomba é compreendido por dimensões como “o canto, a dança, a comida, a bebida, além de conversações em reuniões e palestras que objetivam a meditação sobre problemas comuns” (Da Vila, 1988). O enredo foi desenvolvido por Martinho da Vila, e os carnavalescos daquele ano foram Milton Siqueira, Paulo César Cardoso e Ilvamar Magalhães. O verso “Esta Kizomba é nossa Constituição”, que ocupa o lugar de um minirrefrão na segunda metade da música, é especialmente simbólico. Uma possível interpretação é a de que a Constituição, como elemento doador de sentido político a certo projeto de organização social, constitui-se como a própria festa ritualística de liberdade.<sup>23</sup>

*Tem a arte e a bravura  
E um bom jogo de cintura  
Faz valer seus ideais  
E a beleza pura dos seus rituais  
(Kizomba..., 1987).*

Isto é, pensa-se sobre um significado próprio de Constituição, que, para além de um documento em sentido normativo, se ancora nas possibilidades da festa como rito e como mediação de experiências sociais e reflexões. A propósito, sobre a própria origem do termo *samba*, indica Nei Lopes que, “entre os quiocos (chokwe) de Angola, é verbo que significa cabriolar, brincar [...]”. Entre os bacongós angolanos e congueses, o vocábulo designa uma espécie de dança em que o dançarino bate contra o peito do outro” (Lopes, 2003, p. 14). Isto é, a dança, a música e a brincadeira consistem em outras possibilidades de apreensão do fenômeno constituinte e de concretização de suas promessas. Não como uma espécie de fuga da realidade, mas precisamente o oposto: como constituição de novas realidades.

Em outras palavras, no ano que viria a marcar a promulgação da Constituição democrática, a Vila Isabel cantava também uma Constituição, a Constituição Kizomba. As promessas de cidadania, participação política, igualdade e liberdade aparecem, aqui, como um ideário indissociável da

*Sacerdote ergue a taça  
Convocando toda a massa  
Neste evento que congiraça  
Gente de todas as raças  
Numa mesma emoção*

*Esta Kizomba é nossa Constituição  
(bis)*

*Que magia  
Reza, ajeum e orixás  
Tem a força da cultura*

<sup>2</sup> Nas palavras de Cavalcanti (1990, p. 37), em Kizomba, festa da raça, “a ideia de uma democracia racial é deslocada de perspectiva. Enfatiza-se a luta por direitos que rompem a barreira do nacional, a autonomia de uma identidade”. E, ao passo que “os heróis nomeados são os heróis radicais, os da não transigência com o sistema escravista”, haveria “espaço para a negociação: ‘há o jongo, o batuque e a kizomba’”.

<sup>3</sup> Em O processo ritual, Turner analisa, a partir de pesquisas empíricas, processos ritualísticos e suas relações com interações e dinâmicas das estruturas sociais. Nessa linha, aponta que “a dinâmica empregada no relacionamento contínuo entre estrutura social e antiestrutura social é a fonte de todas as instituições e problemas culturais. Arte, jogo, esporte, especulação e experimentação filosófica e científica, medram nos interins reflexivos entre as posições bem definidas e os domínios das estruturas sociais e sistemas culturais” (Turner, 1974, p. 5-6).



prática. Uma prática que não é unívoca ou linear, mas que se ancora e se encarna nos paradoxos da festa e da criação artística – e que reúne, portanto, arte, bravura, cultura. Isso leva a concluir que, embora o samba não se refira de forma direta a questões normativo-jurídicas em sentido literal, a dimensão da promessa normativa e de organização da vida social é reivindicada

como um elemento constitutivo do discurso. A vindicação de uma constituição própria, que pudesse atender às demandas de plena igualdade e liberdade, se entrelaçava, assim, com o contexto político-histórico da época. O abre-alas da Vila Isabel, que trazia a tradicional coroa da agremiação, continha os dizeres que constituíam o título do enredo: “Kizomba, festa da raça”.

*Figura 3:* Foto do desfile de 1988 da Vila Isabel (crédito: André Silva Cruz, Gabriel Carin, Jorge Anselmo, Thiago Tapajós)

*Figure 3:* Photo from Vila Isabel’s 1988 parade (credit: André Silva Cruz, Gabriel Carin, Jorge Anselmo, Thiago Tapajós)



Fonte: Sambario Carnaval, 1988.

O elemento da *Constituição* é apresentado, assim, ao longo do desenvolvimento do enredo, como uma dimensão coletiva de recriação das formas de apreensão do real e das relações sociais. Isto é, como outra possibilidade de fundar essas relações, com base no rito, na festa e na reivindicação da liberdade e da igualdade substanciais.<sup>4</sup> Embora essa perspectiva guarde também um caráter de projeção de ideais para o futuro (isto é, um caráter de promessa), a enunciação discursiva dessa projeção assume uma dimensão distinta da promessa normativo-jurídica. A *Constituição* é a própria Kizomba – isto é, não como algo que deve ser, mas como algo que já se encarnou na materialidade.

Em síntese, foi possível observar que as promessas de participação política do contexto marcado pela redemocratização do país caracterizaram o cerne da enunciação discursiva de muitos enredos e sambas do período. E esse processo envolveu recursos estilísticos diversificados, que passam por artifícios criativos como a ironia (como no desfile de 1988 da Imperatriz), o tom de protesto explícito (como nos casos da Unidos de Lucas em 1985 e do Império Serrano em 1996), e até mesmo pela recriação dos limites e potencialidades da própria noção de constituição (como cantou a Vila Isabel em 1988).

## ***5. Glória a quem constrói a ilusão dessa quaresma colorida: Quem vem lá de Japeri não mora logo ali***

Outra dimensão de percepção das promessas da redemocratização se refere à problemática dos assim chamados direitos sociais. Isto é, as perspectivas e expectativas acerca das condições de acesso a bens e serviços sociais marcam, igualmente, a temática de sambas-enredo no período selecionado. Trabalho, moradia, terra: são esses alguns dos motes semânticos envolvidos nessa produção carnavalesca. Mais uma vez, a pluralidade da enunciação discursiva artística se apresenta e reverbera em distintas formas de conceber o tema: seja a partir de uma explicitação das desigualdades e contradições sociais, seja a partir do enaltecimento do trabalho criativo e livre, seja mesmo por meio de recursos como ironia, caricatura do real ou sarcasmo. Esses aspectos constituíam (e constituem) o cerne de disputas político-jurídicas que, não obstante sejam inerentes à trajetória de consolidação do capitalismo no país, se acirrariam ainda mais no contexto pós-redemocratização. Isso porque se tratava de cenário em que as possibilidades de reconfiguração das relações sociais se encontravam em aberto. Um contexto que recobra as relações entre Estado e capitalismo, e o esgarçamento da pedra de toque dessa relação.

<sup>4</sup> Por igualdade e liberdade substanciais, refiro-me ao fato de que esses valores devem ser apreendidos em sentido não meramente formal, mas, ao revés, inseridos diretamente na materialidade social. Isto é, não se trata de uma garantia abstrata e normativa, mas de cotejar as possibilidades e condições reais de seu pleno exercício.

Como observa Ivanete Boschetti (2018, p. 133 e ss.), a ideia de um “Estado Social Capitalista” se relaciona com um Estado inserido na reprodução ampliada do capital, e que, no assim chamado centro do capitalismo, se robusteceu de forma mais direta entre os anos de 1940 e 1980. Ao retomarmos formulações de Mandel, Boschetti anota que a institucionalização dos direitos sociais é um processo histórico que se relaciona, diretamente, com a socialização dos custos, por parte do capitalismo, e com a imperiosidade de possibilitar condições materiais para que a força de trabalho seja reproduzida socialmente.

Ainda, aponta que, no bojo da crise capitalista agudizada no pós-1970, “a disputa de classe em torno das taxas de mais-valia se torna mais explosiva [...] e o caráter estruturalmente conservador do Estado Social capitalista se revela com toda a sua força” (Boschetti, 2018, p. 147-148). Como efeito e sintoma dessa dinâmica, aprofundam-se processos de supressão direta de direitos sociais a partir do último quarto do século XX (como exemplificado pelo processo social de proposição e aprovação da chamada reforma trabalhista no Brasil). As contradições e desigualdades se amplificam, e se torna ainda mais perceptível a atuação do Estado como um garantidor do processo de acumulação do capital.

Isso não implica afirmar que tenha havido uma espécie de ruptura com o contexto precedente, uma vez que a consolidação do capitalismo no Brasil – assim como seu modo geral de funcionamento – nunca prescindiu da atuação do Estado nem do controle da força de trabalho. Como observa Oliveira (2003, p. 32-33), já desde o início da sua *Crítica à razão dualista*, o

fato de a industrialização ter sido alçada a uma dimensão importante da economia nacional pós-1930, não significa que o assim chamado “subdesenvolvimento” seria uma forma “atrasada” de economia pré-industrial, mas, na verdade, uma condição da expansão capitalista que serviria como “reserva de acumulação primitiva do sistema global”. Desde então, a estrutura regulatória do Estado se voltou, no país, para o disciplinamento da força de trabalho e para a construção de uma grande massa como exército de reserva (Oliveira, 2003, p. 39), como forma de se adequar a um novo padrão de acumulação que, por sua vez, não rompia totalmente com o anterior. A força bruta ditatorial foi a estratégia de que lançaram mão as classes dominantes para tentar conter as contradições entre esse padrão precário de acumulação, recessão econômica e processos de contestação popular em ascensão (Braga, 2012, p. 120).

O contexto da redemocratização marcava, por sua vez, tanto as esperanças populares na reconfiguração das relações sociais, quanto as investidas de avanço mais incisivo do capital sobre a força de trabalho – como forma de contornar, segundo as receitas do diagnóstico neoliberal, a crise do padrão fordista que o capitalismo enfrentava no último quarto do século XX. Ao direito, coube se adequar a esse rearranjo das forças entre capital e trabalho (e chancelá-lo), o que acompanhou, no Brasil, medidas que se abriam para a deterioração das relações de trabalho. Um cenário que, muito embora viesse se aprofundando, ao menos, desde a década de 1970 (com, por exemplo, a normatização do trabalho temporário), encontra seu auge na chamada reforma trabalhista brasileira.

Passo agora a expor de que forma os sambas-enredo selecionados abordam essa temática e as contradições e tensões envolvidas nessa dinâmica. Vale, ainda, relembrar a observação metodológica lançada na introdução deste artigo. Para selecionar o material empírico abordado aqui, parti dos sambas-enredo do carnaval carioca, no período compreendido entre 1980 e 1999. Desse conjunto de sambas, analisei, semanticamente, as letras e os enredos, tendo selecionado os que abordam, de forma mais direta, temáticas como trabalho, moradia, terra e desigualdades sociais. E que o fazem a partir de um diálogo, ainda que implícito, com a problemática das promessas normativo-jurídicas relativas a essas questões. Como já observado, utilizei, como referencial de base de dados, o repositório digital do Instituto Memória Musical Brasileira (IMMuB).

No carnaval de 1984, a Em Cima da Hora apresentou o seu emblemático 33, *Destino Dom Pedro II*: “O suburbano quando chega atrasado / O patrão mal-humorado / Diz que mora logo ali / Mas é porque não anda nesse trem lotado / Com o peito amargurado / Baldeando por aí” (33, Destino..., 1983). O samba, reeditado pela escola no carnaval de 2022, se propunha a “sublimar em poesia a razão do dia a dia pra ganhar o pão” (33, Destino..., 1983). A poesia é contada e cantada a partir da cotidianidade, do acordar cedo, caminhar até a estação, pegar o trem e bater o cartão. A ironia quanto ao discurso da marcha do progresso, que indica que é preciso aguardar e aceitar sua situação social em prol de um “bem maior”, é escancarada pelos versos da Em Cima da Hora: “Não é mole não / Com a inflação / Almejar a regalia / E o progresso da nação” (33, Destino..., 1983).

Na reedição do potente samba de 1984 no desfile de 2022, a escola de samba de Cavalcanti enfrentou dificuldades dentro e fora da avenida. Dentro dela, problemas com evolução e outros quesitos deixaram a agremiação dentre as últimas posições na apuração. Fora dela, nas imediações da dispersão do desfile, o carro abre-alas, que simbolizava um gigantesco trem, atingiu e levou a óbito uma criança de onze anos enquanto era manobrado. As contradições e desigualdades sociais cantadas pela Em Cima da Hora em 1984, e recantadas em 2022, assumiam, naquele momento, faces materialmente visíveis no encontro mutuamente afetado entre a representação artística e a realidade social. Uma realidade marcada por desigualdades pungentes – inclusive, quanto às possibilidades de acessar os desfiles.

A temática do trabalho e das desigualdades sociais voltaria a aparecer, de forma recorrente, nos desfiles e nos sambas de outras escolas em meados dos anos 1980. Como já observado, essa temática tende a ser apresentada a partir de distintas formas narrativas (sem que haja uma hierarquia ou ruptura entre elas), que vão desde uma enunciação mais explícita sobre as desigualdades e os conflitos no âmbito das relações de trabalho, até a ironia, a comicidade, o enaltecimento de uma perspectiva de trabalho substancialmente livre, dentre outros recursos estilísticos. Isto é, não há uma linearidade ou univocidade nas formas de construção desse discurso – nem mesmo, muitas vezes, no bojo do mesmo samba-enredo. A enunciação artística é apresentada por meio de uma miríade de narrativas e estilos plurais, o que caracteriza o próprio cerne da contradição criativa enquanto matéria-prima da construção do discurso.



No mesmo ano de 1984, por exemplo, a Vila Isabel apresentava o *Pra tudo se acabar na quarta-feira*, composição de Martinho da Vila que se tornaria clássica. O tema do trabalho é atrelado, diretamente, ao ofício de criação do carnaval: “Glória a quem trabalha o ano inteiro / [...] / São escultores, são pintores, bordadeiras / São carpinteiros, vidraceiros, costureiras / Figurinista, desenhista e artesão / Gente empenhada em construir a ilusão / E que tem sonhos” (Pra tudo..., 1983). Na sequência, outros artistas são inseridos na narrativa: sambistas, diretores de harmonia, componentes da bateria. O sonho e o estado de glória da folia, que, em uma análise mais superficial, pareceriam se findar com a chegada da quarta-feira de cinzas, são ressignificados a partir dos símbolos da festa: “Mas a quaresma lá no morro é colorida / Com fantasias já usadas na avenida / Que são cortinas / E são bandeiras / Razões pra vida / Tão real da quarta-feira” (Pra tudo..., 1983).

Ainda sobre o tema do trabalho, mas a partir de estilo narrativo distinto (baseado, sobretudo, no recurso da ironia), a Engenho da Rainha desfilou, no carnaval de 1985, com seu *Não existe pecado do lado de baixo do Equador*. O samba começa, satiricamente, ressaltando as belezas naturais e a alegria da folia, mudando o tom enunciativo a partir, sobretudo, da sua segunda metade: “Pois não existe pecado / No lado de baixo do equador / Que os anjos digam amém / Aqui tem tudo, amor / E nada tem”. A parte final do samba se encaminha para uma ironia ainda mais incisiva, fazendo menção direta ao tema do trabalho: “Parabéns ao bom salário / À boa vida do operário / E ao meu sonho de pierrot / Mais uma vez é carnaval / Ah, minha doce quimera / E inflação no final” (Não existe..., 1984).

Outra temática que dialoga, de forma central, com a questão dos assim chamados direitos sociais, é a da moradia e do acesso à terra. No carnaval de 1985, a São Clemente apresentou o *Quem casa, quer casa*: “Quem casa, quer casa / Eu não tenho onde morar / [...] / Ai, ai, meu Deus / Guarde uma casa para mim no céu / Veja, nesta terra, tudo é forma de aluguel / O meu salário é uma cascata / Eu não vou poder pagar” (Quem..., 1985). Em sentido aproximado, cinco anos depois, a Vila Isabel desfilaria o *Se esta terra, se esta terra fosse minha*. A primeira parte do samba resgata as raízes do colonialismo (“quando os invasores aportaram / Com a sede louca da ambição”) e suas reatualizações, apontando para os seus efeitos e implicações sociais: massacres e reprodução de desigualdades (Se esta..., 1989).

*E o herói Guarani  
Gritou forte defendendo sua terra  
(bis)  
Mas de nada adiantou  
Aquele grito de guerra*

*Se minha fosse esta terra  
Das pedras nasceriam flores  
Com sangue, suor e lágrimas  
Cantou o negro em suas cores (mas vindo...)  
Vindo... lá das bandas do Agreste  
- Terra seca do Nordeste  
O homem em busca de aventuras  
Quando a vontade mais pura do irmão  
Era produzir no seu quinhão  
(Se esta terra...) (Se esta..., 1989).*

Ao longo dos anos 1990, ainda que de forma mais indireta, estilisticamente padronizada e esparsa (já que os enredos patrocinados ganham fôlego), a problemática dos chamados direitos sociais voltaria a aparecer em alguns sambas de enredo. Talvez os enredos mais centrais do período, quanto a essa temática, tenham sido o *Prestes, o cavaleiro da esperança*, que

rendeu o modesto oitavo lugar à Grande Rio no desfile de 1998, e o *Cidade Maravilhosa, o sonho de Pereira Passos*, com que desfilou a União da Ilha em 1997. O primeiro narrou a trajetória de vida e militância de Luís Carlos Prestes, enquanto o segundo oscilava entre uma ode às belezas do Rio e uma ironização dos processos de violência que caracterizaram o “bota abaixo” da reforma urbana da cidade.

## 6. Conclusão: A liberdade substancial<sup>5</sup> da festa

Como possibilidade de atravessamento do real, e de criação de novas realidades, o discurso artístico recupera perspectivas estilísticas que não só dialogam com os efeitos sociais das desigualdades, como visto acima, mas que também se propõem a “encontrar o gênio em sua fonte e atravessar a ponte dessa doce ilusão” (Eu quero, 1985) do carnaval. Isto é, que traçam sua narrativa a partir das projeções e dos desejos em torno de outras viabilidades de conceber as relações sociais em sua materialidade – não como escape da realidade, mas como construção de novas realidades. Em outras palavras, a festa e a folia são

assumidas não como um momento de fuga ou de mero falseamento do real, mas como a potencialidade fática de criação de novas realidades em si e de ressignificação da memória coletiva.<sup>6</sup> Isto é, o momento criativo do carnaval é apresentado como elemento capaz de se perenizar para além dos quatro dias de glória e de ensinar outras lentes para visualizar as relações sociais e agir sobre elas.

Essa dimensão do fazer artístico se relaciona com os debates a respeito da forma como pretendi compreender a relação entre discurso do samba e discurso jurídico-político. Isto é, não se trata de propor dicotomias estanques entre eles, mas de refletir sobre os contornos a partir dos quais se relacionam em suas construções narrativas. Se a dimensão da promessa e da projeção de uma temporalidade para o futuro é central no discurso jurídico, isso não significa que essa estratégia enunciativa não esteja presente no discurso artístico. O futuro e o desejo são encarados como um espaço para o lançamento da potencialidade da festa, para as possibilidades de recriação das relações sociais.

<sup>5</sup> É possível fazer referência, a essa altura, à noção de “liberdade substantiva” delineada por Sen (2006). A liberdade, ao ser entendida em sentido não meramente formal, apresenta-se como condição material para o exercício da cidadania em sua plenitude.

<sup>6</sup> Por memória coletiva, compreendo um sentido histórico-sociológico de compartilhamento de valores e experiências sociais. Para além de um mero prolongamento de memórias individuais, ou de uma espécie de sinônimo de um compilado de informações, a memória coletiva diz respeito às próprias possibilidades de construção de sociabilidade e de difusão de horizontes valorativos acerca dos fenômenos sociais. Quanto às relações entre memória coletiva e música, é possível recobrar, aqui, as elaborações de Halbwachs em A memória coletiva. Segundo o autor, a particularidade da música se deve ao fato de que “se desenvolve totalmente no tempo, [...] não se prende a nada que dura, e [...] para retomá-la, é preciso recriá-la sempre. É porque não há exemplo onde percebemos mais claramente que não é possível reter uma massa de lembranças em todas as suas sutilezas e nos mais precisos detalhes, a não ser com a condição de colocar em ação todos os recursos da memória coletiva” (Halbwachs, 1990, p. 187).

Figura 4: Foto do desfile de 1986 do Império Serrano (crédito: Ricardo Leoni)

Figure 4: Photo from Império Serrano's 1986 parade (credit: Ricardo Leoni)



Fonte: Extra, 2014.

Nessa linha, no carnaval de 1986, o Império Serrano desfilou o icônico Eu quero: “Quero que meu amanhã / Seja um hoje bem melhor / Uma juventude sã / Com ar puro ao redor / Quero nosso povo bem nutrido / O país desenvolvido / Quero paz e moradia / Chega de ganhar tão pouco / Chega de sufoco e de covardia” (Eu quero, 1985). Ao longo do samba-enredo, outras projeções são agregadas, como a de ser formado bem-informado, e a de ver o “filho bem letrado”. O que aparecia até então na forma do desejo (“quero”), se transfigura no prenúncio de realização na parte final do samba: “Cessou a tempestade / É tempo de bonança / Dona liberdade / Chegou junto com a esperança” (Eu quero, 1985).

O manejo da dimensão do tempo assume aqui contornos específicos, e pode ser cotejado com a questão da temporalidade da promessa normativo-jurídica. Embora a perspectiva narrativa

seja projetada, no samba do Império, para o futuro (“Quero que meu amanhã”), essa projeção não se dá da mesma forma como ocorre a enunciação no âmbito normativo-jurídico. Isso porque o futuro não é apresentado como um resultado meramente evidente e dado do passar do tempo e da previsão de uma disposição legal, mas, sim, como uma dimensão que deve ser reivindicada, coletivamente, no presente. Em “Me dá, me dá / Me dá o que é meu / Foram vinte anos / Que alguém comeu” (Eu quero, 1985), por exemplo, é possível observar uma referência direta aos vinte anos que o país havia passado sob a ditadura militar.

No mesmo ano de 1986, a Portela cantava, em *Morfeu no carnaval, a utopia brasileira*, as relações entre as projeções de transformação social e a perspectiva de materialização dessas projeções a partir do carnaval: “Deixa Morfeu me levar / Nos

seus braços, sonhador / Quero fugir da realidade / Desse mundo sofredor / Nessa noite eu vou / Fazer da dor minha alegria / [...] / Ver o meu irmão plantando / No verde sertão / Descolar um troco e pagar / Geral pro meu patrão (que é vacilão)” (Morfeu..., 2000). Em um movimento às avessas com relação ao samba-enredo do Império, a parte final do samba da Portela é marcada não pelo prenúncio da concretização da realidade almejada, mas, sim, pela tristeza do “despertar dessa ilusão”: “Que pesadelo / Meu Deus, quanta taxa pra pagar / É trem lotado, que sacrifício danado / Desempregado e com criança pra criar / O nosso ouro lá da serra tá pelado / Já que está tudo arrombado / Deixa o leão se arrumar” (Morfeu..., 2000).

Por sua vez, a compreensão da seletividade da lei e das desigualdades sociais que ela encarna e que reproduz, é também outra dimensão abordada nos sambas-enredo da época. Em 1989, a Vila Isabel cantava o *Direito é direito*, enredo que, fazendo referência direta à Declaração de Direitos Humanos, fincava a enunciação do samba nos limites entre as promessas normativas e a necessidade de uma igualdade e liberdade substanciais: “A liberdade ainda não raiou / Queremos o direito de igualdade / Viver com dignidade / [...] / A Declaração Universal / Não é um sonho, temos que fazer cumprir” (Direito..., 1988). A dimensão de esperança na concretização das promessas normativo-jurídicas ganharia tons diversos e paradoxais nos versos seguintes: “A justiça é cega, mas enxerga quando quer / Já está na hora de assumir (eu sei) / Sei que quem espera não alcança / Mas a esperança não acabará / Cantando e sambando acendo a chama / E sonho um novo dia clarear” (Direito..., 1988).

Isto é, a ironia com que é encarada a promessa da normatividade jurídica (tanto porque a justiça “enxerga quando quer”, quanto porque “quem espera não alcança”), contrasta, na parte seguinte do samba, com uma outra forma de esperar. Uma esperança que não é a de simplesmente aguardar a efetivação da expectativa normativa, mas, sim, a de compreender a festa como espaço-tempo de acender a chama e de traçar novas possibilidades do real. Em suma, o mote semântico que atravessa os sambas apresentados é o de pensar as contradições da materialidade social como cerne da construção discursiva artística, mas não para tomá-la como um elemento externo da festa. Na verdade, o movimento parece ser precisamente o contrário: tomar a festa como o *locus* de encontro dessas contradições e como potencialidade de reinventar uma liberdade e igualdade substanciais para as relações sociais.

Em 1992, seria a vez de a Mocidade desfilar o antológico *Sonhar não custa nada! Ou quase nada*. Se para sonhar não se paga, “não custa nada sonhar / Viajar nos braços do infinito / Onde tudo é mais bonito / Nesse mundo de ilusão / Transformar o sonho em realidade / E sonhar com a Mocidade é sonhar com o pé no chão” (Sonhar..., 1991). A dimensão do sonho (e aqui é possível, inclusive, traçar um paralelo com as reflexões de Krenak desenvolvidas anteriormente, sobre sonho e narrativa) não aparece como algo alheio à realidade: pelo contrário, “o meu sonho é tão real” (Sonhar..., 1991). A projeção dos sentidos do “mundo de ilusão” do carnaval não se apresenta como mero escape do real, mas como uma forma de “transformar o sonho em realidade” (Sonhar..., 1991).



Ao longo da análise desenvolvida no artigo, foi possível observar como a produção artística de sambas-enredo apreendeu, no contexto da redemocratização do país, as contradições e complexidades dessa dinâmica histórico-social. As promessas jurídico-políticas de acesso à cidadania e aos direitos sociais foram encaradas, pela criação carnavalesca, não como uma abstração normativa, mas, sim, a partir de suas disputas materialmente situadas. Também foi possível compreender que

as promessas e expectativas normativas (bem como as contradições que pretendem estancar) não constituem apenas um “tema” ou “conteúdo” nos sambas e enredos selecionados, mas, fundamentalmente, reverberam na própria forma como o discurso artístico é construído. Isso se deve tanto à complexidade e riqueza da criação artística carnavalesca, quanto ao fato de que ela própria também se insere em uma materialidade social contraditória e plural.



## Referências Bibliográficas

33, DESTINO Dom Pedro II. (1983). Intérprete: César V. Compositores: Guará e J. das Rosas. In: SAMBAS de enredo das Escolas de Samba do Grupo 1B, Carnaval 1984. Rio de Janeiro: Top Tape. LP, faixa 7.

100 ANOS de liberdade, realidade ou ilusão? (1987). Intérprete: Jamelão. Compositores: Turco et al. In: SAMBAS de enredo das Escolas de Samba do Grupo 1A, Carnaval 1988. Rio de Janeiro: BMG Ariola. LP, disco 2, faixa 18.

AZIZ FILHO. (1996). Império Serrano faz ‘Carnaval pela fome’. *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/2/04/cotidiano/27.html#:~:text=AZIZ%20FILHO&text=Em%20a%20que%20simbolizam%20a,espera%20reunir%20energias%20para%20desfilar.>>. Acesso em: 26 nov. 2022.

BOSCHETTI, I. (2018). Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho. In: I. BOSCHETTI (org.). *Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo: Cortez.

BRAGA, R. (2012). *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. Coleção Mundo do Trabalho. São Paulo: Boitempo, USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

CAVALCANTI, M. A. (1990). Temática Racial no Carnaval Carioca: algumas reflexões. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 18, p. 27-44.

CAVALCANTI, M. A. (2010). Em torno do carnaval e da cultura popular. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v. 7(2), p. 7-25. <https://doi.org/10.12957/te-cap.2010.11997>.

COELHO, B. (2023). *Samba-enredo carioca e outras “coisas nossas”: A percepção discursiva das contradições sociais pelo samba e pelo direito*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 194 p.

CONTA outra que essa foi boa. (1987). Intérprete: Alexandre. Compositores: Z. Catimba et al. In: SAMBAS de enredo das Escolas de Samba do Grupo 1A, Carnaval 1988. Rio de Janeiro: BMG Ariola. LP, disco 1, faixa 4.

DA VILA, M. (1988). [Sinopse do enredo Unidos de Vila Isabel de 1988]. *Galeria do Samba*. Disponível em: <https://galeriadosamba.com.br/escolas-de-samba/unidos-de-vila-isabel/1988/>. Acesso em: 13 nov. 2022.

DIREITO é Direito. (1988). Intérprete: Gera. Compositores: J. King et al. In: SAMBAS de enredo das escolas de samba do grupo 1A – Carnaval 1989. Rio de Janeiro: BMG-Ariola. LP, disco 2, faixa 6.

ESSA GENTE brasileira. (1984). Intérprete: J. Machado. Compositores: Magnata et al. In: SAMBAS de enredo das Escolas de Samba do Grupo 1B, Carnaval 1985. Rio de Janeiro: Som Livre. LP, faixa 6.

EU QUERO. (1985). Intérprete: Quinzinho. Compositores: A. Machado et al. In: SAMBAS de enredo das Escolas de Samba do Grupo 1A, Carnaval 1986. Rio de Janeiro: RCA Victor. LP, faixa 4.

EXTRA. (2014). [Foto do desfile de 1986 do Império Serrano]. Crédito: Ricardo Leoni. *Extra*, 24 jan. 2014. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/carnaval/carnaval-historico/imperio-serrano-cantou-um-dos-hinos-da-abertura-politica-11383406.html>. Acesso em: 27 nov. 2022.

FERNANDES, N. (2001). *Escolas de samba: Sujeitos celebrantes e objetos celebrados* – Rio de Janeiro, 1928-1949. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro.

GUIMARÃES, U. (1988). *Discurso na sessão de promulgação da Constituição de 1988*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/inter-net/agencia/infograficos-html5/constituente/index.html>. Acesso em: 15 nov. 2022.

HALBWACHS, M. (1990). *A memória coletiva*. Tradução: Laurent Schaffter. São Paulo: Edições Vértice, Editora Revista dos Tribunais Ltda.

KIZOMBA, festa da raça. (1987). Intérprete: Gera. Compositores: Rodolpho et al. In: SAMBAS de enredo das Escolas de Samba do Grupo Especial, Carnaval 1988. Rio de Janeiro: BMG Ariola. LP, disco 2, faixa 16.

KRENAK, A. (1992). “Antes, o mundo não existia”. In: A. NOVAES (org.), *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 201-204.

KRENAK, A. (1988). [Discurso na Assembleia Nacional Constituinte, 1987]. *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, Suplemento “B”, janeiro de 1988. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidade/o-processo-constituente/comissao-de-sistemizacao/COMSist23ext27011988.pdf](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidade/o-processo-constituente/comissao-de-sistemizacao/COMSist23ext27011988.pdf). Acesso em: 15 nov. 2022.

LOPES, N. (2003). *Sambeabá: O samba que não se aprende na escola*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. 192 p.

MORFEU no carnaval, a utopia brasileira. (2000). Intérprete: Silvinho. Compositores: A. do Cavaco et al. In: ESCOLA de Samba Portela. Rio de Janeiro: BMG Brasil. CD, faixa 1.

NÃO EXISTE pecado do lado de baixo do Equador. (1984). Intérprete: H. Melodia. Compositores: Guará et al. In: SAMBAS de enredo das Escolas de Samba do Grupo 1B, Carnaval 1985. Rio de Janeiro: Som Livre. LP, faixa 7.

O GLOBO. (1987). Índio usa graxa de luto para mostrar insatisfação. *O Globo*, 5 set. 1987. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/129353/Setembro%2087%20-%20200340.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 nov. 2022.

O GLOBO. (1996). [Foto da ala da população sem-terra no desfile de 1996 do Império Serrano]. Crédito: Júlio Cesar Guimarães. *O Globo*, 20 fev. 1996. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/incoming/imperio-sua-historia-seus-bambas-21053770>. Acesso em: 26 nov. 2022.

OLIVEIRA, F. (2003). *Crítica à razão dualista; O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.

PERLATTO, F. (2019). As disputas políticas e a constituinte brasileira de 1987-1988: Projetos, sonhos e utopias. *Ler História*, v. 75, p. 89-109. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.5588>

PRA TUDO se acabar na quarta-feira. (1983). Intérpretes: M. Moran et al. Compositor: M. da Vila. In: SAMBAS de enredo das Escolas de Samba do Grupo 1ª, Carnaval 1984. Rio de Janeiro: RCA Victor. LP, faixa 2.

QUEM casa, quer casa. (1985). Intérprete: Izaías. Compositores: Rodrigo *et al.* *Galeria do Samba*. Disponível em: <http://www.galeriadosamba.com.br/escolas-de-samba/sao-clemente/1985/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

REIS, L. F. (1988). Sinopse do enredo de 1988 da Imperatriz Leopoldinense. *Galeria do Samba*. Disponível em: <https://galeriadosamba.com.br/escolas-de-samba/imperatriz-leopoldinense/1988/>. Acesso em: 26 nov. 2022.

SAMBARIO CARNAVAL. (1988). [Foto do desfile de 1988 da Vila Isabel]. Crédito: André Silva Cruz, Gabriel Carin, Jorge Anselmo, Thiago Tapajós. *Sambario Carnaval*, 1988. Disponível em: <http://www.sambariocarnaval.com/index.php?sambando=fotos1988>. Acesso: 26 nov. 2022.

SE ESTA terra, se esta terra fosse minha. (1989). Intérprete: Gera. Compositores: Tropical *et al.* In: SAMBAS de enredo das Escolas de Samba do Grupo 1A, Carnaval 1990. Rio de Janeiro: BMG Ariola. LP, faixa 4.

SEN, A. (2006). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

SILVA, J.; ARAÚJO, A. (2017). A metodologia de pesquisa em análise do discurso. *Grau Zero - Revista de Crítica Cultural*, v. 5, n. 1, p. 58-73. <https://doi.org/10.30620/gz.v5n1.p17>.

SIMAS, L. A.; FABATO, F. (2015). *Pra tudo começar na quinta-feira: o enredo dos enredos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula. 193 p.

SONHAR não custa nada! Ou quase nada! (1991) Intérprete: Paulinho Mocidade. Compositores: P. Mocidade *et al.* In: SAMBAS de enredo das Escolas de Samba do Grupo Especial, Carnaval 1992. Rio de Janeiro: BMG-Ariola. LP, faixa 1.

TURNER, V. (1974). *O processo ritual: Estrutura e antiestrutura*. Tradução: Nancy Castro. Petrópolis: Vozes.

VERÁS que um filho teu não foge à luta. (1995). Intérprete: Jorginho. Compositores: A. Machado *et al.* In: SAMBAS de enredo das Escolas de Samba do Grupo Especial, Carnaval 1996. Rio de Janeiro: BMG Brasil. CD, faixa 13.

# Novos e velhos ferramiu: o Balôn como mercado em transformação

**New and old ferramiu: Balôn as a changing market**

**Nuevos y viejos ferramiu: el Balôn como mercado en transformación**

**Vanessa  
DURANDO**

[vanessa.durando55@gmail.com](mailto:vanessa.durando55@gmail.com)

Pesquisadora independente.

O presente artigo trata da memória, em seus processos de apagamento e rearticulação, enquanto dispositivo para a construção de relações sociais. Em perspectiva etnográfica, trata-se de um estudo de caso sobre a produção e o uso de memórias de eventos passados e, especificamente, das narrativas de origem do mercado Balôn, feira de mercadorias usadas em Turim (Itália). Essas se articulam a partir da figura profissional do ferramiu, tida como “tradicional” por comerciantes que pertencem a duas associações presentes “na praça”. As diversas versões, consideradas como “memórias divididas” (Portelli, 1991), compõem discursos que são acionados, pelos respectivos grupos, para (des)construir legitimidade/deslegitimidade recíprocas num espaço em disputa. Tal tensão contribuiu para a reorganização interna da feira e, sucessivamente, promoveu uma cisão que partiu e multiplicou o mercado.

**Palavras-Chave: Memória; Mercado; Organização social.**

*This article deals with memory, in its processes of erasure and rearticulation, as a device for the construction of social relations. From an ethnographic perspective, this is a case study on the production and use of memories of past events and, specifically, the narratives of origin of the Balôn market, a used goods market in Turin (Italy). These are articulated on the basis of the professional figure of the ferramiu, considered "traditional" by traders who belong to two associations. These different versions, considered to be "divided memories" (Portelli, 1991), make up discourses that are used to (de)construct reciprocal legitimacy/delegitimacy in a disputed space. This tension contributed to the internal reorganisation of the Balôn and, successively, promoted a split that divided and multiplied the market.*

**Keywords: Memory; Market; Social organization.**



*El presente artículo trata de la memoria, en sus procesos de borrado y rearticulación, como dispositivo para la construcción de relaciones sociales. En perspectiva etnográfica, se trata de un estudio de caso sobre la producción y el uso de memorias de eventos pasados y, específicamente, de las narrativas de origen del mercado Balón, feria de mercancías usadas en Turín (Italia). Estas se articulan a partir de la figura profesional del ferramiu, considerada como "tradicional" por comerciantes que pertenecen a dos asociaciones presentes "en la plaza". Las diversas versiones, consideradas como "memorias divididas" (Portelli, 1991), componen discursos que son accionados por los respectivos grupos para (des)construir legitimidad deslegitimadas recíprocas en un espacio disputado. Tal tensión contribuyó a la reorganización interna de la feria y, sucesivamente, promovió una escisión que partió y multiplicó el mercado.*

**Palabras clave:** Memoria; Mercado; Organización social.

## Introdução

*O mercado Balón: “[...] uma exposição grandiosa e compassiva de misérias, impossível de se imaginar a não ser supondo que um inteiro bairro de Turim, tomado por um furor de destruição, tenha lançado pelas janelas todos os utensílios, dos sótãos aos porões, até a última bugiganga do último armário.... É uma confusão de coisas e sobras de enlouquecer o coitado que as devesse inventariar.”*  
(Edmondo de Amicis, 1911, tradução nossa).

A feira Balón, localizada na cidade de Turim, Itália, desde a metade do século XIX oferece mercadorias usadas, representando a mais conhecida da cidade. Alocada no bairro de Porta Palazzo, área de antiga ocupação operária e onde surge um outro grande mercado alimentar e de artigos novos, ao longo do tempo, acolheu diversas levas de migrantes. Primeiro os italianos vindos das regiões rurais das redondezas, depois os migrantes provenientes do sul da Itália e, hoje, os que provêm de países europeus e extra-europeus encontraram e encontram no comércio uma fonte total ou parcial de subsistência. Tido como “tradicional” pelos *torinenses*, considerado como “amortecedor social” pelas instituições públicas, representado como lugar “exótico” e “perigoso” pela mídia local, definido como lugar “do bom negócio” por muitos clientes, o Balón é lugar onde, através

da venda de mercadorias usadas, velhas e antigas, diferentes sujeitos se relacionam. Consideramos a feira, em termos gerais e de forma esquemática, como uma *situação de intercâmbio realizada por um conjunto de pessoas que exercem atividades de compra-venda e/ou troca de bens, parcialmente regulamentadas pelo Estado, num lugar preestabelecido*. Com o termo “situação” nos referimos à definição que Giovanni Semi (2005), em sua etnografia sobre o mercado de Porta Palazzo, formula a partir de algumas reflexões teóricas propostas por Erving Goffmann (1969), Clyde Mitchell (1987) e Ulf Hannerz (1998). Segundo o sociólogo italiano, as “situações” são “momentos relacionais durante os quais o fluxo de significado (produzido pelos sujeitos) toma forma (e adquire sentido) determinando uma interação”. A interação, segundo essa perspectiva, define-se, então,

enquanto “fluxo situado” (Semi, 2005, p. 31). Neste sentido, o mercado, que é sempre, em várias medidas, heterogêneo do ponto de vista social, econômico e cultural define-se por seu caráter interacional e funciona segundo valores e normas internamente estabelecidas e externamente normatizadas.

Na feira Balôn operam vendedores de categorias distintas, desde “coletores” até “antiquários”, os quais comercializam, de maneira formal e informal, mercadorias de diversas procedências. Logo percebi que, além de existirem diferenças étnicas entre italianos e entre italianos e “estrangeiros” de várias nacionalidades, os vendedores teciam uma rede complexa de relações a partir de noções como “proveniência”, “profissionalização” e “ancianidade”, as quais repercutem na organização social dos grupos que o compõem, incluindo também o Estado como agente que participa desses

processos. Estas são acionadas, dentre outros, por categorias de discurso tais como “legalidade/informalidade/ilegalidade” que, no contexto em questão, adquirem distintos significados segundo os diferentes agentes sociais. O Balôn, de fato, é um mercado que apresenta traços marcantes de informalidade, “tolerados” pelas instituições, que se evidenciam tanto nas práticas dos atores, quanto em suas narrativas.

Olhar o mercado como “palco” e espaço de produção das relações foi o primeiro prisma através do qual o observei quando, em 2008, comecei a pesquisa de mestrado.<sup>1</sup> A configuração da feira, os grupos sociais que o constituem e as dinâmicas comerciais que o sustentam foram o meu foco. Tais dinâmicas são úteis para pensar, transversalmente, temas caros à antropologia, como a inseparabilidade entre sistema econômico e social<sup>2</sup>, processos de construção do espaço

<sup>1</sup> Os dados que utilizo foram coletados no trabalho de campo que desenvolvi em diversas etapas ao longo dos anos: se referem, principalmente, à pesquisa de campo que realizei em 2007 e 2008, durante a pesquisa de mestrado em Antropologia Social realizada na Universidade federal do Paraná, sendo integrados com material coletado sucessivamente, entre os anos 2012 e 2015, quando desenvolvi, sempre nesse contexto, parte da pesquisa de doutorado (cursado na Universidade Estadual de Campinas com o auxílio da FAPESP) e com dados recentes, de 2023 e 2024. Se em um primeiro momento, o meu objetivo foi a organização social da feira, sucessivamente, me concentrei nas dinâmicas de compra-venda, coleta e reciclagem de mercadorias realizada por comerciantes senegaleses que utilizam o mercado como um dos espaços de arrecadação de suas peças. Através de uma pesquisa multisituada acompanhei o fluxo de pessoas, coisas e dinheiro de Turim para Dakar, onde os itens são enviados via container. Atualmente, continuo observando os dois mercados, Balôn e o Barattolo - seu desdobramento -, e acompanhando os comerciantes senegaleses em suas práticas comerciais transnacionais. A metodologia que utilizei nesses anos sempre foi a mesma: observação participante, entrevistas formais sobre trajetórias de vida e profissionais e, quando necessário, entrevistas pontuais semiestruturadas. Utilizei diversos suportes para a coleta de dados, desde o diário de campo até fotografia e vídeo. A inserção em campo foi facilitada por uma posição, digamos híbrida, que adquiri aos olhos dos meus interlocutores por ser uma italiana que vive no Brasil há muitos anos. Esta situação me colocava, por um lado, em um lugar “de fora” e, pelo outro, era vista como “próxima” tanto pelos italianos com os quais compartilhava a mesma nacionalidade quanto pelos senegaleses e outros “estrangeiros” pelo mesmo papel de “migrante” que em lugares diversos desempenhávamos. Ser uma migrante despertava curiosidade tanto para uns quanto para outros e me era atribuída coragem e valentia. A modalidade de inserção em campo que aqui aponto não foi fixa e nem unívoca, houve mudanças e nuances diferentes dependendo dos contextos e dos interlocutores com os quais me deparei. Os desafios também foram muitos, essas questões serão aprofundadas em outro artigo.

<sup>2</sup> Vejam-se as discussões de autores clássicos como Polany (1944), Polany; Arensberg; Pearson (1957); Granovetter (1985); Geertz (1979) e Braudel (1996).

em contextos urbanos, dimensão formal/informal/ilegal das práticas comerciais, fluxos migratórios, dentre outros. O presente artigo trata de um dos elementos que operam na organização social da feira: a memória e seus processos de apagamento e rearticulação, enquanto dispositivo para a construção de relações sociais. Por memória entendemos a lembrança como *criação* de um grupo social que projeta no passado uma imagem constituída a partir de valores e lógicas atuais. Ela opera de forma diferente e pode ser problematizada dependendo da posição que o grupo social ocupa na situação observada.

Esse artigo é um fragmento etnográfico sobre as narrativas de origem do mercado Balôn, as quais se articulam a partir da figura profissional do *ferramiu*, tida

como “tradicional” por comerciantes que pertencem a duas associações presentes “na praça”. Utilizadas pelos meus interlocutores para caracterizar parte do *éthos* do mercado, são mobilizadas enquanto dispositivos de legitimação e deslegitimação recíproca em um espaço comercial dividido e, também, disputado. Tal tensão contribuiu para a reorganização interna da feira e promoveu uma cisão que partiu e multiplicou o mercado.

## *Porta Palazzo ou “O Ventre de Turim”*

O bairro de Porta Palazzo, que abrigou o primeiro proletariado urbano de Turim, é conhecido por hospedar dois mercados: uma ampla feira de mercadorias novas,

*Figura 1. Mapa – Porta Palazzo*



Fonte: Criação da autora

conhecida como “mercado de Porta Palazzo”, que há dois séculos funciona diariamente (exceto aos domingos) na extensa Piazza della Repubblica, e o mercado Balôn, que, aos sábados, se estende pelas ruelas que vão da praça em direção ao rio Dora. Essa última é a feira da cidade na qual, desde a metade do século XIX, comercializam-se ‘tradicionalmente’ mercadorias usadas.

A partir do mapeamento da região, realizado pelo sociólogo italiano Giovanni Semi (2005), podemos identificar Porta Palazzo como um espaço composto e heterogêneo. Esse se constitui, em princípio, por três áreas: Borgo Dora, que compreende toda a região acima de Piazza della Repubblica (delimitada por Corso Regina Margherita, Via Cigna, Corso XI Febbraio e o rio Dora), Piazza della Repubblica e o Quadrilatero Romano, que inclui Piazza Emanuele Filiberto e a área que dali se estende até o centro histórico. Essa última região, considerada hoje o lugar ‘da moda’ da cidade, sofreu um processo de gentrificação ocorrido a partir de 1991, que viabilizou a produção de um novo espaço comercial, constituído principalmente por bares e restaurantes. Por causa da elitização que essa mudança comportou, o Quadrilatero Romano, que até então fazia parte de Porta Palazzo, abrigando em suas casas populares muitos dos feirantes do mercado da grande praça central, é considerado hoje como uma região socioeconômica deslocada desse contexto. A avenida Corso Regina constitui uma fronteira física entre esses

dois espaços: seus poucos metros de largura equivalem à distância que separa ‘dois mundos’. Para além dessa fronteira, a ampla praça octogonal de Piazza della Repubblica (51.300 m<sup>2</sup>), o “coração” do bairro, é a “moldura” que hospeda uma grande feira diária, a maior de Torino. Essa oferece alimentos, roupas, artigos domésticos e flores, disponibilizando artigos que em nenhum outro lugar da cidade são ofertados como, por exemplo, a hortelã fresca importada diretamente do Marrocos e outras especiarias. O *éthos* ‘popular’ do mercado de Porta Palazzo deriva do tipo de bens comercializados e da competitividade dos preços, que atraem principalmente clientes de menor poder aquisitivo. Ao seu redor, há diversas pequenas áreas onde é praticada a venda ilegal de mercadorias, objetos roubados e drogas. A importância comercial de Porta Palazzo, porém, não está vinculada somente a esse mercado e à feira do usado Balôn. De fato, em Borgo Dora desenvolveu-se uma *ethnic enclave economy* com a consolidação do comércio marroquino<sup>3</sup> (Semi, 2005, p. 126) e, mais recentemente, chinês.

O que articula as três áreas que compõem o bairro de Porta Palazzo é, segundo Semi, o “multiculturalismo cotidiano” que produz específicas “formas de relações sociais e tecidos multiculturais” (Semi, 2005, p. 11). As interações entre pessoas de diferentes proveniências que aqui se encontram nem sempre são pacíficas, apresentando-se, em muitas ocasiões, através de conflitos. Nos discursos dos comerciantes e residentes italianos, a presença “estrangeira” é

<sup>3</sup> Instalada entre Corso Giulio Cesare, Corso XI Febbraio e o rio Dora.



frequentemente associada à violência e à ilegalidade, gerando narrativas *clichês* de cunho reivindicatório. Essas posições se manifestam em episódios que encenam os conflitos, como, por exemplo, na reunião de cidadãos italianos em comitês que visam à representação de seus interesses, assim como a ritualização em cortejos e manifestações públicas contra a imigração, que se torna o ‘bode expiatório’ de algumas problemáticas locais. Os discursos correntes são geralmente vinculados ao tema da “segurança”, apelando-se para intervenção direta das instituições<sup>4</sup>. Tais conflitos desencadearam um processo de realocamento populacional significativo: muitos italianos (moradores e comerciantes) migraram para outros bairros de Torino e o efeito desse deslocamento, que é também uma das causas e consequências da etnicização comercial magrebina e chinesa da região, resultou numa exacerbação da intolerância interétnica por parte dos italianos que permaneceram na localidade. Diante dos protestos ocorridos – que integram a chamada “crise urbana” (Allasino; Bobbio; Neri, 2000, p. 73) –, a prefeitura investiu em duas ações principais: intervenções voltadas à requalificação do território e, de 1996 até 2012, em um “projeto integrado”,

que consistiu na criação de uma agência de “mediação de conflitos”, de natureza mista, público-privada, chamada “*The Gate. Living not leaving*” que representava um verdadeiro apelo aos italianos que abandonavam o território.

Hospedar pessoas vindas ‘de fora’ não é, porém, novidade em Porta Palazzo. O “ventre de Torino” – como definiu essa região da cidade o escritor Edmundo De Amicis –, desde o final de 1800, abrigou ‘diversos’ migrantes. De fato, nas primeiras décadas de 1900, ali se instalaram os camponeses que deixavam as regiões rurais próximas. Mais tarde, nas décadas de 50 e 60 do século passado, nesse mesmo lugar se estabeleceram migrantes vindos do sul da Itália. Atraídos por aluguéis baratos, ofertados em edifícios em sua maioria arruinados, e por um comércio ‘popular’ caracterizado por preços abaixo da média, esses migrantes consolidaram a história de Porta Palazzo como espaço privilegiado dos ‘recém-chegados’. As duas feiras cumpriram um papel fundamental nesse processo. Com efeito, a comercialização informal e ilegal de alguns tipos de produtos e o recrutamento, por parte de vendedores que atuam formalmente, de mão de obra para montar e desmontar as bancas foram, e ainda são, as atividades improvisadas

---

<sup>4</sup> A migração tem sido qualificada como um “problema” social e político pela União Europeia e os estados que a compõem, os quais, já a partir de 1973, passaram a promover políticas migratórias restritivas, alegando ter alcançado o “limite” de ingressos. Este discurso, na Itália, é compartilhado pela imprensa que, com a intensificação dos fluxos migratórios ao longo dos anos, passou a representá-la como “invasão” utilizando reportagens dos desembarques nos litorais das regiões sul do país, de forma alarmista, sensacionalista e ambígua. Esta representação, assim como sugerido por Sayad (1998) e (2002), é pautada por uma visão etnocêntrica e dominadora que não contempla a “trajetória epistemológica” dos migrantes. Nas palavras do autor: “mais do que qualquer outro objeto social não existe outro discurso sobre o imigrante e a imigração que não seja um discurso imposto [...]. E uma das formas dessa imposição é perceber o imigrante, defini-lo, pensá-lo ou, mais simplesmente, sempre falar dele como um problema social” (1998, p. 56).

que viabilizam a sustentação de parte dessas pessoas no período inicial de permanência na nova cidade e/ou em fases de desemprego. Porta Palazzo representou e representa, portanto, um *‘porto de mare’*, um cais, e também um *‘lugar-laboratório’* onde se experimentam novas políticas e se produzem novas formas de sociabilidade em um cruzamento de diversidades, muitas vezes, impactante. Ao mesmo tempo, esse bairro compõe um núcleo no qual se sobrepõem e se entrelaçam redes extensas (translocais e transnacionais), que sustentam fluxos de bens lícitos e ilícitos e a produção de serviços variados, dentro das quais os trabalhadores se movem por “mobilidades laterais” (Ruggiero; South, 1997 apud Telles, 2009). Essas dinâmicas, que, segundo a perspectiva de Ruggiero e South, constituem “o bazar metropolitano” (Telles, 2009), caracterizam historicamente essa área urbana.

A sucessão dos diversos fluxos migratórios ao longo do tempo proporcionou o estabelecimento de sujeitos etnicamente heterogêneos, de forma que ali se tem hoje uma população ‘em camadas’, que compreende “*torinesi*”, piemonteses de segunda e terceira gerações, originários das regiões rurais, assim como “meridionais”<sup>5</sup> de segunda geração, além de migrantes vindos de países extra-europeus (da África, especialmente) e, mais recentemente, da Europa oriental. Essa heterogeneidade étnica, as tensões entre sujeitos que se consideram “estabelecidos” (Elias, 1965, p. 12) e os “recém-chegados”, a dimensão

formal, informal e ilegal das práticas comerciais, bem como a implementação de políticas públicas específicas representam parte fundamental da estrutura e das dinâmicas sociais que também caracterizam a feira Balôn.

### **“Coletores”, “Rigattieri” e “Antiquários” na Feira Balôn**

Com o termo Balôn os meus interlocutores definem, simultaneamente, um recorte do bairro de Porta Palazzo que se estende entre Corso Regina Margherita, Via Cigna, Corso Giulio Cesare e o rio Dora e, metonimicamente, a feira de usados que ali é instalada. No Balôn, como alegam clientes e vendedores, se encontra “de tudo”. Um amigo que trabalhou como guarda municipal, relatou que uma vez, enquanto fiscalizava, encontrou sobre uma banca uma caveira. O trabalho de apreensão da peça, descreve, foi muito burocrático porque desencadeou um processo de “exumação de cadáver”. A feira oferece produtos extremamente variados: objetos velhos e antigos (desde comuns copos de vidro a molduras umbertine), algumas peças novas, móveis, objetos de artesanato de diferentes origens étnicas, e ainda roupa usada, pedaços de objetos para reparos, assim como peças das mais diferentes proveniências (conchas, borboletas, livros...). A procedência das mercadorias varia: as peças podem provir de porões e habitações, tendo sido coisas guardadas e, sucessivamente, vendidas ou doadas; ou dos lixos, sendo então sobras recolhidas.

<sup>5</sup> Migrantes provenientes dos territórios meridionais da Itália.

Esta multiplicidade de mercadorias atrai vários tipos de fregueses: os “de baixa renda”, que comprem peças usadas, bem como “antiquários” e colecionadores à procura de objetos raros e/ou antigos, além daqueles atraídos pela “moda étnica” (Semi, 2005, p. 134).

A feira, que a um primeiro olhar remeteria a único lugar, é, ao invés, um espaço comercial que abriga vários mercados<sup>6</sup>. Os feirantes do Balôn se classificam em três categorias: “coletores”, “*rigattieri*” e “antiquários”<sup>7</sup>. Com o primeiro termo, “coletor”, isto é “*raccoglitore*” em italiano, se denomina o vendedor que “na praça” oferece uma grande variedade de objetos, não previamente selecionados. O “*rigattiere*” é o que comercializa peças “velhas” escolhidas segundo parâmetros que se referem ao próprio mercado da “*rigatteria*” como, por exemplo, os gostos e preferências dos colecionadores<sup>8</sup>. Por fim, o “antiquário” é o vendedor que trata principalmente objetos “antigos”, com datação desde a “época umbertina” para frente. Esta última categoria é a mais recente da feira, surgiu na metade dos anos 80, e representa uma minoria. Os “antiquários”, que sempre foram poucos em relação ao número total dos integrantes da feira, trabalham em lojas alocadas nas Via Bordo Dora e Via Lanino e, no dia da feira, expõem as mercadorias na calçada. Se, em princípio, qualquer

um desses vendedores pode também ser “coletor”, o que os diferencia, além do poder aquisitivo inicial e da tipologia de redes utilizadas para a aquisição, é a capacidade de selecionar os objetos, isto é, o “conhecimento” das peças, qualidade que se adquire com o tempo, tendo informação e experiência. Este é o critério central que define não somente o tipo de mercadoria que se adquire e se oferece, mas também a possibilidade de estabelecer preços adequados e conseguir fazer “bons negócios”. Esse critério, do ponto de vista de meus interlocutores, define o grau de “profissionalização” de cada comerciante e, por outro lado, é influenciada pela “ancianidade”, isto é, o tempo de atuação na praça, que também contribui para construção de status definindo lugares de maior e menor legitimação em campo. A “proveniência” também é um critério utilizado pelos ambulantes para moldar as próprias relações recíprocas, nesse sentido na feira são produzidos “espaços étnicos” (Stoller, 2002), não sempre territorializados, mas que também pode se refletir na maneira de se distribuírem no espaço. Nesse sentido, há uma tendência dos vendedores italianos de estabelecer as próprias bancas na rua Borgo Dora, considerada como centro da feira. A noção de fronteira, que Barth formula para estudar questões ligadas

<sup>6</sup> Segundo Fernando Rabossi (2004, p. 78), para entender suas características, o observador precisa de “um olhar espaço-temporal do social em movimento”, ou seja, é preciso ser capaz de perceber os diversos registros temporais e espaciais, sincrônicos e diacrônicos, através dos quais o mercado se faz presente.

<sup>7</sup> Essa classificação foi construída de forma endógena. Seguindo as sugestões de Guilherme Magnani (2002), para a realização de etnografias urbanas, é necessário adquirir um olhar “de perto” e “de dentro” por meio do qual o universo pesquisado adquire uma forma e organização que se explicitam, o mais possível, nos seus próprios termos.

<sup>8</sup> Em francês “*brocanteur*”, esse termo não foi traduzido em português pois não há uma equivalência nesse idioma.

à etnicidade, pode ser aqui utilizada como referencial teórico através do qual é possível analisar alguns traços da organização social do mercado. A noção de alteridade formulada pelos atores sociais é o critério “interno” de distinção que interessa nesse contexto. Nas narrativas e na prática dos atores, a oposição “nós/ eles” inscreve proximidades e distâncias, continuidades e descontinuidades que demarcam grupos específicos, aos quais são atribuídas práticas comerciais e representações simbólicas diferenciadas. Esses “diacríticos”, como Barth ([1969] 1998, p. 67) os denomina, com o conjunto de valores, comuns e diferentes, produzidos pelos grupos, oferecem também o material para vislumbrar um pouco do *éthos* do mercado.

Porquanto a presença regular no mercado requeira um procedimento formal a ser seguido, as práticas comerciais informais podem ser consideradas como constitutivas da feira e são produzidas por meio das relações entre vendedores, assim como entre estes e os fiscais. Nesse sentido, quando me refiro ao descumprimento de regras normativas, não quero apontar para uma falta, mas para uma prática compartilhada, socialmente institucionalizada, que contribui para a construção de um “tipo” de mercado. A informalidade representa, então, parte do *éthos* do Balôn e deve ser considerada como um dos elementos

que constituem sua identidade<sup>9</sup>. Por meio desta são criados mecanismos de organização que representam formas de moldar o espaço, tanto urbano quanto social, envolvendo relações de parceria que variam dependendo das situações. “Apoiar-se” a outros vendedores, isto é utilizar parte de suas bancas para a venda; escolher um lugar livre entre as bancas ou às margens do mercado e jogar um pano no chão com as próprias mercadorias são modalidades de ocupação do espaço e de venda utilizadas por diversos ambulantes e representam uma forma de inserção comercial, que pode ser formalizada sucessivamente. Essa última prática, que contempla a atuação na praça sem licença e sem pagamento pela ocupação do solo público, é chamada em italiano de “abusivismo” e torna a presença desses vendedores móvel e intermitente. Discussões e disputas por espaço são comuns e envolvem sempre negociações, mais ou menos pacíficas, sobre uns poucos centímetros “de rua”. A atitude por parte dos Órgãos de Segurança Pública e, especificamente, da Guarda Municipal em relação a estas práticas é, e sempre foi, *flexível* e *discrecionária*<sup>10</sup>.

A construção do Balôn se dá, então, seguindo normas institucionais e práticas informais, por meio das quais se criam mecanismos de organização (apoiar-se, mas também se espalhar e se encolher), que representam maneiras de moldar

<sup>9</sup> É no contexto desse *éthos* que se moldam as representações de muitos vendedores que o qualificam como um espaço “livre”, “espontâneo” ao qual se pode recorrer em caso de necessidade econômica. Sobre as diversas modalidades de se fazer mercado informalmente e as variedades de trocas como formas de sociabilidades, lembramos aqui o trabalho de Felipe Evangelista Silva e Rosa Vieira (2020), assim como o de Janet MacGaffey e Remy Bazenguissa-Ganga (2000).

<sup>10</sup> A venda de objetos falsificados ou roubados é, de maneira geral, sancionada, enquanto que, nos casos acima citados, os guardas podem “fechar um olho” (fazer “vista grossa”).



o espaço, tanto urbano quanto social, envolvendo relações de parceria que variam dependendo das situações. Tanto o manejo “rotativo” dos vendedores, quanto a atitude de “tolerância” da Polícia Municipal em relação a essas estratégias caracterizam o mercado como lugar de “fronteiras” (Barth, 1969) *flexíveis*, composto por diferentes grupos sociais. O mercado, de fato, se caracteriza pelo trabalho de “*raccoglitori*”, “*rigattieri*” e “antiquários”, mas também de “estrangeiros”, “comerciantes regulares”, “*abusivi*”, “velhos” e “novos” vendedores.

### ***Embates e Reconfigurações***

Nas décadas entre 1980 e 2000, o mercado Balôn atravessa um processo de polarização que, por um lado, vê o surgimento e a estruturação do comércio “antiquário” em lojas e bancas de rua Borgo Dora, operando um movimento de elitização do espaço e, pelo outro, o aumento de ambulantes italianos e de outras nacionalidade na região oposta, no final da rua Borgo Dora em direção a Lungo Dora Napoli, nas margens do rio Dora e na ponte que o atravessa. Esses ambulantes, pela maioria “coletores” e alguns “*rigattieri*”, operavam sem a licença comercial, com o chamado alvará 121, ou informalmente e, por isso eram chamados de “*centoventunisti*”. O grupo refletia também o incremento do fluxo migratório “estrangeiro” que interessava a cidade e o país, de fato, além de italianos era composto por um número significativo de marroquinos, algerinos, tunisinos e oeste-africanos, principalmente senegaleses, nigerianos e ivorianos. Quando em 1998 a lei Bersani revogou o alvará 121, esse grupo de vendedores, que somava cerca de 300 pessoas, não se retirou e continuou

atuando ilegalmente no mercado por diversos meses, situação que levou a numerosos embates com os Órgãos de Segurança Pública. A oposição tenaz do grupo às novas normas vigentes e o descontentamento e protestos de muitos moradores e comerciantes italianos frente à crescente presença de migrantes no bairro, que já estava se esvaziando dos antigos moradores, gerou uma “crise urbana” (Allasino; Bobbio; Neri, 2000) que a prefeitura enfrentou, como já se comentou acima, com a requalificação de parte do território e a criação da agência The gate para mediar os conflitos. Através da mediação da agência e a participação dos “*centoventunisti*”, entre 2001 e 2004, o grupo de ambulantes se formalizou em uma associação, a *Associazione Vivi Balon*, constituída por parte deles próprios sob o monitoramento de *The gate*, e foi realocando no Canale Molassi. Por outro lado, também os “antiquários” presentes na feira tinham se organizado fundando uma associação, a *Associazione Commercianti Balon*, que, a partir de 1984, começou a reunir lojistas do bairro e instituiu, uma vez por mês, uma feira própria, chamada Gran Balôn, que oferecia unicamente antiquário e “*rigattieria*”.

Essa nova constituição do mercado, que via a inclusão dos “*ex-centoventunisti*” no Canale Molassi atuando mediante a associação e sem necessidade de licença comercial e, por outro lado da feira, ambulantes que se consideravam “regulares”, abriu uma fase de disputas internas que, até 2018, viu tais grupos confrontar-se para afirmar e sancionar a própria presença no espaço. A narrativa da “origem do Balôn” e de sua identidade representou uma das categorias discursivas utilizadas pelas

duas associações nos processos acima citados, para construir e preservar a própria legitimação no espaço.

## **Várias Histórias/Diferentes Memórias**

A “ancianidade”, categoria utilizada com caráter discriminante pelos vendedores do Balôn, é considerada uma das mais significativas. Todas as tipologias de ambulantes, tanto “coletores”, quanto “rigattieri”, “antiquari”, vendedores formais e informais, assim como comerciantes de diversas proveniências, consideram o tempo de trabalho na feira como uma qualidade importante. Quando fui a campo pela primeira vez, em junho de 2008, logo percebi que os discursos dos vendedores italianos que trabalhavam no mercado há mais tempo (de 10 a 15 anos ou mais) remetiam frequentemente ao passado, trazendo “lembranças” relativas ao Balôn como parâmetro para definir sua condição presente<sup>11</sup>. Em especial, essas narrativas eram formuladas pelos “antiquários” instalados em Via Borgo Dora como argumentos para desqualificar as práticas comerciais dos ambulantes que trabalhavam no Canale Molassi.

Os “antiquários” que aí atuavam, e ainda em parte atuam, são em sua maioria filhos de ambulantes que já participavam do mercado na década de 50 e, tanto pelo fato de estarem presentes na feira há muitos anos, quanto pela continuidade geracional com os próprios pais, são por

muitos considerados os “mais velhos da praça”. O recorte urbano onde estão alocadas suas lojas, adquiridas na década de 80, foi *gentrificado* junto com outras área de Porta Palazzo como resposta às “crises urbanas” acima citadas. A rua Borgo Dora, ainda hoje, carrega as marcas da “antiguidade”, qualidade que também o grupo se autoimputa: sua aparência *retrô* é explicitada pelas inscrições postas acima das lojas como “*antichità*”, “*oggetti d’epoca*”, “*mobili antichi*”, acompanhadas por motivos gráficos de estilo *liberty*.

Durante os nossos diálogos, estes comerciantes se referiam ao passado de forma nostálgica, em expressões como: “o Balôn não é mais o mercado que era no passado” ou “o velho mercado não existe mais”; articulavam uma comparação entre uma “imagem da memória” (Halbwachs, 1987) e a feira atual. Tendendo a definir a situação do atual Balôn negativamente, essas afirmações revelavam que a passagem do tempo era percebida mediante categorias de continuidade/descontinuidade que contrapunham o que eles consideravam as formas “tradicionais” de fazer o mercado à atualidade. A partir dessa comparação eram produzidas definições sobre a feira atual. Nesse sentido, em relação às histórias que me foram narradas, se colocará em evidência quais são as categorias que esses atores percebem como contínuas e/ou descontínuas entre uma imagem do mercado “que ficou para trás”, tomada

<sup>11</sup> Nesse artigo me refiro aos ambulantes italianos pois, sendo interessada em discutir como este diacrítico foi acionado pelas duas associações presentes na época e, sendo essas geridas por comerciantes dessa proveniência, o meu foco se dirigiu nesse sentido. Considere-se, portanto, que esse recorte não explicita as formas de apropriação dessa categoria por outros sujeitos que estão em campo, as quais, apesar disso, sempre operaram.

como tradicional, e o Balôn do presente, assim como compreender a lógica que os relaciona. Essa perspectiva vai permitir também mostrar como os antiquários e sua prática comercial surgiram e se legitimaram nesse contexto. Com o termo “história” não entendo aqui um conjunto de fatos que se deram no passado de forma objetiva, isto é, não procurei apurar a veracidade dos acontecimentos que me foram contados, mas explorar como se articulam às representações elaboradas pelos meus interlocutores. De fato, como Halbwachs (1987) indica, a recordação, ou seja, a conjuntura de elementos que definem um momento do passado, é sempre construída partindo do presente e reelaborada segundo uma lógica contingente. Há que se ressaltar que, como olhar retroativo, a lembrança é sempre interpretativa e é “mediada”, segundo Portelli (1991), por aspectos como a linguagem, o ambiente social, a religião, a política, que caracterizam o “aqui e agora” dos atores sociais.

### **O “Ferramiu” Como Figura Originária do Mercado**

Narrativas sobre a “origem” do mercado, como discurso da memória e da tradição, não as escutei somente dos “velhos”, mas

também de ambulantes jovens, que não recorrem à lembrança, não tendo nenhuma ligação com esse passado específico. Se considerarmos como objeto de análise o discurso que se *faz* sobre a história, esses relatos são igualmente significativos. Nesse sentido, apesar da heterogeneidade das fontes orais, que incluem tanto pessoas que vivenciaram o passado, quanto atores que “contam o que foi contado”, as narrativas de meus interlocutores convergem para a definição de uma figura central, tomada como “originária” do Balôn: o *ferramiu*. Essa palavra, em dialeto piemontês, indica uma profissão específica, que segundo os relatos, começou a ser exercida na segunda metade do século XX. Os *ferramiu* vinham do Vale do Pó, situado entre as montanhas dos Alpes, próximo da fronteira com a França. Eles se deslocavam dessa região para a cidade no outono e no inverno e, nas cidadezinhas de onde provinham, Oncino, Ostana e Crissolo, durante a primavera e o verão, praticavam a atividade agrícola. Quando “desciam” em Turim “faziam” os *ferramiu*<sup>12</sup>: trabalho que consistia em comprar ferro, mas também todo tipo de objetos usados. Com um carrinho de mão e um ímã no bolso atravessavam a cidade, bairro por bairro, esvaziando os porões das casas onde estavam guardados esses artigos, que podiam provir de

<sup>12</sup> Naquele tempo, em cada vale havia um grupo de trabalhadores especializados em uma atividade. Os da Valle Po ocupavam-se da reciclagem do ferro. A atividade dos *ferramiu* era conhecida na época, tanto que alguns relatos contam que em Torino os moradores, sobretudo as mulheres, guardavam materiais e objetos para vendê-los a eles. Gritando: “Ferramiu! Peldicuni! Cavei dalpentu! Strasè!” (Pele de coelho, cabelos, trapos, como diz a frase, eram também artigos comercializados), apresentavam-se nos pátios dos edifícios e faziam os próprios negócios. Em 2008 eram lembrados pela geração dos que tinham mais de 60 anos. Os relatos que recolhemos se referem a *ferramiu* homens, assim como são de gênero masculino a maioria dos ambulantes antiquários e “*rigattieri*” que operam na feira. Em relação aos coletores temos uma maior presença feminina, que diminui nas atividades comerciais que envolvem o abastecimento por meio de mudanças. A flexão de gênero depende também de outras variáveis como nacionalidade, etnia, religião e da tipologia de mercadorias ofertadas. Nesse sentido, em comparação com o Balôn, na feira de Porta Palazzo há um número maior de comerciantes mulheres, que vendem produtos alimentares e roupas.

antigas mudanças e eram acumulados por ter perdido a própria utilidade. De fato, como muitos comentam, “naquele tempo não se jogava nada fora”; as coisas eram conservadas porque podiam vir a ser úteis em outra ocasião, servindo, por exemplo, aos filhos ou, em último caso, para serem vendidas. Além desses objetos, eles compravam metais, papéis e trapos, como roupa velha, a peso. Daí o termo *ferramiu*, quem trabalha com o ferro, material mais valioso dentre os demais. Esses materiais eram adquiridos e depois vendidos para pessoas que tinham depósitos, as quais os revendiam para empresas de reciclagem, como fundições, fábricas de papel e de fiação; os outros objetos eram oferecidos no mercado. Sobre panos colocados no chão, os *ferramiu* vendiam essas peças, que incluíam desde móveis, jogos de louças, ferramentas etc. assim como pedaços de objetos usados para consertos. Entre todas essas coisas podiam aparecer artigos “de valor”, como antiguidades. Por não saberem reconhecer essas peças, vendiam-nas por preços baixos. Foi a partir dessa situação que a feira Balôn começou a ser identificada como lugar “*dell'affare*”, isto é, “do bom negócio”. Começando pelo descaso das pessoas que cediam as antiguidades para os *ferramiu* sem diferenciar os preços, os artigos acabavam sendo repassados para clientes do mercado por valores muito baixos. Daí a motivação destes últimos em buscar, entre as centenas de objetos achados, que em alguns casos podia “valer uma fortuna”.

Sobretudo a partir do pós-guerra, alguns dos filhos desses vendedores se inseriram na profissão. Percebendo entretanto a perda de renda dos pais, começaram a “estudar” sobre antiguidades, para adquirir

as condições de valorar apropriadamente os objetos e conseguir um ganho mais adequado em cada venda. Foi assim que muitos deles tornaram-se antiquários. A atividade desses “*ferramiu* em ascensão” no Balôn destaca-se entre os anos 70 e primeira metade dos anos 80 do século passado, quando eles compraram algumas lojas, e aí se estabeleceram com uma mercadoria mais “rebuscada”. Parte do Balôn, então, tradicionalmente caracterizado pelo comércio de usados e de “coisas velhas”, elitizou-se mediante a prática desse novo grupo, seja por suas mercadorias “mais preciosas”, seja pela clientela que passou a atrair. O grupo dos “velhos” antiquários, portanto, introduziu uma prática comercial “nova” nesse contexto e se apresenta hoje como duplamente legitimado tanto pelo fato de estar presente “na praça” há muito tempo, quanto por ser composto de comerciantes descendentes dos *ferramiu*, figuras tidas como “fundadoras” da feira.

A transformação da prática desses novos vendedores em relação à geração dos pais é qualificada por meio da noção de “evolução”, essa mudança é vista como “crescimento”, movimento decorrente da importância de aprender a conferir o justo valor dos objetos que comercializavam. Em alguns relatos de antiquários, a noção de “evolução” está associada à “capacidade” pessoal, isto é, ao conhecimento adquirido através do “estudo”, o qual lhes permitiu especializar-se nesse tipo de comércio. Essas falas são marcadas pela ideia do “fazer-se sozinho”, com esforço e coragem. Além dessas qualidades, adquirir informação é central nesse contexto, tanto pelo valor simbólico como utilitário da mercadoria: o conhecimento permite operar seleções entre os objetos



e valorá-los, e no caso dos antiquários, reconhecer sua autenticidade, datação etc. Essa qualidade é reconhecida pelos vendedores como condição para o “bom andamento” dos negócios e por essa razão, eles são, em geral, reconhecidos, principalmente entre os italianos, como os comerciantes “de sucesso”. Aqui, como no senso comum, a passagem do tempo é concebida linearmente, movida por uma noção de desenvolvimento que levaria à ascensão social.

A legitimação do grupo dos “antiquários”, porém, não operou de forma tão homogênea na feira, de fato: a esta “evolução” eram e ainda são também atribuídas qualidades negativas. Segundo alguns comerciantes que operam na mesma região do mercado, essas pessoas “fizeram grana” estudando sim, mas beneficiaram-se desse conhecimento em detrimento de quem não o tinha. Costumavam, por exemplo, trocar móveis de metal e cozinhas “usadas” (“de fórmica, que se usava naquele tempo”), assim como eletrodomésticos, por móveis barrocos com agricultores dos arredores da cidade. Estes últimos estimavam diferentemente suas mobílias: para eles estas representavam peças “velhas”, sem valor, e eram dispostos a trocá-las com mercadorias quase “novas”, que eles remetiam à “modernidade”. Segundo me foi relatado, a aquisição das peças antigas acontecia também dentro da própria feira: além de comprá-las de “particulares”, eles as adquiriam no Balôn durante as

madrugadas de sexta-feira, que precediam o mercado do sábado. Os “antiquários” se misturavam aos “compradores com lanterna”, como definem os clientes noturnos da feira, a procurar as “boas peças” que os “coletores” não sabiam valorar. Dessa maneira, então, os “antiquários” reiteravam a prática de compra-venda dos pais, estando, porém, posicionados “do outro lado da banca”. A “malandragem”, a “esperteza”, constitutivas das práticas comerciais é comum no Balôn e incide sobre as representações que os vendedores estabelecem entre si. O limite entre “o bom negócio” e a “roubada” é difícil de definir porque é arbitrário e situacional<sup>13</sup>.

### ***Ressignificações Estratégicas***

De que maneira esses comerciantes representam a figura e o trabalho dos pais, os “*ferramiu*”?

As lógicas interpretativas que essa nova geração de vendedores acionavam na construção de um discurso sobre a figura, também paterna, do *ferramiu* como representante da tradição, eram usadas para definir o presente. Nesse sentido, a imagem daquele tipo de comerciante é reelaborada e matizada, levando-os a formular narrativas diversas. Não temos aqui, propriamente, uma “memória dividida”, como no caso que Portelli (1991) analisa sobre o massacre de Civitella, diria mais uma *memória modulada*. De fato, como veremos, os elementos significantes que

<sup>13</sup> Maria Teresa, uma ambulante que atuava no Canale Molassi, definiu tais vendedores “como ‘urubús’”. Com esse termo não somente remete à sua “ganância”, mas também à relação assimétrica que se cria entre o coletor, que não sabe o que vende, e o comprador que, com conhecimento, o prevarica (Diário de campo, 7 de março de 2013).

compõem os eventos são diferentemente retidos no processo de construção da lembrança. Ordenados segundo critérios de importância diversificados, eles priorizam alguns aspectos frente a outros, e vice-versa. Nesse sentido, os “velhos” do mercado que tornaram-se “antiquários” tendem a descrever o Balôn do passado e o trabalho dos *ferramiu* dando mais ênfase à exposição e à venda de peças velhas e antigas e omitindo as coisas de uso comum que também comercializavam. Giacomo Perotti, dono de uma loja de luminárias e antiguidades em Via Borgo Dora, relata:

*Posso dizer que aqui sempre teve o mercado nos anos passados. No início tinha o mercado de frutas e verduras, que depois foi substituído por pessoas que desciam das montanhas e faziam coleta de coisas velhas. Depois, com o passar do tempo, o mercado dessas coisas velhas continuou. Houve a guerra. Depois da guerra dos anos 40, continuaram a fazer esse mercado, aonde os “antiquários” da cidade ou também os de fora, da província, vinham se abastecer de coisas velhas, isto é, quadros, não quadros, digamos móveis e alfaías, o que tinha de antigo e interessante para eles<sup>14</sup>.*

Falando da continuidade com o trabalho paterno Perotti alega:

*A minha história, porém, é um pouco diversa, porque quando tive, digamos a razão, o bom senso, comecei, ao invés de fazer o trabalho dos meus pais..., montei uma fundição e fazia a fiel imitação do peltre antigo de forma artesanal*

*[...]. Fazia objetos no estilo liberty e depois trabalhava com as antiguidades.*

E mais adiante acrescenta: “Continuei fazendo o meu trabalho em peltre, continuei a trabalhar com um pouco de antiguidades, a trabalhar com antiguidades eu também”. Nessa narração não é usado o termo *ferramiu*, em dialeto piemontês, mas “catador”, “coletor” em italiano, prática que é abandonada quando ele adquire a “razão”, “o bom senso”, extraído da profissão só o que tem de “nobre” e “valioso”. Ele deixa de fazer o *ferramiu*, começando outra profissão, mas continua a trabalhar com antiguidades “também”, criando uma analogia entre a profissão de *ferramiu* e de antiquário, isto é, mantendo da profissão “originária” o aspecto que teria promovido uma melhoria do status socioeconômico, concebida como ascensão. De um lado ruptura, de outro, continuidade, omite-se toda uma série de elementos que constituem essa figura e muitas das características do próprio mercado que, no seu relato, só é frequentado por clientes “antiquários”. O que desaparece em sua fala é o aspecto mais humilde do trabalho do pai: catar ferro, papel e papelão e vendê-los a peso e, no mercado, comercializar “de tudo”, incluindo peças valiosas desconhecidas que, às vezes, acabavam por prejudicá-lo nos negócios.

Perotti, como a maioria dos outros “antiquários”, opera uma omissão da prática considerada “humilde” do trabalho

<sup>14</sup> Entrevista de Giacomo Perotti, 17 de julho de 2008. Na época da pesquisa tinha 80 anos e nasceu em Crissolo, VallePo e era filho de um *ferramiu*.

do *ferramiu*, que é suprimida da memória, aparecendo no discurso somente se induzida pelas minhas perguntas e comentários. A partir dessa omissão molda-se a forma de ver o Balôn de hoje. Perotti apresentava assim a feira:

*Aqui o mercado mudou mesmo, se você vai, não acha mais as coisas antigas, só miudezas (quinilharias) e ..... os clientes da colina não vêm mais porque dizem que tem gente feia. Hoje não se encontra mais nada. Nada ficou do velho mercado, o antigo deslocou-se para as lojas<sup>15</sup>.*

Onde o “antigo” adquire aqui a dupla significação de mercado e mercadorias, destacando assim que ambos *fazem* a tradição e a identidade do Balôn.

Para muitos “antiquários” o mercado empobreceu: os objetos são de “pouco valor”, “é tudo plástico”<sup>16</sup>. Os “clientes da colina”, segundo Perotti - isto é, os compradores com alto poder aquisitivo que vivem em bairros residenciais próximos e que, segundo os “antiquários”, tinham começado a frequentar a feira e suas lojas de antiguidade na década de 80 - não frequentariam mais a feira pela

Figura 2. Loja de Perotti



Fonte: Fotografia da autora, 2007.

<sup>15</sup> Diário de campo, 12 de agosto de 2008.

<sup>16</sup> A passagem entre o “período dos *ferramiu*” e o atual é caracterizada também por um processo de mudanças socioeconômicas mais amplas que aqui não são contempladas. E claro que as consequências do primeiro e do segundo “boom econômico”, que aconteceram respectivamente em 1963 e 1980, inauguraram uma nova forma de produção dos objetos, influenciando a sua valorização, a relação das pessoas para com eles e, em consequência, as práticas dos vendedores.

mudança de seus artigos e também por medo e rejeição aos que ele define de “pessoas feias”. Esse último adjetivo, que em italiano remete também à esfera do “perigoso”, é usado por Perotti tanto para indicar os migrantes estrangeiros que trabalham e frequentam o mercado quanto para as pessoas de baixa renda que, embora presentes em toda a feira, são identificadas como o grupo que se concentra no Canale Molassi. Segundo o parecer dos “velhos” “antiquários”, de fato, essa área comercial “estraga” o mercado, seja pelo fato de oferecer artigos que consideram de “baixa qualidade”, provenientes dos lixões ou roubados, como eles alegam, seja por serem vendidos por pessoas que eles consideram ameaçadoras e com hábitos e práticas que não condizem com os seus. Em relação a isso, Perotti, assim como outros do mesmo grupo, cita episódios de roubos e de receptação como se esses fossem fenômenos que começaram com a chegada dos migrantes. Nesse caso também há uma “modulação” dos fatos históricos porque essas práticas sempre caracterizaram a feira e o bairro de Porta Palazzo. De fato, nos anos 60, como alguns moradores de Turim ainda lembram, Piazza della Repubblica constituía o centro do contrabando de cigarros da cidade, controlado por grupos de migrantes catanesi e pugliesi e também no Balôn, episódios de receptação sempre se verificaram<sup>17</sup>.

A *modulação* da memória, operada pelos “antiquários” a partir da noção de “ascensão” socioeconômica gerou, portanto, uma ruptura com a geração anterior, produzindo também uma descontinuidade com parte da realidade que caracterizava o mercado. Guardando alguns elementos da prática “originária” que são priorizados e suprimindo outros, os “antiquários” ressignificam o discurso da tradição, que se polariza em esferas opostas. As noções de “valor” *versus* “simplicidade” remetem a dimensões mais amplas: a primeira inclui, como se comentou, o que está hierarquicamente “acima”, que “evoluiu”, é “bonito”, “seguro” e “valioso”, por oposição ao que é associado à “pobreza”, que segundo eles se explicita na “feiura”, no “perigo” e na “desonestidade”, caracterizando muitas vezes, aos seus olhos, quem “vem de fora”. O discurso da tradição assim, usado como estatuto de autenticidade, por um lado promove a construção de identidades e por outro legitima o exercício de um papel hegemônico por esse segmento de participantes da feira. Suas iniciativas são voltadas à uma elitização do espaço comercial, acompanhadas por discursos desqualificativos das práticas que não se conformam a seus padrões. O principal alvo da *Associazione Commercianti Balôn* e de muitos dos seus componentes era a região do Canale Molassi, mais especificamente os migrantes estrangeiros que frequentavam a feira, tanto vendedores quanto

<sup>17</sup> Essas práticas são explicitadas por um ditado popular comum entre os torinenses: quando é roubado algo, uma bicicleta, por exemplo, costuma-se sugerir de procurá-la no Balôn.



clientes. Acusações ligadas à “sujeira”, “ilegalidade”<sup>18</sup>, “abusivismo” e definições depreciativas dessa porção de mercado, como “suk” ou “casbah” que se referiam, de forma xenofoba e racista, à presença magrebina tão significativa naquela porção da feira, foram uma constante desde a instituição da *Associazione Vivi Balôn* até 2018 quando, como veremos, a associação foi removida do Balôn e de Porta Palazzo. Essa posição “elitista” da *Associazione Commercianti Balôn* além de criar tensões externas gerou também desentendimentos entre seus componentes. Alguns de seus integrantes, por exemplo, que participaram do grupo ocupando posições de liderança, ao longo do tempo, se afastaram. Um deles, Antonio Dell’Aquila<sup>19</sup>, foi o único “antiquário” que participou da criação do mercado Molassi, sendo um dos fundadores da *Associazione Vivi Balôn*, da qual continua participando como sócio honorário. Dell’Aquila considera a região Molassi, como o “verdadeiro” Balôn, e em 2008 declarava: “se eu tivesse que dizer para um turista o que é e onde está o Balôn, lhe diria para começar pelo Canale Molassi”.

### “Vivi Balôn!”

*Eu me lembro de uma noite quando tinha a polícia, falavam de uma ação dura e então você se prepara... todos lá..., e então um de nós diz “preparamos tudo”, pega uma lata*

*onde tem, tipo... quatro litros e meio de água e meio de gasolina e na frente da polícia diz: “me ponho fogo!” e derrama sobre si o conteúdo dessa lata. A gente está ali e eu vou logo pra polícia e digo “agora, se acontece alguma coisa a culpa é de vocês porque vocês viram, ele se encheu de gasolina, então, cuidado como vocês se mexem!”. Ligamos para os jornalistas, todas essas coisas aí e o outro lá com o fósforo na mão que diz: “eu me ponho fogo, eu me ponho fogo!” e explica, diz... “porque eu preciso trabalhar”, mostra as contas, as receitas de medicamentos que tem que pagar e então todos, sabe, seguravam a onda dizendo “não, não faça isso, fica parado!”, ao mesmo tempo eu pra polícia, “não se mexam! Porque se vocês se mexerem, serão responsáveis e todos somos testemunhas de que a culpa é de vocês.”<sup>20</sup>*

Os embates com os Órgãos de Segurança Pública que abriram a fase de deslocamento dos “centoventunisti” para a região Molassi foi tenso e sua natureza performática<sup>21</sup> está bem descrita na narrativa que apresentei acima, relatada por um de seus integrantes. Como se disse acima, apesar das tentativas oficiais de remoção, que começaram em 1998 com a promulgação da Lei Bersani, os ambulantes permaneceram trabalhando até o ano 2000, participando de episódios de conflitos pela intervenção da polícia. Os ambulantes declaravam aos guardas estarem impedidos de se formalizar devido ao custo

<sup>18</sup> Havia um discurso legalista vinculado à prática de receptação que, segundo os meus interlocutores, caracterizaria o trabalho de muitos ambulantes no Canale Molassi.

<sup>19</sup> Dell’Aquila, 60 anos, tem uma galeria de arte na Via Borgo Dora. Turinense, o pai era “rigattiere”, depois abriu uma fábrica de móveis na Via Cottolengo. Dell’Aquila começou trabalhar no Balôn como moveleiro e depois se tornou antiquário.

<sup>20</sup> Entrevista de Dario Di Gennaro, 43 anos. “Coletor” na época do realocamento dos “centoventunisti”, se tornou, sucessivamente, presidente da *Associazione Vivi Balôn*.

Figura 3. Manifestação de “centoventunisti” com a faixa “No Balôn não se mexe”



Fonte: Registro fotográfico de uma fotografia que me foi mostrada durante a pesquisa.

da licença comercial e de sua manutenção e reivindicavam o direito de trabalhar sem licença. Alegavam que o Balôn sempre fora um mercado “livre” e “tirá-los”, isto é impedi-los de atuar, significava “perder” um elemento tradicional da cidade. O argumento que os vendedores usaram na época e que continuaram a utilizar também após ter se estabelecido no canale Molassi remetia a duas dimensões: uma ligada à prática do trabalho e outra à forma de atuação “na praça”. Os “centuventunisti” declaravam estar reproduzindo a atividade “originária” dos *ferramiu*, assim como

Dell’Aquila afirmava, e revendicavam o direito de exercê-la sem pagar impostos. Di Gennaro nesse sentido relata:

*O Balôn sempre foi um mercado aberto, os ferramiu vinham com seus carrinhos repletos de coisas e de sobras, se sustentavam também com isso.... o mercado dava a possibilidade a todos de vender e de comprar o que precisassem... nós fazemos isso. Não podiam tirar a gente de lá! A gente é a alma do mercado.*

<sup>21</sup> Esta dimensão caracterizava também as modalidades de atuação dos Órgãos de Segurança. Ao longo dos anos, durante a pesquisa, presenciei diversas intervenções da Polícia nessa região, que se davam periodicamente e eram apresentadas de forma ostentada como respostas aos pedidos de “segurança” vindos de moradores e comerciantes da região. Organizadas para demonstrar publicamente a presença do Estado no bairro, não se traduziam quase nunca em agressões físicas, mas a violência simbólica desses eventos não pode ser negada. A esses episódios se sucediam as narrativas das mídias locais, que se construíam articulando as noções de “legalidade-ilegalidade” em relação às práticas comerciais e “autoctonia-invasão” em relação à presença dos italianos e estrangeiros.

A representação do Balôn enquanto feira “aberta” e “livre”, isto é, capaz de acolher e fazer circular, sem restrições, diversos tipos de pessoas e coisas me foi explicitada em diversas ocasiões por ambulantes “velhos”, principalmente “colletor” e “*rigattieri*” que trabalhavam não somente na região Molassi, mas também na região de Borgo Dora. Essas qualidades inclusivas e horizontais, segundo os meus interlocutores, remetem tanto a um espaço que se construiu através das práticas comerciais de “pessoas que vêm de fora”, referindo-se aos *ferramiu* como migrantes, quanto a um lugar que viabilizava modalidades de venda que extrapolam o registro formal. Sucessivamente, Di Gennaro se refere, indiretamente, aos “antiquários”, que, segundo ele, descaracterizariam as práticas comerciais que ele considera “originais” do Balôn, ressaltando a sua descontinuidade: “Essas foram as coisas

que dissemos antes para a polícia e depois para o pessoal de *The Gate*, os *ferramiu* vendiam de tudo e a gente também..., não coisas requintadas ou da moda.... Sem a gente esse lugar não seria o mesmo”.

Utilizando essa narrativa, então, os “centoventunisti” estabeleciam uma continuidade com a história do mercado, identificando-se com sua tradição e sua identidade. Fazendo da prática da informalidade um aspecto tradicional, procuravam legitimar os próprios direitos como trabalhadores. Se de um lado, como vimos anteriormente, os antiquários omitiam a “coleta” - prática associada à “simplicidade” e “pobreza” - da memória da feira, aqui esta se torna o alicerce para legitimar as próprias modalidades de compra-venda. O discurso da tradição, então, nesse contexto se desdobra em duas apropriações antitéticas por parte dos respectivos grupos,

*Figura 4. Banca de coletor*



Fonte: Fotografia da autora, 2008.



representando uma “memória dividida” (Portelli, 1991). Esta partição se explicita não somente na disputa simbólica do espaço do mercado, mas também em práticas políticas empreendidas por parte dos dois grupos.

O discurso dos “centoventunisti” foi construído em encontros e reuniões entre os próprios vendedores, se tornando um “projeto social” (Velho; Kuschmir, 2001, p. 33). No intuito de garantir o direito de continuar a trabalhar sem licença, esses ambulantes se reconheciam em “interesses comuns” definindo-se como agentes políticos e interlocutores diretos com a prefeitura<sup>22</sup>. O êxito deste projeto e das lutas empreendidas resultou no reconhecimento e regularização de sua condição como trabalhadores “não profissionais” através da criação da Associazione Vivi Balôn, em que o próprio nome, “vivi Balôn!”, em português “viva Balôn!”, representa uma exortação para que a feira continue existindo nos termos por eles propostos. Acompanhando essa perspectiva se colocava, também, a visão de Ilda Curti, presidente da agência de mediação de conflitos The Gate, segundo a qual “tirar” esses trabalhadores do mercado, teria tido duas consequências: uma relativa à identidade da feira e outra à sua função de “amortecedor social”.

*[...] o perigo era de perder a maior parte do Balôn, porque não é que você perde um mercado qualquer... perde alguma coisa..., porque estávamos todos cientes, também os... os mais legalistas entre os comerciantes do*

*Balôn, que na verdade esses 300 “centoventunisti” constituíam também a identidade, a identidade histórica do mercado, isto é sem eles... o perigo, digamos, que todo mundo via, e nos mesmos, era de esterilizar o mercado, de torná-lo diferente do que era [...]. A valoração que fizemos também com os serviços sociais da época era que, se impedíamos a essas pessoas de fazer o Balôn, tudo isso ia pesar também sobre a assistência social porque se torna... essa é uma forma de amortecedor social<sup>23</sup>.*

Com esta afirmação Curti, além do reconhecimento identitário ao qual o grupo de vendedores fazia apelo, explicita o ponto devistadaprefeituraemrelaçãoao mercado. O Balôn representa, para o Estado, um “amortecedor social” e, como também em conversações sucessivas me foi sugerido pelo vice-presidente da agência, é preciso, segundo esta perspectiva, construir uma política de “controle sobre o território que dê margem à informalidade”. Para garantir um desagravo das instituições públicas e garantir, ao mesmo tempo, que o fluxo comercial do Balôn não fosse prejudicado, a solução que The Gate encontrou foi criar um outro mercado no mercado<sup>24</sup>.

## Epílogo

O mercado Molassi, o “mercado dos pobres”, como o definiu Angiolina, sua coordenadora em 2008, apesar da formalização da prefeitura, continuou sendo visto pelos residentes do bairro como

<sup>22</sup> Nesse sentido, segundo Velho e Kuschmir, “a estabilidade e a continuidade desses projetos supraindividuais dependerão de sua capacidade de estabelecer uma definição de realidade convincente, coerente e gratificante – em outras palavras, de sua eficácia simbólica e política propriamente dita” (*id. ibid.*, p. 33).

<sup>23</sup> Entrevista com Ilda Curti, 3 de outubro de 2008.

<sup>24</sup> Sobre a criação desse mercado, veja-se: Durando (2014).



“mercato abusivo”. Estes, periodicamente, apresentaram abaixo-assinados, se queixando do “lixo” deixado pelos vendedores na praça e, frequentemente, interpelaram a Polícia Municipal para a remoção dos vendedores “irregulares” que se alocavam à margem da Piazza San Pietro in Vincoli. Por outro lado, a maioria dos “antiquários” e dos lojistas do bairro membros da Associazione Commercianti Balôn, identificava o Molassi como espaço outro, apelando negativamente à qualidade étnica que parcialmente o caracterizava assim como à “irregularidade” dos operadores que aí atuavam, representavam o fato de eles estarem trabalhando sem licença como atitudes de “esperteza” e “malandragem”. O conjunto desses fatores, que por quinze anos exerceram uma pressão crescente sobre a Associazione Vivi Balôn e seus vendedores, junto à mudança de orientação política da prefeitura de Turim fez com que, em 2017, o mercado Molassi fosse destituído e, no ano sucessivo, realocado fora do bairro de Porta Palazzo, em Via Carcano, onde até hoje acontece aos sábados e domingos. Essa feira, apesar de ter sido deslocada, continua sendo chamada de Balôn pelos seus fregueses. Por outro lado, a Associazione Commercianti Balôn adquiriu a gestão completa do mercado Balôn em Porta Palazzo que, porém, ficou partido. O fluxo de clientes, de

fato, se modificou e, atualmente, alguns comerciantes, também parte dos próprios antiquários que operaram para seu deslocamento, se queixam pela mudança, alegando uma inflexão nas próprias vendas. Se a remoção dos ambulantes do Canale Molassi agradou muitos dos moradores, porém, não desenraizou a prática informal e ilegal de venda, de fato, novos coletores “abusivi” se apresentam, todos os sábados, no final da rua Borgo Dora, sobre a ponte do rio, onde 30 anos atrás atuavam os “centoventunisti”. Em Via Carcano os ambulantes da Associazione Vivi Balôn, quase inteiramente coletores, aumentaram e, segundo relatado pelo atual presidente da associação, de manhã cedo ainda aparecem ali os “antiquários para encher suas bolsas”. “Sempre fomos os seus reservatórios”<sup>25</sup>, conclui.

Através desse recorte etnográfico podemos então observar como a modulação da memória de ambos os grupos seja orientada por uma finalidade política que opera estrategicamente com o objetivo de consolidar as respectivas presenças no mercado. A criação de versões sobre “*ferramiu*” enquanto figura originária, portanto, não pode ser pensada fora das relações de poder, pois é moldada também pelo lugar que tais grupos ocupam na organização social, que é contingente e variável.



---

<sup>25</sup> Diário de campo, 5 de maio de 2024.

## Referências Bibliográficas

- ALLASINO, E.; BOBBIO, L.; NERI, S. (2000). Crisi Urbane: Che cosa succede dopo? Le politiche per la gestione della conflittualità legata ai problemi dell'immigrazione. *Istituto Ricerche Economico-sociali Del Piemonte*, Torino, n. 135.
- BARTH, F. (1998[1969]). Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: P. POUTIGNAT; J. STREIFF-FERART,. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Unesp.
- BRAUDEL, F. (1996). *O jogo das trocas*. Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes.
- DE AMICIS, E. (1911). *Speranze e glorie; Le tre capitali*. Torino, Firenze, Roma. Milano: Treves.
- DURANDO, V. (2014). "A construção de um mercado no mercado: o caso Vivi Balôn". In: C. I. RODRIGUES; L. de J. D SILVA.; R. F. MARTINS (org.). *Mercados populares em Belém*. Produção de sociabilidades e identidades em espaço urbano. 1. ed. Belém: NAEA.
- DURANDO, V. (2010). *O Balôn: um mercado popular*. Curitiba, PR. Dissertação (mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, 188 f.
- ELIAS, N. (2000[1965]). *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- GEERTZ, C. (1979). Suq: the bazaar economy in Sefrou. In: GEERTZ, C. *et al. Meaning and order in Moroccan society: three essays in cultural analysis*. New York: Cambridge University Press, p. 123-313.
- GOFFMAN, E. (1969). *La vita quotidiana come rappresentazione*. Bologna: Il Mulino.
- GRANOVETTER, M. (1985). Economic Action and social structure: The problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 91, n. 3, p. 481-51.
- HALBWACHS, M. (1987). *La memória coletiva*. Milano: Edizioni Unicopli.
- HANNERZ, U. (1997). *Esplorare la città*. Bologna: Il Mulino.
- HANNERZ, U. (1998). *Conexiones transnacionales*. Cultura, gente, lugares. Madrid: Cátedra.
- HANNERZ, U. (2001). *La diversità culturale*. Bologna: Intersezioni.
- MACGAFFEY, J.; BAZENGUISSA-GANGA, R. (2000). *Congo-Paris: transnational traders on the margins of the law*. Currey: Oxford.
- MAGNANI, G. (2002). De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 49, p. 11-29.
- MITCHELL, C. (1987). *Cities, Society and Social Perception: A central African Perspective*. Oxford: Claredon,.
- POLANYI, K. (2000 [1944]). *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro: Campus.
- POLANYI, K.; ARENSBERG, C.; PEARSON, H. (1957). *Trade and Market in the Early Empires*. New York: The Free Press.
- PORTELLI, A. (1991). *Death of Luigi Trastulli and Other Stories: Form and Meaning in Oral History*. Albany: Suny Press.
- RABOSSI, F. (2004). *Nas ruas de Cidade del Leste: vidas e vendas em um mercado de fronteira*. Rio de Janeiro, RJ. Tese (Doutorado em ciências sociais). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, 318 f.
- SAYAD, A. (1998). *A imigração: ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp.
- SAYAD, A. (2002). *La doppia assenza. Dalle illusioni dell'emigrato alle sofferenze dell'immigrato*. Milano: Cortina.

SEMI, G. (2005). *Il multiculturalismo quotidiano: Porta Palazzo tra commercio e conflitto*. Paris, França, Turim, Itália. Tese (Doutorado em pesquisa social comparada). Universidade de Turim, Departamento de Sociologia; EHESS-Paris, Departamento de Antropologia Social e Etnologia.

SILVA, F. E.; VIEIRA R. (2020). You must have people to make business: Relations of proximity in small-scale trade in Haiti and the DRC. *Vibrant - Virtual Brazilian Anthropology*, v. 17, e17502. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406964062011>. Acesso em: 16 set. 2024.

STOLLER, P. (2002). *Money has no smell*. The africanization of New York City. Chicago: The University of Chicago Press.

TELLES, V. (2009). Illegalismos urbanos e cidade. *Novos Estudos Cebrap*, v. 84, p. 153-173. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002009000200009>. Acesso em: 28 nov. 2024.

VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (2001). *Mediações, Cultura e Política*. Rio de Janeiro: Aeroplano.

# Pesca artesanal e invisibilidade social: uma análise a partir do emblemático caso das mulheres pescadoras do Farol de São Thomé na bacia de Campos dos Goytacazes

**Artisanal fishing and social invisibility:** an analysis based on the emblematic case of women fishermen at the São Thomé Lighthouse in the Campos dos Goytacazes basin

**Pesca artesanal e invisibilidad social:** un análisis a partir del imblemático caso de las pescadoras del Farol de São Thomé en la cuenca de Campos dos Goytacazes

98

**Milton Junior  
Barros ARAUJO**

[miltonjbarros@hotmail.com](mailto:miltonjbarros@hotmail.com)

Mestre em Políticas Sociais  
pela Universidade Estadual  
do Norte Fluminense Darcy  
Ribeiro - UENF

**Leandro Garcia  
PINHO**

[leandrogarciapinho@gmail.com](mailto:leandrogarciapinho@gmail.com)

Professor do Programa de Políticas  
Sociais da Universidade Estadual  
do Norte Fluminense Darcy Ribeiro  
- UENF

*Historicamente, na legislação brasileira, a pesca artesanal enfrentou graves questões em torno de sua aplicabilidade, contudo, após anos vivenciando uma cortina de fumaça, fora promulgada a Lei n.º 11.959/2009, a qual, em verdade, trouxe dubiedade na interpretação ao deixar de consagrar a atividade pré-captura e pós-captura do pescado, dando azo ao entendimento de que as mulheres que atuam em tais fases fariam uma “atividade de apoio à pesca”; tal entendimento traz graves reflexos na concessão do seguro defeso por parte das mulheres pescadoras. Deste modo, o presente trabalho tem como objetivo explorar a invisibilidade das mulheres da pesca através dos relatos das pescadoras do Farol de São Thomé, comunidade de pesca artesanal do município de Campos dos Goytacazes, junto às reuniões do Pescarte. Na comunidade em questão, as pescadoras, em massa, não conseguem acesso ao seguro defeso federal, sendo agraciadas com um defeso concedido pelo poder municipal, sem muitas garantias e com critérios subjetivos, o*



que ocasiona insegurança jurídica e reflexos na vida das mesmas. Para elaboração do presente estudo, fora adotada uma metodologia qualitativa, através de revisão bibliográfica e análise documental, bem como relatos de experiência tida nas reuniões vivenciadas junto ao Pescarte. A pesquisa revela que por força da desídia do Poder Público em implementar efetivas políticas em prol da comunidade pesqueira, as mulheres se encontram em situação de flagrante violação da dignidade da pessoa humana e acesso a direitos básicos.

**Palavras-Chave:** Pesca Artesanal; Seguro Defeso; Mulheres na Pesca.

Historically, in Brazilian legislation, artisanal fishing has faced serious issues around its applicability, however, after years of experiencing a smokescreen, Law n. 11,959/2009, which, in fact, brought dubiousness in the interpretation by failing to consecrate the pre-harvest and post-harvest activity of fish, giving rise to the understanding that women who work in such phases would be an “activity to support the fishing”, this understanding has serious repercussions on the granting of closed season insurance by fisherwomen. In this way, the present work aims to explore the invisibility of fishing women through the reports of fisherwomen from the Farol de São Thomé artisanal fishing community in the Municipality of Campos dos Goytacazes together with the PESCARTE meetings. In the community in question, the mass fisherwomen cannot access the federal closed season insurance, being awarded a closed season granted by the municipal power without many guarantees and with subjective criteria, which causes legal uncertainty and reflexes in their lives. For the elaboration of the present study, a qualitative methodology was adopted, through bibliographic review and document analysis, as well as reports of experience had in the meetings lived with Pescarte. The research reveals that, due to the Government's negligence in implementing effective policies in favor of the fishing community, women are in a situation of flagrant violation of human dignity and access to basic rights.

99

**Keywords:** Artisanal Fishing; Defense Insurance; Women in Fisheries.

Históricamente, en la legislación brasileña, la pesca artesanal enfrentó serios cuestionamientos en torno a su aplicabilidad, sin embargo, después de años de vivir una cortina de humo, fue promulgada la Ley nº 11.959/2009, que, en verdad, trajo dudas en la interpretación al no consagrar el actividad previa y posterior a la captura de peces, dando lugar al entendimiento de que las mujeres que trabajen en dichas fases realizarían una “actividad de apoyo a la pesca”; Este entendimiento tiene graves consecuencias para la concesión de seguros de temporada de veda por parte de las pescadoras. Por lo tanto, el presente trabajo tiene como objetivo explorar la invisibilidad de las mujeres pescadoras a través de los relatos de pescadoras del Farol de São Thomé, una comunidad pesquera artesanal del municipio de Campos dos Goytacazes, junto con los encuentros de Pescarte. En la comunidad en cuestión, las mujeres pescadoras, en gran número, no pueden acceder a un seguro federal de veda, al recibir una veda otorgada por las autoridades municipales, sin muchas garantías y con criterios subjetivos, lo que provoca inseguridad jurídica e impactos en sus vidas. Para la elaboración de este estudio se adoptó una metodología cualitativa, a través de revisión bibliográfica y análisis documental, así como relatos de experiencias de reuniones sostenidas con Pescarte. La investigación revela que debido a la falta del Gobierno en implementar políticas efectivas a favor de la comunidad pesquera, las mujeres se encuentran en una situación de flagrante violación de la dignidad humana y el acceso a derechos básicos.

**Palabras clave:** Pesca Artesanal; Seguros de Defensa; Mujeres en la pesca.

## 1. Introdução

A pesca artesanal é tida como uma atividade predominantemente masculina e, a rigor, conceituada, em nível legislativo, apenas como a atividade de captura do pescado, deixando de considerar as etapas pré-captura ou pós-captura, revelando a existência de uma antinomia na exploração de tal atividade. Contudo, mesmo com mudanças legislativas, as mulheres na pesca ainda restam invisíveis, posto que em sua maioria atuam justamente na atividade pré-captura ou pós-captura.

Assim, objetiva-se com o presente trabalho analisar a antinomia existente em torno da legislação que disciplina a pesca ao tentar definir quem é o “pescador artesanal” e, conseqüentemente, seus reflexos no âmbito fático. Para tanto, realiza-se o estudo de caso da pequena comunidade de Farol de São Thomé na cidade de Campos dos Goytacazes, abarcada pelo projeto de educação ambiental PEA Pescarte, que atua como mitigador dos efeitos da exploração de petróleo e gás em decorrência da obrigatoriedade da legislação ambiental para o devido licenciamento.

As mulheres representam elevado número de pescadoras artesanais, em especial na Comunidade de Farol de São Thomé, que faz parte da cidade de Campos dos Goytacazes. Falar em mulheres na pesca é tocar na invisibilidade que as mesmas possuem em virtude de um processo fático/normativo, enfrentando o próprio Estado que, em não raras vezes, nega a identidade das mesmas, o que faz com que a violação da dignidade da pessoa humana aflore e vire uma fonte inesgotável de injustiça.

Dessa forma, o presente trabalho, pautando-se em uma metodologia qualitativa, utilizando de pesquisa bibliográfica, documental e de vivências apresentadas no grupo de reuniões do projeto Mulheres na Pesca, realizado pelo projeto Pescarte, busca apresentar resultados com as conseqüências práticas da dubiedade na interpretação da legislação pesqueira e seus reflexos na intensificação do estado de vulnerabilidade social da mulheres na pesca, com análise casuística.

## 2. A cortina de fumaça existente em torno da legislação que disciplina a pesca artesanal

A exploração de recursos pesqueiros é fruto de um processo histórico muito além da questão econômica, como caráter objetivo da pesca artesanal, indo de encontro, em verdade, a aspectos sociais e ambientais, o que caracteriza o viés subjetivo da pesca artesanal (Diegues, 2004).

Políticas públicas voltadas à atividade pesqueira no Brasil estão presentes desde o início do Século XX. Entre 1919 e 1960, o Estado buscou promover apostas na modernização da pesca. De 1961 a 1989 fora possível observar um maior incentivo e expansão das indústrias pesqueiras e da pesca industrial como um todo. A partir de 1989, o Estado passou a se preocupar, também, em traçar políticas voltadas à conservação dos recursos naturais envolvidos com a atividade pesqueira e, da década de noventa em diante, foram sendo implementados novos fomentos à produtividade industrial e à aquicultura. Contudo, como pode ser bem observado

deste breve resumo, as políticas de Estado têm privilegiado a atividade pesqueira industrial e econômica em detrimento da atividade artesanal e da subsistência familiar, o que tem preterido comunidades tradicionais de pesca, colocando-as, ainda mais, em situação de informalidade e marginalização social/econômica (Cyrino; Trigueiros, 2021).

O próprio discurso de políticas de cunho de proteção ambiental tem servido para reforçar os processos de marginalização das populações pesqueiras tradicionais. A pesca artesanal vem sendo tratada e reafirmada como uma prática predatória, destrutiva, sendo responsabilizada por destruição ecológica dos ecossistemas em que estão inseridas. Tais políticas, contudo, são formuladas sem qualquer compromisso com as comunidades pesqueiras artesanais, posto que não é a pesca que é predatória, mas sim a ausência de regulamentação específica e conhecimento técnico sobre ecologia e preservação que pode, de alguma forma, causar algum dano (Cyrino; Trigueiros, 2021).

Ao Estado caberia promover a capacitação, educação e informação a essas comunidades, a fim de promover um desenvolvimento sociocultural sustentável dessas populações, ao invés de permitir a subversão da lógica predatória. O volume de pescado, bem como os danos provocados pela pesca industrial são incomparavelmente superiores ao da pesca artesanal, por exemplo. Entretanto, o retorno econômico e a influência de poderes no jogo político também seguem a mesma lógica subversiva (Cyrino; Trigueiros, 2021).

Nesse cenário, até mesmo quando se vê políticas públicas de governança participativa em matéria socioambiental

envolvendo comunidades de pesca artesanal, há que se analisar o contexto com especial atenção. Isto porque muitas dessas políticas, ditas públicas, podem servir de camuflagem aos reais interesses de grupos políticos e econômicos que visam apenas reforçar uma lógica neoliberal de desenvolvimento capitalista, através da imposição de uma estratégia de desenvolvimento unilateral, de cima para baixo, em especial se aproveitando da situação de vulnerabilidade dessas populações. Políticas mal estruturadas nesse sentido só servem para perpetrar o processo de exclusão da atividade artesanal e sua cultura coletiva, com o objetivo de superá-la por novas técnicas e apropriação dos meios culturais e de trabalho desses grupos, conforme expõe Cyrino (2018, p. 117):

*Ao refletir sobre essa nova proposta, o que percebemos é uma adequação da proposta neoliberal ao modelo desenvolvimentista, estabelecendo o Estado como agente dos interesses do mercado. O Estado, enquanto instrumento desse acordo, continua a atender a esses determinados grupos, através da implementação e execução de políticas e normas. Ora, isso é o que já vimos durante toda a nossa análise da política pesqueira no período desenvolvimentista, a investida do Estado em propor políticas que, ao atender interesses das elites industriais e políticas, como o discurso de elevar o país ao progresso, passa a segregar trabalhadores, populações pobres e povos tradicionais, como os pescadores. Políticas essas que fortalecem elevados níveis de desigualdade social, superexploração do trabalho e processos de exclusão social. O que ocorre então é uma nova estratégia de um antigo modelo, um novo discurso de uma velha promessa, da qual a perspectiva neoliberal não está desassociada, pois quem*

*conduz essa nova alternativa de desenvolvimento continua sendo a lógica do capital.*

Para além da participação política, outra dificuldade encontrada pelas comunidades pesqueiras artesanais é o acesso a direitos básicos, como saúde, educação, renda, direitos trabalhistas e previdenciários, visto que historicamente esses trabalhadores foram deixados na informalidade. Somente em 2003, com o estabelecimento do Registro Geral de Pesca é que fora possível um melhor enquadramento dos pescadores artesanais na Previdência Social, como categoria profissional. Com isso, passaram a ter direito de comprovar a atividade pesqueira e usufruir de benefícios de aposentadoria, seguro desemprego no período de defeso e auxílio doença e por acidente de trabalho, por exemplo (Silva; Leitão, 2017).

*A pesca artesanal foi inserida na atual Lei de Pesca (2009) como modalidade de pesca comercial, “praticada por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar”. O pescador profissional é a pessoa física, brasileira ou estrangeira, residente no Brasil, que conta com licenciamento de órgão público para a execução da atividade pesqueira. Portanto, para a realização da pesca artesanal é necessário registro do pescador junto ao órgão competente – que no caso são as colônias de pescadores. Recentemente (desde 2003), todos os registros de pesca passaram a ser centralizados pela Secretaria Especial da Pesca e Aquicultura – SEAP, atualmente elevada à categoria de Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). De toda a forma, mesmo para a concessão do registro geral de pesca, é imprescindível apresentar ao MPA o atestado fornecido pelas colônias de pescadores, comprovando a efetiva realização de atividade pesqueira*

*artesanal (embora também seja possível substituir a declaração referida por um atestado assinado por dois pescadores que já detenham registro geral de pesca). Mesmo assim, está guardada a importância da declaração e da filiação do pescador à colônia de pescadores (Silva; Leitão, 2017, p. 9-10).*

Entretanto, a regulamentação da atividade pesqueira artesanal ainda é um procedimento muito burocrático, que esbarra nas dificuldades e baixo nível de escolaridade de muitos indivíduos inseridos nessa realidade. Como exemplo, somente no ano de 2021 fora criado o Registro Geral da Pesca de Forma on-line, porém, pergunta-se: os pescadores têm acesso à internet e sabem manusear os instrumentos e informações para realizar esse registro? (Brasil, 2021).

Os pescadores e pescadoras, durante o período do defeso ficam proibidos de realizar qualquer captura, sob pena de serem sancionados pelos órgãos de fiscalização, no que fora promulgada a Lei n.º 10.779, em 2003, visando a concessão do chamado “seguro defeso” que faz jus ao período em que os(as) pescadores(as) não podem realizar captura do pescado.

*Art. 1º O pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, sem contratação de terceiros, fará jus ao benefício de seguro-desemprego, no valor de um salário-mínimo mensal, durante o período de proibição de atividade pesqueira para a preservação da espécie (Brasil, 2003).*

Da leitura da norma alhures, de plano se tem o problema de definição já pronunciado anteriormente: quem é o pescador artesanal? As mulheres podem ser



abarcadas? Essa cortina de fumaça fora suprida por atos discricionários do governo à época (Diegues, 2004).

Assim, fora promulgada somente em 2009, a Lei n.º 11.959, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, a qual no art. 2º considera como atividade pesqueira apenas as condições operárias de captura, sem considerar o processo pré-captura e pós-captura.

*Art. 2o Para os efeitos desta Lei, consideram-se:*

*[...]*

*III – pesca: toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros;*

*Art. 4o A atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros (Brasil, 2009).*

Com efeito, a problemática sobredita pode parecer simplória, mas tem efeitos drásticos, eis que reflexamente causa impacto na concessão do chamado auxílio defeso, regulamentado pela Lei n.º 10.779/2003, que sofreu alteração legislativa em 2015. Veja-se o disposto no §6º do art. 1º: “A concessão do benefício não será extensível às atividades de apoio à pesca nem aos familiares do pescador profissional que não satisfaçam os requisitos e as condições estabelecidos nesta Lei” (Brasil, 2015).

De tal grave falha legislativa, evidencia-se a invisibilidade da mulher na pesca, posto que as mulheres são afetadas diretamente, pois o acesso ao registro do defeso resta prejudicado de forma demasiada, pois não são consideradas, por vezes, como

pescadoras, mas como atividade de apoio à pesca, sendo essa uma das lutas constantes para reconhecimento dos direitos (Mendes, 2020).

As mulheres que atuam na pesca artesanal, em linhas gerais, atuam no beneficiamento e processamento do mesmo, e, por vezes, na própria captura do pescado, portanto, atuam de forma dinâmica seja em uma vertente ou outra, mas sempre em torno da pesca, entretanto, o reconhecimento de tal profissão enfrenta um terreno arenoso, conforme Hunguenin e Martinez, (2021, p. 647).

*[...] o trabalho feminino tem sido eclipsado ora internamente, pela desvalorização no interior das comunidades pesqueiras e, às vezes, pela falta de identidade coletiva das próprias trabalhadoras, ora externamente, nos estudos acadêmicos e na legislação destinada ao reconhecimento profissional para fins de inclusão em políticas sociais, como são os direitos previdenciários.*

A invisibilidade da mulher na pesca é latente, pois a própria legislação ignora a realidade, ao desprezar a atividade pré-captura e pós-captura, conforme se extrai da dual interpretação das leituras dos art. 2º e 4º da Lei n.º 11.959/2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (Hunguenin; Martinez, 2021).

Outrossim, conforme já enfatizado por Oliveira e Silva (2011), a única definição jurídica trazida desde 2009 da pesca artesanal gera grande dubiedade de interpretação, pois por pesca artesanal entende-se aquela realizada em regime de economia familiar e desenvolvida por meio de embarcações de pequeno porte. Em outras palavras, nem toda pesca artesanal faz uso de algum tipo de embarcação,

portanto, a lei traz graves antinomias com a realidade da comunidade da pesca, o que, repisa-se, desconsidera a atividade da mulher na atividade pesqueira.

Aliás, segundo Hellebrandt (2017, p. 46), “o termo “mulher” nunca aparece na legislação pesqueira e o termo “pescadora” começa a aparecer a partir do ano de 2015, junto com o termo “trabalhadora de apoio à pesca artesanal”.

De causar arrepios que mesmo uma legislação editada após 21 (vinte e um) anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, que é tida como um marco na atividade pesqueira, ainda, ignora o papel da mulher na pesca, criando barreiras ao acesso à própria dignidade da pessoa humana, direitos sociais como a previdência e trabalho. Então, o que se esperar de política de beneficiamento para um grupo se o próprio Estado nega sua identidade?

Parece crucial traçar a discussão em torno da temática, posto que o debate extrapola a questão social, mas esbarra ligeiramente em graves consequências jurídicas, eis que o acesso ao Registro Geral da Pesca, que viabiliza, por sua vez, o acesso ao seguro desemprego no período do defeso, regrado pela Lei n.º 10.779/2003:

*Art. 1o O pescador artesanal de que tratam a alínea “b” do inciso VII do art. 12 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, e a alínea “b” do inciso VII do art. 11 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, desde que exerça sua atividade profissional ininterruptamente, de forma artesanal e individualmente ou em regime de economia familiar, fará jus ao benefício do seguro-desemprego, no valor de 1 (um) salário-mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie (Brasil, 2003).*

Por certo, o seguro defeso é um dos temas mais caros para as mulheres pescadoras da Bacia de Campos, dada as dificuldades normativas para acesso ao mesmo. Alguns relatos extraídos das reuniões realizadas pela Projeto Pescarte, do grupo denominado “Mulheres na Pesca”, que conta com o auxílio do Núcleo de Direitos e Benefícios – NDB, revelam que as mulheres, para conseguirem acesso ao defeso, precisam estar vinculadas à matrícula de uma embarcação e aquelas que não possuem um companheiro não conseguem acesso.

*Vale lembrar que o PEA Pescarte é um projeto de mitigação socioambiental desenvolvido por meio da gestão compartilhada entre a Petrobras e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UNF), sob supervisão do IBAMA, em cumprimento a uma exigência legal do Licenciamento Ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás da Petrobras na Bacia de Campos. O Pescarte está vinculado ao licenciamento oriundo do TAC de Produção, que envolve a instalação de sistemas de produção, estocagem e escoamento de 14 campos 5 exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA. petrolíferos da Bacia de Campos, com atuação de 29 plataformas [...]. Para que a perspectiva de prevenir e ou mitigar impactos socioambientais negativos, que é razão de ser do Pescarte, se materialize com efetividade no domínio da existência destes pescadores e suas famílias, é necessário que o enfrentamento pedagógico daqueles problemas - que se configuram como impactos socioambientais relacionados às atividades de E&P, sobre a pesca no mar, em águas interiores e continentais, se o caso - seja realizado com base na premissa de que eles são parte de um todo complexo. Portanto, interligados entre si e com outros*

*problemas não necessariamente de natureza ambiental da realidade do grupo e, certamente de outros grupos sociais da Bacia de Campos (Timóteo, 2019, p. 4).*

Essa é uma realidade recorrente na vida das mulheres da pesca artesanal, que são consideradas, na maioria das vezes, tão somente como uma pessoa que exerce atividade de apoio à pesca, sendo que a própria Colônia, por vezes, cria embaraços para auxílio das mesmas, o que não se coaduna com o disposto na Constituição Cidadã.

*A Constituição Cidadã reconheceu o trabalho e a previdência como direitos sociais (art. 6º; art. 194 da CF/1988). No entanto, as populações que exercem a pesca artesanal têm sido afetadas no âmbito federal por leis, decretos, portarias e instruções normativas que geram constantes incongruências no acesso e gozo das políticas, sobretudo em prejuízo das mulheres. É o caso do reconhecimento profissional obtido por meio do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), documento também condicionante para a inscrição no Seguro Desemprego do Pescador Profissional Artesanal (SDPA), o chamado Defeso 3. Historicamente, a regulamentação da pesca jamais contemplou a presença feminina, e a dimensão da igualdade entre homens e mulheres como trabalhadores é um direito ainda em construção (Huguenin; Martinez, 2021, p. 647).*

Nessa ordem de ideais, tem-se como ponto notável que a concretização da dignidade da pessoa humana, acesso ao trabalho e previdência social das mulheres pescadores são uma utopia para algumas comunidades pesqueiras, como é o caso da comunidade de Farol de São Tomé, que possui uma situação ainda mais singular no que tange ao acesso a direitos básicos.

### **3. Uma análise a partir da comunidade de Farol de São Thomé**

A comunidade de Farol de São Tomé é uma das abrangidas pelo projeto Pescarte, que faz parte do município de Campos dos Goytacazes, donde já existem trabalhos científicos desenvolvidos por Theis (2018) e Brito (2019), em sede de dissertação, que já alertavam para a invisibilidade das mulheres da pesca em referida comunidade.

*Napraia de Farol de São Thomé, ocorre um tipo de pesca artesanal que é praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte. Esse tipo de pesca é exclusivo da região norte fluminense, ocorrendo em águas da zona econômica exclusiva (Bruto, 2019, p. 51)*

Cumprе salientar, que conforme dados extraídos do Censo Pescarte (2016), a Comunidade de Farol de São Tomé é a localidade onde se abriga a maior quantidade de mulheres pescadoras, pescadoras essas que nas reuniões do grupo aludido (Mulheres na Pesca) externam sua indignação no processo de reconhecimento de direitos, seja em razão da conduta relapsa da Colônia ou do próprio Poder Público que apresenta dificuldades burocráticas para o acesso ao Registro Geral da Pesca e, consequentemente, ao defeso.

Da experiência realizada nas reuniões junto ao grupo de Mulheres da Pesca, um dos primeiros reclames trazidos pelas pescadoras do Farol de São Thomé fora justamente o acesso ao defeso, instituído pela legislação sobredita.



A primeira reunião fora realizada em 05/05/2021 com o objetivo de explicar a forma de acesso ao seguro defeso regrado pela Lei n.º 10.779/2003, que é um direito das pescadoras, sendo mantido pela União. Contudo, a primeira pontuação realizada pelas mulheres pescadoras do Farol de São Thomé fora como acessar ao que denominam “defeso municipal”, eis que o seguro-desemprego que as mesmas recebiam era pago pela Prefeitura de Campos dos Goytacazes (Brasil, 2003).

Num primeiro momento, a partir de tal apontamento, após breves diálogos e oitivas realizadas pelas demais participantes, evidenciou-se que as mesmas nunca tiveram qualquer acesso ao Registro Geral da Pesca. Apenas algumas conseguiram o que denominam “protocolo”, mas nunca receberam qualquer tipo de seguro-desemprego do âmbito federal e o seguro defeso dado para as mesmas era de cunho municipal e que em virtude do período pandêmico e pagamento do auxílio emergencial, o mesmo restava suspenso.

A partir de tais informações, passou-se então a realizar uma incansável busca pela legislação municipal que regravava este benefício, no que fora logrado êxito em localizar a Lei Municipal n.º 7.021/2000, a qual dá a autorização ao prefeito municipal em realizar o pagamento do benefício de seguro-desemprego no período do defeso, conforme já enfatizado por Cezar e Theis (2021, p. 04):

*[...] É necessário, no entanto, compreender que existe uma duplicidade de ação legislativa ligada ao setor da pesca artesanal que, também por meio da ação da colônia de pescadores e de órgãos municipais de Campos dos Goytacazes, vem, desde*

*2007, conferindo reconhecimento às mulheres trabalhadoras da pesca artesanal e acesso a um tipo de seguro defeso municipal. Trata-se de um programa que garante a transferência direta de um salário mínimo a trabalhadores/as da pesca de água salgada do município. Para receber o seguro defeso, o beneficiário deve atender a uma série de critérios. Essa política tem como característica a instabilidade de ação pela dificuldade de acesso às verbas da Prefeitura Municipal, o que leva anualmente as mulheres do Farol de São Thomé a organizarem protestos visando a obtenção do defeso: fazem passeatas e fecham, com faixas e pneus queimados, o acesso à estrada que liga esse distrito ao centro de Campos e demais estradas que por ali passam. Apesar do repasse direto de recursos, não há vinculação desse seguro com Seguridade Social e Previdência no nível federal, o que implica a não obtenção do seguro maternidade e da aposentadoria especial.*

Ocorre que é necessário entender tal fenômeno surgido na experiência das reuniões das mulheres pescadoras, pois a sobredita lei municipal apenas dá uma autorização e não cria uma imposição, ou seja, fica na discricionariedade do gestor municipal realizar a implementação do benefício ou não a cada ano. Em outras palavras, a resolução que disciplina a concessão do defeso municipal é um ato de governo extremamente precário e que traz insegurança jurídica para as pescadoras da comunidade do Farol de São Thomé.

Oportuno consignar, que a situação vivenciada pela Comunidade do Farol de São Thomé, distancia-se de forma estratosférica da relatada por Hellebrandt (2017) em seu trabalho realizado na Colônia Z3, que possui um grupo extremamente atuante em favor das mulheres, ao passo que, pelos relatos tidos nas reuniões do



Pescarte, conforme aludido, as próprias pescadoras narram empecilhos criados pelas colônias.

Para além disso, além do defeso municipal ser uma moeda de troca política, cria graves efeitos reflexos para a Comunidade do Farol de São Thomé, eis que impede às mesmas o acesso do defeso tido como federal, conseqüentemente as mesmas não se filiam à Previdência Social, não sendo seguradas especiais e, no fim da vida ou em caso de eventual doença, sequer conseguem ter acesso a um benefício por incapacidade laborativa ou qualquer tipo de aposentadoria.

A desídia evidenciada com a Comunidade do Farol de São Thomé é um fator de alerta e urgente, pois, repisa-se, conforme dados extraídos do Censo Pescarte (2016), é a comunidade com maior número de pescadoras, e pelos relatos tidos nas reuniões, a maioria nunca teve acesso ao seguro defeso disciplinado pela Lei n.º 10.779/2003 (Brasil, 2003).

Tornou-se perceptível que a simplicidade das pescadoras em sua forma de fala e trejeitos em suas manifestações, o quão à vontade se sentem em estarem em busca de seus direitos, a sede por concretização das “promessas das políticas públicas” para pesca é perceptível nos olhos de cada pessoa que teve seu momento de fala, algumas com mais emoção, outras mais introspectivas.

Das falas dos sujeitos dos municípios diretamente ligados a esta pesquisa (município de Campos dos Goytacazes), tem-se que a questão do defeso não atinge apenas as mulheres, mas diversos pescadores que não possuem a matrícula de uma embarcação, mesmo atuando na pesca direta.

A partir das vivências trazidas pelas entrevistas e projetos envolvendo o Pescarte, a solução jurídica e viável que se apresenta para a comunidade de pesca artesanal que sofre de forma demasiada está justamente no texto constitucional, a qual ousarei em apontar.

O direito dos pescadores e pescadoras está evidentemente tutelado pela Constituição Federal de 1988, inclusive em capítulo específico, na condição de segurados especiais, somando-se também a extração das vertentes hermenêuticas de forma integradora da norma como a proteção à dignidade da pessoa humana, direito social ao trabalho e previdência (Brasil, 1988).

Mercê a tais alinhamentos, buscar a concretização e a visibilidade das mulheres na pesca é um fator emergencial e que desafia de plano uma inconstitucionalidade fática, pois o legislador não cumpriu com sua missão constitucional em definir corretamente quem exerce a pesca artesanal e possui direitos inerentes a essa, o que, afronta, de forma veemente a dignidade da pessoa humana (Brasil, 1988).

Insegurança, invisibilidade, ausência de proteção, sem direito a nada, sem perspectiva de futuro... essas são algumas palavras que marcam e sobressaem neste trabalho. No decurso do desenvolvimento, evidenciou-se que a comunidade da pesca artesanal como um todo, em especial, as mulheres, possuem sua própria autoidentificação enquanto sujeitos de direitos negados pelo Estado, seja em decorrência de burocracias impostas ou ausência de norma, fato é que por anos a comunidade pesqueira vem sendo negligenciada, indo em total desencontro com os mandamentos constitucionais (Mendes, 2020).

O meio ambiente, tido em várias vertentes, com destaque ao meio ambiente do trabalho dos pescadores, é afetado com exploração demasiada de petróleo e gás, com a perda de território, com a inserção de projetos de educação ambiental, visando suprir uma lacuna existente nesse caos em razão da obrigação legal. Entrementes, isso, por si só, não supre a falta, omissão e desídia para com a comunidade da pesca, que se arrasta anos a fio. Tal fato é corroborado pela própria comparação legislativa, visto que a carteira de Registro Geral de Pescador é negada a um pescador, documento este tido como a carteira de trabalho e de identificação de sua profissão, ou seja, a promessa de um Estado concretizador de direitos e com prestações positivas de direitos fundamentais não vem sendo concretizada (Mendes, 2020).

#### 4. Conclusão

Por todo exposto, evidencia-se que a invisibilidade das mulheres na pesca se dá tanto de um fruto cultural em que se concebeu a ideia de que “pescador” é tão somente a figura do homem que realiza a captura do pescado, que a mulher exerceria “atividade de apoio à pesca” e isso não geraria os mesmos direitos.

A norma em torno da definição do conceito de pescador artesanal, termo este criticado, pois nunca se designou na lei a mulher como sendo pescadora, o que denota, de plano, uma ausência de isonomia no tratamento, causa insegurança jurídica, pois deixa de contemplar as atividades pré-captura e pós-captura.

Pelos relatos expostos nas reuniões do Pescarte, do grupo das mulheres pescadoras, apesar da Comunidade de

Farol de São Thomé contar com o maior grupo de mulheres envolvido na pesca artesanal, estas são as que mais tem seus direitos negados, realidade muito avassaladora na vida das mesmas, pois contam com um ato discricionário do poder público municipal em garantir às mesmas, quando quiser, o acesso ao chamado “defeso municipal”.

A problemática apresentada deixa claro que, apesar de eventuais benefícios do “defeso municipal”, a ausência de informação/instrução das pescadoras para acesso ao defeso federal e disciplinado pela Lei n.º 10.779/2003, ocasiona graves problemas de cunho social, como por exemplo, o acesso aos benefícios da previdência.

Deste modo, a situação vivenciada pela comunidade do Farol de São Thomé é apenas uma pequena amostra de toda a insegurança jurídica vivenciada pelas mulheres pescadoras, que têm seus direitos negados de forma veemente pelo Estado; são anos de trabalho para sequer terem acesso a direitos básicos e garantidos constitucionalmente.

Após exame paulatino das questões apresentadas na presente, tem-se que a pesca artesanal é uma atividade intergeracional garantidora da subsistência das famílias envolvidas neste ramo, sendo muito além de uma profissão, um estilo de vida.

Evidencia-se a existência de um muro do silêncio entre as políticas desenvolvidas pelo governo visando a concessão de benefícios assistenciais aos pescadores, que são segurados especiais na forma da legislação vigente, e a realidade fática outrora apontada, na medida em que o próprio pescador, ao invés de ser informado de seus direitos, acaba sendo desinformado ou “atolado”

em burocráticas e antinomias legislativas visando proteger, em verdade, não o pescador ou a pescadora, mas aos cofres públicos, afinal, cada benefício concedido é mais um comprometimento no orçamento.

Com efeito, o Estado ratifica e prolifera a injustiça ambiental existente na pesca artesanal, eis que esta, mesmo arcando

com os ônus, sequer é abarcada por qualquer bônus da atividade petrolífera, desvencilhando-se ainda de seu dever constitucional de criar políticas de Estado efetivas em prol de tal minoria, o que é bruscamente evidenciado através das entrevistas realizadas, onde um estado de inconstitucionalidade se instaura.



## Referências Bibliográficas

BRASIL. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 01 mar. 2022.

BRASIL. (2003) *Lei n. 10.779/2003, de 25 de novembro de 2003*. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Brasília: Congresso Nacional, 2003.

BRASIL. (2009). *Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009*. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: <http://www.planalto.gov>. Acesso em: 01 mar. 2022.

BRASIL. (2015) *Lei Federal nº 13.134, de 16 de junho de 2015*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13134.htm#art6iii](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13134.htm#art6iii)>. Acesso em: 01 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. (2021). Lançamento do novo sistema para cadastramento e recadastramento de pescadores e pescadoras. Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/cadastro-registro-e-monitoramento/pescador-e-pescadora-profissional/lancamento-do-novo-sistema-para-cadastramento-e-recadastramento-de-pescadores-e-pescadoras/cadastramento-e-recadastramento-de-pescador-profissional>. Acesso em: 09 dez. 2024.

BRITO, M. N. (2019). *Lugar de mulher é na pesca: o olhar de uma marisqueira em Farol de São Thomé, Campos dos Goytacazes, a partir do PEA Pescarte*. Seropédica, RJ. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Agronomia, 86 f. Disponível em: <https://rima.ufrjr.br/jspui/handle/20.500.14407/12616>. Acesso em: 9 dez. 2024.

CEZAR, L. S.; THEIS, R. (2021). Ser ou não ser pescadora artesanal? Trabalho feminino, reconhecimento e representação social entre marisqueiras da Baía de Campos, RJ. *Revista de Antropologia*, v. 63, e178848. <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2020.178848>.

CYRINO, C. O. S. (2018). *Aos pescadores, a modernidade!* Trajetórias da política pesqueira na regulação da pesca artesanal. Vitória, ES. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 162 f. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/513ccd11-1ea5-4373-95e9-6e5e83dc8255/content>. Acesso em: 15 jul. 2022.

CYRINO, C. O. S.; TRIGUEIROS, A. (2021). Políticas de desenvolvimento e da natureza: a pesca artesanal no processo de ambientalização da política pesqueira no Brasil. *Revista Estudos, Sociedade e Agricultura*, v. 29(2), p. 304-331. <https://doi.org/10.36920/esa-v29n2-3>. Acesso em: 15 jul. 2022.

DIEGUES, A. C. (2004). Áreas reservadas para a pesca artesanal. In: A. C. DIEGUES, *A pesca construindo sociedades*. São Paulo: NUPAUB-USP, p. 225-242.

HELLEBRANDT, L. M. (2017). *Mulheres da Z3 - o camarão que come as mãos e outras lutas: contribuições para o campo de estudos sobre gênero e pesca*. Florianópolis, SC. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 173 f. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/180907>. Acesso em 09 de dezembro de 2024.

HUGUENIN, F. P.; MARTÍNEZ, S. A. (2021). Mulheres da Pesca: Invisibilidade e Discriminação Indireta no Direito ao Seguro Desemprego. *Direito Público*, v. 18(97), p. 661-681. <https://doi.org/10.11117/rdp.v18i97.5038>.

OLIVEIRA, O. M. B. A.; SILVA, V. L. (2011). O Processo de Industrialização do Setor Pesqueiro e a Desestruturação da Pesca Artesanal no Brasil a partir do Código de Pesca de 1967. *Sequência*, n. 65, p. 329-357. <http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2012v33n65p329>.

SILVA, V. L.; LEITÃO, M. R. F. A. (2017). A regulação jurídica da pesca artesanal no Brasil e o problema do reconhecimento do trabalho profissional das pescadoras. In: 17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas Sobre a Mulher e Relações de Gênero - REDOR, João Pessoa. *Anais Digitais do 17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas Sobre a Mulher e Relações de Gênero - REDOR*. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/17redor/17redor/paper/viewFile/230/103>. Acesso em: 15 jul. 2022.

THEIS, R. (2018). *Marisqueiras" da Bacia de Campos: Relações de gênero e o trabalho da mulher na pesca artesanal no Rio de Janeiro*. Campos dos Goytacazes, RJ. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Universidade Estadual do Norte Fluminense, 145f.

TIMÓTEO, G. M. (2019). *Educação Ambiental com participação popular: avanço na gestão democrática do ambiente*. 2. ed. rev. e ampl. Campos dos Goytacazes, RJ: Ed UENF.



# Macroeconomia e Epidemiologia: Uma aplicação do modelo SIR-Macro para o estado de Roraima

**Macroeconomics And Epidemiology:** An application of the  
SIR-Macro model for the state of Roraima

**Macroeconomía y Epidemiología:** Una aplicación del  
modelo SIR-Macro para el estado de Roraima

**Luiz Eduardo de  
Oliveira COSTA**

[luizeducosta123@gmail.com](mailto:luizeducosta123@gmail.com)

Graduado em Ciências Eco-  
nômicas pela Universidade  
Federal de Roraima (UFRR).

**Yuri Cesar de  
Lima e SILVA**

[yuricesar\\_silva@hotmail.com](mailto:yuricesar_silva@hotmail.com)

Departamento de Economia  
- Universidade Federal de  
Roraima (UFRR).

111

*Neste trabalho utilizamos o modelo SIR-Macro de Eichenbaum et al. (2020), que é uma extensão do modelo epidemiológico SIR de Kermack e McKendrick (1927), para analisar como decisões econômicas influenciam o desenvolvimento de epidemias como a da Covid-19 e quais os impactos econômicos da adoção de políticas públicas de contenção. Para isso, utilizando os dados do estado de Roraima para calibrar o modelo, simulamos o cenário de uma política de contenção ótima e comparamos os resultados com a simulação do equilíbrio competitivo do modelo, onde não é adotada nenhuma política de contenção. Os resultados mostram que a adoção de uma política de contenção reduz significativamente o número de infectados e mortos, mas gera uma recessão econômica comparativamente maior que a gerada no cenário de equilíbrio competitivo. Por outro lado, a não adoção de uma política de contenção não extingue a recessão econômica, pois os agentes passam a diminuir seus níveis de consumo e oferta de trabalho para reduzirem sua exposição e suas chances de serem infectados pelo vírus. Além disso, neste cenário, o número de infectados e mortos é significativamente maior.*

**Palavras-Chave:** Modelo SIR-Macro; Covid-19; Política de contenção ótima; Roraima

*In this work, we use the SIR-Macro model developed by Eichenbaum et al. (2020), which is an extension of the epidemiological SIR model by Kermack and McKendrick (1927), to analyze how economic decisions influence the development of epidemics such as Covid-19 and the economic impacts of adopting public containment policies. To do so, using data from the state of Roraima to calibrate the model, we simulate the scenario of an optimal containment policy and compare the results with the simulation of the competitive equilibrium of the model, where no containment policy is adopted. The results show that the adoption of a containment policy significantly reduces the number of infected and dead, but generates a comparatively larger economic recession than that generated in the competitive equilibrium scenario. On the other hand, the non-adoption of a containment policy does not extinguish the economic recession, as agents reduce their levels of consumption and labor supply to reduce their exposure and chances of being infected by the virus. Moreover, in this scenario, the number of infected and dead is significantly higher.*

**Keywords:** *humanitarian crisis; place and social networks; Venezuelan migration; refugees.*

*En este trabajo utilizamos el modelo SIR-Macro de Eichenbaum et al. (2020), que es una extensión del modelo epidemiológico SIR de Kermack y McKendrick (1927), para analizar cómo las decisiones económicas influyen en el desarrollo de epidemias como la de la Covid-19 y cuáles son los impactos económicos de la adopción de políticas públicas de contención. Para ello, utilizando los datos del estado de Roraima para calibrar el modelo, simulamos el escenario de una política de contención óptima y comparamos los resultados con la simulación del equilibrio competitivo del modelo, en el que no se adopta ninguna política de contención. Los resultados muestran que la adopción de una política de contención reduce significativamente el número de infectados y muertos, pero genera una recesión económica comparativamente mayor que la generada en el escenario de equilibrio competitivo. Por otro lado, la no adopción de una política de contención no elimina la recesión económica, ya que los agentes tienden a reducir sus niveles de consumo y oferta de trabajo para disminuir su exposición y sus posibilidades de infectarse con el virus. Además, en este escenario, el número de infectados y muertos es significativamente mayor.*

**Palabras clave:** *crisis humanitaria; lugar y redes sociales; migración venezolana; refugiados.*

## 1. Introdução

A síndrome respiratória aguda grave de coronavírus (SARS-Cov-2 ou Covid-19) foi descoberta em Wuhan, na China, no início de 2020. O vírus da Covid-19 se espalhou pelo mundo inteiro e em 2022, dois anos depois do início da pandemia, já havia infectado cerca de 534.495.291 pessoas no mundo, provocando 6.311.088 mortes, de acordo com a Organização Mundial da

Saúde (OMS). A pandemia da Covid-19 foi considerada a maior crise sanitária da atualidade pela OMS, sendo responsável por impactos sociais e econômicos negativos no mundo todo.

Os governos de vários países tiveram dificuldades em planejar políticas para conter a propagação do vírus, pelo caráter de incerteza envolvida no aparecimento e rápido contágio da população mundial.

A principal política de contenção adotada consistiu no fechamento de estabelecimentos comerciais para reduzir a transmissão da doença. Por consequência, o consumo agregado foi afetado negativamente. Esse é um exemplo de como as políticas de contenção entram em conflito com o equilíbrio econômico nesse período. Esse conflito entre o equilíbrio econômico e as políticas de contenção foi o principal motivo de dificuldade dos governos no gerenciamento da pandemia.

Nesse cenário é importante recorrer à epidemiologia, para analisar a dinâmica de evolução da epidemia, e a análise econômica, para estudar os impactos da pandemia no bem-estar econômico da população. Nesse trabalho, utilizamos o modelo SIR-Macro de Eichenbaum *et al.* (2020), que é uma adaptação do modelo epidemiológico SIR de Kermack e McKendrick (1927), para analisar o impacto da pandemia de Covid-19 em dois cenários, o de equilíbrio competitivo (onde não são adotadas políticas de contenção) e outro com a adoção de uma política ótima de contenção.

O modelo SIR é um modelo epidemiológico utilizado para estudar o percurso da epidemia e sua evolução na população de suscetíveis, infectados e recuperados. Já o modelo SIR-Macro é uma expansão do modelo SIR que relaciona as decisões econômicas individuais, como o risco de infecção dos agentes. Neste modelo, os indivíduos, ao reduzirem o tempo gasto em suas interações econômicas provenientes das compras para consumo e permanência no local de trabalho, diminuem as chances de serem infectados pelo vírus. Dessa forma, existe um claro impacto da epidemia na oferta de trabalho e consumo agregado da economia.

Nesse trabalho, calibramos o modelo SIR-Macro para os dados do estado de Roraima e simulamos os cenários de equilíbrio competitivo e com a adoção de uma política ótima de contenção. O trabalho busca compreender as principais características dos agentes econômicos quando enfrentam crises epidemiológicas da magnitude da ocorrida com a Covid-19 e quais os impactos da utilização de políticas de contenção no comportamento desses agentes. As políticas de contenção postas em prática no Brasil não foram homogêneas e a avaliação do comportamento dos agentes econômicos proveniente dessas diferentes estratégias de políticas públicas de contenção devem ser estudadas separadamente. Este estudo busca suprir essa lacuna ao calibrar o modelo SIR-Macro para um estado pequeno e razoavelmente isolado dos grandes centros urbanos, sendo um caso que pode ajudar a literatura econômica/epidemiológica a compreender melhor o fenômeno ocorrido.

Os resultados mostraram que as políticas de contenção são eficazes em reduzir o número de mortos e infectados, porém geram uma recessão maior. Por outro lado, no cenário de equilíbrio competitivo, mesmo que reduzida, a recessão econômica se mantém, uma vez que existe uma queda voluntária no consumo e na oferta de horas trabalhadas dos agentes, que buscam diminuir as chances de serem infectados, já que o número de infectados e mortos é maior neste cenário.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: na próxima seção, faremos uma breve revisão da literatura, que busca cobrir conceitos importantes para nossa análise; na terceira seção, apresentamos

formalmente o modelo SIR-Macro; na quarta, abordamos as estratégias de calibração do modelo; após isso, na quinta seção, apresentamos os resultados para os dois cenários analisados; e, por fim, apresentamos as conclusões do trabalho.

## **2. Revisão da literatura**

### **2.1. Relação entre economia e epidemias**

A análise da relação entre as epidemias e a economia é essencial para avaliar o comportamento dos agentes econômicos e as consequências da adoção de políticas públicas de contenção/prevenção.

Além de servir de base para políticas públicas, ponderar os impactos econômicos das epidemias (e vice-versa) é necessário para que se possa considerar as possíveis externalidades negativas que esses períodos geram para a humanidade. Um exemplo desse fato foi a epidemia da gripe espanhola (1918-1920), que é considerada o pior surto de doença de século XX. Neste período, “estima-se que cerca de 500 milhões de pessoas ou um terço da população mundial foram infectadas com este vírus” (CDC, 2018). No Brasil, de acordo com Marson e Siviero (2024), a epidemia de gripe espanhola teve externalidades que afetaram vários setores da economia de São Paulo tanto no lado da oferta quanto da demanda, principalmente no último trimestre de 1918. Eles identificaram que houve queda no registro de empresas, empréstimos bancários, diminuição física e de valor na produção industrial de produtos não essenciais e aumento dos essenciais em um contexto de crise de saúde pública.

Esse estudo indica que epidemias respiratórias, como a da gripe espanhola ou da Covid-19, têm efeitos negativos na oferta de trabalho, por conta da mortalidade, e na oferta de bens e serviços, que diminui por conta das restrições ao funcionamento de estabelecimentos e fábricas. Pelo lado da oferta, essa queda na produção de bens e serviços gera aumento nos níveis de preços. Pelo lado da demanda, as pessoas reduzem o consumo para diminuir as chances de serem infectadas. Esse cenário de incerteza afeta negativamente o investimento agregado da economia.

Outro importante exemplo de epidemia que atingiu o Brasil foi o surto de febre amarela, que ocorreu no século XVII. Na Bahia, “o número de doentes foi calculado em 25.000 e o de mortos em 900” (Franco, 1969, p. 23). O estudo de Sampaio (2021) examina os impactos da epidemia da febre amarela na província da Bahia, observando que os mercadores começaram a evitar a cidade de Salvador, o que levou a uma dramática redução no abastecimento. A consequente diminuição na oferta de alimentos levou a um aumento significativo nos preços, dificultando a sobrevivência, especialmente da população pobre de Salvador. O cônsul inglês John Morgan relatou que, em seis meses de pandemia, os preços dos alimentos básicos aumentaram 50%, os aluguéis subiram 200% em cerca de um ano e os empregados domésticos elevaram o preço de seus serviços em 100%. Os efeitos da epidemia de febre amarela na oferta de produtos da Bahia é outro exemplo de como as epidemias podem afetar as economias.



## **2.2. A crise da Covid-19 e sua relação com a economia**

O surto da Covid-19 gerou impactos em vários setores da economia mundial. Para conter a propagação do vírus, alguns países implantaram bloqueios de fronteira, prejudicando o comércio internacional. “A Organização Mundial do Comércio (OMC) estimou a redução do comércio internacional entre 13 e 32%, devido a pandemia” (Gama Neto, 2020, p.119).

O transporte internacional de passageiros também foi afetado pelas medidas de contenção. “Quase 15 mil aviões deixaram de viajar semanalmente e no Brasil as principais companhias aéreas reduziram seus voos em mais de 90%” (Gama Neto, 2020, p. 119). Com isso, como mostra o estudo de Mecca e Gedoz (2020), a suspensão de viagens e o fechamento de fronteiras em todo o mundo tornaram a atividade turística inviável. Isso se deve ao fato de que as pessoas não podiam se deslocar para outras áreas para atividades de consumo, além de suas áreas de residência. Além disso, mesmo os residentes não podiam frequentar áreas de lazer devido ao risco de contágio, já que pontos turísticos são locais de grande aglomeração de pessoas. Como resultado, a cadeia de setores relacionados ao turismo também é afetada.

As medidas de isolamento social e fechamento de fronteira resultaram na paralisação do comércio de bens e serviços e da indústria como um todo. Todos os países foram prejudicados por conta dos efeitos da Covid-19 no mercado internacional, incluindo o Brasil.

O estudo de Porsse et al. (2020) projeta os impactos da Covid-19 na economia brasileira. Os resultados indicam uma redução de 1,87% na taxa de crescimento do PIB nacional para 2020 no Cenário 1, e uma queda de 1,21% no Cenário 2. As medidas governamentais avaliadas neste estudo contribuem para atenuar cerca de 35% da queda projetada para a taxa de crescimento do PIB.

No cenário 1, a oferta de trabalho é afetada pela mortalidade, pelos efeitos do isolamento social e morbidade da Covid-19. No cenário 2, são mantidas as mesmas condições do cenário 1, mas considera um aumento no gasto do governo e das famílias devido a estímulos fiscais do governo para harmonizar a recessão econômica gerada pela epidemia de Covid-19. O estudo de Porsse et al. (2020) utiliza o modelo inter-regional dinâmico de equilíbrio geral computável (EGC), que é uma ferramenta para simular cenários econômicos.

Além disso, é importante destacar que o risco de contágio causado pela epidemia gerou uma forte e rápida reestruturação no mercado de trabalho. Em poucos dias, grande parte dos trabalhadores ao redor do mundo teve que se adaptar à nova rotina do trabalho remoto, fazendo com que a produtividade no período de transição fosse drasticamente comprometida, trazendo queda na renda de grande parte da população. Isso fez com que o nível de consumo fosse reduzido por problemas gerados tanto por essa queda de renda, como pelas políticas de contenção postas em prática pelos governos, ou até mesmo pelo medo do contágio nos ambientes de trabalho ou nos mercados.

### **2.3. Histórico da utilização dos modelos SIR e SIR-Macro**

A epidemiologia pode ser definida como a ciência que estuda o processo saúde-doença em coletividades humanas analisando doenças e procurando métodos de prevenção (Gomes, 2015, p. 6). O modelo epidemiológico SIR, de Kermack e McKendrick (1927), é uma ferramenta matemática que analisa a dinâmica da propagação de epidemias e simula cenários para diferentes tipos de políticas de contenção. Esse modelo divide a população de acordo com o estado da infecção (suscetíveis, infectados e recuperados) e estuda o comportamento e as interações entre esses grupos.

Um exemplo de estudo que se utilizou dessa classe de modelo para entender os efeitos da vacinação contra a Hepatite-A foi o de Cristovão (2015). Seus resultados apontaram que os efeitos da vacinação na transmissão da doença estão relacionados ao intervalo etário escolhido e à cobertura vacinal desejada. As estratégias de vacinação no intervalo etário de 1 a 2 anos mostraram-se úteis para o controle da doença, mas exigem uma grande cobertura vacinal para levar à erradicação da doença. Por outro lado, as estratégias no intervalo de 5 a 6 anos não tiveram grande impacto na força de infecção da doença.

Esse estudo simulou dois cenários: um com a vacinação para criança de 1 a 2 anos e outro com vacinação para crianças de 5 a 6 anos. Os resultados mostraram que a vacinação em crianças de 1 a 2 anos tem melhor efeito.

Por outro lado, o modelo SIR-Macro, de Eichenbaum et al. (2020), é uma extensão do modelo SIR para considerar os efeitos das decisões dos agentes na economia. Os autores utilizaram o modelo SIR-Macro para analisar os efeitos da epidemia de Covid-19 nos Estados Unidos, considerando dois cenários: um com políticas de contenção e outro sem. De acordo com os autores, foi observado que a adoção de uma política de contenção ótima durante a grande recessão apresentou benefícios na forma de uma epidemia menos grave. Ao comparar com o equilíbrio competitivo, foi possível verificar uma redução no pico da taxa de infecção de 4,7% para 2,5% da população inicial. Além disso, a política ótima contribuiu para a redução da taxa de mortalidade em 0,40% da população inicial para 0,26%, o que equivale, para os Estados Unidos, a cerca de meio milhão de vidas salvas.

Além disso, os resultados obtidos por Eichenbaum et al. (2020) indicam que a política de contenção reduz a taxa de mortalidade a custo de uma recessão mais grave. Borelli e Góes (2020) também utilizaram o modelo SIR-Macro, mas para analisar os efeitos da Covid-19 em cinco estados brasileiros. Seus resultados mostraram que, como cada estado possui características diferentes, as políticas de contenção deveriam ser planejadas individualmente, observando as peculiaridades caso a caso. Os autores demonstraram que as diferenças intrínsecas de cada estado do Brasil influenciam as trajetórias ótimas de políticas de contenção diferentes para cada um deles. Essas diferenças intrínsecas não apenas afetam a severidade inicial

das medidas de contenção adotadas por cada estado, como também influenciam a dinâmica da evolução dessas taxas de contenção ao longo do tempo. Assim, cada estado deveria ser estudado individualmente para criar políticas de contenção específicas para sua realidade.

Nesta seção foi realizada uma breve exemplificação de como a literatura empírica vem utilizando os modelos SIR e SIR-Macro para estudar epidemiologia e sua relação com a economia. Na próxima seção, o modelo utilizado nesse trabalho será apresentado, assim como a estratégia de calibração utilizada para representar o caso do estado de Roraima.

### 3. Metodologia

#### 3.1. O modelo SIR-Macro

O Modelo SIR, de Kermack e McKendrick (1927), é um modelo epidemiológico que mostra a evolução da população ao decorrer de uma epidemia, mensurando o número de suscetíveis, infectados e recuperados, e o percurso da epidemia para diferentes tipos de políticas de contenção. O modelo SIR-Macro (Eichenbaum et al., 2020), por sua vez, é uma adaptação ao modelo SIR original, considerando que as pessoas podem ser infectadas durante as interações com outros agentes econômicos. Assim, com o avanço no número de infectados, as pessoas buscam reduzir o tempo que gastam para comprar bens de consumo e o tempo que ofertam trabalho para as empresas para evitar a propagação da doença, causando recessão na economia. Nesta seção, apresentamos formalmente o modelo SIR-Macro.

#### 3.2. A economia antes da epidemia

No estado pré-epidêmico, os agentes buscam maximizar seu próprio bem-estar. A função objetivo desses agentes é representada por:

$$U = \sum_t^{\infty} \beta^t u(c_t, n_t)$$

onde,  $\beta \in (0,1)$  representa o fator desconto intertemporal,  $c_t$  representa as horas dedicadas a consumo e  $n_t$  indica as horas trabalhadas. A função de utilidade instantânea dos indivíduos é definida como:

$$u(c_t, n_t) = \ln c_t - \frac{\theta}{2} n_t^2$$

onde  $\theta$  é um parâmetro que mede o peso das horas trabalhadas na função utilidade. Se for grande, o impacto de  $n_t$  na função utilidade é maior que o de  $c_t$ . E se for baixo,  $c_t$  tem mais impacto na função utilidade que  $n_t$ .

A restrição orçamentária dos agentes é:

$$(1 + \mu_t)c_t = w_t n_t + \Gamma_t$$

onde,  $w_t$  representa o salário real e  $\Gamma_t$  são as transferências diretas (*lump-sum*) recebidas do governo. Por sua vez,  $\mu_t$  é um imposto sobre o consumo, que serve de proxy para nossa política de contenção, uma vez que o governo pode elevar  $\mu_t$  para reduzir o consumo e assim diminuir as interações entre os agentes. Portanto, consideraremos  $t$  como a taxa de contenção do modelo. Quando o modelo é simulado para o cenário de equilíbrio competitivo (sem política de contenção),  $\mu_t$  assume o valor zero em todos os períodos. Mas, quando simulamos o cenário da política ótima de contenção,

estamos assumindo a adoção de uma política pública realizada por um governo benevolente, que tem o objetivo de maximizar a utilidade dos indivíduos. Portanto, a cada período,  $\mu_t$  assume os valores necessários para maximizar a função utilidade acima. Logo, assim como  $c_t$  e  $n_t$  são variáveis de escolha para os indivíduos,  $\mu_t$  também passa a ser uma variável de escolha, só que do governo benevolente.

Aplicando o método de Lagrange somos capazes de encontrar as condições de primeira ordem para o problema de maximização da utilidade dos indivíduos:

$$L = \sum_t \beta^t \left( \ln c_t - \frac{\theta}{2} n_t^2 \right) + \lambda [w_t n_t + \Gamma_t - (1 + \mu_t) c_t]$$

onde, temos a seguinte condição de primeira ordem:

$$(1 + \mu_t) \theta n_t = c_t^{-1} w_t$$

Essa equação representa como o agente pode maximizar o bem-estar, dada a sua restrição orçamentária.

Por outro lado, as firmas produzem bens de consumo ( $C_t$ ) utilizando horas de trabalho ( $N_t$ ) de acordo com a tecnologia ( $A$ ), a função de produção das firmas é representada por:

$$C_t = A N_t$$

As firmas escolhem quantas horas de trabalho precisam para maximizar seus lucros ( $\Pi$ ) no tempo  $t$ :

$$\Pi = A N_t - w_t N_t$$

Essa equação mostra que o lucro das empresas é igual à receita das empresas ( $A N_t = C_t$ ) menos os custos de produção ( $w_t N_t$ ).

Além disso, a restrição orçamentária do governo é dada por:

$$\mu_t c_t = \Gamma_t$$

O governo gasta com as transferências *lump-sum* ( $t$ ) tudo o que arrecada através do imposto sobre o consumo ( $tc_t$ ).

Por fim, os mercados de trabalho e de bens de consumo se encontram em equilíbrio, respectivamente, quando:  $n_t = N_t$  e  $c_t = C_t$ .

### 3.3. O início da epidemia

No modelo, a população é classificada em quatro grupos, os suscetíveis ( $S_t$ ), os infectados ( $I_t$ ), os recuperados ( $R_t$ ) e os mortos ( $D_t$ ). Os suscetíveis são os indivíduos que não contraíram a doença, mas podem ser infectados de três maneiras diferentes: no trabalho, durante o consumo ou em outras atividades não relacionadas nem ao trabalho, nem ao consumo.

A parcela de indivíduos suscetíveis que se infectam realizando atividades de consumo, durante o tempo  $t$ , é determinada por  $\pi_1 (S_t^s C_t^s) / (I_t C_t^s)$ . Onde  $S_t^s C_t^s$  e  $I_t C_t^s$  representam o total de despesas com consumo dos indivíduos suscetíveis e infectados, respectivamente. O parâmetro  $\pi_1$  simboliza a probabilidade de um indivíduo ser infectado durante atividades de consumo.

Por outro lado, o número de infectados durante o trabalho, no período  $t$ , é determinado por  $\pi_2 (S_t^s N_t^s) / (I_t N_t^s)$ . Onde  $S_t^s N_t^s$  e  $I_t N_t^s$  representam o tempo dedicado ao trabalho dos indivíduos suscetíveis e infectados, respectivamente. O parâmetro  $\pi_2$  simboliza a probabilidade de uma pessoa ser infectada durante o trabalho.



Por fim, o número de infectados durante outras atividades não relacionadas ao consumo ou ao trabalho, durante o período  $t$ , é dado por  $\pi_3 S_t I_t$ . Onde  $\pi_3$  representa a probabilidade de uma pessoa ser infectada durante outras atividades não relacionadas ao consumo e trabalho.

Assim, o número total de novos infectados no período  $t$  é obtido por:

$$T_t = \pi_1 (S_t C_t^s) (I_t C_t^I) + \pi_2 (S_t N_t^s) (I_t N_t^I) + \pi_3 S_t I_t$$

Agora trataremos da evolução das populações de suscetíveis, infectados, recuperados e mortos ao decorrer da epidemia.

A evolução do número de pessoas suscetíveis no período  $t+1$  é igual ao número de suscetíveis no período  $t$ , menos os novos infectados ( $T_t$ ) no período  $t$ :

$$S_{t+1} = S_t - T_t$$

Por outro lado, o número de infectados no período  $t+1$  é igual ao número de infectados no período  $t$ , mais os novos infectados no período  $t$ , menos os recuperados e os mortos no período  $t$ .

$$I_{t+1} = I_t + T_t - (\pi_r + \pi_d) I_t$$

Onde  $\pi_r$  é a probabilidade de uma pessoa infectada se recuperar e  $\pi_d$  é a probabilidade de uma pessoa infectada morrer. A redução gradual da capacidade do sistema de saúde afeta diretamente a taxa de mortalidade, esse efeito é representado como uma função convexa de uma fração da população infectada

$$\pi_{dt} = \pi_d + \kappa I_t^2$$

O número de recuperados no período  $t+1$  é igual ao número de recuperados no período  $t$ , mais o número de recém-recuperados no mesmo período.

$$R_{t+1} = R_t + \pi_r I_t$$

Por fim, o número de mortos no período  $t+1$  é igual ao número de mortos no período  $t$ , mais o número de novas mortes.

$$D_{t+1} = D_t + \pi_d I_t$$

A população no tempo  $t+1$  é igual à população do tempo  $t$ , menos as novas mortes.

$$POP_{t+1} = POP_t - \pi_d I_t$$

Além disso, como no período pré-epidemia a população equivale a 100%, consideramos a população inicial igual a 1:

$$POP_0 = 1$$

Agora abordamos o problema de otimização de um indivíduo genérico do tipo  $j$  (tipo  $j = S, I, R$ ).

A variável  $U_t^j$  representa a utilidade do indivíduo tipo  $j$ . No tempo  $t$ , a restrição orçamentária desse indivíduo é representada por:

$$(1 + \mu_t) c_t^j = w_t \phi^j n_t^j + \Gamma_t$$

Onde  $c_t^j$  e  $n_t^j$  representam o consumo e as horas trabalhadas do indivíduo tipo  $j$ , respectivamente. E,  $\phi^j$  é um parâmetro que governa a produtividade do trabalho. Para os indivíduos suscetíveis e recuperados  $\phi=1$ , para os infectados  $\phi<1$ , isso significa

que os indivíduos infectados produzem menos que os suscetíveis e recuperados, por estarem doentes.

Agora apresentamos o problema da otimização dos suscetíveis, infectados e recuperados individualmente.

### 3.3.1. Suscetíveis

Utilidade das pessoas suscetíveis é representada por:

$$U_t^s = u(c_t^s, n_t^s) + \beta \left[ (1 - \tau_t) U_{t+1}^s + \tau_t U_{t+1}^i \right]$$

Onde, a variável  $\tau_t$  representa a probabilidade de uma pessoa suscetível ser infectada.

$$\tau_t = \pi_1 c_t^s (I_t C_t^i) + \pi_2 n_t^s (I_t N_t^i) + \pi_3 I_t$$

A expressão  $[(1-\tau_t)U_{t+1}^s + \tau_t U_{t+1}^i]$  diz que a probabilidade do indivíduo ser infectado no período  $t+1$  afeta a utilidade no período  $t$ . Pois, as pessoas têm consciência que se trabalharem e consumirem menos, terão menos chances de serem infectadas.

Assim, as condições de primeira ordem dos indivíduos suscetíveis, para consumo e trabalho são:

$$u_1(c_t^s, n_t^s) - (1 + \mu_t) \lambda_{bt}^s + \lambda_{\tau t} \pi_1 (I_t C_t^i) = 0$$

$$u_2(c_t^s, n_t^s) + w_t \lambda_{bt}^s + \lambda_{\tau t} \pi_2 (I_t N_t^i) = 0$$

Onde  $\lambda_{bt}^s$  e  $\lambda_{\tau t}$  são os multiplicadores de Lagrange associados à restrição dos indivíduos suscetíveis e à probabilidade dos indivíduos suscetíveis serem infectados, respectivamente.

Por outro lado, a condição de primeira ordem para  $\tau_t$  é

$$\beta (U_{t+1}^i - U_{t+1}^s) - \lambda_{\tau t} = 0$$

### 3.3.2 Infectados

A utilidade dos infectados é dada por:

$$U_t^i = u(c_t^i, n_t^i) + \beta \left[ (1 - \pi_r - \pi_d) U_{t+1}^i + \pi_r U_{t+1}^r \right]$$

As condições de primeira ordem para os indivíduos infectados são

$$u_1(c_t^i, n_t^i) = \lambda_{bt}^i (1 + \mu_t)$$

$$u_2(c_t^i, n_t^i) = - \phi^i w_t \lambda_{bt}^i$$

onde,  $\lambda_{bt}^i$  representa o multiplicador de Lagrange associado à restrição do indivíduo infectado.

### 3.3.3 Recuperados

A utilidade dos indivíduos recuperados é dada por:

$$U_t^r = u(c_t^r, n_t^r) + \beta U_{t+1}^r$$

As condições de primeira ordem para os recuperados no consumo e no trabalho:

$$u_1(c_t^r, n_t^r) = \lambda_{bt}^r (1 + \mu_t)$$

$$u_2(c_t^r, n_t^r) = - w_t \lambda_{bt}^r$$

onde,  $\lambda_{bt}^r$  representa o multiplicador de Lagrange associado à restrição do indivíduo recuperado.

### 3.3.4. Restrição orçamentária do governo e equilíbrio dos mercados

A restrição orçamentária do governo é dada por:

$$\mu_t (S_t^s + I_t^i + R_t^r) = \Gamma_t (S_t + I_t + R_t)$$

No equilíbrio, cada tipo de indivíduo maximiza sua respectiva função utilidade, a restrição do governo é satisfeita e os mercado de consumo e trabalho estão em equilíbrio, logo:

$$S_t C_t^s + I_t C_t^i + R_t C_t^r = AN_t$$

$$S_t N_t^s + I_t N_t^i \phi^i + R_t N_t^r = N_t$$

#### 4. Estratégia de calibração do modelo

Assim como Borelli e Góes (2020), decidimos normalizar o tempo total de simulação do modelo para 1, assim podemos analisar os dados pelo progresso da epidemia (%) e não por datas específicas, o que não é o foco do trabalho. Além disso, a calibração é realizada com dados semanais.

Para calibrar os valores de  $\pi_1$ ,  $\pi_2$  e  $\pi_3$ , usamos a mesma estratégia de Borelli e Góes (2020): calculamos o valor das parcelas das transmissões que ocorrem no trabalho ( $\alpha_2$ ) e em outras atividades ( $\alpha_3$ ) e obtemos a parcela de transmissões ocorridas no consumo ( $\alpha_1$ ) por resíduo, pois  $\alpha_1 + \alpha_2 + \alpha_3 = 1$ . Além disso, seguimos o princípio proposto por Ferguson *et al.* (2006) e utilizado por Eichenbaum *et al.* (2020), em que a importância relativa entre os meios de transmissão da doença é semelhante para várias doenças respiratórias. Esse padrão sugere que 30% das transmissões ocorreram em casa, 33% ocorreram em atividades comunitárias gerais e 37% ocorreram na escola ou no trabalho, portanto:

$$\alpha_2 = \frac{4 \cdot (\text{Trabalhadores})}{4 \cdot (\text{Trabalhadores}) + 10 \cdot (\text{Estudantes})} \cdot 37\%$$

onde, “Trabalhadores” representa o número total de pessoas com 14 anos ou mais ocupadas na força de trabalho no estado de Roraima, obtido no Sistema IBGE de recuperação automática (Sidra). “Estudantes” representa o número total de estudantes no estado de Roraima, também obtido no Sidra do IBGE. Os pesos 4 e 10 dizem respeito à quantidade média de contatos físicos por dia na escola e no trabalho, respectivamente, que foram utilizadas em Borelli e Góes (2020) e são provenientes do estudo de Lee *et al.* (2010).

Por outro lado,  $\alpha_3$  representa a parcela das infecções que não são relacionadas ao consumo ou trabalho. Por conta da disponibilidade de dados,  $\alpha_3$  é simplificado nas transmissões que ocorrem em casa ( $\alpha_3^{casa}$ ), no transporte ( $\alpha_3^{transporte}$ ) e nas escolas ( $\alpha_3^{escolas}$ ). Cada parcela é calibrada individualmente, e depois obtém-se  $\alpha_3 = \alpha_3^{casa} + \alpha_3^{transporte} + \alpha_3^{escolas}$ .

$$\alpha_3^{escolas} = \frac{10 \cdot (\text{Estudantes})}{4 \cdot (\text{Trabalhadores}) + 10 \cdot (\text{Estudantes})} \cdot 37\%$$

$$\alpha_3^{casa} = 30\% \cdot \frac{(\text{Afazeres domésticos})}{16} \cdot (\text{pessoas por residência})$$

onde, “Afazeres domésticos” representa o tempo médio de horas diárias dedicado a afazeres domésticos e cuidados pessoais da população, obtido no Sidra do IBGE; “pessoas por residência” representa o número médio de pessoas por domicílio, também obtido no Sidra do IBGE. O tempo de sono não é considerado tempo suscetível à infecção; considerando o tempo médio de 8 horas de sono por dia, o tempo suscetível à infecção é de 16 horas diárias (24 h-8 h), logo:

$$\alpha_3^{transporte} = 33\% \cdot \frac{(\text{Tempo médio de transporte})}{16 - (\text{afazeres domésticos}) - (\text{Trab. ou escola})} \cdot 10$$

onde, “Tempo médio de transporte” representa o tempo habitual de deslocamento para o trabalho dos indivíduos, obtido no Sidra do IBGE. Assim, o tempo diário das atividades gerais é considerado 24 h menos o tempo gasto de sono, afazeres domésticos, trabalho e escola.

Após o cálculo de  $\alpha_1$ ,  $\alpha_2$  e  $\alpha_3$ , os valores de  $\pi_1$ ,  $\pi_2$  e  $\pi_3$  são obtidos através do modelo:

$$\frac{\pi_1 C^2}{\pi_1 C^2 + \pi_2 N^2 + \pi_3} = \alpha_1$$

$$\frac{\pi_2 N^2}{\pi_1 C^2 + \pi_2 N^2 + \pi_3} = \alpha_2$$

$$\frac{\pi_3}{\pi_1 C^2 + \pi_2 N^2 + \pi_3} = \alpha_3$$

As variáveis  $C$  e  $N$  representam o consumo e as horas trabalhadas no estado estacionário pré-epidemia, que são calculadas diretamente pelo modelo.

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS (2020), a taxa de

$$IFR = \frac{\text{Número de mortes pela doença}}{\text{Número de indivíduos infectados}} \times 100$$

mortalidade por infecção (IFR) é obtida por:

Entretanto, com os números de mortes e infectados obtidos no site do Governo Federal<sup>1</sup>, a IFR calculada foi de 1,6%, mas

esse valor é extremamente superior aos valores encontrados na literatura para outros estados/países. Para superar esse problema, decidimos utilizar um IFR igual a 0,9%, que é a média dos IFRs estimados para 16 estados brasileiros por Mellan *et al.* (2020). Entretanto, fizemos uma análise de sensibilidade neste parâmetro para medir efeitos maiores e menores na seção robustez.

Calibramos o valor de  $\kappa$  para que os picos de taxas de mortalidade no equilíbrio competitivo adequem-se às taxas de fatalidade entre os infectados (IFR). Para o valor de  $\kappa$ , aplicamos o mesmo valor utilizado por Borelli e Góes (2020) e Rabelo e Soares (2020).

O valor de  $\theta$  e  $A$  foram calibrados de maneira que no período estacionário pré-epidêmico, o indivíduo trabalhe o equivalente à média de horas trabalhadas no estado de Roraima (26,85 horas por semana) e receba o equivalente à renda per capita média do estado de Roraima (R\$ 263,75 por semana). Os dados do tempo médio de trabalho e a renda per capita, para o ano de 2019, foram obtidos no Sidra do IBGE. Das condições de primeira ordem do problema de maximização dos indivíduos no estado estacionário, temos que:

$$\theta = 1/N^2$$

$$A = C/N$$

Para  $\phi^j$ , utilizamos o mesmo valor que Borelli e Góes (2020), que é equivalente a 0,8, isso se baseia na hipótese de que a população

<sup>1</sup> [www.covid.saude.gov.br](http://www.covid.saude.gov.br)



sintomática não trabalha e, segundo o *China Center for Disease Control and Presentation*, 80% dos infectados são assintomáticos.

O tamanho inicial da população foi normalizado para 1. A população inicial de infectados ( $\epsilon$ ) representa um número inicial de 100 infectados no período  $t = 0$ , é dada por:

$$\epsilon = \frac{100}{POP}$$

onde, POP representa a população residente no estado de Roraima; esse dado foi obtido no Sidra do IBGE. A Tabela 1 resume a calibração utilizada nas simulações.

5. Resultados<sup>2</sup>

Nesta seção, discutimos os resultados do modelo. Inicialmente, simulamos um cenário de equilíbrio competitivo, onde nenhuma política de contenção é

Tabela 1. Valores dos parâmetros utilizados nas simulações

| VARIÁVEL   | DESCRIÇÃO                                         | VALOR      | FONTE                 |
|------------|---------------------------------------------------|------------|-----------------------|
| $\alpha_1$ | Parcela de transmissões ocorridas no consumo      | IFR        | Dados do Sidra/IBGE   |
| $\alpha_2$ | Parcela de transmissões ocorridas no trabalho IFR | 0,320      | Dados do Sidra/IBGE   |
| $\alpha_3$ | Parcela de outros tipos de transmissão            | 0,118      | Dados do Sidra/IBGE   |
| IFR        | Taxa de mortalidade por infecção                  | 0,526      | Report 21 (2020)      |
| $\epsilon$ | População inicial de infectados                   | 0,9        | Dados do Sidra/IBGE   |
| K          | Redução da capacidade do sistema de saúde         | 0,00015273 | Borelli e Góes (2020) |
| $\beta$    | Taxa de desconto intertemporal                    | 0,966      | Borelli e Góes (2020) |
| A          | Produtividade total dos fatores                   | 9,8231     | Calibrado no modelo   |
| $\theta$   | Parâmetro da função utilidade                     | 0,0013871  | Calibrado no modelo   |
| $\phi^i$   | Produtividade do trabalho dos infectados          | 0,80       | Borelli e Góes (2020) |

Fonte: Elaboração própria.

<sup>2</sup> Após a calibragem, o modelo foi simulado utilizando o software MATLAB para obter os resultados.

realizada. Logo após, simulamos o modelo para o caso da adoção de uma política de contenção ótima.

### 5.1. Equilíbrio competitivo

No equilíbrio competitivo, nenhuma política de contenção é aplicada pelo governo ( $\mu_t=0$ ), porém, o progresso da epidemia afeta e é afetado pelas decisões individuais dos agentes econômicos, que buscarão diminuir a probabilidade de serem infectados reduzindo o próprio consumo e horas trabalhadas.

Em nossa simulação, a epidemia inicia com uma população de 100 infectados. O número de infectados aumenta até atingir um pico. À medida que a população de infectados cresce, a população de suscetíveis diminui. Os infectados podem se tornar mortos ou recuperados, portanto, com o aumento dos infectados, a população de mortos e recuperados inevitavelmente cresce.

Assim, o consumo agregado e o trabalho agregado caem, devido a produtividade reduzida dos infectados e a redução, por mortes, da força de trabalho. E, com o aumento da taxa de mortalidade, os agentes econômicos reduzem as interações econômicas (consumo e trabalho) entre si para reduzir a probabilidade de serem infectados.

O modelo SIR, de Kermack e McKendrick (1927), pressupõe que na ausência de vacinas, a epidemia acaba quando uma porcentagem da população é infectada ao ponto de atingir a imunidade de rebanho. O modelo de Eichenbaum *et al.* (2020) foi desenvolvido no início da pandemia de Covid-19, quando ainda não existiam vacinas (nem perspectiva de

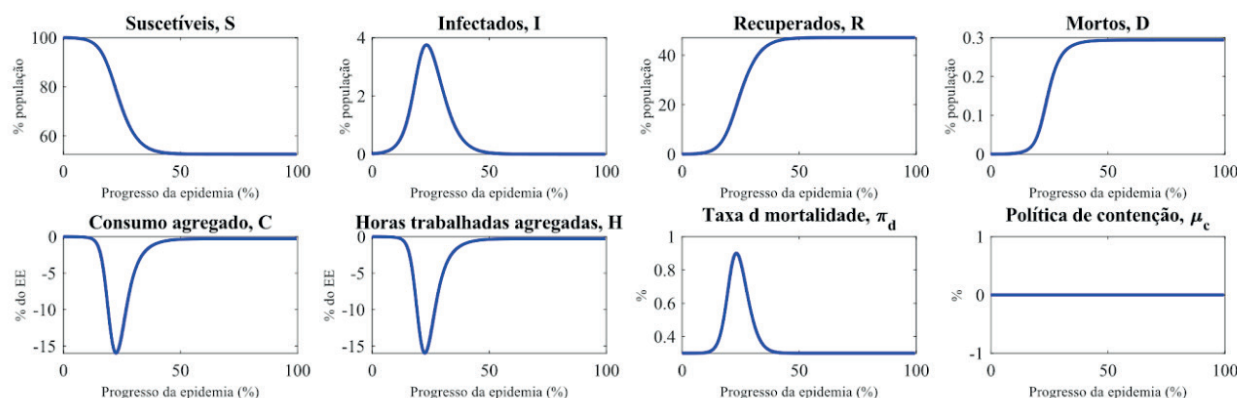
quando elas iriam chegar) e a possibilidade de reinfeção ainda não estava no radar. Portanto, assumiremos como hipótese que não existe vacina (e nem remédio) para a Covid-19 e que a tese de imunidade de rebanho de Kermack e McKendrick (1927) é válida. Porém, como não existe um número exato para a parcela de infectados necessários para atingir a imunidade de rebanho, por simplicidade, assim como Eichenbaum *et al.* (2020) e Borelli e Góes (2020), nós assumimos que a imunidade de rebanho ocorre quando 60% da população é infectada.

Agora abordamos os dados para o estado de Roraima. A Figura 1 mostra o progresso da epidemia, apresentando os dados epidemiológicos como percentual do valor inicial da população, expondo a evolução dos indivíduos suscetíveis, infectados, recuperados e mortos. Além disso, mostra os efeitos da epidemia no consumo e trabalho agregados, como variações percentuais do estado estacionário, e as variações percentuais na taxa de mortalidade e na política de contenção (que aqui é nula). A Figura 2 apresenta apenas as variáveis epidemiológicas, porém em valor absoluto da população de Roraima.

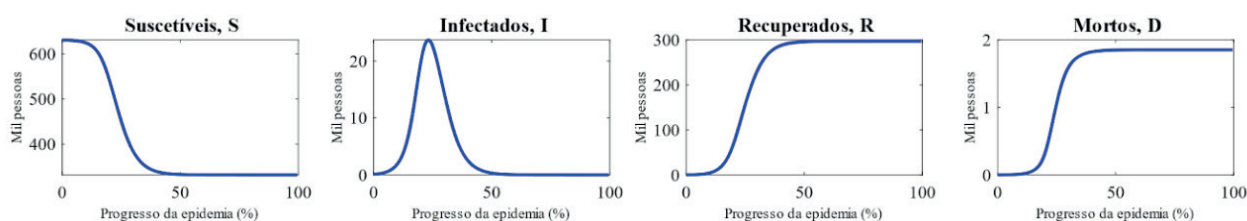
A análise das figuras 1 e 2 mostra que o pico de infectados ocorre em 23,50% do progresso da epidemia, com 3,75% da população infectada (23.688 pessoas) e com a taxa de mortalidade de 0,90%. Conforme o número de mortos e infectados aumenta, o consumo agregado e o trabalho agregado caem 15,98% em relação ao estado estacionário. O vale da recessão ocorre em 23% do progresso da epidemia.

Por fim, o percentual da população infectada ao longo da epidemia é de 47,41% (299.247 infectados), e o percentual de mortos é de 0,29% (1.854 mortos).

**Figura 1.** Modelo SIR-Macro: Evolução da Covid-19 no cenário de equilíbrio competitivo no estado de Roraima (% da população inicial)



**Figura 2.** Modelo SIR-Macro: Evolução da Covid-19 no cenário de equilíbrio competitivo no estado de Roraima (valor absoluto da população)



## 5.2. Política ótima de contenção

Agora iremos apresentar os resultados para o cenário com a adoção da política ótima de contenção. Neste cenário, além dos agentes econômicos reduzirem por conta própria o consumo e as horas trabalhadas, para diminuir as chances de serem infectados, o governo impõe medidas de contenção para evitar a propagação da doença. Existem vários tipos de políticas de contenção que podem ser aplicadas pelos governos, como exemplo, isolamento social, fechamento de atividades não essenciais como restaurantes e bares,

entre outras. No modelo SIR-Macro, as medidas de contenção são realizadas através de manipulações do imposto sobre consumo, que é considerado como uma taxa de contenção. A intensidade da política de contenção aumenta progressivamente, seguindo paralelamente a evolução da taxa de infectados. Isso foi observado por Eichenbaum *et al.* (2020), no início da epidemia ( $t=0$ ), quando a população de infectados é baixa, o impacto das externalidades negativas é baixo, portanto, as políticas de contenção têm menos intensidade. Uma política de contenção intensa em  $t=0$ , teria um custo alto para

pouco resultado. Conforme a população de infectados aumenta, o impacto das externalidades se agrava, exigindo uma taxa de contenção maior. Além disso, para alcançar a imunidade de rebanho é necessário aumentar as taxas de contenção conforme a infecção se agrava e diminuir a taxa de contenção gradualmente quando a taxa de novos infectados declina.

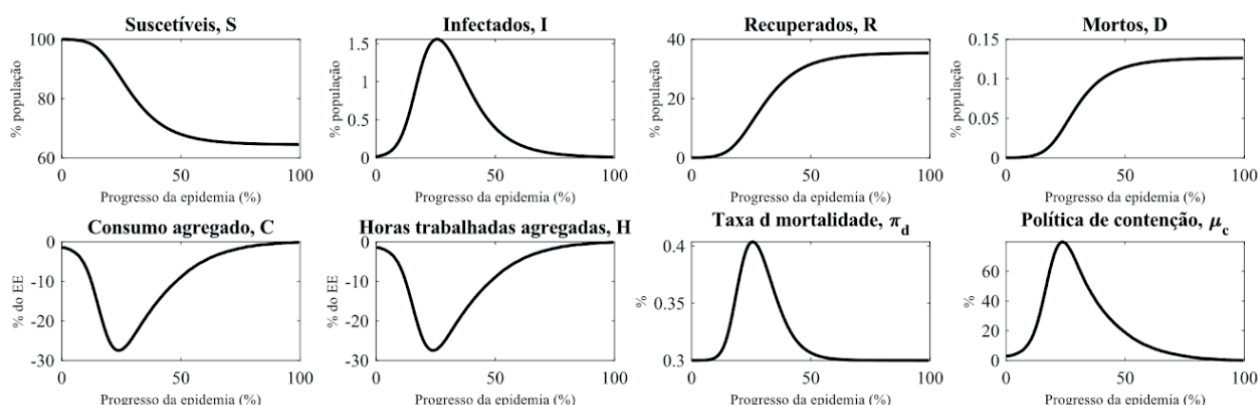
Em nossa simulação para o estado de Roraima, no período  $t=0$ , quando a população de infectados é de 100 pessoas, a taxa de contenção é de 2,88%. Esse valor simboliza que o estado não requer políticas

de contenção drásticas logo no início. O pico da taxa de contenção é de 79,88% e só ocorre em 24% do progresso da epidemia.

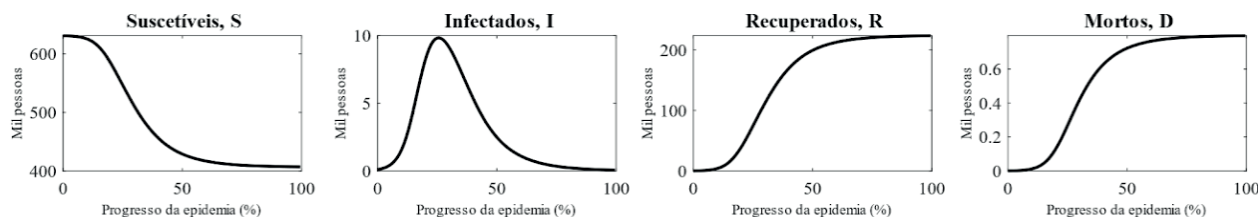
Agora são apresentados nossos resultados para este cenário, na Figura 3 apresentamos os mesmos resultados da Figura 1, mas para o cenário da política ótima de contenção. Por sua vez, na Figura 4 apresentamos os dados da evolução epidemiológica, porém com percentual da população inicial (antes da epidemia).

O pico de infectados ocorre em 26% do progresso da epidemia, com 1,56% da população infectada (9.846 infectados), a taxa de mortalidade no pico é de 0,40%. O

**Figura 3.** Modelo SIR-Macro: Evolução da Covid-19 no cenário da política ótima de contenção no estado de Roraima (% da população inicial)



**Figura 4.** Modelo SIR-Macro: Evolução da Covid-19 no cenário da política ótima de contenção no estado de Roraima (valor absoluto da população)





consumo agregado e o trabalho agregado caem 26,44%. O vale da recessão ocorre em 24% do progresso da epidemia.

O percentual da população infectada é de 35,52% (224.171 infectados) e o percentual de mortos no fim da epidemia é de 0,13% (796 mortos).

### 5.3. As consequências da política de contenção

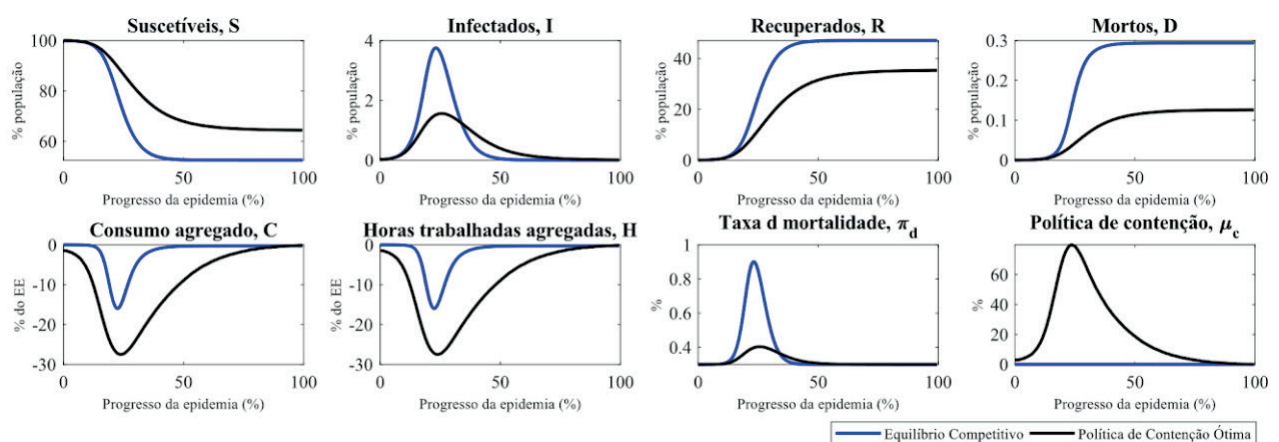
Nessa seção iremos apresentar o resultado comparado das políticas de contenção em relação ao equilíbrio competitivo. As figuras 5 e 6 apresentam

a comparação entre os resultados do equilíbrio competitivo com a política de contenção, considerando o mesmo padrão das figuras apresentadas anteriormente.

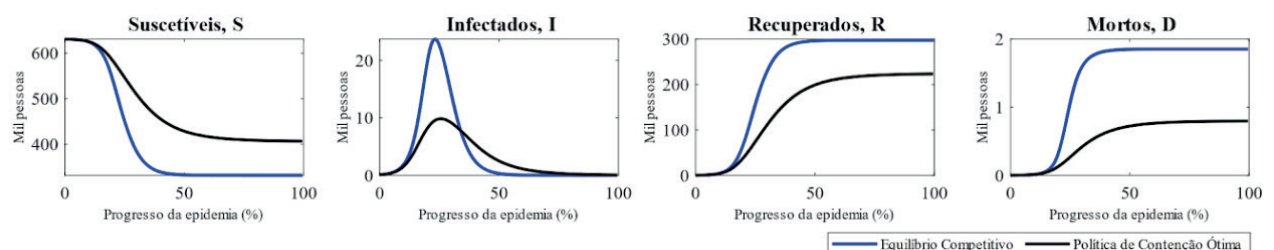
Com a política de contenção, o percentual de infectados no pico tem uma redução de 2,19%, isso representa uma redução de 13.842 infectados. Em relação ao tempo, o pico ocorre 2,5% mais tarde com as políticas de contenção, ou seja, ocorre um achatamento da curva. A taxa de mortalidade reduz 0,5%.

Entretanto, a recessão econômica se agrava com a política de contenção. O consumo agregado e o trabalho agregado

**Figura 5.** Modelo SIR-Macro: Comparação entre os cenários de equilíbrio competitivo e política ótima de contenção (% da população inicial)



**Figura 6.** Modelo SIR-Macro: Comparação entre os cenários de equilíbrio competitivo e política ótima de contenção (valor absoluto da população)



caem 10,46% mais que no cenário do equilíbrio competitivo. Além disso, a recessão é mais longa no cenário de política ótima de contenção, pois o vale da recessão ocorre 1% mais tarde.

Com as políticas de contenção, o percentual da população infectada ao longo da epidemia cai 11,89%, o que representa uma redução de 55.076 infectados. Por fim, o percentual de mortos no fim da epidemia cai 0,16%, o que representa um total de 1.058 vidas preservadas com as políticas de contenção.

#### 5.4. Análise de robustez da taxa de mortalidade pela infecção (IFR)

Nessa seção realizamos uma análise de robustez para medir como o modelo reage às alterações da IFR. A Figura 7 apresenta os resultados dessa análise. É possível observar que para IFR maiores, o número de mortos é maior e, por consequência, a população de infectados, suscetíveis e recuperados é menor. Além disso, quanto maior a IFR, mais grave é a recessão econômica. Para IFR menores o efeito é oposto, a curva da recessão achata, a

população de suscetíveis, infectados e recuperados aumenta e o percentual de mortos diminui.

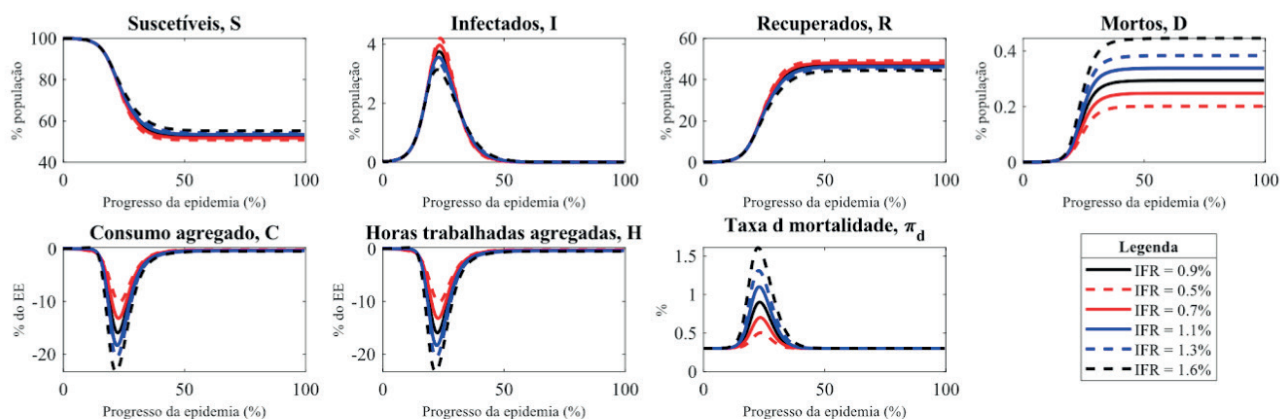
## 6. Conclusão

Este trabalho realizou a análise da relação entre a epidemia da Covid-19 e a economia do estado de Roraima. Para isso, utilizou o modelo SIR-Macro proposto por Eichenbaum et al. (2020) e apresentou os resultados simulados comparados dos cenários de equilíbrio competitivo e da política ótima de contenção para o estado de Roraima e realizou a análise de sensibilidade do parâmetro IFR.

O principal objetivo foi analisar o percurso da epidemia de Covid-19 no estado de Roraima, um estado pequeno e afastado dos grandes centros urbanos do Brasil. O trabalho mostrou os efeitos da epidemia na economia e as consequências das decisões políticas na economia e no percurso da epidemia.

É importante salientar que o modelo SIR-Macro de Eichenbaum et al. (2020), utilizado no trabalho, foi desenvolvido no

Figura 7. Modelo SIR-Macro: Análise de robustez da taxa de mortalidade pela infecção (IFR)



início da pandemia, quando não existia vacina ou remédios, por conta disso, esse trabalho não tem a intenção de prever o percurso da pandemia ou comparar os dados obtidos com a realidade, e sim realizar uma análise do modelo SIR-Macro calibrado com os dados de Roraima.

Os resultados mostram que no equilíbrio competitivo, 47,41% da população é infectada, isso representa o total de 299.247 infectados, e o percentual de mortos é de 0,29%, que representa o total de 1854 mortos. A recessão no equilíbrio competitivo é de 15,98% no consumo e no trabalho agregado.

No cenário com políticas de contenção, o percentual da população infectada é de 35,52%, isso representa o total de 224.171 infectados, e o percentual de mortos é de 0,13% da população, que representa o total de 796 mortos. Com as políticas de

contenção, a recessão se agrava, com queda de 26,44% no consumo e trabalho agregado.

Comparando os dois cenários, com as políticas de contenção, o percentual de infectados diminui em 11,89%, é uma diferença de 55.076 infectados, o percentual de mortos diminui em 0,16%, isso representa o total de 1.058 vidas preservadas. A recessão econômica se agrava no cenário de política de contenção, a queda no consumo e no trabalho agregado é 10,46% maior nesse cenário.

Esse trabalho busca contribuir para literatura ao utilizar o modelo SIR-Macro para estudar a relação entre economia e epidemia no estado de Roraima, o que ainda não havia sido feito, abrindo uma importante agenda de pesquisa para que outros estados sejam calibrados e tenham seus resultados divulgados.



## Referências Bibliográficas

BORELLI, L.; GÓES, G. S. (2020). *A Macroeconomia das epidemias: Heterogeneidade Interestadual no Brasil*. Brasília: IPEA.

CDC. (2020). *History of 1918 Flu Pandemic*. Centers for Disease Control and Prevention. Disponível em: [https://archive.cdc.gov/www/cdc\\_gov/flu/pandemic-resources/1918-com-memoriation/1918-pandemic-history.htm](https://archive.cdc.gov/www/cdc_gov/flu/pandemic-resources/1918-com-memoriation/1918-pandemic-history.htm). Acesso em: 7 dez. 2024.

CRISTOVÃO, R. B. (2015). *Modelo SIR: Uma Aplicação à Hepatite A*. São Paulo, SP. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Matemática Aplicada e Computacional). Universidade de São Paulo, Instituto de Matemá-

tica e Estatística, 34 f. Disponível em: <https://www.ime.usp.br/~map/tcc/2015/Rafael%20Belmiro.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2024.

EICHENBAUM, M. S.; REBELO, S.; TRABANDT, M. (2020). *The Macroeconomics of Epidemics*. Cambridge: National Bureau of Economic Research. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w26882>. Acesso em: 14 nov. 2024.

FERGUSON, N.; CUMMINGS, D.; FRASER, C.; CAJKA, J. C.; COOLEY, F. C.; BURKE, D. S. (2006). Strategies for mitigating an influenza pandemic. *Nature*, v. 442, p. 448–452. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/nature04795>. Acesso em: 12 dez. 2024.

FRANCO, O. (1969). *História da Febre-Amarela no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde Departamento Nacional de Endemias Rurais.

GAMA NETO, R. B. (2020). Impactos da Covid-19 sobre a economia mundial. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, v. 2(5), p. 113–127. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/134>. Acesso em: 7 dez. 2024.

GOMES, E. C. S. (2015). *Conceitos e ferramentas da epidemiologia*. Recife: Ed. Universitária da UFPE83.

KERMACK, W. O.; MCKENDRICK, A. G. A. (1927). Contribution to the Mathematical Theory of Epidemics. *Proceedings of the Royal Society of London. Series A*. v. 115, n. 772, p. 700-721. Disponível em: <https://royalsocietypublishing.org/doi/10.1098/rspa.1927.0118>. Acesso em: 14 nov. 2024.

LEE, B. Y.; BROWN, S. T.; COOLEY, P. C.; ZIMMERMAN, R. K.; WHEATON, W. D.; IMMER, S. M.; GREFENSTETTE, J. J.; ASSI, T.-M.; FURPHY, T. J.; WAGENER, D. K. (2010). A computer simulation of employee vaccination to mitigate an influenza epidemic. *American Journal of Preventive Medicine*, v. 38(3), p. 247-257.

MARSON, M. D.; SIVIERO, P. C. L. (2024). Os efeitos econômicos da pandemia de gripe espanhola de 1918: Uma análise empírica da mortalidade sobre a economia de São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 41, p. 1–14. Disponível em: <https://rebep.org.br/revista/article/view/2410>. Acesso em: 07 dez. 2024.

MECCA, M. S.; GEDOZ, M. G. A. (2020). Covid-19: Reflexos no Turismo. *Rosa dos Ventos*, Universidade de Caxias do Sul, v. 12, núm. Esp. 3. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=473564229006>. Acesso em: 14 nov. 2024.

MELLAN, Thomas A.; HOELTGEBAUM, Henrique H.; MISHRA, Swapnil et al. (2020). *Estimating COVID-19 cases and reproduction number in Brazil*. Imperial College London, 8 maio 2020. Disponível em: <https://spiral.imperial.ac.uk/bitstream/10044/1/78872/11/2020-05-08%20COVID19%20Report%2021.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2024.

OMS. (2022). *Number of deaths due to HIV/AIDS Estimates by WHO region*. World Health Organization. Disponível em: <https://apps.who.int/gho/data/node.main.623?lang=en>. Acesso em: 11 jul. 2022.

OMS. (2022). *WHO Coronavirus (Covid-19) Dashboard*. World Health Organization. Disponível em <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

OPAS. (2020). *WHO declares public health emergency for novel coronavirus*. Organização Pan-Americana da Saúde. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/30-1-2020-who-declares-public-health-emergency-novel-coronavirus>. Acesso em: 7 dez. 2024.

PORSSE, A. A.; SOUZA, K. B. de; CARVALHO, T. S.; VALE, V. A. (2020). *Impactos Econômicos do Covid-19 no Brasil*. Nota Técnica NEDUR-UFPR No 01-2020. Curitiba: Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Urbano e Regional (NEDUR) da Universidade Federal do Paraná. Disponível em: (PDF) Nota Técnica NEDUR-UFPR 01-2020 Impactos Econômicos da COVID-19 no Brasil ([researchgate.net](https://researchgate.net)). Acesso em: 14 nov. 2024.

RABELO, M.; SOARES, J. (2020). *The macroeconomics of epidemics: results for Brazil*. 2020. Working paper. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Matheus-Rabelo-3/publication/340984435\\_The\\_Macroeconomics\\_of\\_Epidemics\\_results\\_for\\_Brazil/links/5ea8b001299bf18b9584404d/The-Macroeconomics-of-Epidemics-results-for-Brazil.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Matheus-Rabelo-3/publication/340984435_The_Macroeconomics_of_Epidemics_results_for_Brazil/links/5ea8b001299bf18b9584404d/The-Macroeconomics-of-Epidemics-results-for-Brazil.pdf). Acesso em: 7 dez. 2024.

SAMPAIO, M. G. V. (2021). Economia e crise sanitária na Província da Bahia: os casos da febre amarela e cólera-morbo (1849 – 1856). *Revista Crítica Histórica*, v. 12(24), p. 242-268. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/12121>. Acesso em: 14 nov. 2024.



# O medo do crime: um conto de duas cidades

**The fear of crime:** a tale of two cities

**El miedo al crimen:** una historia de dos ciudades

**Marcos  
ROLIM**

[marcos@rolim.com.br](mailto:marcos@rolim.com.br)

Professor do mestrado em Direitos Humanos do Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter).

**Daiana  
HERMANN**

[daianahermann86@gmail.com](mailto:daianahermann86@gmail.com)

Analista de inteligência de mercado no Grupo Ânima Educação.

**Alberto  
KOPITTKE**

[albertopoa2012@gmail.com](mailto:albertopoa2012@gmail.com)

Diretor executivo do Instituto Cidade Segura.

131

*O artigo é um estudo comparativo sobre o fenômeno do “medo do crime” em duas cidades gaúchas, Porto Alegre e Santa Cruz do Sul, a partir dos dados colhidos por duas pesquisas de vitimização. Na revisão bibliográfica, examinamos as cinco revisões sistemáticas sobre medo do crime melhor ranqueadas segundo a bibliométrica do software Publish or Perish (PoP), publicados em língua inglesa, na plataforma Google Scholar, em um período de 10 anos (2012-2022). Com os mesmos critérios, revisamos os 10 estudos realizados no Brasil sobre o medo do crime mais bem situados no ranking do PoP, publicados em português no mesmo lapso temporal. Na comparação entre as duas cidades, encontramos níveis muito distintos de medo do crime, sendo o fenômeno muito mais expressivo em Porto Alegre. A distribuição do medo em ambas as cidades, entretanto, não se verifica de forma homogênea, havendo diferenças estatisticamente significativas para as variáveis de gênero, raça e renda. Em Santa Cruz do Sul, encontramos uma concentração do medo também significativa segundo a orientação sexual, atingindo mais amplamente homossexuais e bissexuais.*

**Palavras-Chave:** Medo do crime; Pesquisa de vitimização; Sensação de insegurança.

*This article is a comparative study on the phenomenon known in criminology as "fear of crime" in two cities of Rio Grande do Sul, Porto Alegre and Santa Cruz do Sul, based on data collected by two victimization surveys. In the literature review, we examined the five systematic reviews on fear of crime best ranked according to the bibliometric software Publish or Perish (PoP), published in English on the Google Scholar platform in the last 10 years (2012-2022). Employing the same criteria, we reviewed the 10 studies conducted in Brazil on fear of crime best ranked on PoP, published in Portuguese over the same period. In the comparison between the two cities, we found very distinct levels of fear of crime, with the phenomenon being much more expressive in Porto Alegre. The distribution of fear in both cities, however, is not homogeneous and there are statistically significant differences for the variables of gender, race and income. In Santa Cruz do Sul, we also found a significant concentration of fear according to sexual orientation, affecting homosexuals and bisexuals more widely.*

**Keywords:** *Fear of crime; Victimization surveys; Feeling of insecurity.*

*El artículo es un estudio comparativo sobre el fenómeno del "miedo al crimen" en dos ciudades de Rio Grande do Sul, Porto Alegre y Santa Cruz do Sul, a partir de datos recopilados por dos encuestas de victimización. En la revisión bibliográfica, examinamos las cinco revisiones sistemáticas sobre el miedo al delito mejor clasificadas según la bibliometría del software Publish or Perish (PoP), publicado en inglés, en la plataforma Google Scholar, durante un período de 10 años (2012- 2022). Con el mismo criterio, revisamos los 10 estudios realizados en Brasil sobre el miedo al crimen mejor ubicados en el ranking PoP, publicados en portugués en el mismo período. Al comparar las dos ciudades, encontramos niveles muy diferentes de miedo al crimen, siendo el fenómeno mucho más significativo en Porto Alegre. La distribución del miedo en ambas ciudades, sin embargo, no es homogénea, con diferencias estadísticamente significativas para las variables de género, raza e ingreso. En Santa Cruz do Sul, encontramos una importante concentración de miedo según la orientación sexual, afectando más ampliamente a homosexuales y bisexuales.*

**Palabras clave:** *Encuestas de victimización; Miedo al crimen; Sensación de inseguridad.*

## Introdução

O Brasil tem experimentado, nas últimas décadas, um agravamento da situação de insegurança pública, particularmente nas grandes e médias cidades, com altas taxas de crimes patrimoniais, de crimes sexuais, feminicídios e de letalidade produzida pelas polícias, além de taxas de homicídios em patamares elevadíssimos, a par das oscilações observadas nos últimos anos (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020). Ao lado desses fenômenos, há

uma ampla sensação de insegurança entre a população (Natal; Oliveira, 2021; Oliveira; Silva, 2021; Santos Júnior; Dutra; Silva Filho, 2007), sentimento que altera comportamentos sociais e influencia fortemente a agenda política do país (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017).

O medo do crime é um dos problemas sociais mais importantes da sociabilidade moderna (Valera; Guàrdia, 2014), razão pela qual tem sido objeto de muitos estudos em todo o mundo. Graças a esses trabalhos,

sabemos que o fenômeno produz efeitos criminogênicos relevantes. As evidências disponíveis fizeram com que o objetivo de reduzir o medo da população passasse a ser considerado um dos desafios das próprias polícias (Cordner, 2010). Em que pese essa conclusão, ainda é pequena a atenção dispensada ao medo do crime no contexto das políticas de segurança em nosso país. Na tradição de pesquisas criminológicas no Brasil, alguns trabalhos têm procurado situar o fenômeno do medo do crime na sua relação com variáveis urbanas como o grau de integração social e a percepção da desordem. Esse é o caso, por exemplo, do trabalho de Rodrigues e Oliveira (2012) com base nos dados de Pesquisa de Vitimização em Belo Horizonte, e do trabalho de Borges e Cano (2021) a partir de dados de quatro pesquisas de vitimização (Região metropolitana do Rio de Janeiro, estado do Mato Grosso do Sul, região metropolitana de Goiânia e Belo Horizonte). Para uma primeira aproximação com a natureza dos estudos sobre medo do crime na América Latina, a revisão realizada por Soares (2024), por seu turno, agrega elementos ao debate, notadamente sobre os diferentes recortes do fenômeno designado como “medo do crime” a partir da proposição de um “gradiente analítico”.

Neste artigo, apresentamos algumas das mais importantes evidências encontradas nos estudos internacionais sobre o medo do crime. Para isso, além de uma breve exposição com foco em aspectos conceituais e no que já se sabe sobre o

fenômeno, analisamos os cinco estudos de revisão sistemática sobre medo do crime melhor ranqueados segundo as medidas bibliométricas do *software Publish or Perish (PoP)* (Harzing, 2007), publicados em língua inglesa, em um período de 10 anos (2012-2022), na plataforma *Google Scholar*. Ato contínuo, revisamos os estudos realizados no Brasil sobre o medo do crime também recorrendo aos artigos disponíveis no *Google Scholar* mais bem situados no ranking do *PoP*, publicados em português, no mesmo lapso temporal. Na sequência, mostramos os resultados que encontramos em duas pesquisas de vitimização realizadas em Porto Alegre, em 2017, capital do estado do Rio Grande do Sul, com população estimada em quase 1,5 milhão de habitantes e Santa Cruz do Sul, em 2021, cidade localizada na região central do estado e com população estimada em cerca de 132 mil habitantes. A comparação dos dados nesse “conto sobre duas cidades”<sup>1</sup> de um mesmo estado, separadas por pouco mais de 150 km, mas com importantes diferenças demográficas, culturais e de incidência de crimes violentos, entre outras, pode ser útil para uma melhor compreensão sobre o medo do crime e sua importância.

### **O medo do crime como fenômeno social**

O medo do crime (ou a sensação de insegurança) é um fenômeno complexo que afeta a qualidade de vida das pessoas (Jackson; Gray, 2010). Garofalo (1981,

<sup>1</sup> Referência à obra clássica de Charles Dickens: “*A Tale of Two Cities*”, de 1859.

p. 840), um dos autores de referência na tradição de estudos sobre o tema, ofereceu a seguinte definição sobre o fenômeno:

*Podemos definir o medo como uma reação emocional caracterizada por uma sensação de perigo e ansiedade. Restringimos nossa definição para a sensação de perigo e ansiedade produzida pela ameaça de danos físicos. Além disso, para constituir o medo do crime, o medo deve ser suscitado por sinais percebidos no ambiente que se relacionam com algum aspecto do crime para o sujeito.*

Por esse caminho, temos uma separação entre dois tipos de sentimentos: por um lado, a preocupação diante dos riscos de vitimização por determinados crimes como um furto, por exemplo, onde o prejuízo imposto é de ordem material e, por outro, o sentimento de medo diante do risco de violação da integridade física e da possibilidade do resultado morte. Não há, entretanto, uma definição consensual. Para Ferraro (1995, p. 24), por exemplo, o medo do crime deve ser compreendido como “uma resposta emocional de temor ou ansiedade diante do crime ou de símbolos associados ao crime”. Por essa definição, temos um critério bem mais amplo a delimitar o fenômeno, o que terá repercussão nas escolhas metodológicas para a definição dos instrumentos de medição do medo.

O medo do crime não necessariamente corresponde a riscos reais, sendo comum que pessoas em situação de alto risco sejam menos afetadas pelo medo quando comparadas a outros segmentos relativamente bem protegidos (Curiel; Bishop, 2018; Dammert, 2012). Estudos como o de Farral, Jackson e Gray (2009)

encontraram dinâmicas distintas de medo, destacadamente as que decorrem de uma experiência de vitimização, por um lado, e as que surgem como uma sensação difusa não motivada por experiências dessa natureza, por outro. Outros trabalhos mostraram uma tendência geral de subestimação para riscos reais, como o atropelamento ou acidentes de carro, e a superestimação de riscos relativamente pequenos para crimes como o homicídio (Slovic, 2000). Essas sensibilidades distintas podem ser expressão do fenômeno da “notícia criminal como realidade invertida” descrito por Rolim (2006), produzido sistemicamente pela forma sensacionalista como os crimes violentos são abordados nos noticiários (Peelo *et al.*, 2004; Greer, 2003). Mulheres são mais afetadas pelo medo do crime (Callanan; Rosenberger, 2015; James; Embrey, 2001) e idosos sentem-se menos seguros em seus deslocamentos pela vizinhança (Kappes; Greve; Hellmers, 2013). Vários estudos têm encontrado que etnias minoritárias são também mais afetadas pelo medo do crime (Doran; Burgess, 2012) e há evidências de que o fenômeno pode estar relacionado à baixa integração com a vizinhança (Markowitz; Bellair; Liu, 2001).

O grau desse sentimento e sua incidência na população costumam ser muito expressivos. Em estudo realizado no México, por exemplo, Vilalta (2013) encontrou que 38,7% da população convivia com medo do crime. Independentemente disso, sabemos que o medo do crime agrega problemas para além do sofrimento experimentado pelas pessoas. Quando os residentes acreditam que vivem em uma área especialmente violenta, é comum que alimentem a ideia de se mudar. A maioria dessas pessoas



difícilmente conseguirá realizar esse intuito, mas é provável que o grupo mais bem situado economicamente viabilize seu deslocamento. O resultado dessa dinâmica envolve decisões empresariais (Casten; Payne, 2008) e a expulsão de empregos e investimentos (Skogan; Maxfiel, 1981), o que tende a reduzir o valor venal dos imóveis da região afetada pelo medo (Ceccato; Wilhelmsson, 2012) o que, por seu turno, atrairá novos residentes com mais carecimentos, o que pode aumentar a incidência de crimes na região (Lea; Young, 1984). Langworthy e Whitehead (1986) encontraram que o medo do crime é um dos fenômenos sociais mais operantes quanto às demandas por legislações criminais mais “duras”, o que termina por influenciar, também, as decisões judiciais (Ouimet; Coyle, 1991), além de estimular as pessoas à compra de armas de fogo (Bankston et al., 1990). Por conta do medo do crime, áreas públicas deixam de ser frequentadas pelos residentes, especialmente à noite, o que acaba criando condições favoráveis à prática de determinados crimes pela ausência de vigilância natural (Reppetto, 1974).

As pesquisas sobre o medo do crime têm apontado diferentes possibilidades causais para o fenômeno, o que originou três modelos básicos explicativos: a) o da vitimização (Victimization model), que associa o medo às experiências diretas ou indiretas de vitimização; b) o da desordem ou incivilidade (Disorder or incivility model), que destaca que a percepção de altos níveis de desordem física e social agencia níveis mais altos de medo do crime; e c) o da preocupação com a comunidade (Community concern model), que aponta que a preocupação com a deterioração do bairro e uma maior insatisfação com

a vizinhança estão relacionados a uma maior sensação de insegurança (Gibson et al., 2002).

A busca que realizamos de artigos publicados em língua inglesa, em um período de dez anos (2012-2022), na plataforma Google Scholar, com emprego do software Publish or Perish (PoP), realizada com as expressões “Fear of crime” e “Systematic review”, unidas pelo indicador booleano AND, separou para análise as cinco revisões sistemáticas mais bem ranqueadas, descartadas as repetições, conforme disposto na Tabela 1.

A revisão sistemática sobre a efetividade de intervenções para a redução do medo do crime realizada por Lorenc et al. (2013a), com 47 estudos, encontrou que melhorias nos mecanismos de segurança das residências e reformas no ambiente do bairro podem ser efetivas na redução do medo do crime, mas a qualidade das evidências foi baixa. O estudo sugere que algumas intervenções ambientais muito bem avaliadas quanto às possibilidades de redução do crime, como melhorias na iluminação pública e introdução de sistemas de circuito fechado de televisão (CCTV), possivelmente, não impactam o medo disseminado.

Uma segunda revisão sistemática dos mesmos autores, que examinou separadamente as evidências qualitativas em 40 estudos, encontrou que diferentes fatores no ambiente físico tendem a estimular o medo do crime, entre eles a percepção de sinais de negligência e a pouca visibilidade quando do deslocamento em áreas verdes. As evidências encontradas sugerem, entretanto, que fatores no ambiente social local parecem ser mais importantes como

Tabela 1. Revisões sistemáticas revisadas

| AUTORIA                          | REVISÕES SISTEMÁTICAS                                                                        | PUBLICAÇÃO                                                  | ANO   |
|----------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|-------|
| Lorenc <i>et al.</i>             | Environmental interventions to reduce fear of crime: systematic review of effectiveness.     | Systematic Reviews                                          | 2013a |
| Lorenc <i>et al.</i>             | Fear of crime and the environment: systematic review of UK qualitative evidence              | BMC Public Health                                           | 2013b |
| Maruthaveeran e Van Den Bosch    | A socio-ecological exploration of fear of crime in urban green spaces – A systematic review. | Urban Forestry e Urban Greening                             | 2014  |
| Solymosi <i>et al.</i>           | A Systematic Review of App-based and Crowdsourcing Approaches.                               | Environment and Behavior                                    | 2020  |
| Alfaro-Beracoechea <i>et al.</i> | Effects of fear of crime on subjective well-being: A meta-analytic review.                   | The European Journal of Psychology Applied to Legal Context | 2018  |

Fonte: Elaborada pelos autores.

impulsionadores do medo do crime, incluindo redes sociais e familiaridade com a região (Lorenc et al., 2013b).

Revisão sistemática de Maruthaveeran e Van Den Bosch (2014), com 48 estudos, analisou os fatores relacionados ao medo do crime quanto à existência de áreas verdes nas cidades, encontrando que fatores individuais como gênero e experiência anterior de vitimização foram mais influentes do que fatores sociais e físicos em evocar o medo do crime.

A revisão sistemática de Solymosi et al. (2020), com 27 estudos que mediram a percepção de medo do crime com o uso de aplicativos de crowdsourcing, encontrou que esse tipo de recurso metodológico captura, com baixos custos, dados espaciais e temporais mais precisos,

além de outras informações sobre os respondentes e sobre o ambiente. Os autores sustentam a necessidade de se alterar o foco das pesquisas sobre o medo do crime das pessoas para o ambiente, sublinhando que o fenômeno do medo é uma experiência contextualizada, baseada em um local específico.

Por fim, a revisão sistemática com metanálise de Alfaro-Beracoechea et al. (2018) examinou 12 estudos envolvendo 39 países, com foco nas evidências sobre os efeitos do medo do crime, encontrando um efeito importante na depreciação do bem-estar subjetivo nos países latino-americanos, em realidades, portanto, menos desenvolvidas social e economicamente e mais afetadas pelo crime e pela gravidade das ocorrências.

## 2. O medo do crime no Brasil

Os estudos sobre o medo do crime ainda são incipientes no Brasil (Silva; Beato Filho, 2013) e há muitas dificuldades de comparação de resultados pelas diferenças metodológicas entre as pesquisas. Para lidarmos com uma amostra dos estudos estruturada por critérios objetivos, realizamos busca por artigos publicados em português no Google Scholar, em um período de 10 anos (2012-2022), a partir da expressão “medo do crime”, via software Publish or Perish (PoP), o que permitiu identificar os 10 artigos mais bem ranqueados publicados em português que trataram do fenômeno no Brasil, conforme disposto na Tabela 2.

Pimental, Gunther e Black (2012) colheram informações de 154 pessoas participantes de comunidades virtuais no Distrito Federal a partir do envio de e-mails com o link da versão on-line da “Escala de Medo do Crime” (Fear of Crime Scale), desenvolvida no contexto estadunidense e adaptada para o português, com 10 itens. Esse estudo, a par das limitações da amostra, encontrou que 40,7% dos respondentes possuem “um pouco de medo” no que se refere às chances de serem vitimados por roubos em suas residências. Esse percentual sobe para 44% quando se trata do medo de ser roubado ou atacado nas ruas de seu bairro durante o dia. A maioria das pessoas que participaram do survey, realizado em 2010, não relatou mudanças significativas de comportamento por conta do medo. O estudo encontrou uma correlação positiva entre o tempo que os respondentes dedicam à TV e o medo do crime, mas essa correlação só foi significativa para as mulheres da amostra.

Costa e Durante (2019a, 2019b e 2021) encontraram, a partir dos dados de pesquisa de vitimização realizada no Distrito Federal em 2015, que apenas 16,1% da população não se sente insegura em qualquer das situações consideradas (como estar em casa só ou na companhia de familiares, se deslocar em seu bairro de dia e à noite e em outros bairros) e 13,3% se sente insegura em todas essas situações. De forma geral, os dados apontaram que o medo do crime é mais comum à noite e quando as pessoas se deslocam em áreas desconhecidas e que desordens e baixa qualidade dos serviços públicos estão correlacionados a mais medo. A importância do fenômeno pode ser observada, entre outros elementos, pelo dado da pesquisa segundo o qual no DF, “94,3% dos moradores têm mudado sua rotina em função do medo do crime” (Costa; Durante 2019b).

Ao examinar os efeitos do contato dos residentes com a polícia sobre o medo do crime, os autores encontraram que as experiências de testemunhar ações da polícia e de ter contato com policiais, salvo nos casos de revista pessoal, estão correlacionadas com maior medo do crime e que, quanto menor a confiança nas polícias, maior o medo entre os residentes. Encontraram também que a violência policial aumenta o medo do crime entre os residentes nas áreas afetadas (Costa; Durante, 2019a).

O estudo intersetorial de Lavor Filho et al. (2018) lidou com uma amostra nacional da população brasileira a partir de pesquisa coordenada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O trabalho não encontrou diferenças estatisticamente significativas entre as raças ou entre as classes sociais quanto ao medo.

Tabela 2. Estudos Nacionais revisados

| AUTORIA                    | ESTUDO                                                                                                          | PUBLICAÇÃO                                                 | ANO   |
|----------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|-------|
| Pimental, Gunther e Black  | Acessando o medo do crime: Um survey por meio da internet.                                                      | Psicologia Argumento                                       | 2012  |
| Costa e Durante            | A Polícia e o medo do crime no Distrito Federal.                                                                | DADOS                                                      | 2019a |
| Costa e Durante            | Medo do crime, desordens e coesão social no Distrito Federal.                                                   | Sociedade e Estado                                         | 2021  |
| Lavor Filho <i>et al.</i>  | Análises interseccionais a partir da raça e da classe.                                                          | Psicologia: Ciência e Profissão                            | 2018  |
| Coutinho, Nóbrega e Fazito | Turismo e medo do crime: reflexões sobre a política de desenvolvimento urbano no centro histórico de Natal/RN.  | Novos Cadernos NAEA                                        | 2020  |
| Silva e Beato Filho        | Ecologia social do medo: avaliando a associação entre contexto de bairro e medo de crime.                       | Revista Brasileira de Estudos da População                 | 2013  |
| Oliveira e Silva           | Os impactos do medo do crime sobre o consumo de atividades de lazer no Brasil                                   | Revista Brasileira de Segurança Pública                    | 2021  |
| Costa e Durante            | Medo do crime e vitimização no Distrito Federal: Analisando as vulnerabilidades de gênero, idade, raça e renda. | Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social | 2019b |
| Natal e Oliveira           | Medo do crime: mensurando o fenômeno e explorando seus preditores na cidade de São Paulo.                       | Opinião Pública                                            | 2021  |
| Cademartori e Roso         | A violência e crime no jornal nacional: do medo do crime ao controle da ordem.                                  | Ideação                                                    | 2013  |

Fonte: Elaborada pelos autores.

Entretanto, entre os membros da “classe A”, as evidências colhidas mostraram que negros possuem muito mais medo do que brancos. Essa pesquisa encontrou que as principais variáveis associadas ao grupo com mais medo foram as chances percebidas de vitimização, o gênero, a classe social, o autoritarismo, a experiência de vitimização e a raça.

A partir de pesquisa de vitimização realizada em Belo Horizonte e região metropolitana em 2006, Silva e Beato Filho (2013) encontraram que o medo do crime estava mais presente entre as mulheres e entre as pessoas mais idosas, enquanto a estabilidade residencial apareceu correlacionada a taxas menores de medo. Os autores não encontraram correlação



entre o medo e a desordem, mas um sentimento de segurança mais presente na medida de uma maior coesão social.

O estudo de Coutinho, Nóbrega e Fazito (2020), que investigou as políticas públicas delineadas para o centro histórico de Natal (RN), lidou, a partir das evidências internacionais, com um portfólio de categorias sobre o medo do crime associadas aos espaços urbanos, identificando que, como regra, as iniciativas do Poder Público estiveram relacionadas ao medo como um recurso para justificar as prerrogativas de ordenamento e controle social.

Estudando especificamente os impactos do medo do crime sobre as atividades de lazer no Brasil a partir da base de dados da Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV) de 2012, Oliveira e Silva (2021) encontraram impacto significativo do medo quanto à redução nas probabilidades de consumo de lazer (-13,2%), com destaque para os eventos esportivos. O trabalho mostrou, também, que o sentimento de medo canaliza as atividades de compras para espaços percebidos como seguros pelos consumidores, como shopping centers e feiras. Na avaliação dos dados a respeito de três tipos de medo: a) ter a residência invadida; b) ter objetos roubados; e c) ser assassinado, o estudo encontrou que 81,59% dos entrevistados relataram ter, pelo menos, um desses medos, enquanto 53,73% disseram sentir os três tipos de medo, fenômeno que, assinalam os autores, situa o medo do crime no Brasil em patamares bem superiores aos identificados nos estudos internacionais.

Natal e Oliveira (2021) realizaram importante survey em São Paulo, em 2015, com 1.806 indivíduos, avaliando

os aspectos cognitivo, emocional e comportamental do medo do crime. Duas questões foram consideradas preliminarmente: a) com que frequência você se sente seguro ao andar sozinho no seu bairro de dia e b) com que frequência você se sente seguro ao andar sozinho no seu bairro à noite. Adicionalmente, o estudo avaliou a intensidade da preocupação entre os residentes diante das seguintes possibilidades: a) alguém roubar sua casa quando ela está sem ninguém; b) ter sua casa assaltada com sua família dentro; c) ser assaltado na rua; d) sofrer sequestro relâmpago; e) ter parente ou amigo assassinados, sendo que 54,5% da amostra relatou estar “muito preocupada” em todas as situações elencadas. O estudo também avaliou as atitudes dos entrevistados diante do medo e o quanto esse sentimento os conduziu à mudança de hábitos (evitar se deslocar a pé, deixar de circular por ruas ou bairros específicos, não sair à noite, não portar dinheiro), ou à tomada de decisões mais sérias como a mudança de residência ou a compra de uma arma de fogo; levantou correlações diante da observação de situações de degradação do espaço público (pichação de muros/casas; presença de lixo ou entulho nas calçadas e córregos; som alto à noite; carros abandonados e uso de drogas ilegais em locais públicos) e mediu outras variáveis como a coesão social e a vitimização. O sexo feminino, a maior escolaridade, a maior idade, a vitimização indireta, a percepção da desordem e a maior renda apareceram como variáveis mais associadas ao medo do crime. Embora as experiências de vitimização direta e indireta concorram para o medo do crime, os resultados do

estudo sugerem disjunção entre medo e vitimização direta. Nas palavras dos autores: “o perfil de quem sente mais medo difere bastante do perfil das principais vítimas do crime violento do país” (Natal; Oliveira, 2021, p. 784).

O papel da mídia na produção e ampliação do medo do crime no Brasil foi o tema do trabalho de Cademartori e Roso (2013), que analisaram o discurso sobre o crime em 49 edições do Jornal Nacional da Rede Globo, com foco nas notícias sobre cinco tipos penais: a) homicídio; b) lesão corporal; c) extorsão; d) tortura; e e) crimes patrimoniais (furtos e roubos). O estudo, de natureza qualitativa, retoma os pressupostos de David Garland sobre a cultura do controle e encontrou um “funcionamento discursivo (que) tende para o tipo de discurso autoritário” (Cadernartori; Roso, 2013, p. 80) e o emprego da paráfrase (tendência invariável de repetição do sentido) no reforço à necessidade das respostas repressivas e da prisão.

### **3. O medo do crime em Porto Alegre e em Santa Cruz do Sul**

Examinando os dados de duas pesquisas de vitimização recentes realizadas no Rio Grande do Sul, a primeira em Porto Alegre, em 2017<sup>2</sup> e, a segunda, em Santa Cruz do Sul, em 2021<sup>3</sup>, passamos a examinar os resultados

referentes ao medo do crime que foram apurados, tarefa que se torna possível pelo fato de que ambas as pesquisas foram realizadas sob a coordenação do Instituto Cidade Segura (ICS), com o mesmo instrumento e metodologia, sendo a coleta realizada, nos dois casos, pelo mesmo instituto de pesquisa (Instituto de Opinião Pública - IPO).

São cinco as questões que serão objeto de comparação: 1) a sensação de segurança dos residentes ao caminhar no seu bairro à noite; 2) a comparação que os residentes fazem entre a segurança no seu bairro e nos demais; 3) a sensação geral a respeito da violência na cidade; 4) a possibilidade de mudança de residência ou de cidade por conta da violência; e 5) os sentimentos experimentados por conta da violência.

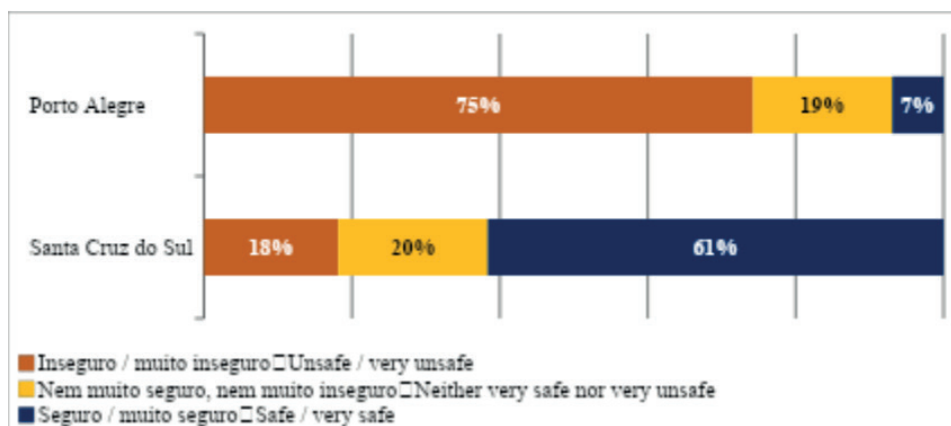
#### **3.1 Segurança à noite no bairro de residência**

Se precisassem caminhar à noite em seu bairro, 3/4 dos entrevistados de Porto Alegre se sentiriam inseguros ou muito inseguros. Em Santa Cruz do Sul, este percentual foi de menos de 20%, sendo que 61% dos entrevistados se sentem seguros ou muito seguros para caminhar à noite no bairro em que residem. A associação é estatisticamente significativa ( $p=0,000$ ), sendo o contraste marcante como se observa no Gráfico 1:

<sup>2</sup> Relatório disponível em: <https://institutocidadessegura.com.br/portfolio/politicas-publicas/pesquisa-de-vitimizacao-de-porto-alegre/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

<sup>3</sup> Relatório disponível em: <https://institutocidadessegura.com.br/noticias/publicacoes/pesquisa-de-vitimizacao-de-santa-cruz-do-sul/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

Gráfico 1. Sensação de segurança no bairro onde reside, por cidade



Fonte: Elaborado pelos autores.

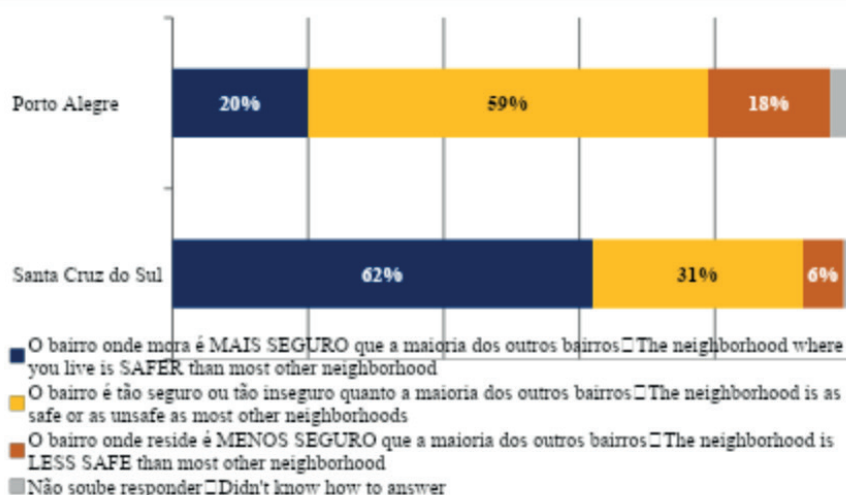
### 3.2 Comparação do seu bairro com os demais

Em Porto Alegre, predomina a sensação de que o bairro onde os entrevistados residem é tão seguro ou tão inseguro quanto a maior parte da cidade (59%), enquanto 18% acreditam que residem em um bairro menos

seguro que a maioria dos outros bairros. Já em Santa Cruz do Sul, mais de 60% dos entrevistados acreditam que vivem em um bairro mais seguro do que a maioria dos bairros da cidade e apenas 6% consideram que seu bairro seria menos seguro que os demais. A associação mostrou-se estatisticamente significativa ( $p=0,000$ ).

141

Gráfico 2. Comparação da segurança do bairro onde reside com os demais bairros, por cidade



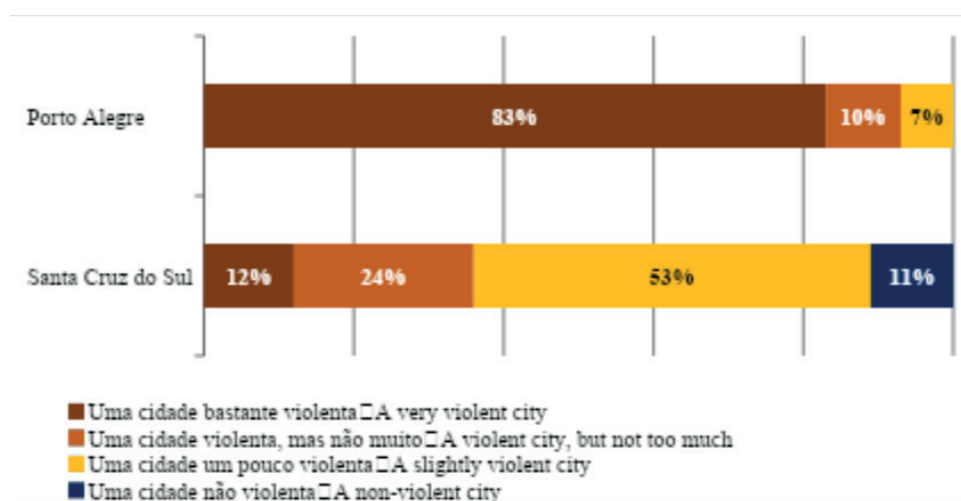
Fonte: Elaborado pelos autores.

### 3.3 Sensação sobre a violência na cidade

Nesse ponto, temos a percepção mais diferenciada quanto à sensação de insegurança (Gráfico 3). Mais de 80% dos entrevistados de Porto Alegre consideram

a cidade como sendo “bastante violenta”. Em Santa Cruz do Sul, esta percepção alcança 12% dos entrevistados. A maioria dos residentes em Santa Cruz do Sul (53%) considera a cidade como sendo “um pouco violenta”. A associação mostrou-se estatisticamente significativa ( $p=0,000$ ).

Gráfico 3. Sensação de violência na cidade



Fonte: Elaborado pelos autores.

### 3.4 Razões para se mudar por conta da violência

Como se pode ver no Gráfico 4, nove em cada 10 entrevistados de Santa Cruz do Sul afirmam que não têm razões para se mudar por conta da violência. Já em Porto Alegre, esse percentual é bem menos expressivo: 57%. Na capital do estado, 30% dos entrevistados consideram que há razões para saírem da cidade devido à violência (seja mudando-se para outra cidade, estado ou país). A associação mostrou-se estatisticamente significativa ( $p=0,000$ ).

### 3.5 Sentimentos produzidos pelo medo do crime

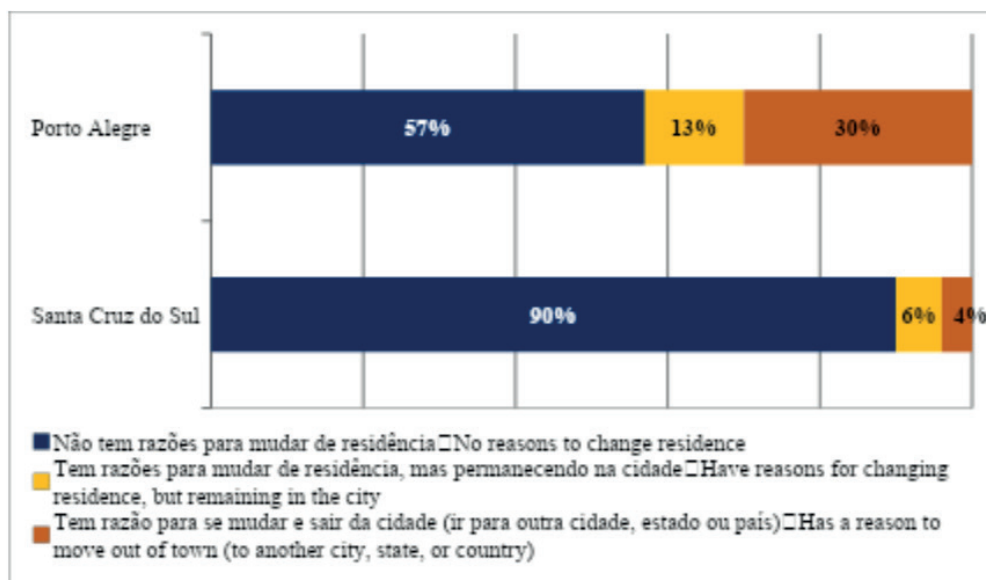
O medo do crime impacta em intensidade distinta os moradores das duas cidades. Enquanto cerca de 1/3 dos entrevistados da capital relataram experimentar sentimentos de aguda ansiedade por conta de riscos à sua segurança e de pânico por imaginar que familiares podem vir a ser vítimas de violência, na cidade de Santa Cruz do Sul tais sentimento foram mencionados por menos de 10% dos entrevistados.



Em Porto Alegre, 23% dos respondentes reportaram dificuldade para dormir por preocupação com a violência, ao

passo que, em Santa Cruz do Sul, 9% experienciam tal situação, conforme disposto no Gráfico 5.

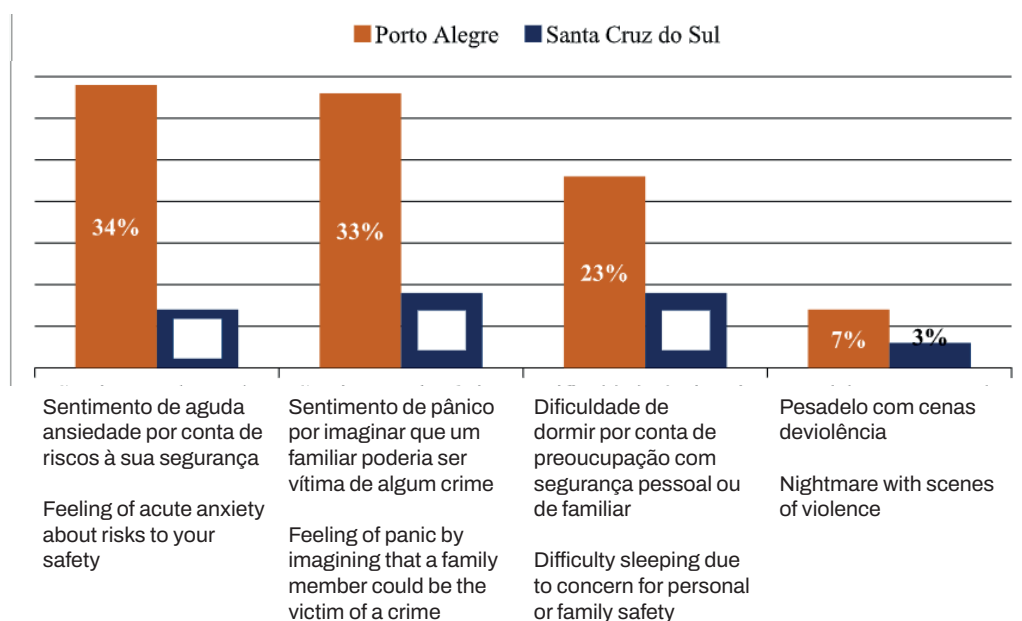
Gráfico 4. Razões para mudar de residência devido à violência, por cidade



Fonte: Elaborado pelos autores.

143

Gráfico 5. Sentimentos produzidos pelo medo do crime, por cidade



Fonte: Elaborado pelos autores.

No tratamento estatístico dos dados em ambas as pesquisas, foram encontradas associações estatisticamente significativas ( $p \leq 0,05$ ) para o medo do crime com quatro variáveis: a) sexo, b) raça/cor, c) orientação sexual e d) renda.

### **3.6 Medo do crime, por gênero dos entrevistados**

Nas duas cidades, as mulheres reportaram maior sensação de insegurança em comparação aos homens. Em Porto Alegre, 80% delas se sentem inseguras ou muito inseguras ao andar no bairro à noite, em comparação com 69% dos homens que se sentem inseguros ou muito inseguros ( $p=0,000$ ). Já em Santa Cruz do Sul, 27% das mulheres se disseram inseguras ou muito inseguras, em comparação a apenas 8% dos homens da cidade ( $p=0,000$ ). Por outro lado, sentir-se seguro ou muito seguro ao andar no bairro à noite é privilégio, principalmente, dos homens de Santa Cruz do Sul: 73% dos homens disseram que se sentem seguros ou muito seguros, em comparação a 51% das mulheres da cidade. Em Porto Alegre, apenas uma minoria dos homens e mulheres se sentem seguros ou muito seguros ao andar no bairro à noite: 7% e 6%, respectivamente.

As mulheres também consideram a cidade em que vivem mais violenta, em comparação aos homens. Em Porto Alegre, 86% delas consideram a cidade “bastante violenta”, em comparação a 78% dos homens ( $p=0,000$ ). Já em Santa Cruz do Sul, 15% das mulheres consideram a cidade “bastante violenta”, em comparação a 8% dos homens ( $p=0,003$ ). As mulheres sentem “aguda

ansiedade por conta de riscos à sua segurança” (40% das mulheres contra 27% dos homens); “pânico por imaginar que um familiar poderia ser vítima de algum crime” (40% das mulheres contra 25% dos homens); “dificuldade de dormir por conta de preocupação com segurança pessoal ou de familiar” (26% das mulheres contra 19% dos homens); “pesadelo com cenas de violência” (9% das mulheres e 5% dos homens). Por outro lado, 52% dos homens disseram não sofrer com qualquer dos sentimentos descritos, em comparação a apenas 33% das mulheres ( $p=0,000$ ).

### **3.7 Medo do crime, por raça/cor autodeclarada**

Em Porto Alegre, observou-se associação entre a variável cor/raça autodeclarada e a existência de razões para mudar de residência devido à violência. As pessoas brancas afirmaram, em maior proporção, ter razões para se mudar para o exterior (14%), em comparação às pessoas pretas/pardas (6%) ( $p=0,030$ ). Apesar de os brancos de Porto Alegre considerarem, em maior proporção, mudar de país devido ao medo da violência, são as pessoas negras que sofrem com mais frequência alguns efeitos do medo do crime sobre a saúde mental, tais como o sentimento de pânico por imaginar que um familiar poderia ser vítima de algum crime (39% dos pretos/pardos contra 31% dos brancos) e a ocorrência de pesadelos com cenas de violência (10% dos pretos/pardos contra 6% dos brancos) ( $p=0,041$ ).

Em Santa Cruz do Sul, as pessoas brancas consideram, em maior proporção se comparadas aos negros, que o bairro em

que vivem é mais seguro do que a maioria dos outros bairros (65% dos brancos contra 58% dos negros) ( $p=0,047$ ).

No que tange aos sentimentos gerados pelo medo do crime, encontrou-se, em Santa Cruz do Sul, associação estatisticamente significativa entre cor/raça e a probabilidade de ter pesadelos com cenas de violência: enquanto 12% dos negros afirmaram ter pesadelos com cenas de violência, 7% das pessoas brancas relataram esse tipo de sofrimento ( $p=0,036$ ).

### **3.8 Medo do crime, por orientação sexual**

Em Santa Cruz do Sul, observou-se associação estatisticamente significativa entre a orientação sexual declarada pelas pessoas entrevistadas e a percepção de violência na cidade e no bairro em que residem: pessoas homossexuais ou bissexuais sentem-se “seguras ou muito seguras” em menor proporção, em comparação aos entrevistados heterossexuais.

Da mesma forma, pessoas homossexuais ou bissexuais consideram Santa Cruz do Sul uma cidade “bastante violenta” ou “violenta, mas não muito” (64%) em maior proporção, em comparação às pessoas que se declararam heterossexuais (34%). Enquanto 40% das pessoas homossexuais ou bissexuais sentem-se “seguras ou muito seguras”, 62% das pessoas heterossexuais disseram sentir-se “seguras ou muito seguras ao andar à noite no bairro em que residem” ( $p=0,003$ ). Da mesma forma, 64% das pessoas homossexuais ou bissexuais consideram Santa Cruz do Sul uma cidade “bastante violenta” ou “violenta, mas não muito”, em comparação a 34% das pessoas que se

declararam heterossexuais ( $p=0,000$ ). Em Porto Alegre, não se verificou associação estatisticamente significativa por orientação sexual, nos temas investigados.

### **3.9 Medo do crime, por faixa de renda**

No que tange à renda das pessoas entrevistadas, verificou-se associação estatisticamente significativa, porém inversa, para habitantes de Porto Alegre e Santa Cruz do Sul. Ao passo que, para os entrevistados de Porto Alegre, uma renda mais elevada está associada a ter, em maior proporção, razões para mudar de residência – especialmente para o exterior, para os entrevistados de Santa Cruz do Sul, uma maior renda está associada a não ter razões para se mudar de residência.

Em Porto Alegre, 64% das pessoas com renda de até dois salários mínimos disseram não ter razões para mudar de residência, em comparação a 54% das pessoas com renda superior a cinco salários. Já 20% dos entrevistados de Porto Alegre com renda superior a cinco salários afirmaram ter razões para se mudar para o exterior (em comparação a 5% das pessoas com renda de até dois salários) ( $p=0,005$ ). Já em Santa Cruz do Sul, 96% das pessoas com renda superior a cinco salários disseram não ter razão para mudar de residência, em comparação a 88% das pessoas com renda de até dois salários ( $p=0,037$ ).

Também se observou associação estatisticamente significativa, porém inversa, no que se refere aos sentimentos provocados pelo medo do crime: em Porto Alegre, são as pessoas com renda mais baixa que mencionaram, em maior

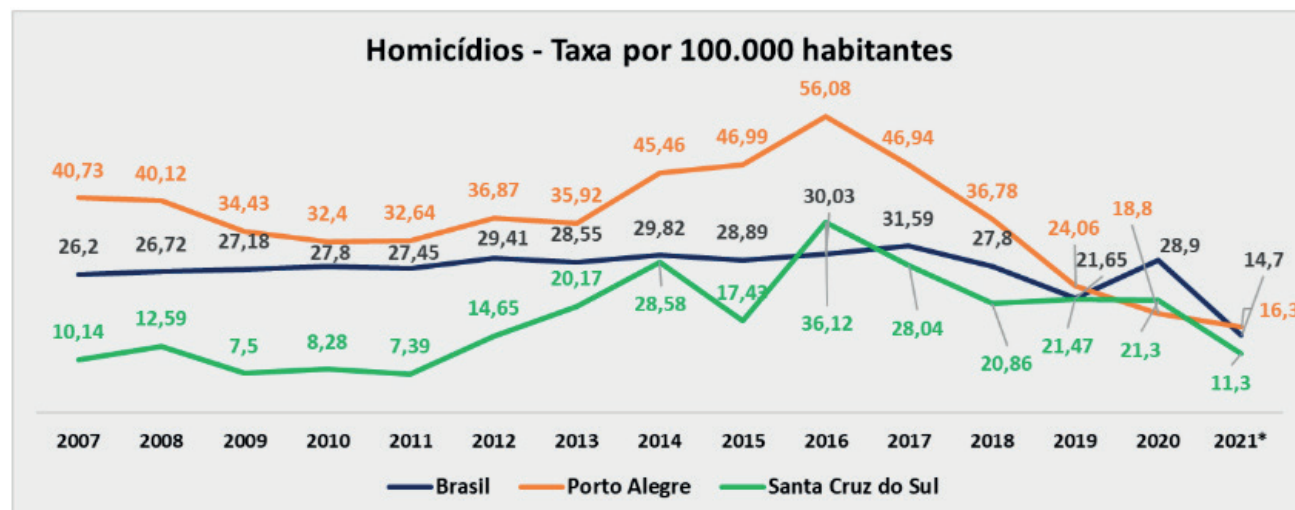
proporção, enfrentar dificuldade para dormir por conta da preocupação com segurança pessoal ou de familiar (26%, contra 16% dentre aqueles com renda mais elevada). Já em Santa Cruz do Sul, são os entrevistados com renda mais elevada que reportaram, em maior proporção, dificuldade para dormir por insegurança (11%, contra 7% dentre aqueles com renda mais baixa) ( $p=0,055$ ).

#### 4. Discussão

Na comparação dos dados obtidos pelas pesquisas de vitimização em Porto Alegre e Santa Cruz do Sul é preciso

considerar o lapso temporal entre os dois levantamentos. Em 2017, quando foi realizada a pesquisa em Porto Alegre, o Rio Grande do Sul estava ainda sob o impacto de significativa elevação das taxas de homicídio. Já em 2021, quando foi realizado o estudo em Santa Cruz do Sul, a realidade da violência no estado havia mudado, como se observa, no Gráfico 6, com as curvas das taxas de homicídios<sup>4</sup> nas duas cidades. Provavelmente, a redução das taxas de homicídio desde 2017 e o consequente menor destaque oferecido ao tema pela imprensa podem ter impactado na percepção dos residentes e na sensação de segurança.

Gráfico 6. Evolução das taxas de homicídios em Porto Alegre e Santa Cruz



Fonte: Instituto Cidade Segura.

<sup>4</sup> Para todos os efeitos, se considera como "homicídio", no cálculo dessas taxas, a relação entre o número de homicídios dolosos, os feminicídios, os latrocínios e os casos de lesão corporal seguidos de morte.



Independentemente do intervalo entre as pesquisas, entretanto, as taxas de homicídios das duas cidades sempre oscilaram em níveis bem distintos, sendo Porto Alegre marcadamente mais violenta<sup>5</sup>. Como regra, as taxas de homicídio na capital ficaram quase sempre em um patamar bem superior às médias nacionais, enquanto as taxas de Santa Cruz do Sul se situaram em um plano bem inferior, o que sugere que o “modelo de vitimização” da tipologia apontada por Gibson et al. (2002) possa explicar, nesse caso, parte importante da variação do fenômeno do medo na comparação entre as duas cidades.

A comparação dos dados confirmou algumas das evidências apontadas pela literatura como, por exemplo, a maior concentração do medo entre as mulheres em ambas as cidades, fenômeno que, possivelmente, seja mais pronunciado em países como o Brasil em que cenas de violência doméstica, de crimes sexuais, de assédio e de feminicídios dizem respeito ao cotidiano. Da mesma forma, as diferenças entre os medos sentidos pelas populações brancas e negras nas duas cidades reforçam a necessidade de políticas públicas capazes de enfrentar o racismo e oferecer proteção aos grupos racializados.

Ao mesmo tempo, algumas evidências apontam para fenômenos que não aparecem costumeiramente nos estudos

internacionais como, destacadamente, o caso da diferença estatística significativa encontrada em Santa Cruz do Sul no que tange ao medo entre os homossexuais e bissexuais quando comparado aos heterossexuais, o que sugere a presença de um fenômeno específico de homofobia mais pronunciada e disseminada socialmente.

Os dados deste estudo reforçam a importância do medo do crime nas grandes cidades como um dos fatores mais importantes de redução da qualidade de vida. As pesquisas de vitimização realizadas no Brasil ocorrem, quase sempre, no cenário dos maiores centros urbanos. Em todas elas, como vimos nos trabalhos nacionais revisados, é grande a sensação de insegurança disseminada. Os dados apurados em Santa Cruz do Sul sugerem que a realidade do medo em médias e pequenas cidades tende a ser substancialmente menor. A carência de estudos a respeito, entretanto, recomenda cautela. Os fenômenos da criminalidade e da violência não costumam explicar sozinhos a presença do medo. É possível que cidades ou bairros com taxas criminais muito diferentes experimentem a mesma sensação de insegurança, assim como a mesma incidência de crimes pode resultar em experiências subjetivas de mais ou menos medo, a depender de outras circunstâncias

<sup>5</sup> Ao contrário dos demais crimes onde o fenômeno da subnotificação tende a ser muito expressivo, os crimes dolosos contra a vida possuem subnotificação irrelevante, vez que só não haverá registro quando não houver corpo. No mais, os registros nos casos de homicídios são feitos tanto pelas secretarias de segurança, a partir dos inquéritos policiais obrigatórios, quanto pelo Ministério da Saúde, a partir dos atestados de óbito, o que oferece novas possibilidades de cruzamento de dados e de estimativas muito próximas da realidade. Por isso, uma realidade marcada por altas taxas de homicídio é um “marcador” para outras dinâmicas violentas nem sempre capturadas pelos registros oficiais. Se, pelo contrário, temos um território com baixas taxas de homicídio, é muito provável que sua realidade social seja, comparativamente, menos afetada pelas demais manifestações da violência.

(Skogan, 1987). Há também o fenômeno da memória de uma identidade violenta que costuma acompanhar uma cidade ou um bairro muitos anos depois de suas taxas criminais terem despencado.

## ***Considerações finais***

Esse estudo não teve a pretensão de investigar os fatores etiológicos do medo, objetivo que demandaria outro escopo de pesquisa, mas seus dados poderão ser considerados em estudos futuros que se dediquem à investigação dos fatores causais do contraste observado no medo existente nas duas cidades, considerando, por exemplo, variáveis macroeconômicas como as taxas de desemprego, o comportamento das facções criminais, as taxas de condenação por homicídio e de encarceramento, os níveis de reincidência criminal, a escolaridade da população e as taxas de evasão escolar, as tradições comunitárias, a importância das migrações e da maior ou menor interação entre os residentes em suas comunidades, o comportamento das mídias locais na divulgação de crimes violentos, assim como a influência das redes sociais, para citar alguns fatores importantes. Seria também relevante saber até que ponto os

indicadores de confiança da população nas polícias estão correlacionados à sensação de segurança e ao medo e até que ponto compõem as dinâmicas causais desses fenômenos.

Conforme se observou, o medo do crime atinge de forma desproporcional os moradores de Porto Alegre, mas não se distribui igualmente entre os diferentes grupos dentro de cada cidade pesquisada. As evidências encontradas a respeito dessa distribuição do medo entre os grupos, que se mostraram estatisticamente significativas quanto às variáveis de gênero, raça, orientação sexual e renda, devem ser conhecidas pelos gestores públicos de forma a viabilizar iniciativas específicas e políticas públicas capazes de proteger as populações mais fragilizadas pela sensação de insegurança.

Essa exigência, assinala-se, diz respeito à melhoria da qualidade de vida dos residentes que costuma ser deteriorada pelo medo do crime, mas se articula com outros desafios como a maior interação comunitária e o aumento do grau de confiança entre as pessoas, um capital social imprescindível para a colaboração entre os residentes e desses com o Poder Público.



## Referências Bibliográficas

- ALFARO-BERACOECHEA, L.; PUENTE, A.; DA COSTA, S.; RUVALCABA, N.; PÁEZ, D. (2018). Effects of fear of crime on subjective well-being: A meta-analytic review. *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, v. 10, p. 89-96. <https://doi.org/10.5093/ejpalc2018a9>.
- BANKSTON, W. B.; THOMPSON, C.; JENKINS, Q.; FORSYTH, C. (1990). The influence of crime, gender and southern culture on carrying firearms for protection. *The Sociological Quarterly*, v. 41, p. 287-305. <https://doi.org/10.1111/j.1533-8525.1990.tb00329.x>
- BORGES, D. CANO, I. (2021). Determinants of fear of crime in Brazil: the effect of social cohesion. *Civitas Revista de Ciências Sociais*, v. 21(3), p. 455-466. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.3.35603>
- BURSIK, R. Jr.; GRASMICK, H. (1993). *Neighborhoods and crime: The dimensions of effective community control*. New York: Lexington Books.
- CADEMARTORI, A. C.; ROSO, A. (2013). A violência e crime no Jornal Nacional: do medo do crime ao controle da ordem. *Ideação*, v. 14(2), p. 80-100. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/6922/5803>
- CALLANAN, V.; ROSENBERGER, J. S. (2015). Media, Gender, and Fear of Crime. *Criminal Justice Review*, Georgia State University, v. 40(3), p. 1-18. <https://doi.org/10.1177/0734016815573308>
- CASTEN, J.; PAYNE, B. (2008). The influence of perceptions of social disorder and victimization on business owners' decisions to use guardianship strategies. *Journal of Criminal Justice*, v. 36(5), p. 396-402. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2008.07.005>
- CECCATO, V.; WILHELMSSON, M. (2012). The impact of crime on apartment prices: Evidence from Stockholm, Sweden. *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography*, v. 93(1), p. 81-103. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0467.2011.00362.x>
- CORDNER, G. (2010). *Reducing Fear of Crime: Strategies for Police*. Washington, DC: U.S. Department of Justice Office of Community Oriented Policing Services. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.606.2245>. Acesso em: 05 fev. 2022.
- COSTA, A. T. M.; DURANTE, M. O. (2019a). A Polícia e o Medo do Crime no Distrito Federal. *Dados*, v. 62(1), p. e20180032. <https://doi.org/10.1590/001152582019172>
- COSTA, A. T. M.; DURANTE, M. O. (2019b). Medo do crime e vitimização no Distrito Federal: Analisando as vulnerabilidades de gênero, idade, raça e renda. *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 12(2), p. 239-265. Disponível em: <https://www.redalyc.org/comocitar.oa?id=563860269003> Acesso em: 03 mar. 2022.
- COSTA, A. T. M.; DURANTE, M. O. (2021). Medo do crime, desordens e coesão social no Distrito Federal. *Sociedade e Estado*, v. 36(2), p. 613-637. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136020011>
- COUTINHO, A. C. A.; NÓBREGA, W. R. M.; FAZITO, M. (2020). Turismo e medo do crime: reflexões sobre a política de desenvolvimento urbano no centro histórico de Natal/RN. *Novos Cadernos NAEA*, v. 23(3), p. 81-104. <https://doi.org/10.5801/ncn.v23i3.9523>
- CURIEL, R. P.; BISHOP, S. R. (2018). Fear of crime: the impact of different distributions of victimization. *Palgrave Communications*, v. 3(46), p. 1-8. <https://doi.org/10.1057/s41599-018-0094-8>
- DAMMERT, L. (2012). *Fear and Crime in Latin America: Redefining State-Society Relations*. New York: Routledge.
- DORAN, B.; BURGESS, M. (2012). *Putting Fear of Crime on the Map: Investigating Perceptions of Crime Using Geographical Information System*. New York: Springer.
- FARRAL, S.; JACKSON, J.; GRAY, E. (2009). *Social Order and the Fear of Crime in Contemporary Times*. Oxford: Clarendon Press.

FERRARO, K. (1995). *Fear of Crime: Interpreting Victimization Risk*. Albany, NY: State University of New York Press.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. (2017). *Medo da violência e o apoio ao autoritarismo no Brasil: índice de propensão ao apoio a posições autoritárias*. São Paulo (SP): FBSP. Disponível em: [https://forumseguranca.org.br/publicacoes\\_posts/medo-da-violencia-e-o-apoio-ao-autoritarismo-no-brasil/](https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/medo-da-violencia-e-o-apoio-ao-autoritarismo-no-brasil/). Acesso em: 15 out. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. (2020). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2020*. São Paulo (SP): FBSP. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2022.

GAROFALO, J. (1981). The Fear of Crime: Causes and Consequences. *Journal of Criminal Law and Criminology*, v. 72(2), p. 839-857. <https://doi.org/10.2307/1143018>.

GIBSON, C.; ZHAO, J.; LOVRICH, N.; GAFFNEY, M. (2002). Social integration, individual perceptions of collective efficacy, and fear of crime in three cities. *Justice Quarterly*, v. 19(3), p. 537-564. <https://doi.org/10.1080/07418820200095341>.

GREER, C. (2003). Sex Crime and the Media: Press Representations in Northern Ireland. In: P. MASON (ed.), *Criminal Visions: Media Representations of Crime and Justice*. Devon, UK: Willan Pub, 90-116.

HARZING, A. W. (2007). *Publish or Perish*. Disponível em: <https://harzing.com/resources/publish-or-perish>. Acesso em: 02 out. 2021.

JACKSON, J.; GRAY, E. (2010). Functional fear and public insecurities about crime. *British Journal of Criminology*, v. 50(1), p. 1-22. <https://doi.org/10.1093/bjc/azp059>

JAMES, K.; EMBREY, L. (2001). Anyone could be lurking around!: constraints on adolescent girls' recreational activities after dark. *World Leisure Journal*, v. 43, p. 44-52. <https://doi.org/10.1080/04419057.2001.9674248>

KAPPES, C.; GREVE, W.; HELLMERS, S. (2013). Fear of crime in old age: precautious behaviour and its relation to situational fear. *European Journal of Ageing*, v. 10, p. 111-125. <https://doi.org/10.1007/s10433-012-0255-3>

LANGWORTHY, R.; WHITEHEAD, J. (1986). Liberalism and Fear as Explanations of Punitiveness. *Criminology*, v. 24(3), p. 575-591. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.1986.tb00391.x>

LAVOR FILHO, T. L.; BARBOSA, V. N. M.; ALMEIDA SEGUNDO, D. S.; MOURA JR., J. F.; JANNUZZI, P. M.; LIMA, R. S. (2018). Análises Interseccionais a Partir da Raça e da Classe. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38(2), p. 223-237. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212376>

LEA, J.; YOUNG, J. (1984). *What is to be Done About Law and Order*. Harmondsworth: Penguin.

LORENC, T.; PETTICREW, M.; WHITEHEAD, M.; NEARY, D.; CLAYTON, S.; WRIGHT, K.; THOMSON, H.; CUMMINS, S.; SOWDEN, A.; RENTON, A. (2013a). Environmental interventions to reduce fear of crime: systematic review of effectiveness. *Systematic Reviews*, v. 2(30). <https://doi.org/10.1186/2046-4053-2-30>

LORENC, T.; PETTICREW, M.; WHITEHEAD, M.; NEARY, D.; CLAYTON, S.; WRIGHT, K.; THOMSON, H.; CUMMINS, S.; SOWDEN, A.; RENTON, A. (2013b). Fear of crime and the environment: systematic review of UK qualitative evidence. *BMC Public Health*, v. 13, art. 496:1. <https://doi.org/10.1186/1471-2458-13-496>

MARKOWITZ, F.; BELLAIR, P.; LIU, J. (2001). Extending social disorganization theory: modeling the relationships between cohesion, disorder and fear. *Criminology*, v. 39, p. 293-321. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.2001.tb00924.x>

MARUTHAVEERAN, S.; VAN DEN BOSCH, C. C. K. (2014). A socio-ecological exploration of fear of crime in urban green spaces – A systematic review. *Urban Forestry e Urban Greening*, v. 13, p. 1-18. <https://doi.org/10.1016/j.ufug.2013.11.006>



- NATAL, A.; OLIVEIRA, A. R. (2021). Medo do crime: mensurando o fenômeno e explorando seus preditores na cidade de São Paulo. *Opinião Pública*, v. 27(3), p. 757-796. <https://doi.org/10.1590.1807-01912021273757>
- OLIVEIRA, C. A.; SILVA, D. M. (2021). Os impactos do medo do crime sobre o consumo de atividades de lazer no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 15(1), p. 156-173. <https://doi.org/10.31060/rbsp.2021.v15.n1.1179>
- OUMET, M.; COYLE, E. (1991). Fear of crime and sentencing punitiveness: Comparing the general public and court practitioners. *Canadian Journal of Criminology*, v. 33(2), p. 49-162. <https://doi.org/10.3138/cjcrim.33.2.149>
- PEELO, M.; FRANCIS, B.; PEARSON, J.; SOOTHILL, K. (2004). The reporting trajectories of top homicide cases in the media: A case study of The Times. *Howard Journal of Criminal Justice*, v. 43, p. 1-14. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2311.2004.00307.x>
- PIMENTEL, C. E.; GUNTHER, H.; BLACK, P. U. V. (2012). Acessando o medo do crime: Um survey por meio da internet. *Psicologia Argumento*, v. 30(69), p. 411-421. <https://doi.org/10.7213/psicologum.v30i69.23296>
- REPPETTO, T. (1974). *Residential crime*. Cambridge, MA: Ballinger.
- RODRIGUES, C.; OLIVEIRA, V. C. (2012). Medo de crime, integração social e desordem: uma análise da sensação de insegurança e do risco percebido na capital de Minas Gerais. *Teoria & Sociedade*, v. 2(20), p. 156-184. Disponível em: <https://bib44.fafich.ufmg.br/index.php/rts/article/viewFile/62/55> Acesso em: 20 nov. 2021
- ROLIM, M. (2006). *A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI*. Rio de Janeiro: Zahar.
- SANTOS JÚNIOR, A. A.; DUTRA, L. H.; SILVA FILHO, D. B. (2007). Levantamento da percepção do medo e do crime em Santa Catarina. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 1 2), p. 94-119. <https://doi.org/10.31060/rbsp.2007.v1.n2.19>
- SILVA, B. F. A.; BEATO FILHO, C. C. (2013). Ecologia social do medo: avaliando a associação entre contexto de bairro e medo de crime. *Revista Brasileira de Estudos da População*, v. 30, p. S155-S170. <https://doi.org/10.1590/S0102-30982013000400010>
- SKOGAN, W. G.; MAXFIELD, M. (1981). *Coping with crime: Individual and neighborhood reactions*. Beverly Hills, CA: Sage.
- SKOGAN W. G. (1987). The impact of victimization on fear. *Crime Delinquency*, v. 33, p. 135-154. <https://doi.org/10.1177/0011128787033001008>
- SLOVIC, P. (2000). *The Perception of Risk*. New York: Earthscan.
- SOARES, A. L. G. (2024). The analytic gradient of “fear of crime”: An emotional structuring of the topic from a Latin American literature review. *Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.*, Rio de Janeiro, v. 17(1), p. e 57668. <https://doi.org/10.4322/dilemas.v17.n.1.57668>
- SOLYMOSI, R.; BUIL-GIL, D.; VOZMEDIANO, L.; GUEDES, I. S. (2020). Towards a Place-based Measure of Fear of Crime: A Systematic Review of App-based and Crowdsourcing Approaches. *Environment and Behavior*, v. 53(9), p. 1013-1044. <https://doi.org/10.1177/0013916520947114>
- VALERA, S.; GUÀRDIA, J. (2014). Perceived insecurity and fear of crime in a city with low-crime rates. *Journal of Environmental Psychology*, v. 38, p. 195-205. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2014.02.002>
- VILALTA, C. J. (2013). *Determinant Factors in the Perception of Crime-Related Insecurity in Mexico*. IDB Working Paper Series 381. [S. l.]: Inter-American Development Bank. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/english/document/Determinant-Factors-in-the-Perception-of-Crime-Related-Insecurity-in-Mexico.pdf> Acesso em: 04 jan. 2022.

# Da escola para a universidade: experiências e desafios metodológicos do trabalho de pesquisa e extensão com jovens

**From school to university:** methodological experiences and  
challenges in research and outreach work with young people

**De la escuela a la universidad:** experiencias y desafíos  
metodológicos del trabajo de investigación y extensión con jóvenes

**Cristiane Gonçalves  
da SILVA**

[cristiane.goncalves18@unifesp.br](mailto:cristiane.goncalves18@unifesp.br)

Universidade Federal de São Paulo  
(UNIFESP).

**Bruna Carolina  
Silva dos REIS**

[leandrogarciapinho@gmail.com](mailto:leandrogarciapinho@gmail.com)

Universidade Federal de São  
Carlos (UFSCar).

**Patrícia Leme de  
Oliveira BORBA**

[patricia.borba@unifesp.br](mailto:patricia.borba@unifesp.br)

Universidade Federal de  
São Paulo (UNIFESP) e  
Universidade Federal de São  
Carlos (UFSCar).

152

*As experiências de pesquisas e extensão com estudantes de escolas públicas de ensino médio de Santos/SP que priorizaram metodologias participativas entre jovens pautam as reflexões aqui apresentadas. Desenvolvidas desde 2014 e intensificadas a partir de execução, entre os anos de 2018 e 2022, de uma pesquisa temática multicêntrica, atividades de pesquisas articuladas à extensão com a participação juvenil possibilitaram realizar uma análise sobre os desafios da utilização de tais procedimentos metodológicos. A imersão em registros de diários, relatórios de reuniões e relatórios técnicos de atividades permitiu apreender alguns dos desafios contemporâneos vividos por estudantes, reiterando padrões de desigualdade já conhecidos — gênero, raça, classe e geração — e convocando, teórica e metodologicamente, a construir respostas atinentes a essa realidade. O conhecimento, produzido na interlocução jovem-jovem, reafirma a importância de estar no “chão da escola” escolhendo métodos e recursos que considerem a experiência juvenil e as diferenças constitutivas dos sujeitos. Dentre os resultados obtidos, aponta-se a necessidade constante de perseguir novos caminhos de intervenção e investigação de modo que uma retroalimente a outra, especialmente no período pós-pandemia e na perspectiva da curricularização e da extensão na formação universitária. Além disso, foi identificada a possibilidade de investir em outras iniciativas formativas e produção de um conhecimento que fortaleça vínculos entre jovens e entre universidade-escola, incluindo uma ressignificação da universidade do ponto de vista juvenil.*

**Palavras-Chave:** Juventude; Escola; Extensão universitária; Formação; Metodologias participativas.

*The research and outreach experiences with high school students from public schools in Santos, São Paulo, which prioritized participatory methodologies among youth, guide the reflections presented here. Developed since 2014 and intensified through the implementation of a multicentric thematic research between 2018 and 2022, research activities linked to outreach programs with youth participation allowed for an analysis of the challenges in using such methodological procedures. The immersion in journal entries, meeting reports, and technical activity reports enabled the identification of some contemporary challenges faced by students, reiterating already known patterns of inequality - gender, race, class, and generation - and calling, both theoretically and methodologically, for the construction of responses relevant to this reality. The knowledge produced in the youth-to-youth dialogue reaffirms the importance of being present in the "school setting" by choosing methods and resources that take into account the youth experience and the constitutive differences of individuals. Among the results obtained, the need to constantly pursue new paths of intervention and investigation is highlighted, ensuring that one informs the other, especially in the post-pandemic period and from the perspective of curriculum integration and extension in university education. Additionally, it was identified that there is an opportunity to invest in other formative initiatives and the production of knowledge that strengthens the bonds between youth and between the university and schools, including a redefinition of the university from a youth perspective.*

**Keywords: Youth; School; University outreach; Education; Participatory methodologies.**

*Las experiencias de investigación y extensión con estudiantes de escuelas públicas de educación secundaria de Santos/SP que priorizaron metodologías participativas entre jóvenes son el eje de las reflexiones aquí presentadas. Desarrolladas desde 2014 e intensificadas a partir de la ejecución, entre los años 2018 y 2022, de una investigación temática multicéntrica, las actividades de investigación articuladas a la extensión con participación juvenil permitieron realizar un análisis sobre los desafíos del uso de dichos procedimientos metodológicos. La inmersión en registros de diarios, actas de reuniones e informes técnicos de actividades permitió comprender algunos de los desafíos contemporáneos vividos por los estudiantes, reiterando patrones de desigualdad ya conocidos — género, raza, clase y generación — y convocando, teórica y metodológicamente, a construir respuestas pertinentes a esta realidad. El conocimiento, producido en la interacción joven-joven, reafirma la importancia de estar en el "suelo de la escuela" eligiendo métodos y recursos que consideren la experiencia juvenil y las diferencias constitutivas de los sujetos. Entre los resultados obtenidos, se destaca la necesidad constante de buscar nuevos caminos de intervención e investigación, de manera que una retroalimente a la otra, especialmente en el periodo post-pandemia y en la perspectiva de la curricularización y la extensión en la formación universitaria. Además, se identificó la posibilidad de invertir en otras iniciativas formativas y en la producción de un conocimiento que fortalezca los lazos entre jóvenes y entre universidad-escuela, incluyendo una resignificación de la universidad desde el punto de vista juvenil.*

**Palabras clave: Juventud; Escuela; Extensión universitaria; Formación; Metodologías participativas.**

## Contextualização

Neste artigo apresentamos uma reflexão sobre os mais de oito anos de atividades de extensão e pesquisa realizadas pelas equipes que integraram o Projeto “Juventudes & Funk na Baixada Santista: redes, territórios, saúde e educação”, desenvolvido majoritariamente em parcerias com escolas públicas de ensino médio das cidades de Santos e Guarujá, no litoral sul do estado de São Paulo, que faz parte do Instituto de Saúde e Sociedade do campus Baixada Santista da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)<sup>1</sup>. Tal trabalho, desde a sua criação, assume em seu projeto pedagógico a ênfase na interdisciplinaridade, educação interprofissional, formação para o trabalho em equipe e para a integralidade do cuidado (Jurdi *et al.*, 2018). Assim, tendo a educação interprofissional como direcionamento, a universidade tem o compromisso de desenvolver uma proposta formativa que organize parte significativa das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão na articulação de diferentes campos de saberes advindos dos nomeados eixos específicos (Educação Física, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional) e eixos comuns (“O ser humano em sua dimensão biológica”, “O ser humano e sua inserção social”, “Trabalho em saúde”).

Inserido nesse contexto e desenvolvendo atividades com escolas desde o ano de 2014, o projeto, já na sua

origem, trazia a centralidade das temáticas que envolvem o campo das juventudes e sua relação direta com as práticas culturais, dialogando com seus territórios juntamente aos campos da educação e da saúde. Tendo trabalhado nos anos iniciais de modo mais próximo à temática do *funk* — pelo lugar significativo e histórico que a prática cultural ocupa na Baixada Santista e pelo desejo/intenção de investir na aproximação com esse universo —, o projeto passou a integrar o termo em seu nome, e ainda que posteriormente tenha se afastado e incorporado outras demandas e interesses, por sua marca no interior do campus e da própria localidade, contudo, optou-se por mantê-lo.

Desde o princípio, um dos objetivos centrais do trabalho consistiu no desenvolvimento de tecnologias metodológicas participativas elaboradas *entre* estudantes das escolas e da graduação durante o período em que fizeram parte da equipe. Ao longo dos anos, o processo de trabalho da extensão foi sendo modificado por diferentes parceiros institucionais, sobretudo, escolas públicas de ensinos fundamental, médio regular e médio técnico (Quadro 1). Com estas houve proposição, execução, gerenciamento e avaliação de atividades envolvendo estudantes dos cursos de graduação da Psicologia, do Serviço Social e da Terapia Ocupacional<sup>2</sup> do referido campus,

<sup>1</sup> Em fevereiro de 2015 o Projeto “Juventudes & Funk na Baixada Santista: redes, territórios, saúde e educação” teve seu cadastramento e aprovação no Sistema de Projetos e Programas de Extensão da Unifesp.

<sup>2</sup> Houve participação apenas de um estudante do curso de Educação Física e uma do curso de Nutrição.



orientados/as/es<sup>3</sup> pelas coordenadoras do projeto, uma delas do eixo comum “O ser humano e sua inserção social” e, a outra, do eixo específico “Terapia Ocupacional”.

Na medida em que o trabalho foi avançando no tempo e ganhando experiência, recebeu e aceitou diversos convites para realizar e participar de atividades formativas na universidade, dentro e fora do *campus*, e em espaços externos. A equipe do projeto de extensão orientada pela perspectiva participativa executou, junto a jovens de distintos perfis, assim como pessoas adultas, atividades para além das que desenvolvia na escola, utilizando metodologias que permitiram muita troca e aprendizado mútuo.

Dentre as atividades internas foram realizadas: a) rodas de conversa com estudantes do eixo comum “Trabalho em saúde” debatendo juventudes, com foco na sexualidade e gravidez; b) batalha *Rap & Funk*, organizada em parceria com o movimento *hip hop* da Baixada Santista, da qual participaram MCs que batalharam a partir de temáticas escolhidas coletivamente, como fim da violência e equidade de gênero, racismo, LGBTfobia, dentre outros; c) integralização da Unidade Curricular da Terapia Ocupacional Social, em que estudantes conheceram e acompanharam “Oficinas da diferença” nas escolas; d) oferta da unidade curricular

eletiva “Juventudes: vulnerabilidade e marcadores sociais da diferença”, para partilha e aprofundamento do referencial teórico do projeto de extensão; e) participação na Unidade Curricular Atividades e Recursos Terapêuticos — Atividades Lúdicas e de Lazer da Terapia Ocupacional; f) estágio profissionalizante para Psicologia e Terapia Ocupacional; g) oferta de vagas para a Unidade Curricular Práticas Supervisionadas em Terapia Ocupacional; h) participação nos congressos acadêmicos da Unifesp, com apresentação de trabalhos e organização de mesas com temas correlatos ao projeto de extensão; e i) participação na Semana de Integração de Ingressantes e outros. Fora do *campus* também foram realizadas muitas atividades, dentre as quais: a) rodas de conversa a pedido do Núcleo de Apoio aos Estudantes do *campus* Guarulhos da Unifesp, sobre situações de violência de gênero nos ambientes universitários; b) oficinas para jovens, realizadas a pedido do SESC Guarulhos (SP) para o evento “Juventudes em foco”; c) roda de conversa com jovens na Biblioteca São Paulo sobre “Escola, Literatura e enfrentamento da LGBTfobia”; e d) participação na organização da “Semana da Diversidade Sexual de Santos” com proposições e participações em mesas e oficinas nas edições IV (2015), V (2016) e VI (2017).

<sup>3</sup> No texto adotamos a linguagem inclusiva, flexionando as palavras, finalizando com as vogais o/a e adicionando “e” ou “u” tanto para resistir à linguagem que universaliza pelo masculino como para romper com o binarismo de gênero. Em alguns momentos, adotamos o termo finalizado em e/es/u/us para nos referirmos a todas as pessoas. Ao adotar a linguagem inclusiva buscamos reconhecer a limitação da linguagem hegemônica, marcar a desigualdade de gênero e reconhecer a pluralidade juvenil e a relevante visibilidade que estudantes não binários têm conquistado nas instituições escolares.

Entre os anos de 2019 e 2022, a maioria das atividades esteve vinculada a uma pesquisa multicêntrica interdisciplinar<sup>4</sup> que objetivou implementar e analisar uma série de intervenções em escolas, articuladas a ações nas unidades básicas de referência do Sistema Único de Saúde (SUS) no território escolar. Nesse período, com duas escolas públicas de ensino médio de Santos/SP — uma regular, localizada em território periférico e com alta vulnerabilidade social; e uma de ensino médio integrado ao técnico em um território privilegiado da cidade que, contudo, recebe em sua maior parte estudantes filhos/as/es da classe de trabalhadores/as/us que residem em outros bairros e em diferentes cidades que compõem a Baixada Santista, sobretudo, Guarujá, São Vicente e Cubatão —, foram desenvolvidas, majoritariamente, em período pandêmico de Covid-19, distintas estratégias formativas a partir de metodologias participativas.

Nossa observação e permanência nas escolas em que estivemos permitiu-nos descrever, a partir de nossa percepção, um certo perfil dos/as/es jovens que as frequentam. A autoidentificação estudantil foi utilizada em momentos específicos de atividades de pesquisa e não é o foco deste artigo.

Nas escolas em regiões com pouco acesso aos direitos mais básicos, a quantidade de rapazes e moças era

equilibrada, sendo significativamente maior a presença de pessoas negras e de classes mais empobrecidas, e algumas poucas dissidentes de gênero e sexualidade, mas muito colaborativas nos processos desenvolvidos. Já na escola técnica, atraídos talvez pelos cursos da área das ciências exatas, há mais rapazes; é um lugar mais diversificado quanto à classe social, ainda que com boa parte de estudantes filhos/as/es da classe trabalhadora; e há menos estudantes pretos/as/es e muitos/as/es pardos/as/es. Durante e após a pandemia, houve aumento na entrada de moças e estudantes com deficiência, promovido pelas mudanças no processo seletivo de ingresso na escola, que passou a ser feito por análise curricular, contribuindo para a diversificação de estudantes das escolas técnicas do Estado de São Paulo de uma forma geral que, combinado às políticas afirmativas já adotadas anteriormente, permitiu também maior ingresso de pessoas negras, que marcavam suas identidades de forma relevante e política, contribuindo para ampliar debates sobre negritude na escola e na sociedade, a partir da experiência juvenil.

As pessoas jovens, graduandas/es/os que integraram a equipe do “Juventudes & Funk” ao longo dos anos, variaram quantitativamente entre 10 e 15 estudantes. A maior parte foi de mulheres com grande diversidade racial, de classe e

<sup>4</sup> Pesquisa multicêntrica desenvolvida nos municípios de São Paulo, Sorocaba e Santos intitulada “*Vulnerabilidades de jovens às IST/HIV e à violência entre parceiros: avaliação de intervenções psicossociais baseadas nos direitos humanos*”. Trata-se de um Projeto Temático da Fapesp (#2017/25950-2) iniciado em 2018 e sob coordenação de Vera Paiva, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), instituição executora do projeto. Conta com a participação de pesquisadores/as/us do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Sociais e Humanas, da Faculdade de Saúde Pública e do Departamento de Medicina Preventiva da Escola de Medicina, todas da USP, da Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba e da Unifesp Baixada Santista.

variadas nas expressões da sexualidade. A implementação das políticas afirmativas iniciada em 2012 e concluída em 2015 pela Unifesp, assim como outras universidades federais, resultou na ampliação do ingresso de estudantes negros/as/es, de escolas públicas e de setores empobrecidos, refletindo na composição diversa do grupo. Cabe destacar que, ao longo dos anos, o projeto empreendeu vários esforços para aumentar a participação de jovens homens heterossexuais na equipe de extensionistas, assumindo a relevância da identificação, a partir do gênero e da expressão da sexualidade, entre estudantes da universidade e das escolas, para maior adesão às atividades, em especial nas escolas de periferias, onde o universo dos garotos cisgêneros e héteros se mostrava mais difícil de ser acessado pelas meninas e pelos meninos gays da equipe do projeto. Por outro lado, estudantes da graduação que participaram da equipe e que explicitavam expressões sexuais dissidentes, ou não performavam dentro do padrão cisheteronormativo, também possibilitaram pontes com jovens igualmente dissidentes, levando à adesão de um significativo número de jovens nesse perfil às atividades do projeto.

A metodologia participativa tem nas identificações entre as pessoas envolvidas parte importante de seu êxito. Cada vez mais a questão metodológica foi se tornando uma das prioridades como recurso formativo e de produção do conhecimento **para, com e junto** à juventude escolar. Em particular, apresentadas e discutidas aqui, algumas tecnologias sociais produzidas **entre** jovens na parceria com as escolas, descrevendo e discutindo o modo como algumas das metodologias participativas

foram criadas-inventadas e/ou adaptadas, em um movimento de permanente construção de propostas centradas na relação entre jovens — das escolas e da universidade.

A metodologia que defendemos e perseguimos demanda a incorporação de uma perspectiva teórica que reconhece a hierarquia e subalternização das pessoas a partir dos marcadores sociais da diferença e, principalmente, suas potências identitárias (Brah, 2006) que constituem a juventude na escola e na universidade no contemporâneo. Reconhecimento esse que nos convida a adotar uma perspectiva feminista orientada pela produção latino-americana e suas experiências de pesquisa e extensão orientadas por um fazer participativo, assumindo que a pedagogia feminista não tem um campo teórico definido/acabado, mas, na sua permanente construção, deve dialogar com movimentos populares e com o feminismo negro, que demanda empreender esforços para reconhecer a racialização dos processos educativos, também das pessoas brancas envolvidas.

Para Pajares Sánchez (2020), há necessidade de conceber metodologias “*mestizas*”, que enfatizem convergentes relações nas perspectivas participativas, e feministas, no que diz respeito ao potencial transformador e decolonial de buscar um conhecimento produzido por um sujeito coletivo que protagoniza um processo social e questiona a visão hegemônica da realidade e o modo como o conhecimento é produzido política e historicamente, incluindo a perspectiva de grupos sociais subalternizados.

A produção da ciência que o trabalho de extensão e pesquisa promove só é possível quando há vínculo com quem se pretende

compreender. Segundo Pajares Sánchez (2020), há valorização dos vínculos de afetos que conectam as pessoas e uma compreensão da dimensão política de tais redes. Com o conhecimento produzido, desde uma perspectiva feminista, aprendemos a dar a devida importância a todos os sujeitos da história e como se constroem e definem socialmente as relações, porque trata-se de um sujeito coletivo do conhecimento e, portanto, partilha espaços, ferramentas e processos de forma participativa com o intuito de, em suas palavras: “[...] *reapropriarse de sí, para transformarnos en sujetos de nuestras propias prácticas, individuales y colectivas*” (Pajares Sánchez, 2020, p. 302).

A potencialidade da participação como metodologia está na criação de espaços políticos que permitam fortalecer laços, criar resistência e investir em repertórios orientados para a transformação da realidade. No decorrer dos anos, o projeto de extensão foi construindo um repertório de experiências no acompanhamento de jovens em processos de transformação de suas realidades singulares e coletivas, em especial aquelas que dizem respeito à violência de gênero. Alguns registros já discutem sobre formas de resistência e denúncia de jovens estudantes diante da desigualdade de gênero reiterada no contexto escolar, inclusive sob forma de assédio (Silva; Borba, 2018; Silva *et al.*, 2023; Reis *et al.*, 2023). É parte do método a reflexão pessoal como ponto de partida, fazendo com que emergam preconceitos, dúvidas, posturas e situações invisibilizadas no cotidiano. É preciso que sejam explicitadas as relações de poder entre as pessoas envolvidas, que, nessa perspectiva teórico-metodológica, são

consideradas igualmente como sujeitos políticos e do conhecimento (Pajares Sánchez, 2020).

Nessa direção, incorporar as perspectivas da pesquisa participativa, da educação popular e da perspectiva feminista no trabalho pesquisa-extensão implica uma atenção importante para as tensões e conflitos que emergem, tanto da desqualificação da extensão em relação à pesquisa (analogia com o modo como as propostas participativas foram vistas na academia nos anos 1970 e 1980), como da disputa em torno dos significados sobre gênero, sexualidade e outros marcadores sociais da diferença enquanto constitutivos da vida humana. Notadamente, entendemos que os esforços do trabalho que desenvolvemos fazem parte de um conjunto de iniciativas de produção do conhecimento:

*[...] diferentes técnicas e dinâmicas e práticas educativas diversas que visam sensibilizar mulheres (e homens, também) para as questões de gênero. Essas práticas político-pedagógicas, aqui denominadas de “pedagogias feministas”, integram as chamadas “pedagogias críticas”, ou “pedagogias alternativas”, voltadas para uma educação libertadora, e têm sido empregadas tanto no trabalho com setores populares quanto na esfera da educação formal. De fato, as pedagogias feministas têm sido bastante teorizadas, aplicadas e avaliadas em diferentes disciplinas, incluindo-se aí os estudos sobre mulheres, comunicação, educação e estudos culturais, dentre outros (WALLER, 2005, p. 19), já existindo, hoje, uma ampla bibliografia sobre práticas pedagógicas feministas também no ensino superior (Sardenberg, 2011, p. 18).*

O trabalho desenvolvido se dá numa interação entre ensino e aprendizado com base em valores que buscam colaborar



para erradicar as discriminações em geral, mas principalmente as baseadas em gênero e raça. Assumimos posição-teórica metodológica alinhada com as perspectivas feministas que se comprometem com o rompimento do acovardamento branco diante da desigualdade racial, “[...] considerando a dimensão racial da história do Brasil e assumindo para nós a colaboração com as lutas sociais antirracistas” (Nascimento; Costa; Clemente, 2023, p. 3).

O modelo e as práticas político-pedagógicas adotadas pressupõem um referencial teórico comprometido com a justiça social que articula a distribuição da redistribuição, do reconhecimento e da participação (Fraser, 2006), mais alinhada com uma perspectiva que considera as estruturas e sistemas de opressão e privilégios, mas também a dimensão individual. Incorpora também pedagogias críticas e uma educação intercultural que leva em consideração as intersecções entre gênero, raça, classe, idade, orientação sexual e outros marcadores sociais da diferença, inclusive em relação à subjetividade, tal como coloca Sardenberg (2011).

No processo educativo, as pessoas-corpos têm posicionalidades distintas que são consideradas no processo, além de um permanente questionamento sobre discursos dominantes, categorias e oposições binárias. Como coloca bell hooks (2017), é preciso buscar conexões entre pessoas com posições distintas, instituir alianças de solidariedade que dependem da compreensão e apreciação das diferentes posições e que podem levar à criação de um espaço de confiança emocional, de consideração mútua das partes envolvidas. Tal como a essa teórica-educadora, nos interessa a educação

como prática libertadora e as estratégias pedagógicas que sirvam para estudantes, mas também para nós, professoras, encarnadas na função de formar profissionais, empenhadas em desafiar e mudar os processos pedagógicos formativos que não promovam uma educação libertadora e buscar fazer com que todas as pessoas envolvidas se sintam igualmente comprometidas com a criação do contexto de aprendizagem mútua, dinâmica e irregular.

A reflexão aqui apresentada, portanto, encontra-se situada em uma perspectiva pedagógica feminista que preconiza a participação das pessoas e grupos envolvidos no processo, em particular, reconhecendo o papel das diferenças — gênero, classe, raça, orientação sexual, entre outras — como importantes, tanto para reivindicação por parte dos/as/es participantes do processo educativo quanto como elementos que ajudam na produção de análises da realidade (Selister-Gomes; Quatrin-Casarin; Duarte, 2019). Situa-se também em metodologias participativas que igualmente estão em diálogo com uma concepção de pesquisa-ação, e possibilitam a interação entre produção científica, saberes populares e ações que se adequem aos contextos social e cultural, conduzidos pela ética, segundo Thiollenti e Colette (2013).

Esse fazer participativo caracteriza-se por um processo em constante e permanente construção com todas as pessoas envolvidas, pluralidade de perspectivas e procedimentos investigativos e, com isso, por um caráter interdisciplinar. Historicamente, as metodologias participativas vêm sendo praticadas em projetos de pesquisa e extensão universitária, principalmente

nas áreas sociais, com destaque para educação e saúde. Aponta-se, nesse sentido, a importante colaboração dessas metodologias para a relação entre comunidade acadêmica e comunidade externa, uma vez que: “[...] os métodos participativos de pesquisa promovem cooperação, intercâmbio e reforçam o aprendizado como processo contínuo, pois reconhecem que o conhecimento se constrói em rede, acolhendo as diferentes contribuições presentes no território” (Thiollenti; Colette, 2013, p. 8).

A construção desse conhecimento em rede também parte da perspectiva freiriana de que seres sociais estão no e com o mundo, refletindo sobre ele e como estar nele, em um fazer que é ação e reflexão, teoria e prática, práxis. Uma relação dialógica que permite manifestação e discussão das visões de mundo de cada uma das pessoas envolvidas por meio de um processo crítico (Freire, 2022a, 2022b).

### ***O processo inventivo das metodologias entre pares, para, e junto de jovens estudantes***

A metodologia participativa tem sido um dos maiores investimentos do processo de trabalho que implica no permanente desafio de reconhecer particularidades dos contextos e dos interesses visando propor ações que possam contemplar as experiências juvenis e os sentidos atribuídos pelos/as/es próprios/as/es jovens às questões trabalhadas.

Ao incorporar o contexto escolar, apostamos na apreensão da escola como um território ocupado pelos/as/es estudantes de um modo distinto daquele preconizado pela instituição, e que, com isso, ganha outros sentidos que independem

daquilo que se espera e se persegue com regras e condutas disciplinares escolares (Silva, 2019). Enquanto território juvenil, a escola é entendida não somente como um local que procura proporcionar o domínio de conteúdos para a formação no ensino médio, mas, principalmente, como espaço de interação social, convivência entre as diferenças, encontros e trocas, compartilhamento de experiências e culturas juvenis.

A ideia de território que defendemos aqui não se limita ao espaço fisicamente demarcado, mas o compreende, fundamentalmente, como um espaço de interações subjetivas, desejantes e de produção de sociabilidades; território que constitui o sujeito, que, por sua vez, atribui sentidos a ele (Perlongher, 1987). Definida pelo citado autor a partir de uma realidade completamente diferente — a saber, rua e prostituição masculina —, o sentido conceitual atribuído à categoria território dá conta de defender que territórios se constituem também pelo desejo dos sujeitos que os ocupam, como ocorre na escola.

Para o trabalho com juventude, é preciso também considerar outras dimensões territoriais juvenis, das quais destacamos duas, percebidas como relevantes ao longo dos processos da invenção-execução das metodologias participativas: uma, constituída pelas redes sociais digitais e, a outra, pela circulação dos/as/es jovens, para além da escola, pelos e entre os espaços que vivem, incluindo acesso (ou não) a serviços.

Por orientar-se por uma perspectiva comprometida com a justiça social (Fraser, 2006), ou seja, transformação para a redistribuição político-econômica que possibilite equidade social com reconhecimento cultural e simbólico de

grupos que sofrem ocultamento, desrespeito e dominação cultural, o processo de pesquisa-extensão, tanto por sua dimensão metodológica como por sua dimensão formativa, tem, também, a pretensão de contribuir com o enfrentamento de alguns processos de exclusão, discriminação e estigmatização reproduzidos no cotidiano da escola, como preconizam as pedagogias feministas. Enfrentamento que se constrói com jovens sujeitos, no engajamento pela promoção do acesso a direitos e com processos formativos baseados em uma perspectiva ético-política balizada nos direitos humanos e no reconhecimento de lacunas na formação acadêmica universitária e de demandas das escolas, que se articulam em um processo pautado pela realidade juvenil e do cotidiano das instituições escolares com as quais estabelecemos interlocução.

O processo formativo de estudantes da graduação se dá no trabalho desenvolvido, igualmente, a partir de uma perspectiva participativa, e, desse lugar, busca compartilhar e responsabilizar as/os graduandos/as/es em todas as etapas do processo. Assim, a formação depende da participação de todas as pessoas, o que inclui a pactuação junto às instituições escolares e seus/as/es agentes, para além da participação na proposição das atividades, mas incluindo execução e avaliação das metodologias. Como um processo contínuo, a abordagem metodológica é capaz de absorver elementos que se apresentam no dia a dia das escolas, mas também nas experiências dos sujeitos jovens destas e da universidade.

No “chão da escola” (Pereira, 2017) podemos ter contato direto com agentes escolares e acompanhar parte da

rotina, produzindo, com isso, um tipo de conhecimento pautado pela juventude escolar a partir das atividades de pesquisa-extensão em campo, a considerar os rituais do cotidiano escolar como estratégias de transmissão institucional das normas e da resistência a elas apreendidas nas práticas juvenis (Pereira, 2012). A escola possibilita — nela e através dela —, câmbios entre o território, os coletivos e as diversas práticas juvenis. É na escola que os jovens criam redes e teias de socialização, firmando sua identidade e demarcando território (Menezes; Arcoverde; Liberdi, 2008).

O interesse pela juventude escolar nos remete diretamente para a questão da internet e, especificamente, das redes sociais digitais como parte da realidade, do cotidiano e das relações juvenis contemporâneas, participando da rotina na escola e confrontando a disciplina pretendida e os limites impostos pelos muros escolares (Sibilia, 2012). As relações digitais constituem o território juvenil que é traçado pelas redes e seus nós (Castell, 2013), e é onde estudantes também vivenciam suas experiências.

Com a pandemia de Covid-19, diante da premissa do distanciamento físico imposto pela transmissão do vírus SARS-COV-2, essa dimensão ganha maior relevância com a migração do espaço de aprendizagem da escola para a internet. O digital, até então priorizado como espaço de lazer e socialização por parte dos/as/es jovens, se torna ferramenta prioritária para acesso à escola, emaranhando as linhas que tecem as redes juvenis.

Ao longo de oito anos de desenvolvimento desse trabalho de campo que persegue um processo coletivo foi possível acumular dados sobre a instituição escolar, permitindo observar que ela ainda opera a

partir de modelos que reiteram concepções hegemônicas e naturalizantes de gênero e sexualidade. O cotidiano de regras e práticas pedagógicas segue dando condições ideais para que posições de subalternidade sejam atribuídas aos corpos lidos como femininos e/ou não heterossexuais na escola (Louro, 2008, 2013). Tal situação mobilizou muitos esforços na direção de metodologias que incluíssem conteúdos sobre relações de gênero, resultando em processos criativos elaborados na interação entre jovens da escola e graduandos/as/es.

O trabalho de campo, durante as atividades de extensão e pesquisa, foi marcado por desafios vividos por estudantes em um cotidiano escolar onde há hierarquias que se impõem em pressupostos adultocentrados que desvalorizam o que pensam e sentem (Silva, 2019). Não há quase recursos de enfrentamento das injustiças de gênero na escola, que, muitas vezes, acaba reproduzindo as desigualdades em suas expectativas, normas e regras.

O percurso permitiu-nos ter alguma proximidade com experiências de assédio vividas, principalmente, pelas estudantes, inclusive narrativas sobre distintas formas de violências de gênero que foram nomeadas de assédio e traduzem a realidade complexa das hierarquias institucionais, que tendem à reiteração das expectativas hegemônicas de gênero e sexualidade nas práticas sociais, disciplinares e normativas das escolas, dando pouca escuta às perspectivas juvenis (Silva *et al.*, 2023) —, e vem se desdobrando na produção de um conhecimento engajado, que se materializa na produção de recursos educativos pelas/es/os e com jovens e em outros processos reflexivos sobre desigualdades de gênero

na sociedade e na escola, de modo a compor com estratégias de enfrentamento e de acesso a recursos e direitos.

Diante das múltiplas e plurais experiências e situações sociais vivenciadas pelos/as/es jovens, o trabalho de produção do conhecimento que se constrói nas distintas atividades de pesquisa-extensão precisa lidar com os desafios que emergem do cotidiano das escolas e induzem a perseguir novos caminhos de intervenção e investigação. Na particularidade do trabalho com regiões periféricas, os desafios se aprofundam diante de escolas que, cada vez mais, assumem caráter coercitivo e de controle, com suas grades, portões, trancas e até presença de agentes de segurança pública, além da desvalorização e precarização de estrutura e recursos do/para o trabalho pedagógico (Pereira, 2016). Destaca-se, também, a ausência de articulação entre serviços sociais das diferentes políticas públicas para atendimento de referência às juventudes nesses territórios geográficos, principalmente no que diz respeito à articulação com a instituição escolar (Lopes *et al.*, 2008).

Os mundos juvenis nos desafiam constantemente teórica e metodologicamente, já que estimulam a criação de conceitos para compreender e explicar a realidade, bem como novos instrumentos e técnicas para captar, sistematizar e analisar essa realidade. Os caminhos e desafios na pesquisa com jovens são diversos, reforçando a necessidade de se buscar por etnografias criativas que acompanhem os fluxos destes, em suas andanças e itinerâncias, como essenciais (Ferreira, 2017).



Assim, as propostas metodológicas participativas procuram atentar para a relevância da realidade de jovens na sua pluralidade buscando garantir sua participação no processo, o que nem sempre é algo fácil ou simples de acontecer. Há que se considerar, em particular, as condições materiais de vida, especialmente no contexto pós-pandemia de Covid-19, dado que as conjunturas sociais foram sendo precarizadas no Brasil, acionando os/as/es jovens para a busca de trabalhos temporários, bicos, acarretando uma menor disponibilidade para atividades extracurriculares (Corrochano; Tarábola, 2023).

Os processos metodológicos de produção de conhecimento necessitam ser abertos e flexíveis para que possam não somente incluir as experiências das pessoas, mas também promover a coletivização da partilha de tais experiências. O modo como as distintas experiências aparecem pode, inclusive, explicitar visões de mundo que divergem de outras pessoas participantes do processo e a dinâmica metodológica inclui o agenciamento de conflitos em algumas situações, além da abertura para uma permanente pactuação do processo que pode modificar a proposta elaborada. É preciso que tenhamos sempre um diálogo respeitoso com todas as posicionalidades naquilo que se apresenta sob a forma de conflito, além de reiterar o compromisso com a produção de uma convivência que busca, sempre, justiça de gênero e raça nas escolas.

Tanto o cotidiano escolar, com suas práticas e normativas, como as experiências juvenis do dia a dia no interior dessas escolas nos convocam a ir além das reproduções sociais que se dão nesses espaços, para aprendermos a perceber, contemplar e valorizar as fendas

nas estruturas e práticas disciplinares de modo a colaborar para a construção de um cotidiano a partir das práticas de resistência capaz de incorporar as mudanças sociais. A sensibilidade teórica estaria, portanto, em buscar explorar as “[...] miudezas da vida social, as potencialidades interpretativas de aspectos aparentemente anódinos da vida cotidiana que nos podem dar pistas sobre as dinâmicas e os processos sociais juvenis” (Pais; Lacerda; Oliveira, 2017, p. 311).

### ***O fazer coletivo: escola e universidade participando da construção de outras perspectivas com jovens***

O trabalho de campo em pesquisa-extensão consiste no desenvolvimento de uma série de atividades junto a jovens, docentes, gestores/as/us e profissionais de saúde na escola, prioritariamente, mas também em outros espaços. Aqui, estamos compartilhando reflexões elaboradas a partir de parte dessas atividades, analisadas e empregadas como base empírica para a análise proposta e aqui apresentada.

As atividades revisitadas foram: 1. “Oficinas da diferença”, que abordaram gênero, raça, classe, estilo de vida, geração e se construíram a partir de elementos das práticas culturais juvenis; 2. “Oficinas de memes & máscara”; 3. “Oficinas de formação em/para pesquisa” junto a jovens pesquisadores/as/us das escolas; 4. Rodas de conversa para produção de dados de campo e discussão de resultados prévios das pesquisas; 5. Oficinas de Prevenção Integral; 6. Observações do cotidiano das escolas.

Nomeamos “oficinas das diferenças” (Atividade 1) os encontros que utilizam uma estratégia metodológica que permite trazer a

experiência das juventudes, além de valorizar as possibilidades de identificar e compreender intersecções entre os marcadores sociais das diferenças que as constituem (Silva; Borba, 2018). Revisitamos, para essa reflexão, considerando a potência do trabalho produzido, as oficinas “memes & máscara” (Atividade 2), por terem sido realizadas de modo remoto, durante a pandemia, como parte do trabalho previsto para o projeto temático, referido anteriormente. Foi também uma demanda da gestão de uma das escolas acompanhadas, a partir do retorno às aulas presenciais no início de 2021, preocupada com as medidas de prevenção por parte dos/as/es estudantes, em especial, a adesão ao uso das máscaras de modo contínuo.

As “Oficinas de formação em/para pesquisa” junto a jovens pesquisadores/as/us das escolas (Atividade 3) constituíram-se enquanto etapa essencial sobre reflexão do compromisso ético das ações coletivas no território e do acesso a informações sensíveis e pessoais dos/as/es jovens participantes das ações e tinham por objetivo discutir com jovens das escolas parceiras sobre ciência e o fazer científico em relação dialógica com todas as pessoas e saberes envolvidos no processo. Foram realizadas anualmente, entre 2019 e 2022, a partir da chegada dos grupos de jovens pesquisadores/as/us das escolas no Projeto.

Já os registros das rodas de conversa<sup>6</sup> (Atividade 4) integram essa reflexão como parte do trabalho de campo de várias iniciativas de pesquisas de iniciação científica de graduandos/as/es no interior do grupo — desenvolvidas principalmente durante o período da pandemia —, e de discussão de resultados prévios das pesquisas, prioritariamente, no que diz respeito a dados levantados a partir de questionários aplicados nas escolas que compõem a pesquisa temática em seus três sítios, nos anos de 2019 e 2022, e tiveram como temáticas principais as necessidades em saúde, o uso da internet, violência, vida sexual e reprodutiva e as diversidades étnico-racial, religiosa e das famílias de estudantes de ensino médio em São Paulo.

As Oficinas de Prevenção Integral (Atividade 5) ocorreram também no âmbito das atividades do Projeto Temático, nos anos de 2022 e 2023, e tinham como proposta trabalhar as temáticas da prevenção de Covid-19, IST e HIV-AIDS, gravidez, saúde mental e sofrimento psicossocial. Elas compõem o material de reflexão por apresentarem questionamentos pertinentes de jovens acerca da discussão de gênero e sexualidade na escola, como também da “zoeira” como mecanismo que reproduz normatividades de masculinidade e feminilidade (Pereira, 2017).

<sup>5</sup> As “Oficinas da diferença” foram realizadas em parceria com o projeto de extensão em uma das escolas, nos anos 2016 e 2017, como parte de um projeto anual desenvolvido regularmente e nelas foram trabalhadas temáticas da diversidade. Também foram revisitadas as oficinas realizadas em duas escolas durante processo de iniciação científica de Priscilla Cardoso de Sá, Raissa Mian Terra, Karen Corrêa Sales Stein, Graziela Massi e no mestrado acadêmico de Leonardo Graco de Oliveira Braz.

<sup>6</sup> Os registros das Rodas de conversa realizadas durante o período de iniciação científica das/os estudantes de graduação: Vitória Lopes Hiraishi, João Vitor Saldanha de Oliveira, Bruna Correa da Silva, Julia Consoli Ferrari Neves Brandão, Esther Benevine de Souza, David Gomes de Lorence Lima; e estudante de pós-graduação Bruna Carolina Silva dos Reis.

Estar no “chão da escola” é também estar em permanente observação do cotidiano institucional (Atividade 6). Desse modo, é uma técnica constitutiva das atividades do Projeto, mas que é realizada de modo mais sistemático e com método mais rigoroso durante as atividades de pesquisas: iniciações científicas articuladas à extensão, pós-doutoramento e atividades do Projeto Temático.

O trabalho implicou em revisitar os registros coletivos dessas atividades em formatos de relatorias e/ou diários de campo. Ao longo de todo processo, como eram inúmeras atividades que aconteciam e na maior parte das vezes em grupo, estimulávamos os/as/us estudantes a registrarem em um único documento, para além do registro da atividade em si, reflexões e apontamentos que gostariam de partilhar. Esses registros coletivos não substituíram os registros individuais, mas representam melhor o processo participativo.

Todas as atividades descritas anteriormente foram desenvolvidas com permanente acompanhamento das escolas, presença da equipe, contínuas pactuações junto à gestão e, principalmente, com a constituição de equipes de agentes jovens nas escolas, formadas por estudantes do ensino médio que foram acompanhados/as/es de perto por estudantes de graduação.

Para a formação de uma equipe de agentes jovens, vale destacar aqui a importância do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica — Ensino Médio (PIBIC-EM), do

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que foi uma estratégia relevante. Nossa experiência tem mostrado que um de seus objetivos — a aproximação dos/as/es estudantes das escolas públicas de ensino médio das universidades públicas —, vem sendo cumprido, considerando nossa participação nele entre 2018 e 2022. Ainda que limitado a poucas bolsas, quem tem a oportunidade de ser bolsista acaba tendo maiores possibilidades de investimento de tempo para o estudo e de incorporar a universidade nos planos de futuro, compondo com a equipe e somando nas ações de extensão e pesquisa (Reis et al., 2023). Vale ainda destacar que em fevereiro de 2023 as bolsas do PIBIC-EM foram reajustadas pelo Governo Federal, passando de R\$ 100 para R\$ 300 mensais. O reajuste significou um importante avanço na valorização da pesquisa desenvolvida em colaboração entre escolas e universidades.

Assim, a sustentação do trabalho vem sendo garantida pela eleição de métodos e recursos que consideram a experiência juvenil e as diferenças constitutivas dos sujeitos (Silva; Borba, 2018; Pan; Borba; Lopes, 2022). A metodologia dinâmica e atenta à realidade das práticas juvenis permite a produção de recursos potentes, como é o caso da utilização de memes nas oficinas, experiência iniciada a partir de pesquisa de iniciação científica em uma escola de ensino médio e fundamental II do Guarujá entre 2017 e 2018, que se desdobrou em outras iniciativas<sup>7</sup>. Memes e

<sup>7</sup> Pesquisa sobre zoeiras e gênero na escola da, então, estudante Priscilla Karaver de Sá, com desdobramentos importantes, como o conjunto de oficinas ‘Juventudes, Redes e Conexões’ realizadas por extensionistas do Projeto em parceria com o SESC de Guarulhos em 2020 para a ação Juventudes em Foco, roda de conversa na Biblioteca São Paulo (2020) e oficinas ‘memes & máscaras’, desenvolvidas em 2021 junto a estudantes de escola técnica, a fim de discutir o uso de máscaras como medida de prevenção para Covid-19, pensando no retorno das aulas presenciais na escola.

outros elementos do mundo digital vêm se mostrando como recursos que permitem aproximação com a realidade, além de se mostrarem pertinentes e potentes no reforço do diálogo juvenil entre pares, considerando as diferenças constitutivas dos sujeitos (Sá; Silva, 2019).

O modo de fazer o campo de pesquisa-extensão permite explorar aspectos das práticas juvenis que aprendemos em todos os encontros e atividades, mas também durante o processo de negociação com gestores/as/us e docentes das escolas. A negociação permite que as atividades desenvolvidas sejam espaços que oportunizam o diálogo e o debate sobre questões de gênero, sexualidade, relações raciais e discriminação, entre outros temas caros para a educação. O lugar privilegiado de interlocução direta com jovens também ajuda na negociação referida, justamente pelo seu caráter horizontalizado, buscando escapar de hierarquias de posições ou geracionais. Sabemos, também pela experiência acumulada, que nem sempre as hierarquias podem ser dissolvidas quando se trata das relações na instituição escolar, que, muitas vezes, são marcadas pelo adultocentrismo hierárquico. O reconhecimento desse contexto também nos fornece pistas para seguir na negociação e no investimento em relações mais coletivas e, portanto, horizontalizadas na circulação de saberes.

A execução da metodologia nos ensina, portanto, também sobre relações e hierarquias escolares. Para pensar sobre isso, a experiência das “Oficinas de máscaras & memes”, que ocorreram em espaço virtual a partir do uso da plataforma *Teams da Microsoft*<sup>8</sup>, permitiu-nos viver a interferência da plataforma na horizontalidade do processo, uma vez que cabia ao/a/u professor/a/e da escola o gerenciamento das funções durante o uso do *Teams*, ou seja, a participação de estudantes tinha que ser autorizada, um pouco diferente do que acontecia no uso do *Google Meet*<sup>9</sup>, pois era manejada por todas as pessoas da equipe da extensão, não passando pela escola.

De certo modo, o espaço virtual reproduzia as hierarquias da escola. A disposição em fileiras das salas de aula na escola, a presença de professoras/es/us em quase todas as atividades, incluindo as extracurriculares, e a necessidade de obter autorização para qualquer coisa feita em solo escolar são situações recorrentes de campo. Sempre que possível, em nossas oficinas e rodas de conversa primeiramente modificávamos o ambiente, para depois realizar a atividade. O modo de fazer pesquisa-extensão era identificado pela forma como os espaços eram organizados dentro das escolas, fazendo com que os/as/es estudantes reconhecessem nossa presença independente de saberem ou participarem das atividades.

<sup>8</sup> Plataforma digital disponibilizada pelo Governo do Estado de São Paulo para utilização das escolas públicas durante o período da pandemia.

<sup>9</sup> Plataforma digital disponibilizada pelo Governo Federal para utilização das Instituições Federais de Ensino Superior e, portanto, pela Unifesp.



Nesse sentido, nossa escolha metodológica para o trabalho de campo de pesquisa-extensão borra algumas premissas da metodologia — ainda hegemônica no processo de produção do conhecimento científico e também no processo educativo das escolas — tal como apontado acima, buscando uma revisão constante das posturas e das subjetividades assumidas por nós, pesquisadoras, quando estamos na busca de uma real interlocução com os/as/es jovens e outros/as/es atores/atrizes/atoras que compõem os campos empíricos.

A articulação entre a extensão e a pesquisa, como condição dessa produção e como propostas formativas, nos coloca em uma empreitada educativa que demanda constante produção de novas tecnologias, de modo a fomentar a produção teórica no campo vivo da escola e das juventudes. Nesse processo, a formação universitária acontece a partir do aprendizado e da produção de conhecimento entre pares.

A metodologia participativa, desde essa perspectiva libertária e que implica todas as pessoas participantes, tem potencial para contribuir com estratégias de enfrentamento de um crescente conservadorismo a quem interessa controlar as instituições escolares e as próprias políticas públicas de educação. Além dos temas que vêm sendo trabalhados, o modo como as atividades acontecem permite retroalimentar algumas das iniciativas da comunidade escolar que buscam um cotidiano com mais justiça social, além de fomentar ações, a partir dos próprios encontros e espaços de diálogo que a pesquisa-extensão acaba produzindo, que colaboram no enfrentamento das práticas conservadoras contra as escolas.

Da parceria com a escola de ensino médio integrado ao técnico em Santos, desde 2015, arriscamos elencar elementos

que podem ser atribuídos, pelo menos em parte, como resultantes do trabalho de pesquisa-extensão realizado. Destacamos o modo como a gestão escolar conduz certos processos complexos do cotidiano, investindo em uma parceria corajosa, ousada e comprometida com temas sensíveis e em disputa na instituição de ensino, como é o caso das relações de gênero, sexualidade e relações raciais, pautadas de modo contínuo no apoio aos projetos interdisciplinares, mas com maior centralidade entre os anos de 2016 e 2017. O trabalho constante de produção de conhecimento e tecnologias na escola permite que haja permanente escuta, acolhimento e busca de espaços de pertencimento para todas/os/es estudantes. Um exemplo disso está nos esforços, por parte da gestão, em promover uma escola democrática, na defesa dos direitos de estudantes não binários, com adoção de nome social, discussão com docentes resistentes e busca de maior conhecimento sobre a temática de forma espontânea, a partir da demanda da realidade.

O processo metodológico de pesquisa-extensão participativo depende e fortalece uma relação colaborativa entre escola-universidade e, por um lado, investe no protagonismo da produção do conhecimento entre pares e amplia o repertório de estudantes das escolas de ensino médio que, na relação com jovens graduandas/os/es, aproximam-se da universidade pública. Os diálogos, trocas e encontros realizados entre jovens de ensino médio e universitários/as/es podem favorecer a inclusão da universidade nos planos de futuro da juventude das escolas públicas, pois permitem a troca sobre forma de ingresso, as inúmeras possibilidades de constituir uma carreira acadêmica, os apoios advindos das políticas de permanência

estudantil e o próprio cotidiano universitário. Ao longo de nossa trajetória, temos notado que os/as/us estudantes das escolas vão demonstrando maior interesse na medida em que se aproximam mais da realidade universitária na companhia de outros/as/es jovens, criando vínculos e nutrindo espaços para essas trocas e compartilhamentos.

A metodologia participativa no trabalho de pesquisa-extensão permite que estudantes universitários/as/es, por outro lado, vivenciem uma potente experiência formativa que se desdobra em outros percursos acadêmicos como iniciações científicas, trabalhos de conclusão de curso, mestrados, doutorados e pós-doutorado<sup>10</sup>. Além do investimento na formação interdisciplinar extensionista, na interface entre saúde e educação, para cerca de 60 graduandos/as/es da Unifesp que passaram pelo projeto desde 2015.

De forma coerente com nossa perspectiva metodológica, é preciso pensar a juventude escolar inserida em uma região geográfica que é considerada no planejamento das atividades de campo. Especificamente, na interlocução educação e saúde, importa entender quais os percursos juvenis pelo bairro onde moram, os lugares que frequentam. Durante o período que estivemos nas escolas, era do nosso interesse conhecer a rede pública de saúde de modo a tentar colaborar com estratégias de aproximação entre a escola e serviços de saúde, uma articulação historicamente desconexa. Destacamos as tentativas de interlocução

com serviços de saúde mental, que se apresentou como uma demanda comum, do ponto de vista da gestão escolar, e anunciada pelas narrativas de sofrimento e preocupação dos/as/es estudantes.

Os processos formativos de pesquisa-extensão se deram num movimento participativo constituído de diferentes perspectivas, desafiando a realizar uma interlocução capilarizada, que reconhece a participação de todas as pessoas — e suas posições na hierarquia — como condição para que resultem na produção coletiva de conhecimento, ajudando com a horizontalização dos processos. Sem desconsiderar as violências que se reproduzem no cotidiano escolar e em outras dimensões da vida, a metodologia permitiu identificar formas de resistência aos processos discriminatórios e violentos, além de oportunizar a possibilidade de colaborar com algumas reformas nos processos educativos, nas normas e no cotidiano escolar, que os aproximam de uma convivência democrática. Este modo de fazer nos sensibiliza para identificar as criativas ocupações juvenis dos espaços da escola, ora participando da construção, ora acompanhando mais de fora, mas sempre valorizando a escola como território juvenil.

Assim, como resultado do percurso metodológico, entendemos de forma muito nítida que a juventude estudantil considera absolutamente necessária na escola as discussões de gênero e sexualidade que considerem desejos e vivências delas/es/us. Também aprendemos a força juvenil

<sup>10</sup> Durante o período aqui analisado, foram desenvolvidos mais de 10 projetos de iniciação científica com bolsa (CNPq ou Fapesp), 3 pesquisas de mestrado, 1 de doutorado, 1 de pós-doutorado, além de 4 trabalhos de conclusão de curso.

na denúncia de violências do cotidiano e a reivindicação de uma responsabilização no enfrentamento a elas por parte da escola.

O período pandêmico e seus efeitos foram significativos no modo como seguimos as atividades e nos seus resultados. Ao analisar os materiais acumulados das atividades de pesquisa-extensão nas escolas, nos demos conta que a Covid-19, tanto na universidade como no ensino médio, provocou uma profunda modificação nas relações juvenis e no modo de “estar” na escola/universidade. Em termos metodológicos, nos colocou diante do desafio de não só estar no “chão da escola” através das telas, como também de uma formação universitária em extensão e a realização de campo de pesquisa sem poder ir a campo, sem poder estar no território presencialmente.

A experiência das “Oficinas de máscaras & memes”, ocorrida em período de restrição de mobilidade, ilustra bem o desafio metodológico vivido. Realizar uma oficina com metodologia participativa com as 16 turmas de ensino médio da escola de modo remoto só foi possível com o movimento contínuo da construção que se deseja coletiva entre jovens graduandas/os/es e das escolas, docentes-coordenadoras do projeto e gestão da escola. Para acontecerem as oficinas, muitas foram as reuniões remotas com gestão escolar e professores/as/us e, sobretudo, para garantir um modo de fazer que se produziu a partir de permanentes discussões com jovens para construção de proposta que discutiu a relevância e entraves para uso de máscaras a partir de memes de forma a fazer sentido e proporcionar reflexões que pudessem aumentar a adesão ao uso, de modo participativo e coletivo.

Cabe ressaltar ainda que tal oficina só foi possível porque a escola onde aconteceu efetivou ações para que estudantes

pudessem acessar as atividades escolares durante a pandemia, mapeando as condições de acesso à internet e equipamentos eletrônicos para propor e efetivar soluções. Essa não foi a realidade da outra escola acompanhada pelo grupo e, dessa forma, para além das dificuldades já inscritas no processo de manter as relações de maneira virtual, em momento tão profundo e delicado como uma pandemia global, também se colocavam importantes barreiras de ordem objetiva: desigualdade dos elementos estruturais e psicopedagógicos para o desenvolvimento do trabalho — escolar e em pesquisa-extensão — remoto (Coutinho; Martins; Corrochano, 2022).

Seguimos sob o efeito dos desafios éticos-políticos e metodológicos do período pandêmico para formação, além de seus desdobramentos para a realidade da juventude estudantil com quem convivemos no trabalho junto às escolas. Mas, sobretudo, destacamos o modo como a migração do espaço de aprendizagem e socialização das juventudes das escolas e universidades para a internet, prioritariamente, em função das medidas de prevenção que reduziram a mobilidade, fizeram com que a tela dos dispositivos eletrônicos participasse do cotidiano de maneira profunda. Por outro lado, essa situação também revelou os limites da realidade socioeconômica desigual brasileira no que tange ao acesso a recursos, inclusive à internet.

Além disso, os recursos metodológicos produzidos durante o período de isolamento e a produção de novas estratégias de aprendizado, de forma fisicamente distanciada e remota, levaram a uma exaustão causada pela utilização dos dispositivos, que, ainda hoje, é percebida entre os/as/us jovens da universidade. A experiência na utilização de recursos remotos também nos

ensinou sobre a importância das interações presenciais, demonstrada pela limitação que a interação digital apresenta em termos de relações humanas de cuidado, trocas (incluindo corporais), afeto e socialização.

Por outro lado, em termos metodológicos, conseguimos manter um processo participativo, dentro da limitação que o modo remoto coloca, além de garantir não apenas a continuidade do trabalho de campo, mas a permanência no “chão da escola”, mesmo que de modo remoto. Tal experiência também trouxe mais elementos para pensar a internet como um território juvenil, que cada vez mais ganha centralidade no modo de ser jovem e estudante no contemporâneo.

Estar, verdadeiramente, com os/as/us jovens é um desafio que nos propusemos a sustentar permanentemente durante todo o processo: pré, durante e pós-pandemia, cada qual com sua particularidade de contexto, conforme demonstrado acima, o que implicou diferentes metodologias inventivas. Ainda assim, todas elas comprometidas com a premissa participativa — estar, em pares e horizontalmente, com jovens —, feminista e antirracista, transgredindo com normativas de gênero e sexualidade, posicionando-se de forma ativa contra as desigualdades. De modo geral, questionando e resistindo aos padrões hegemônicos excludentes e violentos.

Empreendimento participativo e engajado que só é possível diante de uma apreensão política das redes de vínculos solidários criados entre todos/as/es agentes envolvidos, na escola e na universidade, que possibilitaram, pelo afeto e inventividade criativa, pistas para resistência e transformação, impactando na formação pessoal das/os/es envolvidas/os/es e também no cotidiano escolar.

## **Apontamentos Finais**

A manutenção de um trabalho permanente de pesquisa-extensão é muito complexa, principalmente pela falta de recursos suficientes. Ainda que com acesso a algumas bolsas de pesquisa e extensão, faltam recursos para itens utilizados no trabalho de campo, transporte, materiais para a realização das oficinas, dentre outros custos. Pensando especificamente sobre o trabalho de extensão, ao longo dos anos lidamos com a realidade de acessar apenas uma bolsa com duração de 12 meses para uma equipe que geralmente tinha, em média, de 10 a 15 estudantes.

A Resolução CNE/CES nº 7 de 2018 do Conselho Nacional de Educação estabelece as Diretrizes do Conselho Nacional de Educação para a Extensão na Educação Superior Brasileira, que implicou na obrigatoriedade, para todas as instituições de ensino superior, em destinar pelo menos 10% de formação em extensão na carga horária total da graduação até o ano de 2021 (BRASIL, 2018). Além dos grandes desafios que isso acarretou ao cotidiano universitário, havia uma certa expectativa da ampliação de recursos para a implementação das atividades, que não ocorreu. Em particular, o processo de implantação, inclusive atravessado por uma pandemia, acarretou outras complexidades nas gestões dos projetos de extensão que já existiam, e deu visibilidade a perspectivas muito destoantes sobre o que é fazer extensão.

É preciso reconhecer que no pós-pandemia vivemos uma intensificação da precarização da vida, de modo geral, e desafios específicos da crise climática que ameaça o futuro. Particularmente, jovens estudantes da universidade e das escolas



seguem lidando com os atravessamentos pandêmicos e o aprofundamento das desigualdades sociais. Por outro lado, o trabalho pôde seguir e concluir seu percurso, sobretudo por insistir na participação, no fazer colaborativo que se efetiva nas trocas de saberes, afeto e experiências entre todas as pessoas envolvidas. Essa relação entre escolas de ensino médio e todas as pessoas envolvidas — estudantes, professores/as/us, técnicos/as/us e gestores/as/us — com a universidade e seus/uas/es sujeitos/as/es — graduandas/os/es, pós-graduandas/os/es e docentes — foi e pode seguir sendo muito promissora, por permitir um fluxo contínuo de saberes, novas produções, novas resistências, mudanças e conhecimentos compartilhados. Todo mundo aprende e ensina, coloca seus interesses e colabora para expandir e potencializar os encontros no estreitamento entre diferentes realidades e leituras de mundo.

Passados todos esses anos, afirmamos que há uma potência na formação interdisciplinar extensionista que se produz na interlocução permanente com pesquisa, e que, ao utilizar metodologias participativas, proporciona às pessoas um repertório prático que não renuncia ao referencial teórico, forma profissionais sensíveis às diferenças e capazes de reconhecer os distintos saberes, ao mesmo tempo que conseguem reconhecer as relações de poder que constituem gênero, raça e classe.

Ressaltamos também o aprendizado tido nos encontros dialogados sobre direitos sexuais, reprodutivos e não reprodutivos, onde foi possível apreender a concretude das demandas juvenis, acompanhando o cotidiano escolar e a relevância das escolas terem espaços de debate sobre sexualidade e gênero. E, mais que isso,

da necessidade de que tais espaços sejam horizontalizados, que permitam a escuta entre posições distintas. Assim, a metodologia participativa se multiplica nos vínculos criados e cultivados nas ações de extensão-pesquisa que são capazes de, concretamente, produzir significado na vida de todas as pessoas envolvidas, sejam da escola ou da universidade. Nessa direção, a metodologia com e para jovens pôde nutrir iniciativas de enfrentamento de vários tipos de violência que seguirão existindo, independente da universidade.

Na relação parceira com as escolas e seus/uas/ues agentes há permanentes mudanças e conflitos que exigem constante investimento para que a dialogicidade seja viável. Isso implica em lidar diretamente com a constante mudança das gestões escolares, principalmente nas escolas de ensino regular. Tais mudanças implicaram em constantes desafios, não somente pela exaustão para a equipe do projeto em sempre precisar repactuar a permanência e as atividades, mas também interfere no modo como são mantidas as relações com estudantes.

Reiteramos que a escola é um espaço privilegiado para compreensão de contextos e conflitos sociais em diferentes ordens — social, econômica, cultural — que são (re) produzidos na/pela instituição e seus/suas/sues agentes, mas principalmente para produzir conhecimento sobre juventudes, com as juventudes. Por isso, e justamente na interlocução direta com jovens, a escola é também (e sobretudo?) um espaço potente para a construção e criação de ações e metodologias participativas horizontais, coletivas e democráticas de enfrentamento às desigualdades de gênero, sexualidade, raça e classe dentre outros.



Quadro 1. Parcerias Institucionais com o “Projeto Juventudes & Funk”

| PERÍODO   | ESCOLA/CIDADE                                                      | REVISÕES SISTEMÁTICAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|-----------|--------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2014-2022 | Ensino Técnico e Médio regular [diurno] Santos                     | Parceria no Projeto “Espiral da cidadania” que consistiu na escolha de temáticas com estudantes para serem trabalhadas ao longo do ano com elaboração de um “produto final” sintetizando o aprendizado coletivo.<br><b>2015:</b> documentários sobre diversidade sexual, questões étnico-raciais e relações de gênero;<br><b>2016:</b> exposição sobre alteridade com subtemas: imigrantes, pessoas em situação de rua, uso prejudicial de álcool e outras drogas, pessoas com deficiência, povos indígenas, relações raciais, pessoas LGBTQIAPN+, entre outros;<br><b>2017:</b> elaboração de <i>fanzines</i> sobre relacionamentos afetivos e aprendizagem na vida digital;<br><b>2018:</b> shows sobre sustentabilidade.<br>Também em 2017 foram desenvolvidas rodas de conversa, diálogos, entrevistas e observações participativas para pesquisa vinculada. Em 2019 foram desenvolvidas atividades vinculadas à pesquisa Temática, relatada no item “O fazer coletivo...”. |
| 2014-2016 | Ensino Médio Regular e Fundamental II [diurno/noturno] Santos      | “Oficinas da diferença” sobre: relações de gênero, relações raciais e classe; destaque para atividades participativas sobre “violência contra a mulher”, utilizando vários recursos resultando na elaboração de mural por estudantes.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| 2017-2019 | Ensino Médio Regular e Fundamentais I/II [diurno] Guarujá          | “Oficinas da diferença” sobre relações de gênero; ênfase na construção social das feminilidades/masculinidades atravessada por raça e classe, além da convivência entre jovens; produção coletiva, via extensão-pesquisa, de metodologias, com utilização de memes e <i>rap/funk</i> /pagode escolhidos por estudantes em oficinas e rodas de conversas; temáticas sobre gravidez, maternidade e paternidade na escola, zoeira, violência, outros.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| 2016-2017 | Ensino Médio Regular e Fundamental II [diurno] Santos              | Parceria com organização não governamental e com jovens de escolas de ensino fundamental II e médio; formação de cinco coletivos juvenis que, para finalizar o processo, realizaram intervenções em seus territórios: reforma de sala de artes, organização de sarau, apresentação de teatro e produção de <i>fanzines</i> .                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| 2018-2022 | Ensino Médio Regular [diurno/noturno] e Educação de Jovens Adultos | <i>Desenvolvimento de atividades vinculadas à pesquisa temática, relatada no item “O fazer coletivo...”.</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

## Referências Bibliográficas

- BRAH, A. (2006). Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, v. 26, p. 329-376. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000100014>
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. (2018). *Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018*. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=104251-rces-007-18&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces-007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 27 nov. 2024.
- CASTELL, M. (2013). *A sociedade em rede*. 24. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra.
- CORROCHANO, M. C.; TARÁBOLA, F. de S. (2023). Neoliberalismo, trabalho e pandemia: experiências e enfrentamentos de jovens das periferias. *Educação & Sociedade*, v. 44, p. e274390. <https://doi.org/10.1590/ES.274390>
- COUTINHO, L. C. S.; MARTINS, M. F.; CORROCHANO, M. C. (2022). O trabalho remoto escolar no contexto pandêmico: limites e possibilidades de estudantes da educação básica da Região Metropolitana de Sorocaba. *Organização & Democracia*, v. 22, p. 223-244. <http://dx.doi.org/10.36311/151901102021>
- FERREIRA, V. S. (2017). Caminhos e desafios metodológicos na pesquisa com jovens. In: V. S. FERREIRA (org.), *Pesquisar jovens: caminhos e desafios metodológicos*. Lisboa, Portugal: ICS – Imprensa de Ciências Sociais. p. 17-31.
- FRASER, N. (2006). Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de Campo*, v. 14/15, p. 231-239. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v15i14-15p231-239>
- FREIRE, P. (2022a). *Educação como prática de liberdade*. 53. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- FREIRE, P. (2022b). *Pedagogia do Oprimido*. 83. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- HOOKE, B. (2017). *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- JURDI, A. P. S.; NICOLAU, S. M.; FIGUEIREDO, L. da R. U.; ROSSIT, R. A. S.; MAXIMINO, V. S.; BORBA, P. L. O. (2018). Revisitar processos: revisão da matriz curricular do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Paulo. *Interface - Comunicação, Saúde & Educação*, v. 22(65), p. 527-538. <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0824>
- LOPES, R. E.; ADORNO, R. C. F.; MALFITANO, A. P. S.; TAKEITI, B. A.; SILVA, C. R.; BORBA, P. L. O. (2008). Juventude pobre, violência e cidadania. *Saúde e Sociedade*, v. 17(3), p. 63-76. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902008000300008>
- LOURO, G. L. (2008). Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, v. 19(56), p. 7-17. <https://doi.org/10.1590/S0103-73072008000200003>
- LOURO, G. L. (2013). Currículo, gênero e sexualidade — o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: G. L. LOURO; J. FELIPE; S. V. GÖELLNER (org.), *Corpos, gênero e sexualidade - um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 43-53.
- MENEZES, J. A.; ARCOVERDE, L. R.; LIBERDI, S. S. (2008). A Pesquisa-Intervenção com Adolescentes: oficina como contexto narrativo sobre igualdade e diferença. In: L. R. CASTRO; V. L. BESSET (org.), *Pesquisa Intervenção na Infância e Juventude*. Rio de Janeiro, RJ: Trópea/Faperj, p. 97-126.
- NASCIMENTO, F. S.; COSTA, M. R.; CLEMENTE, F. S. (2023). Articulando feminismo decolonial, interseccionalidade e educação popular em pesquisa com mulheres negras. *Interritórios*, v. 9(18), p. e258944. <https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.258944>
- PAIS, J. M.; LACERDA, M. P. C.; OLIVEIRA, V. H. N. (2017). Juventudes contemporâneas, cotidiano e inquietações de pesquisadores em

educação — uma entrevista com José Machado Pais. *Educar em Revista*, v. 64, p. 301-313. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.50119>

PAJARES SÁNCHEZ, L. (2020). Fundamentación feminista de la investigación participativa: Conocimiento, género y participación, o del diálogo necesario para la transformación. *Investigaciones Feministas*, v. 11(2), p. 297-306. <https://doi.org/10.5209/infe.65844>

PAN, L. C.; BORBA, P. L. O.; LOPES, R. E. (2022). Recursos e Metodologias para o trabalho de terapeutas ocupacionais na e em relação com a escola pública. In: R. E. LOPES; P. L. O. BORBA (org.), *Terapia Ocupacional, Educação e Juventudes: conhecendo práticas e reconhecendo saberes*. São Carlos, SP: Edufscar, p. 97-126.

PEREIRA, A. B. (2012). Jovens e rituais escolares. In: T. DAUSTER; S. P. TOSTA; G. ROCHA (org.), *Etnografia e educação: culturas escolares, formação e sociabilidades infantis e juvenis*. Rio de Janeiro, RJ: Lamparina, p. 170-189.

PEREIRA, A. B. (2016). “A maior zoeira” na escola: experiências juvenis na periferia de São Paulo. São Paulo, SP: Editora da Unifesp.

PEREIRA, A. B. (2017). Do controverso “chão da escola” às controvérsias da etnografia: aproximações entre antropologia e educação. *Horizontes Antropológicos*, v. 23(49), p. 149-176. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832017000300006>

PERLONGHER, N. (1987). *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo, SP: Brasiliense.

REIS, B. C. S.; LIMA, M. S. B.; NOZABIELLI, S. R.; BORBA, P. L. O. (2023). Trajetórias juvenis e a construção de intelectuais orgânicos/as. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 31(spe), p. e3393. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO259833931>

SÁ, P. K. G.; SILVA, C. G. (2019). Expectativas de masculinidades e feminilidades em memes: escola, juventudes e zoeira. *Revista de Educação, Ciência e Cultura*, v. 24, p. 141-154. <https://doi.org/10.18316/recc.v24i3.5491>

SARDENBERG, C. M. (2011). Considerações Introdutórias às Pedagogias Feministas. In: A. A. COSTA; A. T. RODRIGUES; I. M. VANIN (org.), *Ensino e Gênero: perspectivas transversais*. Salvador, BA: UFBA - NEIM, p. 17-32.

SALISTER-GOMES, M.; QUATRIN-CASARIN, E.; DUARTE, G. (2019). El conocimiento situado y la investigación-acción como metodologías feministas y decoloniales: un estudio bibliométrico. *Revista CS*, n. 29, p. 47-72. <https://doi.org/10.18046/recs.i29.3186>

SIBILIA, P. (2012). *Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto.

SILVA, C. G. (2019). Encontros nos territórios: escola, tecnologias juvenis e gênero. *Cadernos de Pesquisa*, v. 49, n. 171, p. 180-202. <https://doi.org/10.1590/198053145323>

SILVA, C. G.; BORBA, P. L. O. (2018). Encontros com a diferença na formação de profissionais de saúde: juventudes, sexualidades e gêneros na escola. *Saúde & Sociedade*, v. 27, n. 4, p. 1134-1146. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902018170274>

SILVA, C. G.; LEITE, V. J.; PONTES, J. C.; SANTOS, F. F.; HIRAISHI, V. L.; PEREIRA, S. C. A.; SIMÕES, J. A. (2023). Dimensões do assédio na escola: diálogos sobre gênero com jovens estudantes de ensino médio de São Paulo/Brasil. *Interface*, Botucatu, v. 27, p. 1-15. <https://doi.org/10.1590/interface.210649>

THIOLLENT, M. J. M.; COLETTE, M. M. (2013). Pesquisa-ação, universidade e sociedade. In: Coloquio de Gestón Universitaria en Américas, 13, 2013, Florianópolis, SC. *Anais dos Colóquios [...]*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), p. 1-20. <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/114882/2013123%20-%20Pesquisa%20a%C3%A7%C3%A3o%2C%20universidade%20e%20sociedade.pdf?sequence=1&isAllowed=y>



# Desindustrialização e realinhamento político nos Estados Unidos: por que os trabalhadores viraram à direita?

**Deindustrialization and Political Realignment in the United States:** Why Have Workers Turned to the Right?

**Desindustrialización y realineamiento político en Estados Unidos:** ¿por qué los trabajadores giraron a la derecha?

**Tarik Dias  
HAMDAN**

[hamdan.tarik@gmail.com](mailto:hamdan.tarik@gmail.com)

Doutorando em Sociologia no  
Programa de Pós-Graduação  
em Sociologia e Antropologia  
(PPGSA/UFRJ).

175

*Esta resenha oferece uma análise crítica da obra "Rust Belt Union Blues: Why Working-Class Voters Are Turning Away from the Democratic Party", de Lainey Newman e Theda Skocpol. A pesquisa explora a quebra da aliança histórica entre a classe trabalhadora, o movimento sindical e o Partido Democrata, uma relação proeminente desde meados do século XX até a década de 1980. Os autores argumentam que a desindustrialização e a consequente erosão do poder sindical têm desempenhado papéis cruciais na reconfiguração dessas afiliações políticas. Assim, o livro examina os fatores socioeconômicos subjacentes que influenciam a mudança de lealdade política entre os trabalhadores da Pensilvânia, evidenciando como as transformações estruturais afetaram os laços sociais e políticos dessa população.*

**Palavras-Chave:** Desindustrialização; Comportamento político; Sindicalismo; Estados Unidos.

*This book review offers a critical analysis of the work "Rust Belt Union Blues: Why Working-Class Voters Are Turning Away from the Democratic Party" by Lainey Newman and Theda Skocpol. The research explores the breakdown of the historic alliance between the working class, the labor movement, and the Democratic Party, a prominent relationship from the mid-20th century until the 1980s. The authors argue that deindustrialization and the consequent erosion of union power have played crucial roles in reconfiguring these political affiliations. Thus, the book examines the underlying socioeconomic factors that influence the shift in political loyalty among Pennsylvania workers, highlighting how structural transformations have affected the social and political ties of this population.*

**Keywords:** *Deindustrialization; political behavior; trade unionism; United States.*

*Esta reseña ofrece un análisis crítico de la obra "Rust Belt Union Blues: Why Working-Class Voters Are Turning Away from the Democratic Party", de Lainey Newman y Theda Skocpol. La investigación explora la ruptura de la alianza histórica entre la clase trabajadora, el movimiento sindical y el Partido Demócrata, una relación destacada desde mediados del siglo XX hasta la década de 1980. Los autores argumentan que la desindustrialización y la consecuente erosión del poder sindical han desempeñado un papel crucial en la reconfiguración de estas afiliaciones políticas. Así, el libro examina los factores socioeconómicos subyacentes que influyen en el cambio de lealtad política entre los trabajadores de Pensilvania, evidenciando cómo las transformaciones estructurales han afectado los vínculos sociales y políticos de esta población.*

**Palabras clave:** *Desindustrialización; Comportamiento político; Sindicalismo; Estados Unidos.*

Os debates sobre as implicações dos processos de desindustrialização em países desenvolvidos e em desenvolvimento no contexto do capitalismo têm ganhado crescente proeminência, especialmente após a notável publicação de *The Deindustrialization of America*, por Bluestone e Harrison (1982), entre outras obras significativas (Linkon, 2018), incluindo pesquisas brasileiras (Braga, 2023). Um dos fenômenos examinados é a transformação no comportamento político dos trabalhadores industriais, os chamados

"blue collars", que têm demonstrado uma tendência crescente de apoiar candidatos de direita e extrema-direita, divergindo de sua tradicional vinculação com sindicatos e partidos de esquerda. É neste cenário que se situa o livro "Rust Belt Union Blues": *Why Working-Class Voters Are Turning Away from the Democratic Party*, cujo desenvolvimento oferece uma análise crítica desse fenômeno.

Escrito por Lainey Newman e Theda Skocpol e lançado em 2023 pela Columbia University Press, o livro busca enriquecer as análises focadas em explicações

estruturais – tanto políticas quanto econômicas – para a reorientação eleitoral. Assim, as autoras exploram de forma aprofundada como a desindustrialização e a erosão do poder sindical têm reconfigurado as redes de relações sociais e comunitárias dos trabalhadores. Essa abordagem, denominada pelas autoras de “grounded perspective”, examina as consequências dessas transformações na identidade e nas preferências eleitorais dos trabalhadores, oferecendo uma nova lente para entender a mudança política no seio da classe operária. Em especial, é analisado o caso da Pensilvânia e o sindicato denominado United Steelworkers (USW), visto o histórico da região com a indústria siderúrgica e de sindicalização expressiva.

A obra está estruturada em seis capítulos, nos quais, excetuando-se o introdutório, que delineia a justificativa e o contexto empírico do estudo, é adotada uma sequência cronológica. Ela inicia com um exame histórico, desde a metade do século XX até a contemporaneidade. Portanto, a resenha seguirá a apresentação do livro.

O segundo capítulo discute as relações comunitárias e as redes sociais dos trabalhadores, enfatizando a influência histórica do sindicato tanto como entidade quanto como núcleo de interação social entre os trabalhadores. Nesta seção da obra, examina-se a forma como o imaginário do trabalhador industrial americano na década de 1950 era influenciado pelo arquétipo do “good union man”. Além de contribuir financeiramente para o sindicato, sua identidade era moldada por várias dimensões, entre elas: um compromisso mútuo (mutual commitment), refletido na solidariedade com seus colegas sindicalizados, o que inclui um engajamento nas atividades sindicais, desde participação

em eventos até envolvimento nas eleições sindicais; uma consciência histórica (historical awareness), reconhecendo que as condições favoráveis de trabalho resultam das batalhas empreendidas pelo sindicato e pelos seus antecessores; e, finalmente, o orgulho profissional (occupational pride), que abrangia a valorização da resiliência e da contribuição à modernização do país através do trabalho árduo e desafiador, reforçando assim sua masculinidade. Ademais, considera-se que, dada a predominância de uma força de trabalho branca e masculina, esse ideal estava intrinsecamente ligado à figura do “homem como provedor”.

A concepção ideal do “good union man” era viável apenas por estar embasada na vida social fomentada pelo sindicato. Este, além de ser uma entidade destinada à negociação coletiva, também atuava como um vetor de conexão entre os trabalhadores, engajando-se na esfera social que ultrapassava os limites da fábrica e promovendo a construção de um arcabouço moral compartilhado por seus membros. Dessa interação emergia um sentimento de reciprocidade entre o sindicato e os trabalhadores, induzindo estes últimos a valorizar e acatar as orientações da entidade.

O terceiro capítulo analisa a crise econômica desencadeada pela desindustrialização, particularmente no setor siderúrgico, e a subsequente reespacialização das indústrias. Assim, transformações econômicas nos anos 1970 e políticas governamentais na década de 1980 alteraram profundamente a influência dos sindicatos nas comunidades operárias. Dentre os fatores relevantes, ressalta-se a transição econômica da região de um modelo industrial para um focado

em serviços, afetando principalmente os sindicatos ligados às indústrias de produção em massa, como o USW. Adicionam-se a isso as duas crises do petróleo, o incremento da competição internacional, destacando-se o crescimento econômico da China e do Japão. Especificamente, a China atraiu desinvestimentos nos EUA devido à sua mão de obra pouco regulamentada, enquanto a indústria automobilística japonesa, representada por empresas como Toyota e Honda, estabeleceu-se nos EUA, geralmente restringindo a sindicalização de seus funcionários.

Outro aspecto significativo foi a influência das elites políticas em minar a força sindical, exemplificada nos anos 80 e 90 pelos acordos de livre comércio, como o Nafta, que facilitaram a utilização de mão de obra estrangeira e a importação de produtos manufaturados. A repressão ao movimento sindical, simbolizada pela postura de Reagan contra a greve dos controladores de tráfego aéreo em 1981, também foi marcante. Essas mudanças resultaram em severas consequências para a região, incluindo a criação de cidades-fantasma e uma acentuada redução nas contribuições sindicais, refletindo o declínio dos empregos sindicalizados. Ademais, a dispersão dos trabalhadores e a competição entre eles por empregos individuais enfraqueceram os laços comunitários e a capacidade de organização sindical.

O quarto capítulo examina como esses eventos provocaram uma transformação nas relações comunitárias dos trabalhadores, alterando os vínculos sociais que anteriormente se centravam no sindicato para se associarem a outras organizações, como clubes de tiro e igrejas. Os primeiros constituem um dos segmentos mais proeminentes nas comunidades.

Eles transcendem a mera função de locais para prática de tiro, adquirindo relevância significativa na construção de identidades políticas. Funcionam como espaços de congregação, fomentando reuniões periódicas. Normalmente, esses clubes estão vinculados à Associação Nacional de Rifles (NRA), existindo uma pressão considerável para que os membros se associem a ela.

As organizações religiosas também marcam presença robusta. As igrejas contemporâneas divergem substancialmente das do passado, as quais eram entidades menores e etnicamente específicas. Em contrapartida, as igrejas atuais, frequentemente descritas como "megaigrejas", propagam mensagens que se alinham ao conservadorismo cultural e ao patriotismo americano, distinguindo-se das pequenas igrejas de outrora, que desempenharam papel ativo em campanhas para a preservação da indústria.

Historicamente, sindicatos e igrejas mantinham uma relação próxima, cenário que se transformou consideravelmente. Atualmente, os líderes dessas congregações tendem a ecoar mensagens políticas de cunho conservador, marginalizando os sindicatos ao rotulá-los como entidades de esquerda. Essa alteração ideológica reflete-se, por exemplo, nos adesivos presentes nos veículos no estacionamento das fábricas de aço remanescentes, onde se observam emblemas como "pró-Deus" e "pró-vida", além de símbolos associados aos Confederados, à teoria da conspiração intitulada QAnon e em apoio a Donald Trump. Tal fenômeno, segundo as autoras, ilustra uma inclinação crescente dos trabalhadores por um imaginário etnonacionalista e atração pelo autoritarismo.



No quinto capítulo, é explorado o apoio dos trabalhadores da região a Donald Trump. A reorientação eleitoral dos trabalhadores é analisada no contexto das transformações nas relações sociais, influenciadas por novas organizações que tendem a apoiar o partido Republicano. Atrelado a isso, o aumento do descontentamento entre os trabalhadores, muitos dos quais sindicalizados, que percebem um abandono por parte do partido Democrata. Este último é frequentemente associado à defesa dos interesses das grandes metrópoles, das corporações e de agendas focadas em minorias.

Newman e Skocpol elucidam como a insegurança no emprego e a sensação de degradação social impulsionaram os trabalhadores de colarinho azul a adotarem novas identidades marcadas pelo ressentimento, em oposição à perspectiva otimista tradicionalmente vinculada ao "good union man". Neste contexto, surge a percepção de que os trabalhadores não desfrutam dos mesmos benefícios e oportunidades que os habitantes das grandes cidades, catalisando a formação de novas identidades e o fortalecimento da cultura conservadora entre os trabalhadores norte-americanos, bem como o apoio a Donald Trump.

O ex-presidente capitalizou sobre a insatisfação e o sentimento de abandono dos trabalhadores, especialmente na Pensilvânia, oferecendo uma resposta emocional contra os percebidos "vilões" e se concentrando no eleitorado branco e trabalhador da região. Suas promessas de revitalizar os empregos e a indústria siderúrgica local encontraram eco em suas políticas, como a imposição de tarifas ao aço e ao alumínio importados, medida

que beneficiou a produção doméstica e demonstrou um cumprimento parcial de suas promessas àquela base eleitoral.

Finalmente, o capítulo conclusivo sintetiza suas contribuições e propõe alternativas para a reversão do atual quadro eleitoral, visando o aumento da importância do sindicato como constituidor das relações dos trabalhadores no país. Como síntese da contribuição deste trabalho, ressalta-se que ele oferece insights valiosos sobre o processo de formação, consolidação e desconstrução da identidade através de interações presenciais, ainda que estas sejam influenciadas por tendências macroeconômicas e políticas mais amplas. Nesse sentido, o declínio da interconexão entre os sindicatos desempenhou um papel crucial no realinhamento político dos trabalhadores.

Consequentemente, é imperativo incorporar essa dimensão às análises fundamentadas nas teorias de mobilização de recursos, que tradicionalmente se concentram em mudanças nas contribuições financeiras e nas taxas de filiação, negligenciando a investigação dos vínculos relacionais. Por outro lado, é crucial evitar a redução deste fenômeno a uma explicação meramente culturalista, pois as mudanças não se devem unicamente a alterações nos padrões raciais e de composição da classe trabalhadora. Historicamente, apesar de confrontados com estereótipos raciais e de gênero, os trabalhadores não necessariamente endossavam políticas associadas à direita. Isso significa que a resposta deve ser buscada nas redes sociais que permeiam os trabalhadores.

Como alternativa para recuperar o apoio dos trabalhadores aos sindicatos e para o Partido Democrata, Newman e Skocpol destacam a importância de fortalecer os laços comunitários, tanto nos ambientes de trabalho quanto fora deles. Nesse contexto, certos sindicatos, especialmente aqueles associados à tradição do sindicalismo artesanal, habituados a lidar com uma base de membros dispersa, têm alcançado mais

sucesso. Além disso, para estabelecer uma conexão genuína com a classe trabalhadora estudada, os Democratas precisam demonstrar uma compreensão profunda das preocupações desses trabalhadores, reforçando os laços com a comunidade e selecionando candidatos locais que possam representar seus interesses e aspirações efetivamente.



## Referências Bibliográficas

BLUESTONE, I.; HARRISON, B. (1982). *The Industrialization of America*. New York: Basic Books, 336 p.

BRAGA, R. (2023). *A angústia do precariado: trabalho e solidariedade no capitalismo racial*. São Paulo: Boitempo. 288 p.

LINKON, S. L. (2018). *The Half-Life of Deindustrialization: Working-Class Writing about Economic Restructuring*. Ann Arbor: University of Michigan Press. 218 p.

NEWMAN, L.; SKOCPOL, T. (2023). *Rust Belt Union Blues: Why Working-Class Voters Are Turning Away from the Democratic Party*. New York: Columbia University Press.